

Universidade de Passo Fundo
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ernani da Silva

As Encenações da Batalha do Pulador:
memórias e representações

Passo Fundo
2013

Ernani da Silva

As Encenações da Batalha do Pulador:
memórias e representações

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

Passo Fundo
2013

CIP – Catalogação na Publicação

S586e Silva, Ernani da
As Encenações da Batalha do Pulador : memórias e representações /
Ernani da Silva. – 2013.
[199] f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2013.

Orientador: Prof. Dr. João Carlos Tedesco.

1. Rio Grande do Sul - História - Revolução Federalista, 1893-1895. 2.
Rio Grande do Sul - História - Batalha do Pulador, 1894. 3. Cultura
popular. 4. Memória coletiva. I. Tedesco, João Carlos, orientador. II.
Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

RESUMO

As encenações da Batalha do Pulador vêm ocorrendo, na região de Passo Fundo/RS, desde 1988, quando houve um interstício temporal até 2005, retomadas, a partir de então, por grupos tradicionalistas empenhados ano a ano em reproduzi-la, estando na VI edição. A Batalha situa-se no contexto da histórica Revolução Federalista de 1893, quando houve transição da forma de governo brasileiro da Monarquia para República. Trata-se do fato histórico ocorrido em 27 de junho de 1894, no distrito de Pulador, município de Passo Fundo que marcou a região do Planalto Médio rio-grandense pelo seu caráter violento e fratricida. Passados 118 anos, as encenações assumem um caráter com várias destinações. A aura espetaculosa, teatral e midiática de que tais representações são revestidas tem chamado a atenção, redundando num grande espetáculo encenado a céu aberto, corporificado pelo desfile estilizado das tropas republicanas e maragatas na Avenida Brasil em Passo Fundo e nas encenações nos campos do Pulador. Dessa forma, esta investigação, após amplo suporte nos fatos históricos, visa compreender as nuances das representações, de modo a lançar luzes sobre os aspectos subjacentes envolvidos, cujo encaminhamento resultou no uso da memória histórica como identidade social, mito ufanista, imaginário, teatralização e espetáculo demonstrado pelas sucessivas representações ocorridas, iniciadas em 1988 até 2012, quando realizou-se a VI edição. Trata-se da história da Batalha do Pulador cumprindo o seu papel nos seus vários fins, empreendidos pelos diversos movimentos sociais regional, esculpidos, agora, numa investigação criteriosa.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul. Revolução Federalista. Batalha do Pulador. Passo Fundo. Encenações, memórias e representações.

ABSTRACT

A Pulador Battle performance has been doing, in Passo Fundo/RS region, since 1988. All over that time it wasn't played just for some years. The playing has come back some years ago by traditional region groups engage to reproduce it year after year. Nowadays the event is been in its 6th edition. The battle grown up inside to a historical context from the Brazilian Federalist Revolution in 1893, when a transition moment which the monarchy government was been change to republic. That historical fact happened on June 27, 1894, in Pulador district, around Passo Fundo Region, was recognized in the Planalto Médio Rio-Grandense as a violent and fratricide event. After 118 years, the performing has been assumed many characterizations. Many of them is a spectacular, theatrical and media performance which pays attention to a public show, on Brasil Avenue and also in Pulador field, has been dramatized a march's Republic and Maragata troops. In that way, the work, based on a research in historical facts data, intends to understand the performing features, showing some successful rooting aspects about historical memory as a social identification, myth, imaginary, playing and acting, represented through many performances since 1998 to 2012, when, in the last time, there was the 6th edition. This dissertation intends to present a criterion research and others many goals about the Pulador Battle history and its influence in region social groups.

Keywords: Rio Grande do Sul; Federalist Revolution; Pulador's Battle; Passo Fundo; Performances, memories and representations.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Ilustração 1: Fotografia da Família Imperial a bordo do navio “Alagoas” a caminho do exílio. | 32 |
| Ilustração 2: Fragmento do convite do Príncipe D. Pedro Augusto, para um almoço (Paris, 1º de Maio de 1890)..... | 37 |
| Ilustração 3: Fotografia do Templo Positivista de Porto Alegre, RS. | 42 |
| Ilustração 4: Combatentes republicanos do cerco da Lapa. 17 de Janeiro de 1894. | 74 |
| Ilustração 5: Fotografia do descerramento do marco histórico. | 96 |
| Ilustração 6: Destaque do jornal. | 97 |
| Ilustração 7: Destaque do jornal. | 98 |
| Ilustração 8: Atores caracterizados de republicanos..... | 99 |
| Ilustração 9: Atores da comunidade do Distrito de Pulador: alunos, pais e cavaleiros. | 99 |
| Ilustração 10: Churrasco festivo na comunidade..... | 100 |
| Ilustração 11: Certificado de menção honrosa conferido aos participantes. | 100 |
| Ilustração 12: Capa da obra literária sobre a encenação, de autoria de Jabs Paim Bandeira. | 103 |
| Ilustração 13: Objetivos da encenação da Batalha. | 105 |
| Ilustração 14: Capa do projeto da encenação da Batalha do Pulador elaborado pelo Grupo Tradicionalista Cavaleiros do Mercosul. | 107 |
| Ilustração 15: Projeto da encenação da Batalha do Pulador elaborado pelo Grupo Tradicionalista Cavaleiros do Mercosul. | 108 |
| Ilustração 16: Matéria jornalística. | 110 |
| Ilustração 17: Sítio da Prefeitura Municipal de Passo Fundo na internet divulgando a encenação da Batalha do Pulador. | 111 |
| Ilustração 18: Edição de normas legislativas da Prefeitura Municipal de Passo Fundo..... | 114 |

| | |
|--|-----|
| Ilustração 19: Reprodução parcial do fôlder de divulgação da encenação da Batalha..... | 115 |
| Ilustração 20: Destaque do jornal. | 116 |
| Ilustração 21: Destaque do jornal. | 116 |
| Ilustração 22: Destaque do jornal. | 117 |
| Ilustração 23: Marco do centenário da Batalha do Pulador..... | 118 |
| Ilustração 24: Página da internet referindo a Batalha do Pulador. | 118 |
| Ilustração 25: <i>Blog</i> de Jabs Paim Bandeira, noticiando a realização das sucessivas encenações da Batalha do Pulador..... | 119 |
| Ilustração 26: Coluna jornalística do idealizador da encenação..... | 120 |
| Ilustração 27: Preparativos para o desfile na véspera da VI Encenação. | 122 |
| Ilustração 28: Destaque do jornal. | 123 |
| Ilustração 29: Pôster eletrônico da VI encenação da Batalha do Pulador. | 125 |
| Ilustração 30: Encenação da participação da Cruz Vermelha na Batalha. | 127 |
| Ilustração 31: Participação de Airton Timm..... | 130 |
| Ilustração 32: Encenação da Batalha. | 137 |
| Ilustração 33: Preparativo para a encenação da Batalha..... | 139 |
| Ilustração 34: Vídeo da encenação da Batalha do Pulador disponível na internet. | 142 |
| Ilustração 35: Artigo sobre a Batalha. | 145 |
| Ilustração 36: Proposição da anistia. | 148 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 6 |
| 1 A DERROCADA DO REGIME MONÁRQUICO BRASILEIRO E A ASCENSÃO DO PODER REPUBLICANO..... | 10 |
| 1.1 A DESTITUIÇÃO DA MONARQUIA..... | 11 |
| 1.1.1 A ordem política imperial..... | 13 |
| 1.1.2 Economia colonial pré-República | 15 |
| 1.1.3 O poder temporal e o poder espiritual | 19 |
| 1.1.4 O poder civil x poder militar | 23 |
| 1.1.5 A capitulação da Monarquia..... | 30 |
| 1.2 LIBERAIS E REPUBLICANOS NA PROVÍNCIA RIO-GRANDENSE..... | 33 |
| 1.2.1 Agitação política e instabilidade governamental..... | 38 |
| 1.2.2 Júlio de Castilhos, Presidente da Província | 42 |
| 1.2.3 A anarquia: o prenúncio da Revolução Federalista | 45 |
| 1.2.4 Perseguições aos federalistas..... | 49 |
| 2 O HECATOMBE FRATRICIDA | 53 |
| 2.1 O APELO ÀS ARMAS | 55 |
| 2.2 O CONTEXTO ECONÔMICO | 64 |
| 2.3 OS REBELDES | 67 |
| 2.4 OS COMBATES..... | 70 |
| 2.4.1 Cronologia das invasões federalistas..... | 70 |
| 2.4.2 Os combates de Passo Fundo | 77 |
| 2.5 A BATALHA DO PULADOR..... | 82 |
| 3 A ENCENAÇÃO DA BATALHA DO PULADOR..... | 91 |

| | |
|--|------------|
| 3.1 A GÊNESE DAS REPRESENTAÇÕES DA BATALHA DO PULADOR..... | 93 |
| 3.1.1 A Batalha do Pulador como espetáculo | 101 |
| 3.1.2 A primeira encenação | 105 |
| 3.2 A ENCENAÇÃO DA BATALHA DO PULADOR E OS CAVALEIROS DO MERCOSUL | 115 |
| 3.2.1 O imaginário social do mito do gaúcho: a simbologia na representação da Batalha do Pulador..... | 132 |
| 3.3 ESQUECIMENTO E RESENTIMENTO | 141 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 152 |
| REFERÊNCIAS | 159 |
| ANEXOS | 165 |
| ANEXO A..... | 166 |
| ANEXO B..... | 167 |
| ANEXO C..... | 168 |
| ANEXO D..... | 171 |
| ANEXO E | 173 |
| ANEXO F | 174 |
| ANEXO G..... | 176 |
| ANEXO H..... | 179 |
| ANEXO I..... | 181 |
| ANEXO J..... | 183 |
| ANEXO K..... | 187 |
| ANEXO L | 188 |
| ANEXO M..... | 199 |

INTRODUÇÃO

A análise propositiva desta dissertação, que trata das encenações da Batalha do Pulador, tem como escopo principal a investigação descritiva de campo/qualitativa das representações do evento histórico ocorrido no dia 27 de junho de 1894, no distrito de Pulador de Passo Fundo, independente, necessariamente, de uma hipótese pré-definida, considerando o problema central¹: as destinações dadas às encenações. O evento originário das representações resultou do confronto entre as forças revolucionárias de Gumercindo Saraiva e as forças republicanas do General Rodrigues Lima no contexto da Revolução Federalista, que abrangeu os três Estados do Sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná –, quando da sua passagem pela região de Passo Fundo.

A investigação revela-se pertinente na medida em que certos grupos, a partir de 2005, começaram a realizar encenações da histórica Batalha do Pulador, chamando a atenção da comunidade de Passo Fundo e dos municípios circunvizinhos que compõem a região do Planalto Médio. De uma maneira ou outra, toda a região se envolveu naquele episódio, pois, na época, a sede distrital político-administrativa localizava-se no município de Cruz Alta, donde emanavam todas as diretrizes de cunho legal, razão pela qual as encenações ganharam atenção, também, dos meios de comunicação, da mídia em geral, de patrocinadores e dos poderes públicos.

Numa análise preliminar, que chama a atenção como determinante para proceder-se a investigação, é de que se trata de um “espetáculo” executado a céu aberto, nos campos do distrito do Pulador, demandando preparação prévia, reconstituição de cenários, armamentos e

¹ A pesquisa não precisa ser, obrigatoriamente, a formulação de hipótese; ela pode girar em torno de uma problemática central definida claramente (FELIX, 1988, p. 78).

figurinos, além de levantamento da estrutura cenográfica e uma complicada e qualificada logística para transporte de materiais, animais e público assistente. Os meios de informação divulgam a estimativa da participação de cerca de 300 a 500 atores e voluntários, bem como, em média, de um público assistente de 5.000 pessoas. Percebe-se tratar-se de um evento de elevada envergadura e grandiosidade com grande repercussão na região que necessita ser compreendido, porque de forte impacto no imaginário social coletivo além de ocupar espaços nos meios de comunicação e mídia em geral, cuja projeção se estende pela maioria do território gaúcho, ganhando alguns espaços no cenário nacional.

Em vista disso, através dos instrumentos de entrevista pessoal, catalogação de arquivos memorialísticos (jornais, revistas, posts eletrônicos), registro de imagens e pesquisa bibliográfica, buscou-se saber a que título está sendo levadas a efeito essas representações. Quais seus propósitos, fundamentos e destinação? Quem são os seus idealizadores? Qual a contribuição para a história regional passo-fundense? Trata-se, enfim, de buscar as respostas às várias questões subjacentes que somente uma exploração de campo investigativa descritiva e qualitativa pode ilustrar.

O repto revela-se uma tarefa árdua, que requer tenacidade, tempo e esforço físico para compilar peças de um quebra-cabeça. É o exercício de revisitar o passado, saciar a sede nas fontes primárias, orais e documentais produzidas sobre o evento na busca da luz dos fatos, procurando analisar o caráter de memória, rituais, representações e tradições. Com isso, instrumentaliza-se a pesquisa através de um recorte temporal histórico desde a Proclamação da República, em nível nacional, perpassando pelas motivações que deflagraram a Revolução, até a data que culminou com a batalha campal do Pulador, em nível local de abrangência da comunidade passo-fundense e adjacências. Para cumprir seu objetivo, a investigação, na presente dissertação, estrutura-se em três capítulos, assim intitulados: 1. “A derrocada do Regime Monárquico Brasileiro e a ascensão do Poder Republicano”; 2. “A hecatombe fratricida”; 3. “As memórias e representações da Batalha do Pulador”.

No primeiro capítulo – embora pareça redundante, em razão do vasto material produzido –, faz-se uma ampla revisão bibliográfica dos motivos da queda do Império Brasileiro. Ressalta-se a necessidade de ampliar esse horizonte, pois não haveria como dissociar o aspecto inicial que deflagrou a Revolução Federalista das motivações regionais e dos seus agentes envolvidos. Entende-se haver uma interdependência de causa e efeito e, para que se evidencie um sentido lógico, linear, ordinariamente, verifica-se a necessidade de revisitar esse período para entender a insurreição ocorrida no Estado sul-rio-grandense e,

principalmente, seus respectivos atores. As causas federalistas, estritamente sulinas – salvo entendimento divergente – inter-relacionavam-se com as causas da Revolução da Armada, originária na região Sudeste do Brasil. A motivação política remetia, necessariamente, assim, às motivações da queda do Império e aos seus desdobramentos.

O segundo capítulo tem o propósito de demonstrar as causas e os aspectos da revolução na região sul-rio-grandense. Parte-se da investigação das lideranças, dos projetos políticos, da realidade socioeconômica do Estado, da inabilidade dos líderes em promover a concórdia no entorno de um projeto político e, sobretudo, da decadência econômica gaúcha, além do recrudescimento de posições que redundaram em perseguições mútuas e no estopim da revolução. Trata-se do panorama regional sob a ótica de historiadores consagrados e fontes primárias eivadas de parcialidades produzidas na época, ou sob o contágio das paixões partidárias e ideológicas. Manter o distanciamento necessário do fato pelo historiador é a premissa básica da investigação científica, porém – de antemão –, alerta-se para os relatos apaixonados dos documentos e registros da época, circunstância a ser levada em conta quando da formação de juízo de valor acerca desses documentos. Os autores consultados, quer seja da época, quer seja atuais, apresentam algum grau de parcialidade nos seus relatos, pois discutem modelos e formas de governo, ideais e ideologias políticas, não havendo como não firmar posição, ou manterem-se isentos, ao defender os seus pontos de vista em razão da própria natureza humana.

O terceiro capítulo, por fim, com o apoio das seções precedentes (estas estritamente baseadas na investigação histórica), apresenta a pesquisa descritiva qualitativa das encenações/representações, por meio de uma observação atenta e contemplativa, captando o movimento e a ação para responder às questões que se sobrepõem ao fato histórico de 1894. Adentra-se na análise propriamente dita dos relatos das representações, das memórias, das identidades, do espaço, do tempo e de toda a gama que envolve o objeto investigado: a historicidade da encenação da Batalha do Pulador. No cerne desse capítulo, reside o objetivo principal do estudo: elucidar os aspectos da encenação do evento da Batalha do Pulador, descrevendo toda a mecânica, finalidade, destinação, dimensão temporal; sua relação com memória, verdade, desvendamento e evocação. É o que justifica a investigação, a qual procura determinar, principalmente, no que esta contribui para incrementar o conhecimento histórico regional, através do seu sentido, quer seja político, ideológico, histórico, social e cultural, corporificado nas encenações. Trata-se, nas palavras de Felix, da “força mobilizadora da história cujo passado, cumprindo o trajeto de volta à origem, empurra a sociedade para a

frente” (1998, p. 33), sobretudo na construção do conhecimento embasado nas suas categorias², enquanto ciência.

² Segundo Felix (1998, p. 23), são as seguintes categorias do conhecimento: 1. A história enquanto relato-narração; 2. Que há uma finalidade neste relato [...] a dimensão do tempo. [...] 3. A questão da subjetividade *versus* objetividade; isenção *versus* valoração; *doxa* (aparência) *versus* *episteme* (substância). Ao referir-se aos *feitos memoráveis*, leva-nos à problemática, já apontada por Detiènne, do louvor (*Epainos*) e da censura (*Mónos*) e sua relação com *mnemosyne* (memória), *alétheia* (verdade, desvendamento, evocação) e *Léthe* (esquecimento, morte) *doxa* e *episteme*.

1 A DERROCADA DO REGIME MONÁRQUICO BRASILEIRO E A ASCENSÃO DO PODER REPUBLICANO

O período que antecede 15 de novembro de 1889, quando se proclamou a República brasileira, constitui-se num dos mais conturbados da história política e econômica do Brasil. Especialmente a província do Rio Grande do Sul viveu momentos de agitação e conflito perpetrados por dissidências partidárias, assim como São Paulo e Minas Gerais, berços do Partido Republicano Brasileiro (ROCHA POMBO, 1947). Esse corresponde ao período em que ocorreu a transição do governo monárquico para a forma republicana, engendrada por lideranças políticas organizadas em torno de um ideal da escola positivista, difundido por Augusto Comte³. O objetivo desse movimento consistia em formar um Estado progressista e ordeiro alinhado às novas necessidades da sociedade, no intento de buscar maior participação na condução dos rumos do país. Nas palavras de Holanda, tratava-se da “[...] reconstrução científica do mundo ocidental” advindo da cooperação da opinião popular e da preparação dos próprios estadistas, os quais estariam cientes de que não haveria outro caminho a ser percorrido (2008, p. 337).

Para entender os aspectos políticos, econômicos e sociais, bem como as suas consequências no destino do país no período pós-Monarquia, torna-se necessário proceder a uma abordagem circunstancial dos fatos que desencadearam o ato de 15 de novembro. Por isso, com suporte nos autores que estudam a transição republicana de governo, neste primeiro capítulo, analisam-se os motivos da queda da Monarquia, as implicações sociais, os atores e suas efetivas participações tanto no episódio quanto nos novos horizontes que se

Soares (1998, p. 11): Augusto Comte Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (Montpellier, 19 de janeiro de 1798 — Paris, 5 de setembro de 1857) foi um filósofo francês, fundador da Sociologia e do Positivismo.

descortinavam com a incipiente República brasileira. Assim, esta seção serve para delinear os fatos determinantes que culminaram numa cruenta guerra civil entre irmãos no sul do país, por meio da qual as agremiações e os líderes partidários buscaram, a todo custo, a hegemonia política e o poder provincial. Com essa busca justificaram e legitimaram o uso de recurso ignominioso representado pela luta armada para atingir seus fins, que, bem ou mal, formam a História do Rio Grande do Sul.

Sublimando a historiografia desse período, coloca-se como propósito demonstrar a ritualização, as representações e a memória da Batalha do Pulador. De forma mais específica, busca-se relatar como está se resgatando esse episódio ocorrido nas cercanias de Passo Fundo, evidenciando quem são os grupos, as pessoas envolvidas e a que fim estão sendo levadas a efeito essas representações, suas implicações e seus objetivos.

1.1 A DESTITUIÇÃO DA MONARQUIA

A Monarquia brasileira, no período pré-republicano, legitimava-se politicamente por uma elite⁴ agrária conservadora, composta por uma classe⁵ de fazendeiros, senhores de engenho e cafeeiros, que se contrapunha à massa dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres (FAORO, 1984). A estes somava-se uma oligarquia⁶ de influentes portugueses europeus, como efeito do sistema colonial, aos quais eram reservados os empregos públicos (judicatura e milícia), assim como as ocupações mercantis (HOLANDA, 2008). O Império utilizava, também, os mecanismos de distribuição de títulos nobiliárquicos, de patentes militares e a nomeação para o Senado e o Conselho (LOPEZ; MOTA, 2008), como forma de garantir o suporte necessário para manter o poder, exercendo plenamente o centralismo

⁴ Segundo Faoro (1984, p. 89), dentro da rede social da aristocracia, da qual o estamento tece sua estrutura externa, elite governamental obedece ao cunho do estilo de vida, das normas de conduta da nobreza burocrática.

⁵ Classe é um fenômeno da economia e do mercado, sem que represente uma comunidade – embora a ação comunitária seja possível, provável e frequente com base na situação comum e em interesses homogêneos. Ter ou não ter – obter lucros, possuir bens, ou desfrutar de ingressos econômicos em virtude de habilitação profissional – situam a classe positiva ou negativamente qualificada. [...]. As classes, nas suas conexões com o domínio, o comando e a política ganham ascendência com a sociedade burguesa, com a revolução industrial (FAORO, 1984, p. 203). Por sua vez, entende Fausto (1960) que classes, dentro da estrutura que as contempla, só podem ser definidas historicamente quando pensadas na relação com as outras classes (relação de antagonismo e complementariedade) e definidas segundo critérios situados em diversos níveis do sistema social (econômico, político e ideológico). No caso das classes médias, estas possuem uma estrutura interna (heterogeneidade) e ambiguidade face à sua dependência em nível ideológico (FAORO, 1984, p. 35).

⁶ Oligarquia, segundo Bueno (1996): s.f. Governo de poucas pessoas; (fig.) predomínio de uma facção ou grupo na direção dos negócios públicos.

governamental. Esse sistema se aproxima do “Estado Patrimonial de Estamento” mencionado por Faoro (1984), ou com ele se identifica, e, ao contrário da sociedade de classe, forma seu domínio, projetando-se de cima para baixo, de modo a configurar o governo de uma minoria. Poucos dirigem, controlam e infundem seus padrões de conduta a muitos.

A economia imperial do período era lastreada numa estrutura produtiva agrária e no comércio de importação e exportação de produtos primários, alicerçados na mão de obra escrava, modelo que começava a dar visíveis sinais de instabilidade frente às recorrentes pressões internacionais, em especial pela abolição do tráfico negreiro e sistema escravocrata, liderado pelo governo francês e pela Inglaterra (LOPEZ; MOTA, 2008). Nesse contexto, o governo imperial constituiu uma comissão presidida pelo senador Nabuco Araújo para encaminhar a questão da liberdade dos nascituros e da extinção do tráfico escravo. Por seu turno, os setores conservadores da elite agrária manifestavam-se contrários a essa medida, sobretudo por não vislumbrar qualquer forma de indenização caso se consumasse o intento abolicionista, revelando-se, por conseguinte, delicada questão política a ser solvida pelo Imperador.

O regente brasileiro, em razão das constantes crises, já não lograva a simpatia das oligarquias agrárias, e a queda do regime precipitar-se-ia no ano de 1869, culminando, definitivamente, com o ato de 1889, cuja derrocada iniciara no ano de 1868, com a destituição do gabinete Zacarias, quando houve a cisão do partido liberal nas alas radicais e moderadas. Os radicais juntaram-se aos adeptos do movimento republicano, fundando o partido de mesmo nome para tentar, sistematicamente, influenciar os rumos da nação a partir dos anos que seguiriam, de 1870 a 1889 (VIOTTI DA COSTA, 2010). Com isso, e especialmente pelo manifesto republicano de 1870, sucede-se, também, nas províncias do império a fundação do Partido Republicano, liderado pelo próspero Estado de São Paulo, seguido por Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (HOLANDA, 2008). Por isso, tornou-se proeminente o ano de 1868 para o ideal republicano, desencadeando os fatos que determinariam o declínio político do Império.

Os novos republicanos correspondiam a representantes dos grupos urbanos compostos de médicos, engenheiros, advogados, jornalistas, comerciantes e fazendeiros do oeste paulista, constituindo-se numa parcela política significativa da sociedade (VIOTTI DA COSTA, 2010). Como grupo social, reclamavam maior autonomia das províncias para atender o fim desenvolvimentista fomentado pelo aporte do capital estrangeiro, e, em muitas situações, para atender o interesse pessoal, como era o caso dos fazendeiros, contrários à abolição, que se

beneficiavam da mão de obra escrava, a qual consistia na mola propulsora da sua atividade agrícola.

A tradição conservadora da Monarquia e a incapacidade de acompanhar as tendências renovadoras precipitavam, na análise de Holanda (2008, p. 329), a queda da forma de governo monárquica, ao passo que a vizinha República Argentina, no cenário internacional, tomava a dianteira do império brasileiro nesse intento. A inépcia do imperador de promover as devidas reformas desaguava, sistematicamente, nas questões da abolição do sistema escravocrata, militar, econômico e religioso (LOPEZ; MOTA, 2008) e alimentava o descontentamento da elite dirigente.

1.1.1 A ordem política imperial

Referindo-se à ordem política como elemento componente do cenário de declínio imperial, Holanda (2008, p. 404) a credita à instabilidade do poder e às deficiências do regime, que não permitiam uma ação administrativa contínua em longo prazo que fosse capaz de equacionar as questões sociais. O autor menciona que, nos nove anos que antecederam a queda da Monarquia, sucederam-se dez governos e quatro legislaturas, divergentes no ponto de vista e contraditórios na condução administrativa. Por isso, o Imperador exercia o poder moderador como forma de ingerência, conferido pela constituição imperial. Ao seu sabor dissolvia a câmara ao argumento legal “da salvação do estado”, chegando a ponto de a última não assumir em razão do advento de 1889. De acordo com Cardoso (2006), fazendo coro com Lopez e Mota (2008), concorriam, também, para a instabilidade política do período pré-republicano as questões “religiosa” e “militar”, esta em evidência no notável ano de 1968, quando o gabinete liberal de 3 de agosto cedeu lugar ao Ministério Conservador de 16 de julho.

O sistema eleitoral baseava-se na eleição indireta e no voto qualificado⁷, alijando a maior parte da população brasileira, excluindo do rol de cidadãos os escravos e índios. O poder concentrava-se nas mãos de uma classe oligárquica abastada e instruída, de modo a assegurar a hegemonia sobre os demais grupos e classes sociais que não tinham acesso ao sistema político, denotando o caráter de “estamento” como sistema de governo. O imperador era o chefe supremo da nação e do executivo, investido no poder moderador de amplos poderes para dissolver as câmaras legislativas – notadamente para a salvação do Estado –, nomeação e destituição de ministros, convocação de assembleias, anistias e perdões, consistindo sua pessoa “inviolável, sagrada e não sujeito a qualquer tipo de responsabilidade” (BRASIL, 1824, Cap. VI, artigos 98 a 104). Segundo Viotti da Costa (2010, p. 248) e Cardoso (2006, p. 31), esse sistema se traduzia em fonte de “paternalismo e clientelismo”, reforçando o poder das oligarquias, que política ou economicamente exerciam o controle dos cargos públicos e a ocupação dos assentos do parlamento, em razão de que poucos os eleitos podiam dispor da condição de votar e ser votado, reputando o grau de posses e posição política que detinham.

Nesse sistema político, o exercício da função pública confundia-se com o preenchimento das expectativas de lealdade partidárias, consubstanciando na *teoria dos “direitos próprios”* e da Administração para nomear “*seus*” *homens*. Isso se dava pela

⁷ Voto Censitário (BRASIL, 1824, Cap. VI, artigos 90 a 97).

Art. 92. São excluídos de votar nas Assembléas Parochiaes.

I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras.

II. Os filhos familias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Offícios publicos.

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.

IV. Os Religiosos, e quaesquer, que vivam em Comunidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos.

[...]

Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.

II. Os Libertos.

III. Os criminosos pronunciados em queréla, ou devassa.

Art. 95. Todos os que podem ser Eleitores, abeis para serem nomeados Deputados. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda liquida, na fórmula dos Arts. 92 e 94.

II. Os Estrangeiros naturalisados.

III. Os que não professarem a Religião do Estado.

Art. 96. Os Cidadãos Brasileiros em qualquer parte, que existam, são elegiveis em cada Districto Eleitoral para Deputados, ou Senadores, ainda quando ahi não sejam nascidos, residentes ou domiciliados.

Art. 97. Uma Lei regulamentar marcará o modo pratico das Eleições, e o numero dos Deputados relativamente á população do Imperio.

ausência de partidos de representação, limitando-se a lista de votantes a circunscrições eleitorais, de maneira a separar votantes de eleitores, forma que consagrava o colégio de eleitores como um “clube de senhores”, traduzindo-se numa “ficção de democracia parlamentarista” (CARDOSO, 2006, p. 31).

Esses fatores políticos geravam tensões e insatisfações em razão do demasiado centralismo do governo imperial, alimentando cada vez mais as reclamações das classes urbanas emergentes e das oligarquias regionais, para que houvesse maior autonomia das províncias.

1.1.2 Economia colonial pré-República

Nos três últimos decênios antecessores à República, significativas modificações na base da economia brasileira se processaram, determinadas pela expansão da lavoura cafeeira na região centro-sul. A intensa atividade mercantil/financeira alavancou um surto de prosperidade urbano-industrial conduzido pelo financiamento externo e pela ingerência do capitalismo estrangeiro na economia, especialmente o capital inglês. O aporte de recurso propiciou um avanço na infraestrutura da economia agroexportadora, financiando e incrementando, também, a expansão das ferrovias e a melhoria de portos, fato que permitiu a instalação de fábricas, refletindo, ainda, na expansão nos setores de serviços urbanos. Ao advento disso, a sociedade da época dinamizou-se com o crescimento das cidades e as migrações (LOPES apud CARDOSO, 2006). Nesse cenário, sobressaíam-se na economia imperial os conflitos de interesses entre a manutenção da política econômica agroexportadora, assentada na grande propriedade territorial escravocrata, e a incipiente classe burguesa, que reclamava a nacionalização do comércio. As mais expressivas queixas eram dos artesãos e pequenos comerciantes, cuja sobrevivência se tornara difícil devido à crescente concorrência estrangeira dos produtos manufaturados ditados pela recorrente industrialização europeia (FAUSTO, 1960).

Essas questões formavam o esteio para que a classe urbana de liberais e conservadores pudesse barganhar com o imperador, objetivando influenciar o poder para, num horizonte próximo, promover o rompimento do sistema de governo. A motivação era tida como nobre, sempre para o bem do povo e da nação brasileira, mas bastava um aceno do governo com

regalias e benefícios, ao velho modelo clientelista, para que a oligarquia liberal e a intransigente classe conservadora assumissem uma posição mais alinhada aos interesses reais (VIOTTI DA COSTA, 2010). O império, para manter subserviente a nova classe urbana, recorria, sistematicamente, à prática do clientelismo/patrimonialismo, concedendo e barganhando espaços na política e na economia como forma de manter o ideal monárquico legitimado sob a forma estamental. Preponderava a ética de favores sobre a ética competitiva, o bem público confundia-se com os bens pessoais (caráter patrimonial). Assim se processavam as relações pessoais, políticas e econômicas ao velho sistema de clientela e patronagem, em que as oligarquias consolidaram sua hegemonia e seu modo de vida sobre os demais grupos sociais, legitimando a prevalência da Monarquia parlamentarista. Esse tipo de relação era conveniente ao Monarca, pois acomodava os interesses, mantendo sob controle eventual dissidência. Cooptava qualquer um que se opunha ao sistema, processo do qual o maior exemplo se traduziu na expoente classe dos profissionais liberais, como observa Faoro:

A classe é um fenômeno da economia e do mercado [...]. As classes, nas suas conexões com o domínio, o comando e a política, ganham ascendência com a sociedade burguesa, com a revolução industrial. Num período pré-capitalista – de capitalismo comercial ou de capitalismo politicamente orientado –, elas se acomodam e subordinam ao quadro diretor, de caráter estamental. Suas pretensões de se apropriar das decisões do Estado ou do seu mecanismo se perdem na mediação de outras categorias fortes para a ação imediata somente com o predomínio da sociedade industrial (1960, p. 203).

Pelo exposto, as classes urbanas coloniais originárias da Revolução Industrial, mais especificamente do capitalismo comercial, foram absorvidas pelo sistema de governo, acomodando-se pela subordinação e mediação dos grupos dirigentes, diluindo seus interesses nas decisões da política pela adesão ao sistema de clientelismo e patrimonialismo do estamento. A acomodação dos interesses, porém, mantinha latentes as divergências, tensões sociais e, sobretudo, as diferenças econômicas que permaneciam na iminência de se reacenderem, a qualquer pretexto.

Por sua vez, o incremento da economia de exportação favorecido pela demanda do mercado internacional e pela revolução do sistema de transportes, cujo reflexo interno, como já dito, se traduzia na urbanização e no desenvolvimento do mercado consumidor nacional, determinou algumas divisões ideológicas na elite dominante. Viotti da Costa descreve adequadamente esse contexto:

As elites brasileiras que tomaram o poder em 1822 compunham-se de fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela, ligados à economia de importação e exportação e interessados na manutenção das estruturas tradicionais de produção cujas bases eram o sistema de trabalho escravo e a grande propriedade. Após a Independência, reafirmaram a tradição agrária da economia brasileira; opuseram-se às débeis tentativas de alguns grupos interessados em promover o desenvolvimento da indústria nacional e resistiram às pressões inglesas visando [sic] abolir o tráfico de escravos (2010, p. 9).

Ao contrário da elite agrária, a incipiente classe média urbana, constituída da pequena produção e do pequeno comércio, cansada da excessiva centralização, em que não possuía voz e vez, buscava seu espaço no regime federativo para influenciar o poder político e econômico a seu favor (FAUSTO, 1960, p. 11). Eram pequenos artesãos, apoiados por médicos, advogados, jornalistas, profissionais liberais decorrentes da urbanização, negros, ex-escravos – que haviam conquistado a liberdade, não alinhados com a política segregatória da classe dirigente – e mulatos (VIOTTI DA COSTA, 2010). No entanto, esses setores socialmente novos, compostos também dos militares, fazendeiros de café e letrados civis, agora descritos por Cardoso (2006), não conseguiram fundamentar e desenvolver uma política independente, ao sabor do que relata Fausto (1960) acerca da ambiguidade e da heterogeneidade da classe média. Isso os tornava incapazes de formular uma política autônoma fora dos quadros de representação da qual eram dependentes ideologicamente. Assim, ao modo das “janelas de oportunidades”, clientelismos e subserviência da oligarquia estamental, integravam-se ao sistema dominante, assimilando o estilo e as aspirações da Monarquia.

A agricultura brasileira do período, por ser o carro-chefe da economia colonial, principalmente para atender à demanda e expansão do mercado internacional, incrementava a produção do café nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (LOPEZ; MOTA, 2010). Esses estados eram considerados a locomotiva desenvolvimentista do país, com as suas grandes fazendas de cafés e senzalas. Paralelamente a isso, surgiam as questões da distribuição da terra e da desapropriação da mão de obra escrava, modo tradicional de produção colonial, a qual vinha recebendo adeptos para a sua abolição, em razão da iminente industrialização europeia que necessitava alocar a produção industrial em mercados consumidores. A solução postulada pelos grandes fazendeiros, diga-se, também, componentes da classe dirigente, foi estimular a imigração de mão de obra e a regulamentação limitadora na distribuição e no acesso a terras ao contingente dos imigrantes, limitando-lhes o acesso a terra e obrigando-os a se empregarem como mão de obra barata nas grandes fazendas cafeeiras, em substituição ao escravo (VIOTTI DA COSTA, 2010).

Os anos que sucederam, 1822 a 1880, foram conturbados em relação ao equilíbrio político e econômico, gerando tensão entre as oligarquias agrárias dominantes e as classes emergentes urbanas. O terreno mostrava-se fértil para o Partido Republicano cooptar para suas fileiras os descontentes, entoando o canto da sereia republicana, especialmente sobre a crescente classe de insatisfeitos com o regime. Os debates, os conchavos, os arranjos e as negociatas políticas saíam dos limites palacianos imperiais para ganhar as ruas e praças públicas, bem ao estilo da urbe das cidades que se desenvolviam pela aglomeração das populações.

Divergências e versões à parte, o consenso formou-se em torno de questões cruciais que influenciariam, direta ou indiretamente, a proclamação da República. Passava pela incapacidade do Regime Monárquico de resolver os problemas nacionais latentes, como a abolição da escravatura, a imigração, a industrialização, as divergências entre as oligarquias agrárias e os setores republicanos e a questão militar do pós-Guerra do Paraguai. O fundamental, entretanto, residia na questão das transformações sociais, políticas e econômicas que formavam o conjunto histórico que exigia pronta resposta para atender satisfatoriamente aos anseios da sociedade. O modelo vigenteurgia se atualizar, pois se tornara obsoleto, e a tendência era de que as forças motrizes da evolução o substituíssem por aquele que melhor satisfizesse os desejos e as necessidades da sociedade. Viotti da Costa, a respeito, assim refere:

A classe senhorial, ligada ao modo tradicional de produção, incapaz de se adaptar às exigências de modernização da economia, foi profundamente abalada. Ela representara até então o alicerce da Monarquia. Com a Lei Áurea, a Monarquia enfraqueceria suas próprias bases. “A nova oligarquia que se formava nas zonas pioneiras e dinâmicas, onde se modernizavam os métodos de produção, assumiria liderança com a proclamação da República Federativa que viria realizar os anseios de autonomia que o sistema monárquico unitário e centralizado não satisfazia” (2010, p. 455).

Reclamando urgência nas reformas estruturais da base colonial desencadeada pelas crises que se alastravam no decorrer dos idos anos de 1868 a 1889, alimentada cada vez mais pelo cenário macroeconômico internacional – industrialização recorrente –, as elites brasileiras encontravam-se na iminência de promover a mudança da forma de governo. Para isso, porém, algumas relevantes questões afloraram, contribuindo para a composição do quadro da derrocada imperial.

1.1.3 O poder temporal e o poder espiritual

Muito se falou a respeito da questão religiosa que influenciou significativamente os rumos da Monarquia e da República. A carta imperial de 1824 estabelecia como a religião oficial do Estado a “Católica Apostólica Romana, permitindo às outras religiões o culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo (BRASIL, 1824, art. 5º)”. Resguardava o §14 do art. 102 da mencionada carta, porém, o direito de “padroano e beneplácido” do imperador, ou seja: a sanção pelo imperador para a validade ou não das encíclicas papais romanas naquilo que se opusera ou não à constituição (HOLANDA, 2004, p. 372; LOPEZ; MOTA, 2008, p. 527). Esse instituto desagradava a autoridade episcopal, sendo, contudo, tolerado. Por evidente, a ingerência de parte a parte nas esferas espiritual e civil se transformaria em ponto nevrálgico nessa relação, tendo em vista o caráter delimitador de suas competências, bastando um simples motivo para expor as divergências e deflagrar o conflito.

Conforme Holanda (2004), no tocante à ortodoxia clerical da fé cristã, o clero nacional não se mostrava rigoroso seguidor, ao contrário, bebia da mesma fonte das letras francesas e da literatura profana, mostrando-se saturado das ideias iluministas, dos ideais democráticos e liberais da revolução francesa. Professava, “ao lado do ideal iluminista no que diz respeito às relações entre Igreja e o Estado, o mais ferrenho regalismo, apoiado na tradição lusitana, particularmente a pombalina” (HOLANDA, 2004, p. 374). Essa notoriedade posicionista clerical refletiu a atuação da Assembleia Geral do Império ao revogar o impedimento ao celibato no que concerne à ordem constitucional Imperial, prevalecendo a supremacia do poder civil sobre o poder religioso, de modo a denotar a interferência na competência quanto à eficácia e ao alcance das bulas papais.

No que se refere à posição oficial do Estado, constitucionalmente declarado Católico, a maioria da população brasileira, ao contrário, não professa a fé romana:

Examinando a situação religiosa do país, em 1879, Perreira Barreto esboça um quadro que, sem pretender ser rigorosamente exato, nos revela o que foi a fisionomia religiosa do Império, em quase toda a sua extensão: “O nosso clero [...] é deísta; quase todo o Senado é deísta; o ensino oficial da filosofia nas academias de S. Paulo, de Pernambuco, dos liceus, nos colégios, é exclusivamente deísta; é em uma palavra o puro deísmo que domina em todas as camadas incultas da nossa sociedade, as quais constituem com segurança quatro quintos da população [...] e [...] excluída desses quatro quintos a população escrava, que é totalmente fetichista, não obstante o rótulo católico que a cobre, resta-nos uma grande fração que vive engolfada no mais profundo politeísmo primitivo” (HOLANDA, 2004, p. 373).

Do excerto acima, pode-se observar o caráter do sincretismo religioso da população brasileira colonial, situação que se estende aos dias atuais, razão por que na ordem política havia a dissociação dos interesses religiosos e civis.

A Maçonaria, como relata Viotti da Costa (2010), coabitava pacificamente com a Igreja nesse contexto – muito embora não seja consensual esse entendimento, porque, quando se trata de divergências entre fé e razão, a polêmica se instala –, tendo sido força atuante, também, no processo de independência, nas revoluções, no congresso e em vários setores da vida pública. A vida religiosa flagrava-se influenciada pelo ideal liberal, tendo alguns clérigos a evidente identificação maçom, o que concorrera para o incidente envolvendo os bispos de Olinda e Pará na crise de legitimidade do Império. Holanda (2004) possui visão diferente e não tanto significativa desse incidente, argumentando que isso não contribuíra substancialmente para o desfecho da Monarquia. A questão religiosa, no seu entendimento, era mais ampla, ao contrário das versões contaminadas pela parcialidade de alguns autores, cujo conteúdo precisava ser mais bem delineado para uma forma mais precisa e menos apaixonada:

A questão dos bispos – escreveu o Barão do Penedo em seu livro *Missão Especial a Roma* – foi um deplorável incidente improvisado em 1873, sem que o menor sinal o houvesse anunciado, e tomou tais proporções que chegou a ponto de requebrar-se em cisma. Felizmente a revolta cedeu à ação da lei; pacificou-se por uma anistia, e o culto religioso foi prontamente restituído pelo Papa à sua antiga regularidade. “A agitação moral desapareceu, as paixões acalmaram-se, e tudo voltou, como se nada tivesse havido, ao sossego anterior a tão inesperada perturbação.” A ser verdadeira a asseveração do ilustre diplomata, a questão religiosa parecer-nos-ia inexplicável, reduzida a um caso momentâneo exclusivamente provocado pela afoiteza dos bispos, que seria gratuita e inesperada, ou talvez pela obstinação da Maçonaria brasileira. E se assim fosse, dificilmente poder-se-ia compreender como a questão tomou “tais proporções que chegou a ponto de requebrar-se em cisma.” (HOLANDA, 2004, p. 370, grifo nosso).

Rocha Pombo (1947) comunga dessa opinião, uma vez que considera de menor relevo o episódio religioso para a derrocada da Monarquia, destacando, entretanto, as questões militares e a abolição da escravatura como de maior envergadura para a crise do Império.

Efetivamente, o incidente religioso toma forma com o retorno ao território brasileiro dos bispos católicos D. Vital e D. Antônio de Macedo Costa, representantes no Brasil dos interesses do catolicismo no Pontificado de Pio IX. Defensores inflexíveis da doutrina cristã, empreenderam, nos anos 1871 e 1872, luta aberta contra o Partido Liberal do Pará, o qual defendia a “razão absoluta, impessoal, sem ser nenhuma delas” em detrimento da fé católica. Considerando suas convicções doutrinárias, os bispos não admitiam, também nas palavras de Holanda, “[...] as espúrias alianças entre a Maçonaria e a Igreja, entre o catolicismo e o liberalismo que o negava ou desfigurava” e era praticado declaradamente no Brasil (2004, p. 392). Era o fato precedente do iminente conflito evocado pela Igreja, como detentora oficial do poder espiritual, contra o poder temporal monárquico (civil) na disputa dos desígnios da fé na sociedade brasileira, sem levar em conta ser a maioria da população desprovida de fundamentalismo católico cristão.

Os maçons, na defesa de seus integrantes, passaram a hostilizar a Igreja e a pregar a separação do governo e da religião. O fato motivador dessa represália consistiu na suspensão, como punição, imposta pelo bispo do Rio de Janeiro D. Pedro Maria de Lacerda ao Padre Almeida Martins, identificado com os ideais liberais maçons. O estopim das hostilidades deu-se com a participação do padre numa sessão maçônica realizada na Loja O Grande Oriente Lavradio, em homenagem ao Visconde do Rio Branco, Grão-Mestre Maçônico. A punição imposta pelo bispo não era a seu alvedrio, mas embasado em farta orientação pontífice no sentido de combater os “pedreiros livres⁸”. A partir disso, iniciou-se uma série de retaliações e ameaças recíprocas entre as entidades, culminando com o manifesto maçônico de 17 de abril de 1872, no Rio de Janeiro, no qual eram sustentados a “[...] plena compatibilidade entre o bom católico e a Maçonaria e o antagonismo entre esta e o jesuitismo ultramontano”, de modo a reafirmar o caráter de respeito à ordem legal e a liberdade religiosa. Em sentido contrário, a Igreja respondia com a Carta Pastoral de 17 de março de 1872, de D. Vital, declarando guerra ao “livre exame” e à decadência dos costumes religiosos (HOLANDA, 2004, p. 393).

A questão toma dimensões de crise quando o Bispo de Olinda D. Vital determina por ofício, enviado a 28 de dezembro de 1872, ao vigário da freguesia de Santo Antônio-PE, a excomunhão e expulsão do Pe. Antônio José da Costa Ribeiro da irmandade do Santíssimo

⁸ Sinônimo de patriota (HOLANDA, 2008, p. 334).

Sacramento, caso não abjure da irmandade maçônica, “seita” condenada pela Igreja (FAUSTO, 2001). Fato semelhante dá-se com o Bispo do Pará D. Macedo Costa, embora ao contrário do que determinara D. Vital, pois nesse caso o Bispo proíbe os Padres maçons de participar da irmandade e das confrarias, a não ser que também abjurem. A irmandade de Olinda não cumpre a determinação, ao argumento de que não possui tais poderes e por estes não constarem dos estatutos da entidade, nem serem referendados pelo poder civil – Carta constitucional imperial vigente. Pela insurgência, a irmandade sofre por parte do bispo a interdição até o cumprimento integral de sua ordem de excomunhão dos confrades. Por sua vez, a irmandade apela ao poder civil com fulcro no Decreto nº 1.911, de 28 de março de 1857⁹. O Conselho de Estado, ao tomar conhecimento da apelação, resolve pelo levantamento da interdição, tendo o Ministro do Império João Alfredo Correa de Oliveira, a 12 de julho de 1873, oficiado a D. Vital para, num prazo de um mês, cumprir a determinação. D. Vital rechaça os argumentos da intimação, afirmando a Igreja não reconhecer o instituto do beneplácito do poder civil e argumentando não haver como a esfera temporal determinar a competência e o alcance da vida espiritual, ao fato de a Igreja condenar a seita maçom.

D. Vital passa a ser tratado como funcionário civil rebelde por fazer guerra formal ao Governo Imperial, sendo julgado pelo Tribunal de Justiça do Império por afronta aos dispositivos constitucionais (FAUSTO, 2001). O mesmo se sucede com D. Macedo da Costa. D. Vital foi condenado em 24 de fevereiro de 1874 e D. Macedo da Costa, por sessão de 27 de junho a 1º de junho do mesmo ano, tendo sido preso, preventivamente, em 28 de abril de 1874. Ambos foram dados como incurso nas penas do art. 96 do Código Criminal. Zacarias de Goés, Vasconcellos e Cândido Mendes de Almeida atuaram na defesa do bispo D. Vital e na de D. Macedo da Costa, Zacarias e Ferreira Viana (HOLANDA, 2001).

A condenação suscitou veementes e amargos protestos do pontífice Pio IX ao Imperador, de pronto rebatido por parte do Império brasileiro ao argumento da sua plena independência e soberania nas questões de ordem civil. A questão equacionou-se com a anistia do Imperador aos Bispos condenados, restituindo-lhes a liberdade com a promessa de

⁹ DECRETO Nº 1.911 - de 28 de Março de 1857. Regula a competência, interposição, efeitos e forma do julgamento dos Recursos à Coroa.

Hei por bem, Usando da autoridade que Me confere o Artigo cento e dous paragrapho doze da Constituição, Decretar o seguinte.

Art. 1º Dá-se Recurso à Coroa:

§ 1º Por usurpação de jurisdição e poder temporal.

§ 2º Por qualquer censura contra empregados civeis em razão de seu Officio.

§ 3º Por notoria violencia no exercicio da jurisdição e poder espiritual, postergando-se o direito natural, ou os Canones recebidos na Igreja Brasileira.

levantamento dos interditos e das proibições aplicadas aos maçons, levados a efeito por D. Vital, pelo Papa Pio IX (HOLANDA, 2001; FAUSTO, 2001).

Esse episódio acentuou as diferenças entre a Igreja e o Estado, porque as bulas, encíclicas e constituições apostólicas não recebiam o beneplácito do Império brasileiro e, portanto, não possuíam eficácia na ordem civil imperial.

À evidência dessa disputa, tornava-se clara a influência da ideologia liberal/republicana na sociedade brasileira, calcada nos ideais iluministas defendidos pelos Republicanos, que viam através da liberdade de credo a possibilidade de implantar um estado, senão laico, ao menos com a separação dos dois poderes. Questões como essa, escancarada pelos maçons, não deveriam determinar os rumos da política nacional, nem influenciar a vida dos cidadãos brasileiros, no entanto reforçaram a tibieza do Império. Esse seria o caminho pelo qual os setores de vanguarda da sociedade brasileira professavam os ideais republicanos em prol de uma descentralização administrativa, política e econômica das bases que sustentavam o governo imperial.

1.1.4 O poder civil x poder militar

O mais interessante do processo transitório é que a República brasileira nasceria de uma base revolucionária militar. Desde a independência, o militarismo sofrera grandes transformações na estrutura social do corpo de oficiais, dissociando-se, por consequência, dos laços tradicionais entre a elite e a liderança do Exército, ao contrário da forma que se dera no caso europeu, por força das massas populares organizadas, ao estilo francês (HOLANDA, 2004). A maioria da população brasileira, pela influência do “estamento” governamental e das oligarquias que detinham o poder, reagia seguindo o que era determinado pelos grupos de interesses, representado no processo de transição elemento coadjuvante (FAORO, 1984).

No entendimento de Fausto, duas forças de características distintas contribuíram para precipitar a derrocada do Regime Imperial, o Exército, em primeiro lugar, e um expressivo setor da burguesia cafeeira articulada politicamente no Partido Republicano Paulista, mencionando fatores humanos, nas suas palavras, “às vezes esquecidos, como se a história não fosse feita de carne e osso” (FAUSTO, 2004, p. 235). As duas forças interagiram: o Exército foi decisivo, e a burguesia cafeeira possuía base sociável sustentável de que não

dispunham o Exército e a população urbana do Rio de Janeiro. O elemento humano, a pessoa do imperador, liberal por convicções, encarnava o fator estabilizante dos conflitos entre Exército e elite imperial, pesando em seu desfavor a perspectiva de um terceiro reinado pouco animador pela ascensão da Princesa Isabel e do Conde D'eu, seu marido, considerado de personalidade discutível.

Aos olhos da Monarquia, a armada constituía-se na força militar que melhor representava e protegia os seus interesses, relegando ao Exército um papel secundário na hierarquia militar, na qual era sistematicamente subjugado pelos gabinetes civis que os comandavam. As classes dirigentes, cientes dessa situação, vislumbraram no Exército uma oportunidade para substituir a Monarquia e instituir o poder republicano, ampliando a sua base de poder. Caberia a essa força armada o papel de salvadora da nação, pois desde o fim da Guerra do Paraguai o Exército não dispunha de bom relacionamento com a casa imperial. Os desentendimentos entre o governo, deputados e oficiais do Exército se acentuaram a partir de 1883, especialmente em 1884, conforme relato de Fausto:

Um dos mais expressivos atritos ocorreu quando em 1884 o Tenente-Coronel Sena Madureira, oficial de prestígio e amigo do imperador, convidou um dos jangadeiros que havia participado da luta pela libertação dos escravos no Ceará a visitar a Escola de Tiro do Rio de Janeiro, do qual era comandante. O oficial foi punido com sua transferência para o Rio Grande do Sul. Aí publicou no jornal republicano, *A Federação*, um artigo, narrando o episódio do Ceará que acirrou os ânimos (2004, p. 233, grifo nosso).

Fausto continua a relatar que, ao lado do caso Sena Madureira, outros acontecimentos surgiram, gerando polêmicas nos jornais, circunstâncias que levaram o Ministro da Guerra a proibir discussões na imprensa pelos militares das questões políticas e de cunho corporativo, sendo esse o elemento de insubordinação que menciona Rocha Pombo (1947). Os militares do Rio Grande do Sul protestaram, e Deodoro da Fonseca, presidente da província na época, recusou-se a punir seus comandados, sendo, então, instado a comparecer ao Rio de Janeiro para se explicar. Os militares, em razão disso, criaram o “clube militar” como instituição política permanente de defesa dos seus interesses, nomeando Deodoro para a presidência.

A insatisfação no meio militar, entretanto, já decorria dos primórdios da Guerra do Paraguai, ou até mesmo de momento anterior, quando os jovens oficiais do Exército e

estudantes das academias militares, em contato com a filosofia comtista, editaram um periódico no ano 1855, queixando-se do tratamento dispensado à oficialidade:

Nesse Jornal, que se intitula *O Militar*, e é impresso no Rio de Janeiro, os “legistas”, já designados com esse nome, aparecem, por exemplo, no número 25 de abril de 1855, como os grandes, talvez, os únicos, responsáveis pelo atraso do Império. Devido a sua negligência e incompetência, a agricultura nacional chegara à beira do precipício, por falta de braços, [...] não houve preocupação em substituí-los. Criticam, ainda os articulistas, o mau estado em que os mesmos legistas deixaram a lavoura, a deficiência, no Império, das vias de comunicação, os embaraços criados à indústria, e também ao comércio [...] a situação do clero que, por culpa dos mesmos juristas, descera ao mais baixo grau de descrédito, as tramoias e violências eleitorais, a corrupção, [...] a maneira pouco edificante com que fora suspenso o tráfico de negros, isto é, pela pressão britânica, que “repugna a um coração brasileiro”. [...] no pouco caso mostrado à classe militar, sobre a qual se lançara um “manto espesso de ignomínia e miséria” (HOLANDA, 2008, p. 354-355, grifo nosso).

Nas insatisfações dos militares observam-se as questões envolvendo a lavoura – bem provavelmente a cafeeira, cujos fazendeiros tinham grande interesse em pressionar o Império por melhores condições políticas e econômicas, alhures comentário precedente –; o desenvolvimento das vias de comunicação, da indústria e do comércio; o atrito com o clero; a questão eleitoral; a pressão britânica para abolir o tráfico de escravos e o descaso para com a situação dos militares. Interessante, entretanto, é a ameaça veemente dirigida aos grupos dirigentes na mencionada publicação, que ora se grifa: “*Senhores Legistas. O período de vossa usurpação está acabado...*” (HOLANDA, 2008, p. 355, grifo do autor).

Nos sucessivos acontecimentos, a insatisfação militar e a propaganda republicana só aumentavam, criando corpo e intensidade, notadamente no clube militar e nos partidos republicanos que proliferavam nas províncias do Império. Fausto (2004), ainda, destaca o acontecimento envolvendo o convite do Imperador, no ano 1889, a Visconde de Ouro Preto, liberal convicto, para formar novo gabinete. Com a sua assunção, Ouro Preto pretendeu impor uma série de reformas, mas o fato determinante para acirrar os ânimos entre os militares foi a nomeação de *Silveira Martins para a presidência do Rio Grande do Sul*, inimigo pessoal do Mal. Deodoro da Fonseca, que, no futuro da República, representaria grande líder e expoente belicoso nas disputas políticas, em especial na província rio-grandense.

Rocha Pombo (1947) destaca, igualmente, um episódio ocorrido durante a Guerra do Paraguai que se traduziria num elemento de suma importância nas decisões políticas pelo qual alimentaria o uso das armas. O autor menciona a incompatibilidade entre o Marquês de

Caxias, comandante do Exército na guerra, e o gabinete de Zacarias. A questão central consistia no fato de que o Imperador deveria se posicionar pelo prestígio de um dos contendores, tendo o Conselho de Estado, no entendimento do princípio de independência do poder, recomendado a permanência do Ministério. Esse episódio teria incutido na tropa o “micróbio do militarismo”, alimentando, futuramente, a temperança revolucionária sujeita a atos de indisciplina e insurreições da corporação.

O mesmo autor (1947) procura delinear melhor o caráter do militarismo, mencionando que a indisciplina do Exército brasileiro se dava pela ausência da tradição militar, considerando-a a base principal das corporações armadas, e pela nociva influência dos militares do Prata quando do contato no conflito meridional. A aproximação dos militares brasileiros com o militarismo platino serviu de escola para o “despotismo” e a “caudilhagem”, incutindo-lhes o espírito “de Mitre, do Rosa, dos Rivera e dos Lopes”, líderes revolucionários dos países daquela região. E prossegue: “se inexistisse esse verme de insubordinação, especialmente nos oficiais letrados, pouco influenciaria em eventual insubordinação da caserna” (ROCHA POMBO, 1947, p. 309).

Por outro lado, a indisciplina virulenta instalada no corpo da oficialidade projetou-se na forma de conflito através de um fato insignificante ocorrido numa inspeção de rotina realizada na companhia militar do Piauí. Nessa inspeção, o coronel Cunha Matos acabou por determinar o afastamento do comandante daquela unidade, Cap. Pedro José de Lima, precipitando acontecimentos de extrema gravidade. Esse fato excedeu os limites do âmbito militar para refletir na esfera civil, granjeando amplo debate nas tribunas legislativas e na imprensa, o que permitiu a discussão pela sociedade civil. O comandante afastado, irrequieto, representou reclamação ao governo contra o Cel. Matos, alegando arbitrariedade no seu afastamento, parcialidade na apuração dos fatos e omissão de autoria de correligionários seus. Ao tomar conhecimento, o Ministro da Guerra submeteu o caso à apreciação do Conselho de Guerra, e a partir daí o episódio tomou assento nas discussões na Câmara e na imprensa. Por consequência, o Ministro da Guerra mandou advertir, nos fins de julho de 1886, Cunha Matos na ordem do dia de que não poderia tratar dos assuntos internos militares na imprensa sem prévia licença do Ministério e mandou detê-lo por 48 horas por ato de indisciplina contra superior. A punição acirrou ainda mais os ânimos da corporação.

Por conta disso, vários expoentes aproveitaram a oportunidade para compor o debate político e abrasar de vez a crise institucional entre militares e civis. Dentre eles destacou-se Pelotas, militar de origem que, ao tomar a defesa de Cunha Matos, afirmara o direito de

desagravo na defesa da honra, o que foi rebatido pelo Sen. Barros Barreto ao argumento de que desde que a lei assim o permitisse. Fato semelhante de insubordinação à hierarquia militar de oficiais deu-se no sul, quando o Ten.-Cel. Sena Madureira publicou no jornal *A Federação*, de Porto Alegre, a discussão de assuntos militares, notadamente a punição a Cunha Matos (ROCHA POMBO, 1947, p. 313).

A questão da crise militar somente tomou corpo porque o alto oficialato participava como agente político do poder legislativo, somado ao fato de a Escola Militar propugnar, nas suas cátedras, a ideologia comtista republicana. O episódio contribuiu para o fortalecimento da causa militar e o enfraquecimento do gabinete civil do Império.

Outro aspecto considerável diz respeito à formação dos quadros do Exército, o qual se compunha de membros egressos das classes médias urbanas (LOPEZ; MOTA, 2008). Eram os filhos de famílias pouco abastadas, pois os filhos das famílias ricas direcionavam-se aos cursos jurídicos – mais atraentes financeiramente –, criados no ano 1827, os quais deveriam ser privativamente custeados. Contudo, em épocas anteriores, os altos postos militares eram ocupados por membros das ricas oligarquias ligadas às classes dirigentes, facilitando o rápido acesso por laços de famílias (HOLANDA, 2008), de modo a perpetuar o *status quo* da elite imperial.

Afora entendimento diverso, esses elementos formatavam a aliança republicano-militar para a destituição da Monarquia, sem que houvesse a necessidade da articulação das massas populares, relegada à margem do processo e marginalizada ao sabor dos interesses dos setores dominantes:

Em 1893, quando a República brasileira dava os seus primeiros passos, Silvio Romero denunciava o novo regime como incapaz de fundar no Brasil “uma república democrática livre”. Comentando o comportamento das elites políticas brasileiras de seu tempo, dizia: E depois este sistemático desdém pelo povo, declarado incompetente para fazer a escolha de seus representantes políticos e acoimado de vícios no manejo desse direito [...] é nada menos do que a pretensão desairosa e extravagante de dividir ainda e sempre a maioria válida de uma nação em dois grupos – de um lado os privilegiados, os possuidores sem monopólio das luzes e da dignidade moral, e de outro lado, os ineptos e viciados, os incapazes de qualquer ação política acertada! Àqueles, o governo, a direção, o mando, aos outros a eterna tutela, a minoridade, a incompetência perpétua. É o regime do privilégio na sua mais recente edição, porém sempre o privilégio, queremos dizer o abuso e a compressão. [...]. Este banqueirismo governativo não passa de uma aristocracia do dinheiro, de um patricialismo do capital, a mais viciada e bastarda de todas as aristocracias (VIOTTI DA COSTA, 2010, p. 16).

A versão tradicional de que a elite colonial articulada com setores do Exército importa a República em substituição à Monarquia, a priori, não se sustenta. Tampouco subsiste o argumento de que a República seria uma consequência e aspiração natural da sociedade em face dos vícios do antigo Regime Imperial, decadente pelos excessos cometidos pela Coroa que aumentavam seu desprestígio. Segundo Fausto (2004), o que selou o rumo da Monarquia restringia-se à disputa entre as elites divergentes, as quais acreditavam que, sem o Exército, seria impossível chegar à República. De acordo com Rocha Pombo, a República seria um ideal posto acima de certas condições fundamentais, indispensáveis à segurança do Estado. E nesse raciocínio prossegue: “*A maior praga destes países tem consistido na exploração do elemento militar pela astúcia dos políticos*”, referindo-se ao critério utilizado pelos países sul-americanos quando da transição da forma de governo, como foi o caso brasileiro (1947, p. 307, grifo nosso). Essa afirmativa reforça os argumentos de Fausto (2004) acerca do propósito republicano orquestrado pelas elites divergentes.

Há que se considerar, porém, as versões preconizadas pelos Monarquistas e Republicanos. Aqueles alegam que a República fora um acidente e estes, que se tratara de uma consequência natural da exaustão do Regime Monárquico, ante as suas incongruências.

Nesse sentido, Viotti da Costa expõe que:

Os republicanos, uma minoria pouco significativa no total do país, pleiteavam a mudança do regime, à revelia do povo e em benefício próprio. A República fora fruto do descontentamento e da indisciplina dos militares que se aliaram aos fazendeiros ressentidos com a abolição da escravatura. Essa é a versão dos monarquistas. Os republicanos eram, sob certos aspectos, mais objetivos, embora tivessem também uma visão parcial e nem sempre exata do movimento. Para eles, a proclamação da República fora a correção necessária dos vícios do regime monárquico: os abusos do Poder Pessoal, vitaliciedade do Senado, centralização excessiva, fraude eleitoral que possibilitava ao governo vencer sempre as eleições etc. Correspondendo a uma aspiração nacional, o movimento republicano teria uma força irresistível. Ao proclamar a República, os militares seriam intérpretes do povo. Ao partido republicano e ao Exército cabiam as glórias do movimento. Alguns cronistas influenciados pelo positivismo, então em voga, consideraram a queda da Monarquia uma decorrência natural do processo histórico: estando o regime monárquico historicamente condenado, a República era o desenlace natural dos acontecimentos (2010, p. 449).

Constata-se que vários fatores contribuíram para a implantação da República. No entanto, o elemento militar teve sua importância dimensionada pelo que representou na Guerra do Paraguai e na campanha do Prata, especialmente pelos proeminentes líderes Caxias

e Deodoro da Fonseca, assim como a força política representada pela Escola Militar (ROCHA POMBO, 1947). Soma-se a isso o fato de o elemento militar ter servido de instrumento da elite dirigente para atingir o fim republicano. Só que as consequências da militarização – sufragada pela insubordinação – e da política implicariam o desdobramento de episódios que atingiriam as províncias, notadamente o Rio Grande do Sul, pela clara identificação com as fileiras do Exército de onde surgiram seus principais líderes. O fato é que a aliança entre republicanos civis e militares há tempos já se delineava:

Contato entre alguns líderes republicanos paulistas e gaúchos e os militares, visando a derrubar a Monarquia, vinham acontecendo esporadicamente desde 1887. A 11 de Novembro de 1889, figuras civis e militares como Rui Barbosa, Benjamin Constant, Aristides Lobo e Quintino Bocaiúva reuniram-se com o Marechal Deodoro, tratando de convencê-lo a liderar um movimento contra o regime. A participação de Deodoro era importante como figura conservadora e de prestígio do Exército. Ele resistia por ser amigo do imperador e não gostar de paisanos na conspiração. O problema lhe parecia de ordem estritamente militar. Mas uma série de boatos espalhados pelos jovens militares, falando da prisão de Deodoro, da redução dos efetivos ou mesmo da extinção do Exército, levou Deodoro a decidir-se pelo menos a derrubar Ouro Preto (FAUSTO, 2008, p. 234).

A caserna insatisfeita dos tempos idos da Guerra do Paraguai, aliada ao objetivo civil da República pelas classes dirigentes, formava o elemento central da causa republicana, bastando para isso apenas uma liderança e força capaz de promover a mudança. A liderança se corporifica na pessoa do Mal. Deodoro da Fonseca, líder máximo do Exército. E a força seria o próprio Exército.

As possíveis causas da Proclamação da República, destaca Holanda (2008), giraram em torno de uma crise de instabilidade e de deficiência do governo imperial para solucionar as questões nacionais. Na visão de Viotti da Costa, ela decorreu da conjugação de três forças: “[...] uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas que, para a obtenção dos seus desígnios, contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais” (2010, p. 489). Evidente, porém, que todas essas forças uniram-se em prol do ideal republicano, surgindo como forma conciliadora da unidade nacional através da coerção exercida pelo Exército de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto (PESAVENTO, 1983), mesmo pensamento comungado por Sêga (2003, 2004).

1.1.5 A capitulação da Monarquia

Na véspera do dia 15 de novembro de 1889, a agitação militar se intensifica para a tomada do poder. Corriam boatos de que o governo imperial determinara a prisão do Mal. Deodoro e de Benjamin Constant para evitar um eventual levante revolucionário. Por sua vez, o Mal. Deodoro tomava a frente das tropas do Exército e se dirigia ao quartel general da guerra onde estava congregado o Ministério de Ouro Preto (HOLANDA, 2008) e diante dele, no relato de Rocha Pombo, dirigiu-lhe as seguintes palavras:

V. ex. e seus colegas estão demitidos por haverem perseguido oficiais do Exército e revelarem o firme propósito, em que estavam, de abaterem, ou mesmo dissolverem o próprio Exército. Os senhores não têm e nunca tiveram patriotismo. Patriotismo tem tido todo o Exército, e disso deu provas exuberantes durante a campanha do Paraguai, onde sofreu vicissitudes de toda a parte (1947, p. 336).

Deodoro, nesse discurso, enumera as perseguições perpetradas pelo governo de Ouro Preto contra os oficiais militares, enfatizando os avisos que lhes proibiam a discussão pela imprensa. Em seguida, disse que o Ministério estava deposto e outro seria organizado dando voz de prisão a Ouro Preto e ao Sen. Cândido de Oliveira (HOLANDA, 2008, p. 416). Floriano, em prol de sua liberdade e de garantias pessoais, interveio para que não fossem presos, tendo o Mal. Deodoro dito “Estão garantidos pelo desprezo Público” (ROCHA POMBO, 1947, p. 337), embora tenha determinado, posteriormente, a prisão de Ouro Preto sob o receio da tomada de alguma reação por parte do governo.

Esse episódio, entende Holanda (2008), denotou a convicção de Deodoro de que as oligarquias monárquicas pertenciam ao passado e que daquele instante em diante começaria a oligarquia republicana. Deposto o Ministério, o Mal. Deodoro assume a chefia das forças armadas e desfila pela cidade acompanhado das brigadas do Exército e dos alunos da Escola Militar, havendo a aclamação pelo povo e sendo bem recebido no quartel general da armada. Era o êxito da empreitada militar:

Pelas três horas da tarde grande massa de povo penetrou no edifício da câmara municipal, onde o vereador José do Patrocínio pronunciou um discurso. Lavrou-se em seguida uma ata, que com imenso concurso de povo foi levada ao conhecimento do Marechal Deodoro. Nela se declarava aos representantes do Exército e da armada que o povo reunido em massa na câmara municipal proclamava o governo republicano e pedia a sanção deste ato proclamando imediatamente a República (ROCHA POMBO, 1947, p. 337).

A República estava consumada, e os meios de comunicação no dia seguinte estampavam manchete noticiando a Proclamação (Jornal *Estado de São Paulo* datado de 16 de novembro, p. 2, redator Júlio Mesquita – ANEXO A). Bastava comunicar ao Imperador a sua deposição, o que fora feito no dia 16 de novembro de 1889 por carta redigida pelo Marechal Deodoro, da qual se transcreve o trecho final:

[...] Obedecendo, pois, às exigências urgentes do voto nacional, com todo o respeito devido à dignidade de suas funções públicas que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos que o governo provisório espera de vosso patriotismo o sacrifício de deixardes o território brasileiro, com a vossa família, no mais breve possível. Para esse fim, se vos estabelece o prazo de 24 horas, que contamos não tentareis exceder. [...]. O país conta que sabereis imitar, na submissão aos seus desejos, o exemplo do primeiro imperador, em 7 de abril de 1831. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889 – *Manuel Deodoro da Fonseca* (ROCHA POMBO, 1947, p. 339, grifo do autor).

Nessa mesma carta, o governo provisório confere ao Imperador deposto todas as garantias para si e sua família, proporcionando o transporte com escolta militar que a distinção exigia, assim como a dotação que lhe assegurava a lei até que se pronunciasse a assembleia constituinte. Em resposta, o Imperador redigiu uma carta a Deodoro consoante termos:

A vista da representação, que me foi entregue hoje, às 3 horas da tarde, resolvo, cedendo ao império das circunstâncias, partir com toda a minha família para a Europa, amanhã, deixando esta pátria de nós estremecida, à qual me esforcei por dar constantes testemunhos de entranhado amor e dedicação durante quase meio século, em que desempenhei o cargo de chefe de Estado. Ausentando-me, pois, eu com todas as pessoas da minha família, conservarei do Brasil a mais saudosa lembrança, fazendo ardentes votos por sua grandeza e prosperidade. Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1889. *Pedro de Alcântara* (ROCHA POMBO, 1947, p. 339, grifo do autor).

Aquiescendo o Imperador com a destituição do poder, nada mais restava à família imperial do que rumar ao exílio, consolidando a ruptura da forma de governo. Novos tempos, a partir de então, descortinavam-se com a natural incerteza, indecisão e ansiedade acerca dos rumos a serem tomados.

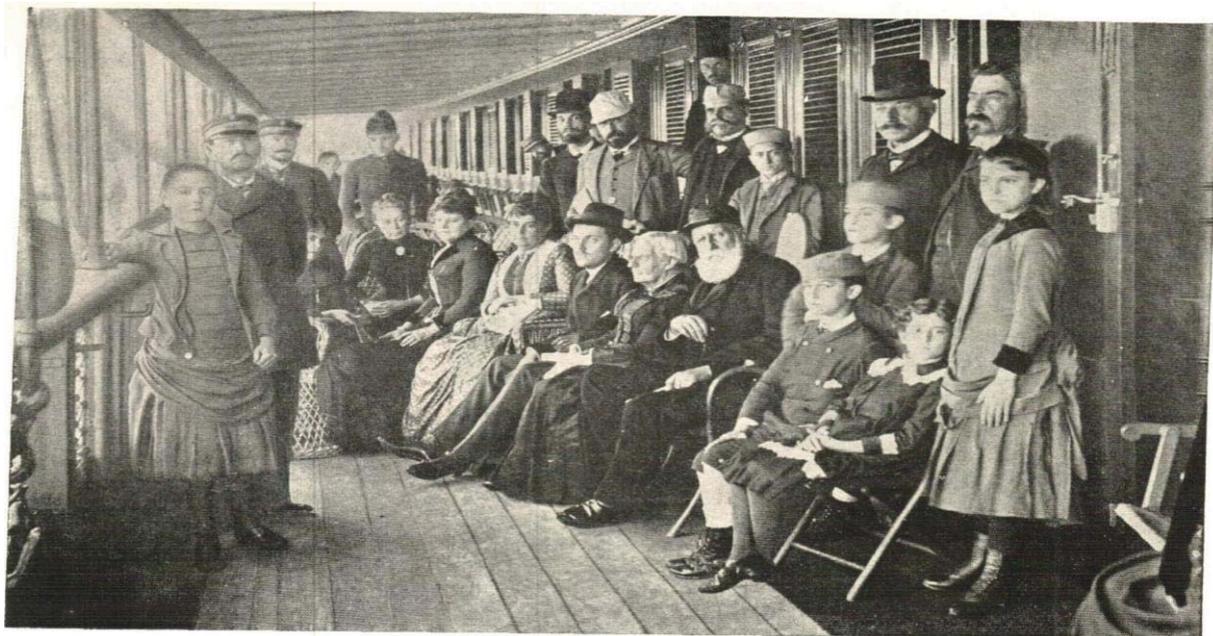


Ilustração 1: Fotografia da Família Imperial a bordo do navio “Alagoas” a caminho do exílio.
Fonte: ROCHA POMBO, 1947, p. 367.

De acordo com Lopez e Mota (2008), a partir disso, os primeiros anos da República se caracterizariam num regime sem o povo, considerando a vitória de republicanos conservadores como Campos Sales, os quais propugnavam a exclusão sociopolítica e cultural, sem cidadania democrática, ao contrário de republicanistas puros como Silva Jardim, que pregavam a participação popular. Isso se configurou porque se sucederam nas primeiras presidências expoentes militares – Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto –, avessos à participação popular, advindo posteriormente o civil Prudente de Moraes, que representava os proprietários rurais de São Paulo e Minas Gerais, cunhando a esse governo a denominação de “República das Oligarquias”, acrescido ao fato de que somente 5% da população podia votar.

1.2 LIBERAIS E REPUBLICANOS NA PROVÍNCIA RIO-GRANDENSE

O governo provisório de 15 de novembro, por decreto do dia 21 de dezembro de 1889, convocou a Assembleia Geral Constituinte a ser realizada no dia 15 de novembro de 1890. O pleito eleitoral ocorreu em 15 de setembro, e a Assembleia instalou-se na data prevista, formada pela maioria absoluta de republicanos, sendo sufragado presidente da casa Prudente de Moraes, com o reconhecimento do governo provisório até a promulgação da nova Constituição (ROCHA POMBO, 1947).

Os fatos históricos que se seguiram, após a instalação da constituinte, traduziram-se na eleição de Deodoro da Fonseca como presidente da República e de Floriano Peixoto como vice, na qual não houve unanimidade, especialmente quanto ao nome de Deodoro, pelo receio de uma eventual ditadura. A preferência dos deputados recaía na pessoa de Floriano, o que se confirmou, posteriormente, com a deposição de Deodoro e a sua assunção ao cargo máximo da República. Segundo Fausto (2004), o governo de Mal. Floriano não se identificava com as forças econômicas dominantes, legitimado que fora pelo Exército e pelo apoio político dos jovens das escolas civis militares, ao contrário da visão liberal e descentralizada apregoada pela “República dos Fazendeiros”, razão pela qual não haveria como o governo se sustentar.

Os ventos da mudança republicana que sopravam nacionalmente, de imediato, ressoavam nas coxilhas, nos planaltos e nas campanhas rio-grandenses. Na visão de Rocha Pombo (1947) e de Fausto (2004), o Rio Grande do Sul representava a região que se encontrava em maior estado de anarquia e instabilidade, especialmente pelas sucessivas trocas de governo levadas a efeito por capricho das facções beligerantes, versões reforçadas nas palavras de Sanmartin:

A tranquilidade política, infelizmente, não dominou os espíritos dos homens que pretendiam estabelecer um regime de liberdade e justiça com o advento republicano. Agitações contínuas e violentas conspurcaram as lídimas esperanças democráticas até degenerarem na guerra civil onde tantos horrores foram cometidos em nome de uma liberdade sanguinária (apud BECKER, 1947, p. 307).

Com o advento da República, fora deposto do cargo de presidente monárquico da província Justo de Azambuja Rangel e nomeado chefe republicano pelo presidente Deodoro da Fonseca o Visconde de Pelotas, tendo este escolhido seu ministro Demétrio Ribeiro, que

logo em seguida, por desgosto, renunciaria, passando a compor a oposição (BECKER, 1947). Na expressão de Escobar (1920, p. 12) – que era partidário liberal –, os liberais foram “apeados” de improviso de todas as posições do Estado, entregando a contragosto a direção política e administrativa dos negócios públicos, ao passo que os conservadores, aproveitando a oportunidade, aliavam-se às fileiras republicanas.

A Câmara Municipal reuniu-se em sessão, extraordinariamente, sob a presidência do vereador João Antonio da Cunha Neto, e, por deliberação unânime, seus membros aprovaram a nomeação de Pelotas, tomando-lhe o juramento para, em seguida, conferir incondicional apoio à grande obra de regeneração da pátria (BECKER, 1947). Sucedeu a isso a adesão de várias câmaras municipais à nova ordem republicana.

A Monarquia na província rio-grandense tinha sua base de sustentação econômica e política nos estancieiros da região da campanha (FAUSTO, 2004) e nos grandes agropecuaristas criadores de gado, que, nas palavras de Villalba, eram “de grande prestígio e sensível influência entre seus subordinados”, constituindo-se nos “chefes políticos locais” com prerrogativas semelhantes aos “antigos senhores feudais” (1943, p. XI). Pesavento (1983) reforça essa observação, no sentido de que sua economia consistia na exportação do charque produzido em grande escala para as demais províncias do império. Esse grupo, composto de estancieiros e agropecuaristas, reunia os correligionários liberais liderados por Gaspar Silveira Martins.

Findo o regime escravocrata, os cafeicultores e produtores de cana-de-açúcar não necessitavam mais da carne rio-grandense para prover a alimentação dos trabalhadores braçais, sem contar que era mais barato importar a carne Uruguiaia do que comprar o charque brasileiro. Instalava-se, com isso, uma crise sem precedentes entre os produtores de charque gaúcho, anunciando a iminente decadência do setor agropastoril rio-grandense, cujos reflexos seriam sentidos em toda a economia, influenciando nos rumos políticos do Estado, conforme Pesavento relata:

Por volta de 1870, a economia pecuária gaúcha encontrava-se estagnada, sem maior avanço das forças produtivas. Não se quer dizer que baixasse o volume da exportação dos produtos oriundos da pecuária, que continuavam a figurar como os primeiros no Rio Grande, mas a campanha perdera definitivamente a sua dinamicidade, conjugando um baixo nível tecnológico com uma criação extensiva de baixa produtividade. Considerando-se o ponto de vista da charqueada – unidade fundamental da transformação da carne no sul – haviam-se configurado, a partir de 70, de forma dramática, as contradições internas do escravismo enquanto sistema, como economia de desperdício obrigatório da força de trabalho, baixa produtividade por mão de obra, impossibilidade de adequação da oferta à demanda, baixa capitalização (apud SÊGA, 2003, 2004, p. 189).

Por sua vez, no embalo da situação econômica do Estado, os adeptos republicanos, constituídos por intelectuais influenciados pelo pensamento positivista e iluminista, desfraldaram a seu tempo a bandeira Republicana. O maior expoente dessa vertente no Estado corporificou-se na pessoa de Júlio de Castilhos, que tendo cursado Direito em São Paulo arregimentou correligionários que se identificassem com as ideais positivistas de Augusto Comte. Fundou o Partilho Republicano e o jornal *A Federação* (MARTINS; SILVA; NEVES, 2003) para servir de instrumento político. O positivismo de Augusto Comte, por seu turno, seduziu Castilhos como forma de sistema ideológico e modelo para fomentar um regime político capaz de empreender o desenvolvimento assim retratado por Franco:

O anseio por uma política científica, desligada do empirismo inerente ao liberalismo até então praticado, correspondia às exigências de uma época de transformação na economia e na sociedade brasileira, quando a burguesia urbana procurava afirmar-se e quando as velhas instituições da economia escravista encontravam seu tempo. Ao jovem Júlio de Castilhos e aos seus companheiros, parecia absurda e sem sentido a monótona alternância dos partidos monárquicos nos ministérios, um e outro sem um corpo definido de princípios, combatendo-se num duelo estéril pelos postos de mando, onde iam pôr em prática justamente aquilo que na oposição combatiam (1988, p. 17).

Pelas páginas do jornal *A Federação*, na defesa do ideal republicano, Castilhos disparava críticas ácidas e contundentes ao Regime Monarquista e às oligarquias liberais do poder, dirigindo-as, sobretudo, ao líder liberal Gaspar Silveira Martins, a quem acusava ser conservador e herdeiro na província do poder absolutista, principal causador do atraso econômico do Estado. A discrepância ideológica se traduziria, mais tarde, numa polarização radical que dividiu o Estado e o levou a uma das mais sangrentas e cruéis guerras que a historiografia já registrou.

Júlio de Castilhos, nos editoriais da *A Federação*, reproduzia o pensamento republicano e positivista com a eloquência de um bom redator e a perspicácia em entender os fatos históricos que levava a província rio-grandense a ser um expoente da vertente ideológica. No editorial de 03 de março de 1884, reproduzido por Martins, Silva e Neves (2003, p. 10), Castilhos denotava o caráter republicano do Rio Grande do Sul, evocando a imortal revolução de 1835¹⁰, propugnando o fim da “apatia” em que o Estado se encontrava envolvido, em razão da ambição, tibieza e indiferença daqueles que exploravam o “grande

¹⁰ Revolução Farroupilha que por parte dos liberais também era enaltecida pelo seu caráter libertador.

povo do Rio Grande”. Apelava para as tradições democráticas como modo de revigorar o espírito republicano. Projetava o fim da Monarquia aliado ao fato de que não mais se podia negar a existência do partido republicano, que através da sua imprensa representava e defendia diariamente. Atacava, por consequência, o Partido Liberal, acusando-o de ter usurpado ilegitimamente tradições que não lhe pertenciam, e proclamava a substituição do “velho” pelo “novo”, este representado pelos ideais republicanos que em breve triunfariam.

Gaspar Silveira Martins (1979) nasceu no Rio Grande do Sul, nas cercanias da cidade de Bagé. Formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo, notabilizando-se por construir um invejável patrimônio intelectual ajudado por destacada inteligência e amor aos livros. Seu biógrafo refere a forte personalidade caracterizada pela franqueza, lealdade, impetuosidade e firmeza de convicções, tendo forjado sua têmpera político-militar com o advento da Revolução Farroupilha ocorrida na sua infância e pela participação em inúmeras comissões governamentais que regulamentavam os assuntos de caráter militar. Foi Magistrado no Rio de Janeiro, conferindo à judicatura o seu grande apreço à liberdade e à justiça, “[...] um amor livre dos velhos preconceitos e fetiches reinícolas” (JACQUES, 1943, p. 27). Ingressou na carreira política no estado de origem, tendo, em 1865, fundado o Partido Liberal Histórico. Já tendo assumido, no ano 1861, uma cadeira na Assembleia Provincial, ingressou, em 1872, na Câmara dos Deputados e, posteriormente, no Senado pela província rio-grandense. No Rio Grande, quando da sua volta, na cidade de Pelotas, fundou o jornal *A Reforma*, que, nas palavras de Jacques, “[...] surgiu como um clarão de cultura sadia nas trevas da apologética imprensa oficial” (1943, p. 32), período que mais tarde serviria para a defesa dos ideais liberais parlamentares que ferrenhamente defendia. Dada essa atividade de político liberal destacado, constituiu-se num dos líderes políticos civis da Revolução de 1893, ao lado dos chefes militares Saldanha da Gama e Custódio de Melo.

O destino de Gaspar Silveira Martins foi determinado tão logo se proclamou a República. Na ocasião, o governo provisório o destituiu do encargo de Presidente da Província do Rio Grande do Sul e o levou, sob custódia, ao centro do Poder Republicano no Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1889 (JACQUES, 1943, p. 129-132; CASTILHOS apud VILLALBA, 1897, p. XXVI, nota). Nessa ocasião, reuniu-se o ministério para selar a sorte do “Demosthenes¹¹ dos Pampas”. De início, o ministério propôs fuzilamento, rechaçado

¹¹ **Demóstenes:** Político e o maior dos oradores gregos e da Antigüidade, segundo Plutarco, nascido em Atenas, associou a honradez política com o ideal democrático e, pelo seu simbolismo, alguns historiadores o consideram o maior orador de todos os tempos. a. C. (BIOGRAFIAS: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Demosten.html>).

de pronto por Quintino Bocaiúva, Demétrio Ribeiro e Rui Barbosa, logrando, por fim, em 28 de dezembro de 1889, o seu envio ao exílio, tendo partido em 20 de dezembro para a Europa¹².

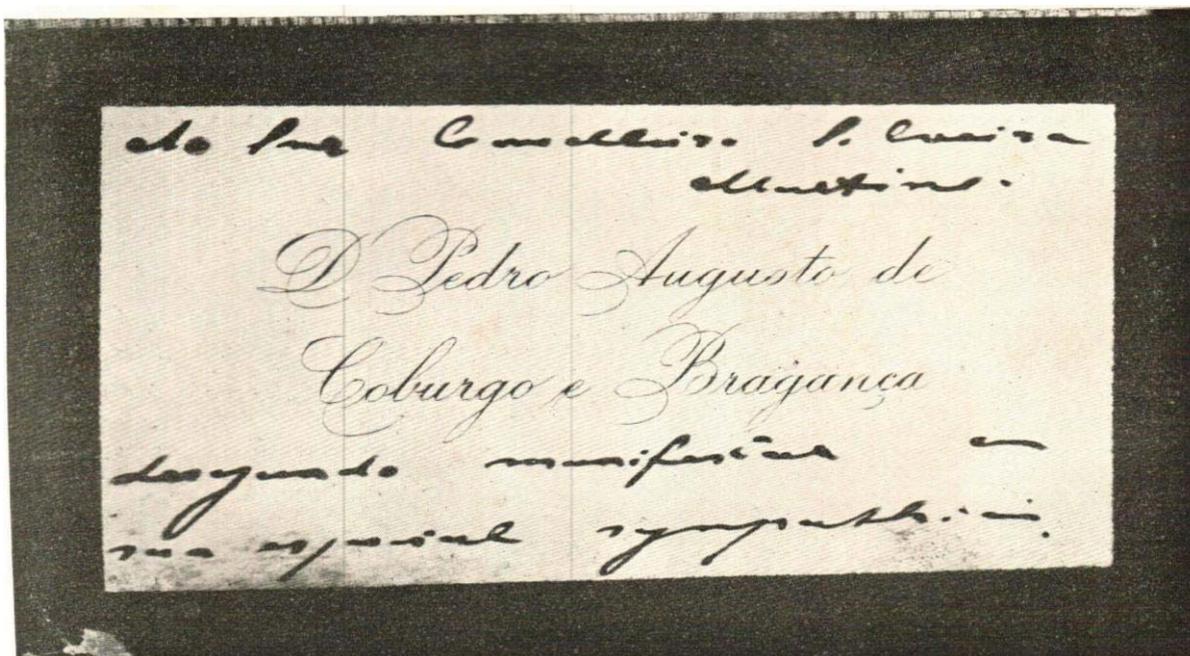


Ilustração 2: Fragmento do convite do Príncipe D. Pedro Augusto, para um almoço (Paris, 1º de Maio de 1890)

Fonte: JACQUES, 1943, p. 132.

No exílio, Jacques (1943) menciona uma reunião ocorrida em Paris no ano 1889 por sugestão do Conde d’Eu para tratar da restauração do Regime Imperial, fato que o marcaria como um dos defensores do movimento restaurador (VILLALBA, 1897). A tal convite determinado pelo imperador, Gaspar Martins relutou em aceitar, mas por fim aquiesceu e compareceu. Na ocasião, professou no seu discurso ser a República um “fato consumado” e “inócua” qualquer tentativa reacionária, apesar “dos erros e da fragilidade da ditadura de Deodoro”, refreando os ânimos conspiradores dos que se encontravam presentes, especialmente do mentor Conde D’Eu.

Pela veia liberal, entretanto, Gaspar Silveira Martins mostrou-se fiel à República, apenas propugnando-a na forma parlamentar, por acreditar ser mais democrática, em detrimento da presidencialista (JACQUES, 1943; CASTILHOS apud VILLALBA, 1897). Por conseguinte, no Rio Grande do Sul, fazia coro com a oligarquia dos estancieiros, produtores de gado e exportadores de charque. Tornou-se, assim, o maior líder do partido liberal

¹² Notícia da lavra de Adriano Ribeiro, irmão de Demétrio e amigo íntimo de Martins.

federalista conjuntamente com clã da família Tavares, Gumercindo Saraiva, Joca Tavares, Juca Tigre, que mais tarde liderariam a grande revolução que atravessou três Estados, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, assim que retornou do exílio em 5 de janeiro de 1892.

Por seu turno, Júlio de Castilhos, ao introduzir na constituição gaúcha de 14 de julho de 1891 os princípios ideológicos positivistas, angariou apoio dos rio-grandenses, especialmente daqueles que não se identificavam com as oligarquias agrárias gaúchas e estavam descontentes com a política liberal herdada do Império e representada pelo Partido Federalista Brasileiro (FÉLIX, 1995). Júlio de Castilhos e Gaspar Silveira Martins passariam, então, a representar as duas grandes forças políticas que, a partir da promulgação da República, disputariam a hegemonia política do território gaúcho, evocando para si a herança do passado glorioso de 1835 na faina de fixar uma identidade e implantar um projeto político para o Estado que contemplasse o desenvolvimento. Contudo, afirmavam ainda mais a tradição gaúcha ao bipartidarismo e a radicalização de posições, retratado por Mem de Sá:

Poderiam ser qualificados como dois gigantes: Gaspar Silveira Martins e Júlio de Castilhos. Dois tipos antiéticos, que encarnavam e dirigiam duas correntes opostas de pensamento, de ideologias e de posições cívicas. Em torno deles agrupavam-se dois Rio Grandes, intransigentes, obstinados, radicalizados, que se conservavam em luta aberta ou em choques partidários, embebedos de sangue e de pejejas pessoais, pelo menos até a Revolução de 1930 (apud FÉLIX, 1995, p. 12).

Resta, pois, bem descrito o caráter dos dois líderes gaúchos que, aliados aos seus correligionários e à instabilidade do período inicial republicano, acabaram os ilustres líderes, em 17 de junho de 1892, de um conflito sem precedentes da história do Rio Grande, marcado pela barbárie e irracionalidade no escopo de implantarem os seus desígnios políticos.

1.2.1 Agitação política e instabilidade governamental

Com o advento da República e a ascensão do Partido Republicano ao poder, o Partido Liberal foi “apeado” das posições políticas no Estado, tendo o partido conservador, por sua vez, aderido aos ideais republicanos. Próceres republicanos, então, se destacaram, dentre eles

Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado, Ramiro Barcelos, Aparício Mariense, Demétrio Ribeiro, Fernando Abbot, Cassiano Nascimento, Pacheco Prates, Carlos Barbosa Gonçalves, Apolinário Porto Alegre, Protásio Alves, Antão de Faria, Ernesto Alves, Pereira da Costa, contando nos municípios gaúchos com várias adesões ao partido republicano. Becker (1947) destaca tratar-se de elementos de primeira ordem, sob o aspecto intelectual e moral, faltando-lhes, porém, a força do número para enfrentar as eleições, situação que se equacionou com a adesão em massa do Partido Conservador, já mencionado.

Júlio de Castilhos sabia o quão difícil seria estabelecer um governo científico dirigido por homens superiores e de firme orientação sociológica positivista, já antevendo a aspereza da luta que se vislumbrava com a agremiação gasparista, especialmente por representar a facção da mais autêntica das classes dominantes da província, cujo chefe possuía intensa autoridade e simpatia pessoal, bem como as melhores reservas de influências e dinheiro (FRANCO, 1988). Diante dessa nominata, organizava-se a agremiação do Partido Republicano com a adesão, também, dos conservadores, vislumbrando-se a perspectiva de um duro embate político no Rio Grande do Sul e nos governos republicanos que se sucederiam ante suas convicções, contradições e rivalidades.

Pela atuação pregressa na Câmara Imperial quando da defesa dos militares e pela projeção política de que dispunha junto ao Presidente Deodoro, especialmente pela identificação com as fileiras do Exército, o primeiro governo republicano do Estado do Rio Grande do Sul ficou a cargo do Visconde de Pelotas (FRANCO, 1988). Do rol de republicanos, Pelotas escolheu para compor o secretariado Júlio de Castilhos, Ramiro Barcelos, Antão de Faria e Barros Cassal, este último como chefe de polícia, postos-chave da administração, ressalta-se. Em manchete, o jornal *A Federação* desta forma se manifestava: “E o regime do privilégio está abolido! A República está proclamada! A unidade da Pátria está salva!” (FRANCO, 1988, p. 61). A intenção de Pelotas era restabelecer a ordem social e política sobre novas bases, porém seu governo não durou três meses (BECKER, 1947).

Escobar (1920) refere ter o General Júlio Anacleto Falcão da Frota sucedido Pelotas na presidência em 11 de fevereiro de 1890 para, logo a seguir, entregar a governança pelo fato de ser contrário à instalação do Banco Emissor, ocorrido em 1º de maio de 1890, de notória controvérsia entre os republicanos (VILLALBA, 1943). Substituiu-lhe o General Cândido Costa e assumiu como primeiro vice-presidente Francisco Tavares, tendo este, em 6 de maio de 1890, se tornado presidente do Estado, em face da ausência de Cândido Costa, que se encontrava no Rio de Janeiro.

A administração de Tavares não contava com a simpatia dos republicanos, de modo que dificilmente prosperaria, chegando ao ponto de alguns episódios abalarem seu governo, sobretudo pelo apedrejamento do prédio do Banco Emissor, em 7 de maio de 1890, e pela imprudente repressão à comemoração popular da abolição da escravatura, promovida pelos republicanos, no dia 13, quando fora recebida pela força militar com o intento de dispersar a multidão (BECKER, 1947). Por essa afronta, a turba protestou com gritos, sendo disparados tiros em sua direção, vindos a ferir cinco pessoas e deixar uma morta. Um dos feridos tratava-se de Barros Cassal. A ofensiva deu-se ao argumento de repelir eventual motim para a derrubada do governo (ESCOBAR, 1920). Ao cabo, esse incidente resultou, efetivamente, na deposição de Silva Tavares pela força militar, ocorrido antes da meia-noite desse dia (FRANCO, 1988). Por fim, após um interstício de 10 dias do governo provisório do Gal. Machado Bittencourt, em substituição ao deposto Tavares, o Gal. Cândido Costa, efetivamente, assume a presidência da província (VILLALBA, 1897).

A esse fato, várias versões proliferaram. Da parte dos liberais, fora alegada orquestração de manobras para que Júlio de Castilhos assumisse o governo, a qual se estampou em editorial dos jornais oposicionistas *A Reforma* e *O Mercantil*. No entanto, segundo entendimento de Franco (1988, p. 74), a interpretação exata seria a de demonstrar ao governo da União a inconsistência dos grupos que rivalizavam com a direção do Partido Republicano, além da fragilidade de seus adversários. Todavia, esse incidente acirrou as incompatibilidades com os Silva Tavares, resultando na formação da “União Nacional” (ESCOBAR, 1920, p. 26), arregimentando os chefes liberais e republicanos históricos dissidentes, bem como numa declaração de guerra ao Partido Republicano:

A atualidade política não deixa mais dúvidas a ninguém. Os elementos anárquicos estão em campo. O programa socialista impresso em "A Federação", a partilha da propriedade é chamariz que atrai as forças dissolventes da sociedade; a separação do Estado Rio-Grandense é aspiração de meia dúzia de indivíduos que nada tem a perder. O primeiro passo está dado: foi a Revolução de 13 de Maio. Contra este estado de coisas, devem ligar-se os bons cidadãos, os verdadeiros patriotas. Desapareçam, para sempre, as rivalidades dos antigos partidos; esqueçam-se ódios velhos, liguem-se, todos, como um só homem, para livrar esta terra abençoada das garras dos jacobinos (FRANCO, 1988, p. 74).

O acirramento de posições evidenciava a disputa pela hegemonia política do Estado, e essas declarações, delineadas pelas atitudes radicais na condição da política, denotavam o tom pelo qual se precipitavam os acontecimentos.

Avizinhando-se as eleições restauradoras da legalidade, o debate centrava-se na legislação eleitoral, conhecida como “Regulamento Alvim”, editado pelo governo provisório. Por parte da “União Nacional”, o regulamento despertava desconfiança, em se tratando de opositores ao governo republicano, composto pelos liberais aliados de Gaspar Silveira Martins, tendo sido criado nessa mesma época o Partido Federal, que uniria forças para as eleições que se sucederiam. Para a “União Nacional”, ainda, o “Regulamento Alvim” seria um instrumento de fraude, por não possibilitar a representação das minorias, confiando o processo eleitoral às juntas municipais de controle e nomeação do governo estadual. Escobar (1920, p. 16) refere que o regulamento Alvim propiciou escandalosa qualificação eleitoral, mencionando os poderes de alistamento das juntas, de onde excluíram para cima de trinta mil cidadãos contrários à nova política, tal como faziam os diretores do Partido Republicano:

Diversos eram os meios pretextados para essa acintosa exclusão, todos, porém, frívolos, irrisórios e até cynicos. A velhos de barbas brancas exigia-se-lhes prova de maioridade; a requerentes nascidos e creados nos lugares onde se faziam os alistamentos, attestado de residencia de mais de anno; a outros, cheios de circumspecção, notoriamente capazes, no intuito de afugental-os pelo ridiculo, pretendiam as juntas fazel-os passar por exame de leitura e escripta; ainda a um grande numero, o mais consideravel, deferia-se-lhes as petições, mas afinal, na relação dos qualificados, não appareciam seus nomes. Recorrer destas arbitrariedades era trabalho improficuo, porque havia por parte da maioria das autoridades republicanas, na generalidade nomeadas entre os partidários mais exaltados, o proposito firme de esbulhar da tunção do voto O maior numero possivel de adversarios, meio infallivel de Victoria. Aos chefes locaes, amigos lia situação, tudo se facilitava: uma simples indicação de nomes de cidadãos tidos em conta de companheiros. Bastava, para sem a mínima exigência, serem incluídos nas listas eleitoraes (ESCOBAR, 1920, p. 16).

Em vista disso, a “União Nacional”, a protesto, absteve-se de participar do pleito (BECKER, 1947, p. 310), deixando o caminho livre para os republicanos, os quais elegeram os deputados e senadores. Ao fato das eleições, em especial pelo apoio do Partido Republicano à candidatura de Deodoro à Presidência da República, Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria tornaram-se dissidentes das fileiras republicanas, engrossando o coro de oposição a Júlio de Castilhos e sua política (VILLALBA, 1943).

A 16 de março de 1891, após a promulgação da Constituição Federal, o General Costa deixa o governo estadual e assume em seu lugar Fernando Abbot, pois declinara do convite Júlio de Castilhos. Em 14 de julho, o Rio Grande do Sul promulgava a sua constituinte, refletindo o pensamento político de Castilhos. Para Escobar (1920), tratava-se da consagração da ditadura científica¹³, e, para Franco (1988), da ditadura republicana, ou seja, do supremo ideal positivista político da poderosa mentalidade do sábio de Montpellier¹⁴. A constituição rio-grandense consagrava ao presidente do Estado grande soma de poder, ao ponto de configurar uma ditadura, permitindo-lhe, inclusive, nomear seu próprio substituto legal¹⁵, sendo, conforme Becker (1947), obra exclusiva de Castilhos. Promulgada a constituição do Estado, promoveu-se a eleição para o primeiro presidente constitucional, o qual recaiu na pessoa de Júlio Prates de Castilhos.



Ilustração 3: Fotografia do Templo Positivista de Porto Alegre, RS.

Fonte: arquivo pessoal do autor.

1.2.2 Júlio de Castilhos, Presidente da Província

¹³ Segundo Félix, “[...] a concepção de Estado coadunava-se com a visão totalizadora. Deveria ser o propulsor do progresso. Une o progresso ao ‘Estado máquina moderna de civilizar’, na expressão de Francisco Foot Hardmann, onde as práticas autoritárias e a própria violência justificavam-se por sua missão libertadora, salvadora, modernizadora. A unidade Nação-Pátria-Progresso explica também o famoso discurso modernizador do Estado, voltado para empreendimentos técnicos e materiais, atendendo setores sociais diversos e propiciando diferentes cooptações numa ânsia de unidade, de globalização, de totalização” (1995, p. 20).

¹⁴ **Montpellier**^[1] é uma cidade francesa (SOARES, 1998, p.11).

Nesse período turbulento, como de costume, após o rompimento da uma ordem política, o Rio Grande do Sul passaria por vários governos. De Visconde de Pelotas a Fernando Abbot foram seis governadores no prazo de um ano e oito meses (FRANCO, 1988). Nesse interstício, incertezas, desconfianças, instabilidades e principalmente as rivalidades partidárias se acentuaram.

Júlio Prates de Castilhos, enfim, após a proclamação da constituição gaúcha, foi empossado presidente do Estado em 15 de julho de 1891, sob forte oposição partidária perpetrada pelos liberais federalistas. Na visão de Escobar (1920), a essa forte oposição Castilhos passou a governar com mão de ferro do alto da sua “prepotência” e incansável “rancor” na perseguição de seus adversários e dos ideais filosóficos políticos.

A propósito do momento eleitoral que vivia o estado convém citar Franco para dimensionar as versões da época no que tange à veracidade dos fatos:

Sobre o que foi o pleito de 5 de maio, as manifestações dos cronistas da época são as mais divergentes. Enquanto castilhistas como Euclides R. de Moura escrevem que "nunca no Rio Grande do Sul se votou tão livremente", e que "os dois partidos mostraram-se perfeitamente arregimentados, concorrendo às urnas sem o menor constrangimento sem o menor receio, confiados na manutenção da ordem e na liberdade do voto, solenemente garantidos pelo Governador do Estado", um federalista como Wenceslau Escobar afirma que "numa orgia eleitoral sem exemplo" todas as liberdades políticas foram postergadas (1988, p. 102).

De qualquer forma, Teixeira (apud FRANCO, 1988) afirma que a oposição se revelara fortíssima ao superar o governo em vários colégios eleitorais importantes, citando Bagé, Alegrete, Dom Pedrito, Cacimbinhas¹⁶, São Lourenço, Viamão, Lavras e Taquara. Percebe-se que se tratavam de municípios sob a influência dos estancieiros liberais, pois nos currais federais vencidos pelos governistas o foram por pequena margem. Nos municípios da campanha em que conseguiram vencer, os republicanos o fizeram, igualmente, por escassa margem.

Em nível nacional, no dia 3 de novembro de 1891, o presidente da República Mal. Deodoro da Fonseca dissolve o Congresso Nacional, causando perplexidade em Júlio de Castilhos. A isso se segue intensa agitação oposicionista e até mesmo dos apoiadores

¹⁵ Art. 10 - Dentro dos seis primeiros meses do período presidencial, o Presidente escolherá livremente um vice-presidente, que será o seu imediato substituto no caso de impedimento temporário, no de renúncia ou morte, perda do cargo e incapacidade física (RIO GRANDE DO SUL, Constituição de 1891).

¹⁶ Atualmente Pinheiro Machado.

republicanos, intensificando os momentos de incerteza pelos quais passava a província. Aproveitando o ensejo, os opositoristas vislumbraram a oportunidade de destituir o governo castilhista. Por isso, como refere Escobar (1920), devido à posição assumida pelo presidente do Estado, apoiando incondicionalmente Deodoro, bem como à submissão da assembleia provincial à orientação de Castilhos e ao fato de o presidente da República ter sido declarado ditador, foi impossível conter a revolta.

No entendimento de Franco (1988, p. 109), Júlio de Castilhos, antevendo o desfecho do governo de Deodoro, tentara blindar o Estado para garantir a segurança interna, de modo a imunizá-lo contra eventual crise em nível nacional. Porém, esse não fora o resultado alcançado, na medida em que Castilhos tivera de se decidir pelo apoio ou não a Deodoro, o que lhe custou o governo. Garantido o apoio à ditadura de Deodoro, contra Castilhos sublevaram-se as guarnições do Exército de Bagé e Rio Grande, congraçando ao movimento a sociedade civil. Escobar retrata o levante oposicionista:

[...] a 8 de Novembro, as guarnições de Bagé e Rio Grande, em franco consórcio com o “elemento popular”, opposto ao governo estadual pronunciaram contra a ditadura e seu delegado no Estado. O general João Nunes da Silva Tavares e alguns correligionários dirigiu [sic] circulares a alguns correligionários e amigos da liberdade, concitando-os a tomarem armas e reunirem-se, o que, com grande êxito elle já o fazia em Bagé (1920, p. 46).

À Insurreição de Tavares aderiram a cidade de Santana do Livramento, liderada por Rafael Cabeda, chefe civil; a guarnição de Uruguaiana, sob o comando do Cel. Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado; e, ainda, as guarnições de São Gabriel, São Borja, Jaguarão, Quaraí e Alegrete. Na região serrana, o Major Antonio Ferreira Prestes Guimarães também garantiu apoio ao levante. Esses insatisfeitos com a ordem legal, futuramente, tornar-se-iam os revolucionários do levante de 1893.

A situação de Júlio de Castilhos tornou-se insustentável ao ponto de a oposição organizar manifestações populares para sua deposição. Numa delas formou-se uma comissão que elegeu Ernesto Paiva, ex-republicano, para ser o encarregado de intimar o presidente do Estado a retirar-se do governo, o que se efetivou no dia 12 de novembro de 1891 (FRANCO, 1988).

Resultou breve a primeira passagem de Júlio de Castilhos à Presidência da Província, creditando-se a sua capitulação ao fato de ter dado apoio incondicional ao golpe de estado

perpetrado por Deodoro, contra a ordem constitucional, e à tibieza que demonstrara ao recuar convocando a assembleia para se pronunciar sobre a inconformidade posterior da dissolução do congresso.

1.2.3 A anarquia: o prenúncio da Revolução Federalista

Júlio de Castilhos foi deposto do cargo de presidente do Estado com o argumento de que apoiara a ditadura de Deodoro, instalando-se no seu lugar, em 12 de novembro de 1891, uma junta governativa composta pelo general Manoel Luiz da Rocha Osório, Barros Cassal e Assis Brasil (VILLALBA, 1943). A junta revelar-se-ia um governo efêmero, reputando a agitação política do momento e a franca oposição à ditadura de Deodoro da Fonseca, mas se tratava de um paliativo encontrado para garantir a resistência e a ordem pública.

Em torno da junta governativa, entretanto, pairavam a desconfiança e o ceticismo, pelo fato de ser composta de eminentes republicanos dissidentes, descompassando com o movimento empreendido pela destituição de Castilhos, engendrado que fora pelos liberais e gasparistas convictos. Escobar (1920) refere, textualmente, a efemeridade do governo, ao relatar a vinda do Conselheiro Francisco Maciel de Pelotas do sul do Estado para fazer parte do governo. Sendo partidários de Gaspar Silveira Martins, Assis Brasil e Barros Cassal relegaram-no ao governo em prol do general Barreto Leite, a quem efetivamente passaram o poder, sob a alegação de “assim ser mais uniforme”.

Organizada a resistência ao governo de Deodoro, a 23 de novembro de 1891, este capitula em favor de Floriano Peixoto, quando já se encontram em franca mobilização as forças militares para resguardar a fronteira do Estado com Santa Catarina (FAUSTO, 2004). Deodoro, ao renunciar, argumenta querer reparar seu erro e evitar o derramamento de sangue de irmãos (VILLALBA, 1943). Entretanto, ele já não possuía mais apoio para garantir a governabilidade, pois havia sido abandonado por várias lideranças, tendo, inclusive, os almirantes Custódio José de Mello e Eduardo Wandenkolk iniciado um levante da armada para forçar a sua renúncia, ao passo que Floriano negara-lhe o devido suporte militar (LOPEZ, 2005).

Diante desse fato, foi dissolvida toda a resistência no Estado. Barros Cassal passou, então, a comandar as ações do governo estadual, considerando a incapacidade do Gal. Barreto

Leite, dada a sua condição setuagenária. Júlio de Castilhos, por conseguinte, pelas páginas do jornal *A Federação* intensifica seu ataque ao governo. Alcinha, inclusive, o apelido de “governicho” à junta governativa, sedimentando o terreno para a redenção e a sua recondução à presidência do Estado, procurando restituir, a seu modo, a legalidade.

As primeiras medidas políticas dos componentes do “governicho” traduziram-se na anulação de tudo o que havia sido feito na gestão anterior (BECKER, 1947). Isso incluiu o mandato do presidente do Estado e dos deputados estaduais, em especial a revogação da constituição castilhista. Vislumbrando atos de violência e resistência em decorrência desses atos, sobretudo por não receberem garantias pessoais, vários republicanos imigraram do país. A seu turno, os defensores monarquistas, descritos por Franco (1988), almejavam a possibilidade de restauração da Monarquia. A priori, a situação não era favorável nem a republicanos nem a liberais, porque o Estado vivia momentos de completa incerteza e indefinição. A instabilidade e a incapacidade pessoal de governar forçaram o general Barreto Leite a passar o comando do Estado a Barros Cassal, o que se efetivou em 8 de março de 1892.

Em meio à agitação política e às incertezas do “Governicho”, achincalhado por Castilhos nas páginas de *A Federação*, retorna do exílio na Europa, em 21 de fevereiro de 1892, Gaspar Silveira Martins, para, junto de seus correligionários, recompor as fileiras federalistas com o objetivo de implantar a República Parlamentar (ESCOBAR, 1920). Passando pelo Rio de Janeiro, conferenciou com Floriano Peixoto, esposando posição muito franca em prol da República parlamentar, sinceridade que talvez tenha lhe custado a indicação para a presidência da província gaúcha. No entanto, Franco (1988) refere que o Mal. Floriano não admitia o restabelecimento da hegemonia política de Gaspar Silveira Martins, suspeitando que o velho liberal propugnasse pela restauração da Monarquia. Floriano também não era simpático à bandeira parlamentarista, ou, pior, receava a extraordinária força carismática de Gaspar Silveira Martins, à qual inflexivelmente se oporia e, se necessário fosse, até a sua espada utilizaria.

Por seu turno, no regresso ao Estado, Gaspar Silveira Martins reacende as velhas dissidências entre republicanos e liberais, promovendo o rompimento do Partido Federal de Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, cuja associação se concretizara para formar a Frente Nacional como modo de legitimação ao “governicho” (FRANCO, 1988, p. 123). Cassal, por sua vez, promulga, em 29 de março de 1892, a constituição provisória do Estado, alinhada às diretrizes da constituição anterior de cunho castilhista.

Congraçados em Bagé, os federalistas repudiaram veementemente a nova lei, quando nomearam Gaspar Silveira Martins chefe do Partido Federalista, escolhendo o general João Nunes da Silva Tavares como candidato à Presidência do Estado publicando, por consequência, o seguinte programa político do partido:

Eleição do presidente por quatro annos, não podendo ser eleito para o periodo seguinte; governo desta autoridade sob responsabilidade de seus secretarios, com faculdade de terem assento na camara; eleição desta por periodo de quatro annos, por districto eleitoraes, voto incompleto e renovação do mandato biennialmente por metade; iniciativa do governo na apresentação das leis á Camara, com excepção das de sua exclusiva competencia; autonomia dos municipios; imprensa livre, competindo o julgamento das publicações criminaes aos tribunaes ordinarios (ESCOBAR, 1920, p. 59).

Das medidas propugnadas pelo governo de Cassal, as que mais geraram descontentamento referiam-se aos adiamentos sucessivos das eleições para deputados estaduais, à decretação da lei sobre a liberdade profissional que regulava a liberdade de imprensa e outras de carácter inoportuno (VILLALBA, 1943).

Júlio de Castilhos voltava à carga em artigo de *A Federação* de 30 de março de 1892, que, segundo Franco (1988, p. 124), tratou-se de uma peça das mais ferinas e violentas que haverá de conhecer o jornalismo rio-grandense. O artigo intitulava-se “O desvario da ação”, acusando o governo de ditadura abusiva e desastrosa, que deveria morrer como viveu: “de ridículo e de opróbrio na mais intensa execração pública”. O texto atacava a constituição decretada, dizendo que “parece que o palácio está convertido em hospício de doidos, cada qual mais alucinado, ou um clube de bobos alegres, que se comprazem em divertir o público com truanices esquisitas [...]”, seguindo por aí na sua verve contundente (apud FRANCO, 1988, p. 124).

Em meio às pressões, Barros Cassal repassava, novamente, o cargo de presidente da província ao Gal. Barreto Leite, que, nos termos de Escobar (1920), era manejado à vontade de Cassal. Seguiu-se, após 35 dias de governo, a entrega do poder aos federalistas, em 8 de junho, para o Visconde de Pelotas (VILLALBA, 1943), conforme entendimentos entre Cassal e Silveira Martins (FRANCO, 1988; ESCOBAR, 1920), resultando veementes protestos por parte de Castilhos nas páginas do jornal *A Federação*.

Em 17 de junho, Pelotas vê-se acossado por uma insurreição republicana liderada por Castilhos, por sua vez, apoiado pela força dos oficiais da milícia estadual¹⁷, quando foram até o Palácio do Governo no intuito de reconduzi-lo ao poder. Sem forças para reagir, Pelotas transfere, por telegrama, na mesma manhã, o governo ao general João Nunes da Silva Tavares, que se encontrava em Bagé (ESCOBAR, 1920). Este, em ato contínuo, comunica o governo central, Mal. Floriano, da sua condução ao governo por parte do Presidente Pelotas, solicitando sua interseção para cessar as hostilidades federais. Floriano, em resposta, promete recolher as tropas do Exército a fim de manter a neutralidade. No entanto, não é essa a conduta empregada pelo mandatário, consoante telegrama que abaixo se transcreve, no qual assegura apoio a Vitorino Monteiro:

Dr. Victorino Monteiro. - Sciente do que me communicaes em vosso telegramma de hoje, faço votos para que tenhaes a gloria de conseguir aquillo que vossos antecessores não poderam conseguir: completo triumpho idéa republicana, acalmamento paixões partidárias e tranquillidade família rio-grandense. Para consecução de tamanhos bens, podeis contar com o meu concurso, assegurando-vos que elles constituem uma das minhas aspirações (ESCOBAR, 1920, p. 68).

Tal fato demonstra o estado de ambiguidade, assombro e descontrole político pelo qual passava o Rio Grande do Sul. As trocas sucessivas de comando do governo formavam uma atmosfera política de completa anarquia, alimentando um estado de ânimo de rebeldia de parte a parte, beirando a um levante civil.

Vitorino Monteiro é empossado como mandatário do Estado em deposição do Visconde de Pelotas levada a efeito por Júlio de Castilhos quando sublevou a “Guarda Cívica” (FRANCO, 1988), amparado nos ditames da Constituição de 14 de julho. A promessa feita por Floriano a Tavares de que o Exército em nada interferiria se concretizou, porém a favor dos Republicanos, corroborado no excerto do telegrama antes mencionado. Diante desse clima, como Becker refere, “era a guerra civil” (1947, p. 311).

De lado a lado, federalistas e republicanos prepararam-se para o conflito iminente, cada qual mobilizando as suas forças. Nesse ínterim, foi providencial a intervenção de Silveira Martins (BECKER, 1947) no intuito de pacificar e serenar os ânimos, quando

¹⁷ Atual Brigada Militar.

transmitiu ao Gal. Silva Tavares um extenso telegrama, conclamando a não iniciar uma guerra civil. Pelo que Franco menciona, tratava-se de uma “patética conclamação” ao chefe federalista para, “logo a seguir no estrangeiro” (1988, p. 132), referindo-se ao exílio dos federalistas assim que depuseram as armas, reorganizarem-se e prepararem-se para a insurreição federalista, atitude que justificaria a assertiva de Castilhos quanto à manobra para garantir a liberdade de movimentos e a saída tranquila de Porto Alegre. Por outro lado, Escobar assevera que a atitude de Gaspar Silveira Martins custou-lhe “graves acusações”, dentre as quais a de “[...] ter abandonado os amigos no momento mais crítico do perigo; de andar foragido; de não agir conforme a gravidade das circunstâncias; de não ir collocar-se ao lado do general Tavares, seu posto de honra”; de, finalmente, “ter partido às escondidas para o Rio de Janeiro” (1920, p. 81).

O estado de beligerância iminente fez que os federalistas emigrassem do Estado a partir de junho de 1892 em face das perseguições e das manifestações de “rude faccionismo e intolerância” dos republicanos, dirigindo-se em massa para o Uruguai e a Argentina, Santa Catarina e Paraná, invertendo-se a corrente migratória exiliatória que outrora fora de cunho republicano (ESCOBAR, 1920, p. 132).

1.2.4 Perseguições aos federalistas

Tanto Franco (1988) quanto Escobar (1920), corroborados por Becker (1947) e Rocha Pombo (1920), são unânimes em afirmar o estado de “perseguições” e de resistências aos conspiradores perpetrado pelos republicanos alçados ao poder do Estado. Por parte dos federalistas articulava-se, também, a insurreição para derrubar o governo republicano no proveito da situação política que o Estado enfrentava, já vislumbrando um horizonte de hostilidades.

A ascensão de Vitorino Monteiro marcou esse tempo contado a partir de 17 de junho até fins de setembro, quando entregou o governo gaúcho a Fernando Abbot para assumir a cadeira de deputado no Rio de Janeiro. A essa época, Júlio de Castilhos sentia a necessidade premente de reafirmar seus ideais e aproveitava a oportunidade para concretizar a hegemonia republicana no Estado.

Júlio de Castilhos não ignora a tempestade que se aproxima e percebe a necessidade ingente de conquistar, de uma vez por todas, as boas graças do Governo da União, para poder contar com o seu amparo militar [...] com o evidente objetivo de acertar seus relógios com o Governo Federal, é que Júlio de Castilhos deixou Porto Alegre a 8 de agosto, com destino ao Rio, a título de assumir sua cadeira na Câmara. Já era ele, então, o chefe e líder incontestado dos republicanos. Por onde quer que passasse, fervilhavam as homenagens à sua pessoa, mas também se tornara alvo predileto das investidas dos adversários (FRANCO, 1988, p. 133).

O apoio do governo federal aos republicanos, em especial a Júlio de Castilhos, revelava-se incondicional: “Não se atina bem com as razões que levaram o marechal Floriano a dar apoio à facção castilhista. O certo é que esse apoio se manifestou desde o princípio, conquanto pretendesse ele por algum tempo aparentar perfeita neutralidade” (ROCHA POMBO, 1920, p. 400).

Angariado o apoio federal, Castilhos tratou de reforçar suas posições, cuja consequência traduzir-se-ia em conflitos e turbulências em vários pontos do Estado, expondo a fragilidade do espírito político rio-grandense. Becker (1947) destaca o assassinato do Cel. Xavier Xicuta¹⁸, veterano da Guerra do Paraguai em Passo Fundo e em Cruz Alta, morto com requintes de crueldade, bem como do Cel. Evaristo do Amaral, concedendo maior destaque à prisão do Cel. Facundo Tavares, federalista declarado, em Porto Alegre, perpetrada pelo Cel. Pantaleão Teles, que resultou na morte dos dois filhos de Tavares, ao reagirem à agressão que o pai sofrera. Esses episódios representam uma triste página na história para o povo rio-grandense, considerando o caráter heroico que esses eminentes vultos tiveram na Guerra do Paraguai.

Escobar atribui ao “nefasto” governo de Vitorino Monteiro uma das consequências que deflagram a revolução rio-grandense, que, em vez de conter a onda revolucionária, a precipitou, notadamente por suprimir o direito de voto a mais de trinta mil federalistas, mas, como refere, “[...] sobretudo, encampando todos os crimes e arbitrariedades cometidas por seus agentes e sequazes” (1920, p. 112). Tal fato se sucedeu, também, no governo de Fernando Abbott. O autor faz, ainda, um verdadeiro libelo à memória das vítimas do “holocausto”, que capitularam em prol da restauração de legalidade do Estado do Rio Grande do Sul, em 17 de junho de 1892. Além disso, lista um vasto rol das vítimas ocorridas no Estado, nominando as localidades de Porto Alegre, Pelotas, Bagé, São Gabriel, Passo Fundo,

¹⁸ Transcreve-se a grafia tal qual editada na obra de Becker (1947). Atualmente, a grafia correntemente utilizada é Chicuta.

entre outras. No mesmo sentido, Rocha Pombo (1920) refere as perseguições cruéis disseminadas pelos castilhistas não só aos seus adversários declarados, mas a todos que parecessem suspeitos de “federalismo.”

Quanto ao episódio do Cel. José Facundo da Silva Tavares, para que não fique apenas a versão de vítima incontestada da ação repressiva dos republicanos, destaca-se a posição de Franco, que narra o episódio da seguinte forma:

Em fins de outubro, em Santa Maria, foram apreendidas cartas do Cel. José Facundo da Silva Tavares a próceres federalistas do interior, as quais deram prova indiscutível da insurreição que se projetava. Ao ser realizada sua prisão, na capital, na madrugada de 1º de novembro, o Cel. Facundo resistiu à bala, determinando o cerco de sua casa pela força policial e uma violenta fuzilaria, de que resultaram enfim a morte de dois filhos do coronel e ferimentos nele próprio (FRANCO, 1988, p. 135).

Os destinos da província rio-grandense estavam selados; a revolta avizinhava-se, apesar dos esforços havidos no sentido de uma solução conciliatória, por parte do General João Telles, como emissário do Mal. Floriano, nos termos do telegrama enviado a 2 de novembro de 1892 (FRANCO, 1988), além de Cezar Ferreira Filho, mencionado por Escobar (1920), amigo em comum de Gaspar Silveira Martins e de Júlio de Castilhos, que tentou celebrar a concórdia entre os dois líderes políticos. Tal intento, contudo, não logrou êxito. Na visão de Villalba (1943), esse fator local de ambiguidades, duplo governo e disputa pela hegemonia política do Estado entre as duas facções lideradas por Júlio de Castilhos e Gaspar Silveira Martins foi determinante para os acontecimentos beligerantes que se sucederem no Rio Grande do Sul.

Do pleito de 20 de novembro de 1892 abstiveram-se os federalistas, ocorrendo o sufrágio da candidatura de Júlio Prates de Castilhos para o quinquênio 1893 a 1898, e a Revolução batia às portas do Rio Grande, conforme descreve Villalba: “Tudo pressagiava enfim a luta que se apresentava iminente; já distintamente divisava-se o horizonte carregado de nuvens precursoras da tremenda borrasca que se desencadeou medonhamente” (1943, p. XXXV).

Pelo exposto, identificam-se as principais causas e o panorama político da época que antecederia o conflito de 1893, resumindo-se na incapacidade dos dois líderes políticos, Júlio Prates de Castilhos e Gaspar Silveira Martins, em promover o consenso em torno dos ideais

republicanos; na disputa pela implantação da República científica e da República liberal; na decadência econômica gaúcha; e nos sucessivos malogros dos governos no primeiro ano republicano, que chegou a novas administrações, além das perseguições perpetradas de parte a parte. Por essa narrativa, encerra-se esse período para adentrar-se nos acontecimentos específicos da Revolução Federalista, abordando os seus desdobramentos na sociedade gaúcha.

2 O HECATOMBE FRATRICIDA

Na disputa da hegemonia política, quando envolve paixões, convicções e interesses pessoais, não há como distinguir o certo do errado, ainda mais se pautada na ânsia da busca do poder a qualquer preço no intento da implantação de um projeto ideológico. Nos momentos de crises e rupturas, historicamente, os homens necessitam de laços e ligações que permitam a construção de identidades no nível do simbólico responsáveis pela formação dos mitos e heróis (FÉLIX, 1995, p. 13). Invariavelmente, nessa condição, o forte subjuga o fraco e o desprotegido, nutrido pela formação do caráter vil, hipócrita e degradante daquele que detém a força.

Desfecho diferente não se pode ter quando esses fatores acarretam a luta armada, o que lamentavelmente se sucedera de 1893 a 1895 na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Esse era o prólogo dos malogrados e infelizes governos republicanos gaúchos da novel República brasileira, configurando circunstância que pouco enobrece o caráter cívico forjado na “fortaleza de uma moral espartana” do povo gaúcho (ESCOBAR, 1920, p. 18).

O Rio Grande do Sul, pela condição geográfica e populacional, caracteriza-se particularmente diferente do restante do Brasil, fato que lhe confere singularidade. Vianna assim descreve o elemento rio-grandense: ao gaúcho é conferido um “aspecto político” influenciado pelo “habitat dos pampas, o regime pastoril e as guerras platinas” (apud SOARES, 1974, p. 12).

Na formação da têmpera do rio-grandense está a influência da exposição renitente às guerras meridionais, quando o nativo era constantemente impelido a se posicionar em prol de um dos lados do conflito. Ferreira Filho (1986) mostra-se virtuoso nesse intento, ao enumerar na sua obra *Revoluções e caudilhos*, a formação militar e as batalhas engajadas pelos gaúchos. Essa têmpera belicosa levou o rio-grandense a conhecer uma das piores sendas na busca da

sua identidade e do ideal de unidade nacional, da qual, frequentemente, era impingido no contato com os demais povos do continente, em razão das disputas pelas divisas sul-brasileiras.

Inobstante as incertezas políticas e o total descontrole administrativo do Estado, na época inicial da República, a economia pastoril gaúcha estava em franco declínio (PESAVENTO, 1984), tornando-se imperativo modernizar a matriz produtiva para acompanhar o desenvolvimento das demais províncias. A atividade econômica estava falida e via-se assolada, também, pela perspectiva da guerra que prognosticava tempos tormentosos para a precária condição econômica do Estado gaúcho.

Diante da precariedade da economia pós-império, subsistiam as perguntas: não haveria outra forma de conciliar os interesses políticos regionais sem a necessidade de apelar para as armas, levadas a efeito pelas facções castilhistas e gasparistas? Quem ganhou? Quem perdeu? A quem interessou? E, principalmente, que reflexos remanesceram? *A priori*, quem perdeu foi o povo gaúcho, pelo desaparecimento de preciosas vidas humanas, cujas reminiscências, por muito tempo, se fizeram sentir, especialmente pelo caráter dual que o “lenço colorado” passou a representar, dividindo a população. Notadamente, “a sociedade fragmentou-se em duas metades – federalistas de um lado, republicanos de outro – cada qual com seu clube, seu jornal, seu círculo de amigos, seu time de futebol, seu grupo carnavalesco, havendo em certos lugares até boicote a lojas [...]” (REVERBEL, 1985, p. 18).

Por sua vez, a derrota dos revoltosos federalistas consolidou o modelo castilhista, pela afirmação do regime presidencialista e do princípio federativo de organização do Estado (GAMA, 2009, p. 11). Contudo, poucos compreendem os aspectos do que foram “maragatos e pica-paus”. Formam-se, pelo senso comum, memórias, estereótipos e símbolos que os transportam a uma época que desconhecem, representando valores que não lhes são cabidos. Para justificarem-se, porém, necessitam de mitos e heróis que os tornem unitários, de modo a conferir-lhes uma identidade nacional.

Este capítulo, portanto, tem o objetivo investigar as causas de tanto ódio, rancor, vingança, desprezo e perseguições que resultaram numa guerra civil que dizimou vidas de coirmãos, dividiu famílias, tornou vizinhos inimigos capitais; duvidou do caráter do próximo, julgou culpado inocentes simplesmente por convicções e, por fim, causou todas as mazelas que só um holocausto pode motivar. O denodo deste capítulo serve, também, para melhor entender o que ocorreu nessa revolução, por meio do “diálogo” com os fatos que desencadearam o evento revolucionário de 1893, especialmente fundamentado pelos relatos

históricos de Villalba (1897)¹⁹, Escobar (1920), Dourado (1977), Pesavento (1988) e outros, esperando contribuir para uma compreensão mais crítica e menos apaixonada da História.

2.1 O APELO ÀS ARMAS

Duas facções ideológicas, efetivamente, disputaram a hegemonia política do Estado com todos os recursos possíveis, culminando por apelar, em última instância, para a luta armada como meio de conquistá-la, ante a incapacidade dos seus líderes em promoverem a concórdia e a unidade do povo gaúcho em prol de um ideal maior, propugnado pelos abnegados da revolução de 1835, dos quais Gaspar Silveira Martins e Júlio de Castilhos se diziam herdeiros (FÉLIX, 1995, p. 10). Ao radicalizar suas posições, consentiram na disseminação da barbárie no território gaúcho, concorrendo para escrever uma das mais tristes páginas da história rio-grandense que tantos fazem questão de esquecer, contribuindo, também, por edificar e consolidar a dualidade que assombra e impede o Estado de atingir níveis de desenvolvimento dignos da sua trajetória. A cisão das ideologias políticas assim fora retratada no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro:

O Sr. Silveira Martins reuniu em Bagé uma convenção de seus antigos co-religionários e alli repudiaram elles os principios que haviam aceito e proclamaram como objectivo principal de seus esforços o regresso no regimen parlamentar, resolvendo disputar nesse terreno a eleição da assembléa. O Sr. Demetrio Ribeiro assignalou desde logo que este repudio de principios marcava a data da separação dos grupos politicos, ficando integra nas mãos dos republicanos a sua bandeira. Desde então a situação do Rio Grande ficou assim desenhada: um pequeno grupo republicano no Governo lutando com a opposição dos liberaes e dos castilhistas, tambem republicanos (1893, p. 57).

Num memorável estudo historiográfico, Villalba (1897) relata o estado conturbado no qual se encontrava o Rio Grande do Sul nos sucessivos governos republicanos, chegando a enumerar o total de dezenove administrações num curto espaço de três anos. O ambiente de incerteza política instalado com a deposição do presidente Visconde de Pelotas e com a assunção de dois governos, o de Vitorino Monteiro (republicano), em substituição a Pelotas, e

¹⁹ Villalba (1897), em sua obra *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*, legou ao historiador um amplo estudo da época, acompanhado de documentos importantes que na atualidade seria impossível localizar.

o do general Joca Tavares (federalista), em Bagé, determinou o início da revolução entre castilhistas e gasparistas.

A guerra civil foi deflagrada a 17 de junho de 1892 em Porto Alegre, estendendo-se, simultaneamente, à cidade de Rio Grande, quando a canhoneira “*Marajó*” fora dirigida àquele porto para ser entregue ao comando do Capitão-Tenente Garnier, isso após intenso combate, na capital, com o apoio do vapor “*Tupy*” contra as milícias de terra que apoiavam os castilhistas. A insurreição prévia fora concertada por Barros Cassal com o propósito de impedir que Vitorino Monteiro assumisse o governo provincial. Cassal tentou congregar o apoio do comandante das forças militares em terra do general Bernardo Vasquez, que fora prontamente rechaçado pelo militar, frustrando as suas intenções. O general argumentara, inclusive, que se houvesse hostilidades por parte da canhoneira “*Marajó*”, ancorada no Rio Guaíba, comandada pelo capitão-tenente Cândido dos Santos Lara, responderia de imediato com suas artilharias. Tal fato se sucedeu quando se empreendeu renhido fogo bélico entre terra e água, muito embora o general Vasquez tenha suscitado a deposição das armas por parte do comandante da flotilha. A ilustração da planta da cidade de Porto Alegre demonstra as posições adotadas pelas respectivas forças combatentes (ANEXO B), notícia também veiculada no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro (1893, p. 57). Considerando os acontecimentos, Demétrio Ribeiro proferiu extenso discurso na Câmara dos Deputados na sessão de 1º de julho de 1892, no qual relatou a grave crise que assolava o Rio Grande e pediu providências, seguido, também, por Cassiano do Nascimento (ANEXO C), já antevendo eventual luta armada.

Ao seu passo e em franca oposição ao governo de Júlio de Castilhos, Gaspar Silveira Martins – “apeado” que fora do poder provincial – articula com os demais liberais do Rio Grande e proclama o Manifesto Federalista, incitando correligionários a pegar em armas e a promover a revolução contra os ideais republicanos:

Cidadãos! Às armas! Os inimigos da Pátria, arvorados em governo legal, implantaram nela terror como meio de ação, lançaram mão do punhal para matar em plena paz. [...]. O Rio Grande, pátria de heróis, está convertido em terra de escravos. [...]. A nossa causa é justa porque queremos reconstruir a nossa pátria sobre bases de liberdade. [...]. Às armas, compatriotas! Lutamos pela liberdade da pátria. Deus será conosco. Viva a Nação Brasileira! Viva o Rio Grande do Sul! Viva o Exército Libertador! Viva o Partido Federal! General em Chefe, João Nunes da Silva Tavares. Acampamento na Carpintaria, 05 de fevereiro de 1893 (VILLALBA, 1897, p. LVII).

O manifesto publicado pelos federalistas tinha como intuito a mobilização popular, concitando os estancieiros da fronteira, que se achavam prejudicados pela perda do poder político e econômico, a armar-se contra o governo que alcinhavam de despótico e tirano, tendo como principal objetivo atingir o líder republicano Júlio de Castilhos. Ao mesmo tempo, enaltecia o passado de glória e de lutas, apelando ao orgulho dos cidadãos gaúchos, ao rememorar as lutas e batalhas meridionais.

Os caudilhos²⁰, por meio do poder econômico e político, por sua vez, lideravam o movimento, recorrendo à lealdade dos currais populacionais dependentes do sistema legitimado das grandes estâncias, autoproclamando-se libertários da opressão e da justiça, lídimos defensores da liberdade (FÉLIX, 1995). Conseqüentemente, a força revolucionária autodenominou-se Exército libertador, exortando a bandeira da liberdade, da honra e da luta armada contra a ditadura e a tirania do governo castilhista. Por seu turno, cerraram fileiras ao Exército libertador dois próceres do Exército brasileiro ligados à campanha do Paraguai, Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado e Isidoro Dias Lopes, prestando um toque profissional à guerrilha dos revolucionários (CARVALHO, 1897).

Com efeito, o Estado acabou por cingir-se politicamente entre as duas facções, repercutindo a revolução em várias localidades do interior, conforme relato de Villalba:

[...] os efeitos da revolução repercutiram em outras localidades do Estado, onde houve renhidos encontros sempre favoráveis aos legalistas. Ao passo que a cidade do Rio Grande, Pelotas, Jaguarão e Santa Maria apoiaram sem luta o governo de Castilhos; em S. Gabriel, o coronel Portugal derrotou as forças federalistas que se dirigiam para Bagé, em auxílio de Tavares; estas depuzeram as armas mediante a promessa de garantia; em Sant'Anna do Livramento houve no dia 19 um encontro de cerca de 400 combatentes de ambos os lados onde foi derrotada a cavallaria federalista morrendo 13 rebeldes. Raphael Cabeda e Paulino Vares chefes revolucionarios, com outros partidarios, refugiaram-se na Rivera; – em Viamão noticiou o *Correio Mercantil* de 6 de julho uma derrota infligida a um piquete de cavallaria, que em nome dos legalistas, para ahi se dirigia em attitudo hostil; os federalistas perderam 48 homens, inclusive o chefe Queiroz (1897, p. XLII).

O foco da resistência federalista centrou-se em Bagé, berço do comandante Silva Tavares, para onde vários partidários do clã acorriam para se juntar às tropas por ele lideradas.

²⁰ “Caudilho”, o que se convencionou chamar no Rio Grande, é portador dos seguintes requisitos: homem de campo, homem a cavalo, político com prestígio real, independente de cargo, numa certa região; homem de guerra, isto é, disposto a deixar suas comodidades e interesses e lançar-se à luta armada na frente de seus adeptos; homem, enfim, com as qualidades dos antigos *condottieres* (FERREIRA FILHO, 1986, p. 18).

No perímetro da cidade, os grupos revolucionários permaneciam acampados como forma de manter a unidade de resistência, promovendo a sabotagem da linha de trem para garantir a imobilidade das tropas republicanas que marchavam até lá, crendo na promessa de Floriano Peixoto de que o governo federal se manteria neutro na disputa interna do Rio Grande do Sul. Em razão desses fatos e também pela declaração de apoio ao governo de Vitorino Monteiro por parte de Floriano, as tropas legalistas federais e estaduais concentraram os esforços no sentido de dissolver qualquer tipo de resistência federalista. Bagé, em breve, ver-se-ia sitiada por tropas governistas republicanas do 6º Regimento de Cavalaria, comandadas pelo general Izidoro e seus auxiliares, generais Hyppolito, Rodrigues Lima, Alves Pereira, coronel Aparício e o senador federal Pinheiro Machado (VILLALBA, 1897). Franco (1988) nomina, também, os diversos oficiais de fileira postos à disposição do governo gaúcho pelo governo de Floriano Peixoto para auxiliar na dissolução da resistência de Bagé, tendo Castilhos os feito comandantes de brigadas e batalhões²¹. A propósito, destaca-se o comissionamento de Santos Filho:

Estado do Rio Grande do Sul. Palacio do governo em Porto Alegre, 2 de março de 1893. 1ª Directoria, n, 926. Ao sr. tenente Joaquim Thomaz dos Santos e Silva Filho. Recebida communicação de terdes sido posto á disposição do governo do Estado, resolvi confiar-vos o commando em chefe das forças civis que estão se reunindo em Cacequy e devem operar segundo o exigirem as circunstancias. Para esse fim soi commisionado no posto de coronel. Para melhor exito da ardua tarefa, que, estou certo, de empenhareis com o zelo exemplar que, "os recommenda, deveis communicar-vos com o commando da guarnição de S. Gabriel, ficando autorizado a usar do telegrapho para os assumptos do serviço publico; a effectuar, sem dependencia de autorisação prévia, as despesas de caracter extraordinario que e tornarem necesarias e a fazer as nomeações provisórias de officiaes para os corpos que vão ficar sob a vossa superior direcção. No momento critico que atravessa á nossa Patria, vilipendiada pelas hordas invoras composta na maior parte de mercenarios estrangeiros e praças licenciadas do exercito oriental, não preciso fazer apello ao vosso patriotismo, porque estou seguro de que acima de tudo collocaes, como bom e leal republicano de todos os tempos, o dever de sustentar as instituições emergidas do glorioso movimento de 15 de novembro de 1889, confundindo para sempre os que pretendem obstar a sua consolidação definitiva. - Saude e fraternidade. - Júlio de Castilhos (CARVALHO, 1897, p. 24).

Antevendo o inevitável, o general Joca Tavares, aconselhado por Gaspar Silveira

²¹ Comissinou o tenente Joaquim Tomás dos Santos Filho em coronel, atribuindo-lhe a chefia das forças civis em Cacequi; em tenente-coronel, o Cap. Cipriano Ferreira, confiando-lhe o 2º Batalhão de Infantaria da Brigada Militar; a "Divisão do Norte" foi entregue ao Gen. Rodrigues Lima; a divisão de Uruguaiana ao Gen. Hipólito Ribeiro; fez do Ten. Fabrício Pilar tenente-coronel, comandante do 1º Regimento da Cavalaria da Brigada Militar, e assim por diante. (FRANCO, 1988, p. 143).

Martins, em 4 de julho de 1892, depõe as armas, acompanhado dos demais chefes revolucionários. A ata da deliberação do armistício foi publicada no jornal *A União Nacional de Bagé*, a fim de justificar o motivo, cujo conteúdo consta do Anexo D. Nessa ata, o comitê revolucionário de Tavares enumera duas causas para a dissolução da resistência: a primeira refere a intervenção “clara e manifesta” do governo federal nos negócios peculiares do Estado, contrários às disposições constitucionais, apoiando o governo de Vitorino Monteiro e dos revolucionários das guarnições de Rio Grande, S. Gabriel e Jaguarão, bem como o fornecimento de armas dos depósitos federais aos revolucionários; a quebra da neutralidade do general Bernardo Vasques ao capitão da fragata Legey, que resultara no bombardeamento da capital; a declaração do General de Divisão Izidoro Fernandes, declarando-se comandante e chefe das forças revolucionárias de Livramento, denotando solidariedade ao governo central; e, por fim, por haver sido determinado pelo general Bernardo Vasques o deslocamento das forças militares de Cacequi a Porto Alegre para apoiar Júlio de Castilhos e aos que não eram simpáticos mandado retirar armamentos, munições, privando-lhes do meio de locomoção. Na segunda, o comitê destaca que o movimento de resistência estava circunscrito aos municípios de D. Pedrito, Livramento e Bagé, para onde convergiam as forças de S. Gabriel e Herval, não havendo como contar com elementos reacionários de outras localidades, as quais haviam sido ocupadas pelos revolucionários de tal modo que impediram a reunião de forças suficientes para triunfo da causa. Assim, considerando o improficuo sacrifício em detrimento dos interesses do Estado, depunham as armas julgando haver cumprido o dever cívico.

À deposição das armas, a cidade de Bagé viu-se assolada pelas tropas governistas comandadas por Pedroso e Motta. O general Tavares, pressentindo o pior, enviou esforços junto ao comando da guarnição em Bagé, coronel Arthur Oscar, comandante do 30º batalhão de infantaria que se encontrava em marcha, para que as tropas não adentrassem na localidade, a fim de que não houvesse sacrifício de vidas. O esforço do general Tavares foi infrutífero, pois houve uma “explosão de ódio dos cruéis invasores”. A essa invasão, o próprio Tavares, além de mais de quinhentas pessoas, dentre elas os chefes mais importantes da resistência, teve de emigrar para o país vizinho do Uruguai, com vistas a livrar-se das perseguições e preservar as suas próprias vidas (VILLALBA, 1897).

A atmosfera hostil decorria dos senhores donos da situação, assim como na contramão advinham as represálias por parte dos perseguidos, instalando-se no Rio Grande o domínio do terror e de toda a sorte de atrocidades que não pouparam inocentes. Ilustrando esse clima,

Villalba transcreve um trecho do relato do prelado da diocese de Bagé, D. Cláudio, publicado na imprensa do Rio de Janeiro em 24 de janeiro de 1893, no qual serviu de testemunha ocular das barbáries ocorridas naquela época:

É impossível imaginar e ainda menos fácil será descrever o estado actual do Rio Grande, com excepção de poucos pontos. A fortuna principal é o gado e este tem sido roubado, até matado sem utilidade alguma, d'onde resultaria necessariamente ficarem reduzidos à miséria muitos estancieiros ricos; o povo da campanha não tem trabalho na sua lavoura, e por isso mesmo os generos alimenticios de primeira necessidade vão subir a preços fabulosos, nos faltando até a carne; a mortandade de homens validos tem sido muito consideravel de uma parte e de outra, seja ella produzida nas batalhas e tiroteios, Ou pelas diversas pestes que têm atacado os pobres soldados, ou pelo auctor da barbara, inaudita ferocidade; por isso mesmo o numero das viuvvas e orphãos reduzidos à miséria será muito consideravel. Se continuarmos desta sorte, “sem lei, sem garantia alguma para a vida, para a liberdade; para as nossas propriedades, entregues a despotas rancorosos, a feras desesperadas, ficará o Rio Grande completamente aniquilado”. “Tem-se chegado a amarrar na estaca o pai e feito despir a filha e neta para violal-as diante de seus olhos”. A imprensa está por todos os modos amordaçada e por isso nos outros estados pouco se sabe do que se está passando neste infeliz Rio Grande (1897, p. XLVI).

Com base em tal testemunho, pode-se aferir o alto grau de terror instalado no solo gaúcho, onde o ódio, ambições e vinganças encontraram terreno fértil para prosperar, sobretudo porque não havia inocência diante da arbitrariedade praticada de parte a parte. Em face dessa situação, o General João Telles remeteu um telegrama ao Marechal Floriano Peixoto, solicitando-lhe a decretação de estado de sítio no Rio Grande do Sul, a fim de que fosse nomeado um interventor militar alheio às paixões políticas no intuito de refrear os ânimos e conter a situação de horrores perante a iminente revolução que se pronunciava, (ANEXO E). Afirmava não haver qualquer espécie de garantias, quer pessoal ou material; praticavam-se assassinatos, saques, a degola de homens, mulheres e crianças como se fossem cordeiros. Anunciava o estado exaltadíssimo de ânimos prevendo a invasão dos exilados com brevidade. Enumerava os coronéis Pedroso e Motta, os chefes republicanos Piratiny e Cangussu e o Coronel Candido Garcia de Bagé como os maiores assassinos e ladrões do Rio Grande, imputando-lhes a culpa pela situação em que se encontrava o Estado.

Os principais chefes federalistas abrigados no Uruguai articulavam a resistência. Em carta enviada pelo Tenente-Coronel Facundo Tavares a Felipe Nery Portinho, datada de 16 de outubro de 1892, apreendida em Santa Maria sob a posse do coronel reformado Felisberto Pereira de Barcellos, o signatário revelava os planos de reação ao governo, acusando-o de

todos os males acarretados ao desgraçado Estado. Relata na missiva que seu irmão, o general Silva Tavares, estaria no Uruguai preparando a luta, informando que, embora dispusesse de escassos recursos, por-se-ia em marcha para invadir a fronteira do Rio Grande, enquanto ele – Facundo – e os correligionários Visconde de Pelotas, general Barreto Leite e outros amigos, concursados com os Coronéis Vicente Gomes, Antonio Ignacio e o tenente-coronel Baptista de S. Francisco, mover-se-iam pelo Norte. Na mesma carta, pediu que fosse transmitido o convite aos correligionários Timotheo de Souza Feijó e capitão Garcez para aliarem-se à resistência. Mencionava, também, os depósitos de armas em Cruz Alta que teria Pinheiro Machado e que se tomados de assalto seriam dos revoltosos (ANEXO F).

O governo republicano, ao seu passo, reforçou a repressão aos conspiradores, efetuando diversas prisões em todo o Estado, especialmente daqueles que julgava afetos à causa federalista. Esse momento é bem explicado no Anexo G, quando Júlio de Castilhos publica, em 1892, o “Boletim-relatório do governo do Rio Grande do Sul sobre os acontecimentos de novembro de 1892”. Nesse boletim, Castilhos relata a apreensão da carta subversiva escrita por Facundo, alertando as autoridades para o “feroz e sinistro plano da evolução” revolucionária, cujo esboço compreendia o “extermínio” dos principais chefes republicanos e a invasão do Estado e da pátria pela fronteira, inclusive com elementos estrangeiros. Esse documento se traduziu num libelo em prol do governo republicano e da repressão ao levante.

Outro documento relevante consistiu na publicação do *Jornal do Commercio*, de 17 de novembro de 1892, chamando a atenção ao governo federal para que não ficasse alheio politicamente aos episódios de desordem e homicídios ocorridos em Porto Alegre, sobretudo diante da perspectiva de uma guerra civil a um dos Estados membros da República. Denunciava o regime de despotismo e da força; a falta de garantias pessoais e de liberdade da imprensa, bem como as perseguições políticas arregimentadas por agentes do governo estadual e seus adversários. Relatava a saída do Visconde de Pelotas de Porto Alegre, que, se não fosse a proteção do comandante do distrito militar, em honra aos serviços prestados na campanha do Paraguai, não teria escapado com vida, especialmente pela condição precária da sua saúde. Quanto ao general Silva Tavares, descrevia que as autoridades do país uruguaio prestaram-lhe incondicional apoio, de modo a angariar gente armada para invadir o Estado. Ao final, aduzia as perseguições, a morte dos sobrinhos de Silva Tavares e a prisão do seu irmão Facundo, em Porto Alegre, referindo, também, a morte do coronel Evaristo Teixeira do Amaral em Cruz Alta, quando fora atacado pelas forças governistas que sitiaram aquela

localidade, de forma que ninguém poderia chegar ou sair sem a autorização e o conhecimento do governo.

Replicando a publicação, a representação rio-grandense na capital federal fez veicular no mesmo jornal, na edição do dia seguinte, um manifesto alegando inexatidões nas afirmativas divulgadas, sobretudo porque foram prestadas pela visão parcial com nódoas de mágoa do Visconde de Pelotas diante da forma como fora destituído do poder, considerando ser de sua autoria os relatos que embasaram a matéria. Refutando as acusações, a representação gaúcha afirmava ser inverídica a supressão das garantias da lei, sob a afirmação de que há tempos articulava-se uma conspiração para depor o governo republicano, liderada por Gaspar Silveira Martins, com apoio dos exilados compatriotas seus na banda uruguaia. Os conspiradores estavam prontos e armados para invadir o Estado. A maior prova se revelou quando fora assassinado, em Palmeira das Missões, o Coronel Evaristo Teixeira do Amaral, oportunidade em que se apreenderam, na posse do capitão Felisberto Barcellos, as cartas escritas por Facundo aos conspiradores e chefes locais, fato a que o governo não poderia ficar alheio. Ademais, informaram os representantes do governo haver plena liberdade de imprensa e que o único jornal que se fechou à circulação fora *A Reforma*, considerado veículo parlamentarista e de restauração da Monarquia. Concluindo, a representação governista reforçava a posição de que os federalistas estavam abrigados nos departamentos uruguaiois, reunidos sob a liderança de Silva Tavares, à espera da ocasião certa para invadir o Estado, já devidamente amparados por aquele governo oriental, tendo arregimentando, inclusive, praças licenciados dos regimentos de linha uruguaio para auxiliar os conspiradores.

No relato de Franco (1988), esse foi o período marcado pela administração de Vitorino Monteiro e Fernando Abott, cuja tarefa principal se resumia na desmontagem da frágil máquina erguida pelo “governicho”, buscando renovar o dispositivo político e bélico dos castilhistas. Júlio de Castilhos, ao assumir sua cadeira na câmara federal, articulava ainda mais o estreitamento dos laços de apoio do governo federal, especialmente ao Mal. Floriano Peixoto, de modo a angariar a simpatia à sua causa, na medida em que antevia a guerra civil.

À evidência dos fatos, pode-se concluir os motivos que desencadearam a guerra civil: os sucessivos golpes e contragolpes para destituir as facções castilhistas e gasparistas do governo – primeiro Castilhos e, depois, do governicho; as perseguições políticas desencadeadas em todo o Estado; o episódio da barbárie na invasão de Bagé, ante a deposição das armas de Silva Tavares e de seus chefes; a descoberta dos documentos subversivos incitando a insurreição de autoria de Facundo Tavares, a morte dos filhos deste e a sua prisão.

Franco assim classifica o nascimento da rebelião:

A rebelião nasceu do ressentimento do grupo gasparista apeado do poder em 1889, a quem Castilhos negou qualquer possibilidade de composição ou transação política, assim como de outras facções, lideradas por Silva Tavares, Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, as quais, pelo envolver dos acontecimentos, se foram incompatibilizando com os republicanos ortodoxos. A ascensão dos castilhistas correspondera a modificações na hierarquia social. Boa parte do eleitorado provinha de setores da classe média, que o regime eleitoral do império privara do exercício do voto, por não alcançar os mínimos de rendas previstos em lei (FRANCO, 1988, p. 141).

Aqui surge um elemento novo no rol dos motivos que deflagraram a refrega civil. Trata-se das modificações na hierarquia social decorrentes da ascensão da classe média ao direito do voto, que, ao tempo do império, se baseava no censo qualificado das posses. Tal questão repercutiu diretamente no preenchimento dos cargos públicos, considerando que a facção castilhista não dispunha de expressiva representação nos municípios do interior e para preencher essa lacuna nomeavam indivíduos de baixa classificação social, sendo essa atitude reputada como afronta às elites dirigentes locais. Consequentemente, essa prática refletiu, também, na atividade econômica, especialmente na zona da fronteira, onde o contrabando dependia da complacência do governo, e na serra, onde a aquisição da propriedade fundiária era legitimada pela posse concedida arbitrariamente pelos órgãos públicos (FRANCO, 1988, p. 141). Ou seja, a posse de cargo público nos municípios conferia expressivo poder e influência aos seus detentores, de maneira que se traduzia na manipulação do domínio econômico em proveito próprio, subjugando a população mal instruída, miserável, carente de emprego e dependente das elites locais, transformando-as em currais eleitorais.

Diante disso, apesar da alegação de perseguições, opressão, tirania e rancor de ambas as partes, a detenção dos cargos públicos incomodava muito a elite dirigente, viúva da Monarquia, pela perda do poder político. Da mesma forma, a elite republicana ascendente, noiva que se achava da República, também se utilizaria dessa condição para ir à desforra contra vários anos de opressão.

2.2 O CONTEXTO ECONÔMICO

Nos tempos tormentosos da Revolução Federalista, a questão econômica mantinha-se encoberta pela disputa política do poder do Estado, relegada à margem dos discursos políticos. Muito embora parecesse subjacente, o poder econômico tinha vital significância na supremacia política do Estado: para os estancieiros do sul do Estado, liderados por Gaspar S. Martins, perder o poder político significava perder a hegemonia do *status* econômico angariado por longos anos no apoio à Monarquia; já para os republicanos de Castilhos e da classe média que o apoiava, as novas diretrizes econômicas representavam a implantação do novo ideal para o progresso linear, nos moldes referenciais da Europa moderna, cujo momento compreendia como evolução. Félix traz um pouco de luz a esse raciocínio:

Não podemos perder de vista a contextualização desta luta. Estávamos em pleno final do séc. XIX, quando, de 1870 em diante, acelerava-se em dimensão internacional, através das elites intelectuais e políticas, a difusão da crença no progresso como um avanço inexorável que, através da razão e da técnica, levaria o homem à civilização e esta a permitir que fosse atingido o ideal da perfeição humana (1995, p. 20).

A disputa estabelecia-se entre a representação do “novo” encarnado no ideal de Júlio de Castilhos e o estigma do “velho” representado por Gaspar S. Martins, ou seja, o embate entre o ideal desenvolvimentista e a permanência de privilégios seculares corporificados pelo ideal liberal. No contexto, não se pode dissociar a questão política da questão econômica que redundou na Revolução de 1893. A questão política mantinha subjugado o aspecto econômico, sobretudo com a ascensão do sistema republicano rompedor dos interesses dos poderosos locais, especialmente, como já referido, na questão do contrabando, de isenções tarifárias e legitimação de terras (FRANCO, 1988).

Na questão do contrabando na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, sobressaiu, na sessão dos atos do governo provisório da República, datada de 21 de janeiro de 1890, manifesto em que Ramiro Barcellos busca, na condição de representante do Governo Brasileiro no país vizinho, o encaminhamento de uma solução para demanda tão tormentosa ao governo gaúcho. Na sessão, postulou um tratado aduaneiro para sustar a escandalosa prática que depauperava os cofres do Estado, sugerindo medidas como o preparo prévio à

repressão; a edição de decreto que considerasse a prática como crime de “moeda falsa” a fim de processar-se o contrabandista; a redução da taxa de armazenagem nas estações fiscais a uma baixa porcentagem; a instituição de uma polícia aduaneira armada e outra de agentes secretos; a eliminação dos impostos de exportação, compensados por elevação gradual da tarifa especial que foi concedida ao Estado do Rio Grande do Sul; proteção às indústrias rio-grandenses, elevando desde já ao tipo de tarifa geral a taxa sobre produtos similares importados; a nomeação de um superintendente no Estado, representante do ministro da fazenda, com autoridade necessária sobre todas as repartições da Fazenda e encarregado de organizar e dirigir todo o serviço de repressão ao contrabando, com competência para distribuir o valor integral dos contrabandos apreendidos aos apreensores como prêmio a seus serviços, descontada a taxa marcada pela tarifa para os cofres do Estado (ABRANCHES, 1907, p. 60).

A política fiscal consistia na supressão dos privilégios econômicos, estabelecendo a igualdade de competição com um sistema de impostos para cercear a ampliação do latifúndio e das posses impróprias da terra, o que era contrário aos interesses dos coronéis, porque solapava a autonomia econômica de ação (FÉLIX, 1995, p. 23).

Em relação ao poder econômico dos coronéis, Barreta assim se refere:

O poder [...] foi a arma que permitiu a Silveira Martins forjar a sua aliança-poder de um estado patrimonial, altamente centralizado, cujos privilégios e favores a ele exclusivamente mediava para a província. [...] além da tarifa especial-privilégio de tipo particular, dispensado a toda produção de charque e de gado na área de Pelotas, Rio Grande e Bagé, Silveira Martins foi pródigo na concessão de favores a seus aliados políticos (apud FÉLIX, 1995, p. 24).

Por esse raciocínio pode-se entender os motivos pelos quais os federalistas concitaram seus correligionários a pegar em armas contra a ditadura implantada pelo governo republicano de Castilhos, qualificada de regime de terror e de perseguidora de adversários (ESCOBAR, 1920). A revolução representou um marco divisório entre duas concepções ideológicas na condução político-econômica do Estado. Houve a ruptura de um modelo de privilégios e poderes concentrados no ideal liberal de Gaspar S. Martins para uma ditadura técnica científica do positivismo castilhista.

O movimento federalista, diante disso, consistia na tentativa de implementar um estado nacional liberal oligárquico para manter a hegemonia política dos coronéis:

O que reparamos, então, é a consolidação de um federalismo desigual e a construção de um Estado nacional liberal na forma, mas oligárquico no conteúdo, e é nesse contexto que a Revolução Federalista surgiu como uma insubordinação inicialmente regional, mas que conseguiu aglutinar insatisfações nacionais. Para José Murilo de Carvalho, apesar dos esforços civilizatórios da elite brasileira em promover uma “modernização conservadora” entre 1870 e 1914, a força da tradição foi assaz vigorosa para conservar os valores de uma “sociedade rural, patriarcal e hierárquica”, na qual podemos inserir a Revolução Federalista (SÊGA, 2003, 2004, p. 184).

Com a República, os interesses econômicos convergiram para a política da exportação cafeeira, consolidando São Paulo e Minas Gerais como locomotiva do novo mapa de desenvolvimento econômico. O Rio Grande do Sul viu-se à margem desse processo, em razão da sua combatida economia baseada no fornecimento de gêneros de subsistência para o mercado interno nacional, representado pelas grandes estâncias da fronteira.

De acordo com Pesavento (1983), diante da desvinculação gaúcha desse processo econômico, ficavam os seus interesses subordinados às regras da economia central do país, considerada prioritária em nível nacional. Daí para a insurgência dos grupos de interesses rio-grandenses bastava apenas um pequeno motivo para acender a centelha da chama revolucionária.

Ao ensejo, a crise econômica se acentua nas charqueadas. É o que analisa Pesavento:

Ao redor da década de 70, a charqueada gaúcha encontrava-se em crise, com efeitos negativos sobre a pecuária como um todo. Frente ao processo de transformação econômico-social que se desenvolvia no Brasil, o braço escravo se tornava escasso, notadamente para as regiões desvinculadas da agroexportação. O preço dos negros elevava-se muito e ocorria no país uma drenagem interna de mão de obra escrava para a região cafeeicultora, habilitada a pagar melhores preços. Ao mesmo tempo que se elevava o custo da reposição da força-trabalho, outros produtos necessários para o fabrico do charque – como o sal ou aniagem para o enfardamento – sofriam altas taxas de importação (1983, p. 39).

A crise gaúcha estabelecia-se na decadência das charqueadas que outrora serviram para alimentação da força de trabalho do centro do país, diante dos constantes reclames das fazendas cafeeiras por redução de custos em face da libertação da força de trabalho escrava. Somava-se, também, o fato da entrada nas alfândegas nacionais do charque platino, em especial o do Uruguai, mais barato, como forma de atender aos interesses do centro do país.

Nesse contexto, a economia rio-grandense via-se relegada à própria sorte, alijada de todo o processo econômico.

Aliada à crise da pecuária, havia, ainda, a falta de infraestrutura regional para escoar a produção aos centros consumidores:

Tanto os produtos pecuários como agrícolas viam-se igualmente afetados pela precariedade dos transportes na província. A primeira ferrovia, construída em 1874, ligava Porto Alegre a São Leopoldo [...]. As demais ferrovias [...] revelavam-se insuficientes para as necessidades de escoamento dos produtos da província, acrescido de que o único porto de mar – Rio Grande – tinha sua barra obstruída pela areia e não possuía um cais apropriado, não permitindo o acesso de navios de grande calado (PESAVENTO, 1983, p. 44).

Esses eram os fatores do agravamento da atividade econômica: a questão da fronteira (complacência ao contrabando), as altas taxas de impostos, a legitimação da posse fundiária, a inexistência de investimentos em infraestrutura para o escoamento da produção, o fomento do desenvolvimento regional e a subserviência da província ao poder político-econômico central. Essas bandeiras representavam os motivos de luta de orientação liberal apregoada pelo Partido Federalista de Gaspar Silveira Martins, por outro modo também representava a bandeira republicana de Júlio de Castilhos. A diferença consistia em um querer manter a hegemonia liberal-republicana e o outro, a República tecnocientífica do positivismo europeu. Enfim, ambas as agremiações apregoavam as mesmas ideias e o que as diferenciava era a ideologia política, distinção que, após o fim da guerra, consolidou o poder do setor financeiro urbano-litorâneo, estabelecendo Porto Alegre e a crescente região da serra-planalto na hegemonia mercantil sobre as demais regiões fronteiriças, economicamente decadentes (GAMA, 2009, p. 12).

2.3 OS REBELDES

Villalba (1897), ao relatar as primeiras invasões ocorridas no Rio Grande do Sul, a partir do ano de 1893, traça algumas considerações sobre o campo de batalha e a forma como se desenvolveram os combates iniciais, descrevendo, também, o estilo dos combatentes.

Propõe uma ordem cronológica das diversas fases das invasões, nominando a liderança de Joca Tavares, primeiro invasor, seguido de Gumercindo Saraiva e Saldanha da Gama²². Este, por convite de Gaspar Silveira Martins, no decorrer do evento, seria nomeado comandante-em-chefe da Revolução, pela sua reputação, honra e brio, de modo a servir de exemplo aos comandados, mantendo viva a chama revolucionária (GAMA, 2009, p. 44). Os primeiros combates restringiram-se à zona da fronteira com o Uruguai, onde se encontravam desterrados os chefes federalistas continuamente reprimidos pelas forças legais republicanas.

A forma de combate dos federalistas resumia-se à guerrilha, através de inesperados ataques, emboscadas e retiradas, evitando o confronto com as forças regulares mais bem aparelhadas. Tratava-se de uma guerra típica de movimento ou de guerrilha, na qual as cargas de cavalarias com lanceiros desempenhavam função central: “a destreza individual, não raro, ganhava destaque. Era a guerra à gaúcha!” (GAMA, 2009, p. 9). Só enfrentavam o inimigo abertamente quando não possuíam condições de recuar. O principal objetivo, segundo Silveira Martins, era cansar o adversário, pois não possuíam condições materiais de sustentar a luta com as tropas governistas que eram mais bem equipadas: “Meu plano, dizia o dr. Silveira Martins quando interrogado sobre a revolução, é um só e simples: *cançar* o inimigo e *vencelo* pelo *cançazo*” (VILLALBA, 1897, p. LIV, grifo do autor).

A diferença de recursos materiais e econômicos entre federalistas e republicanos era abissal, o que caracterizava o desequilíbrio entre as forças, justificando as palavras de Gaspar S. Martins. As forças federalistas, sistematicamente, recorriam à moeda de “vales” como meio de angariar recursos para financiar a atividade e o seu próprio sustento, o que acarretava, sobretudo, enormes danos aos prejudicados. Gaspar S. Martins, por seu turno, exercitava todos os seus poderes de persuasão no Estado Oriental do Uruguai para captar recursos, os quais provinham de toda a parte, inclusive de eminentes monarquistas exilados (FRANCO, 1995, p. 31). De tão carentes financeiramente, os federalistas visualizavam na invasão a única possibilidade de melhorar a condição de privações de toda a sorte que sofriam no exílio (ESCOBAR, 1920). Em contrapartida, as tropas governistas gaúchas recebiam o suporte financeiro do governo central, que não media esforços para abastecer os cofres do Estado,

²² O Contra-Almirante Luiz Felipe de Saldanha da Gama foi declarado traidor à pátria e desertor pelo decreto do governo federal de 10 de dezembro de 1893, assinado por Floriano Peixoto e Firmino Chaves, pelo motivo de ter aderido à Revolução capitaneada por Custódio de Mello, quando ainda desempenhava a direção da Escola Naval, traindo a confiança que lhe fora depositada (CALDAS, 1895, p. 152). O fato precedente ocorrera no dia 10 de dezembro de 1893, quando o contra-almirante Saldanha da Gama publicou no jornal *O Paiz* um manifesto que combatia o militarismo e a opressão do governo no qual filiava-se ao insurreto do Sul do País para libertação da nação (CALDAS, 1895, p. 237).

sustentando e dando apoio à perseguição dos federalistas. O combatente federalista não dispunha de fardamento, vestia-se maltrapilamente, além de ser despojado de armamentos e de montaria; caminhavam desordenadamente e aos bandos, ironicamente autodenominando-se “exército libertador” (VILLALBA, 1897).

Villalba assim descreve a condição do habitante do Rio Grande e a sua sanha em fazer combates, especialmente pelo caráter sangrento, bárbaro e brutal da luta armada da revolução de 1893:

De alguma forma, o gráo de criminalidade desses incolas campineiros encontra attenuantes na historia da civilização. O gaucho, de vida nomade e exercendo a industria da criação de gado, donde tira a base de sua nutrição, apresenta-se-nos em um periodo quasi barbaro, relativamente a seus irmãos do norte que são agricultores. Assim pois, aquellas scenas de sangue que tanto nos revoltam são por elles mais facilmente toleradas. Em plena expansão a seus ferozes instinctos, ai do misero que tentasse resistir-lhes ou do descauteloso adversario que chegasse a cahir prisioneiro! Summariamente era-lhe imposto o castigo que, começando ordinariamente com a tortura (*castração*), terminava com morte atroz (*degolla*) (1897, p. LV, grifo do autor).

Nesse relato, Villalba descreve, também, os meios cruéis que caracterizaram a revolução, a castração como tortura seguida da misericórdia final da degola²³. A degola do adversário constituía-se pela retirada da vítima do meio onde se encontrava ou para fora do acampamento da coluna militar, suas mãos eram amarradas para trás, fixando-se sua cabeça entre joelhos do algoz, de modo que o pescoço ficasse à mostra, expondo a jugular para ser seccionada por instrumento cortante (faca, punhal, adaga, espadachim), configurando “a gravata colorada”, como ficou conhecida tal prática nas palavras de Reverbel (1985). O “famigerado preto Adão de La Torre”, por parte dos federalistas, e o “terrível Cherenque”, por parte dos republicanos, passaram para a história como os principais protagonistas dessa prática ignominiosa, tendo como admiradores o coronel Elias Amaro, Pedroso e o sombrio coronel Iséas da República Argentina (VILLALBA, 1897). O que transparece disso é o caráter brutal do habitante gaúcho forjado no desempenho da lide campeira, tendo a morte e a identificação com as armas como fato corriqueiro do seu dia a dia, assim como a habitualidade com que fora exposto às constantes guerras meridionais.

²³ Villalba refere que “a degola era o processo preferido para o assassinato dos seus adversários políticos, porque assim não só economizavam munições, como também o ruído das descargas lançaria o desânimo entre os prisioneiros que por ventura quisessem se alistar em suas fileiras” (1897, p. LV).

2.4 OS COMBATES

A região da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai fervilharia de ódio, terror e sangue derramado entre 1892 e 1895. Do lado brasileiro, o governo republicano tratava de reforçar as suas posições, situando os regimentos de modo a reprimir todo e qualquer tipo de invasão federalista, frequentemente anunciado. Do Uruguai, os federalistas não vislumbravam outra saída senão promover a invasão e iniciar a revolução para tentar restaurar suas antigas posições e sair da condição de penúria em que se encontravam (ESCOBAR, 1920, p. 149). Divergindo em datas, Villalba (1897) afirma que a primeira invasão deu-se de 2 de fevereiro a 10 de agosto de 1893; Escobar (1920), por sua vez, relata que a invasão geral fora marcada para 5 de fevereiro. Sêga (2003, 2004), por seu turno, informa que a primeira invasão ocorrera a 2 de fevereiro de 1893, quando um grupo de federalistas vindos do Uruguai pretendeu tomar a cidade de Bagé.

As tropas federalistas eram constituídas, basicamente, de estancieiros da Campanha com seus homens, na maioria civis, ex-liberais e ocupantes de postos e/ou cargos políticos municipais no período imperial, invariavelmente desprovidos de recursos materiais. Efetivado o “script” revolucionário, os atores assumiram a cena de batalha. Do lado dos federalistas, o comandante da tropa federalista “Joca” Tavares, o general Gumercindo Saraiva e o coronel Luiz Alves de Oliveira Salgado; do lado republicano, os generais Pinheiro Machado, Manoel Nascimento Vargas, Firmino de Paula e João Francisco Pereira de Souza, entre outros. Restavam como diretores do “grandioso espetáculo” Júlio Prates de Castilhos e Gaspar Silveira Martins.

2.4.1 Cronologia das invasões federalistas

Num sentido linear dos relatos históricos, como modo a conferir uma visão mais escorreita do que representou a Revolução Federalista, Villalba (1897) destaca três grandes invasões cometidas pelas legiões federalistas e seus principais chefes.

A primeira ocorreu de 2 de fevereiro a 10 de agosto de 1893, quando um bando de 600 federalistas comandados por Gumercindo Saraiva e Vasco Martins transpôs a linha divisória

da fronteira, acampando em Aceguá, seguido de uma conclamação escrita por Joca Tavares ao povo para “pegar em armas”. Na localidade de Salsinho, deu-se o primeiro combate com as tropas republicanas, passando o general Joca Tavares a partir daí a assumir o comando dos revolucionários na localidade denominada “Carpintaria”:

A prematuridade deste primeiro feito de armas arrastou o venerando general Joca Tavares á luta. Assumindo a chefia das tropas revolucionarias no sitio denominado *Carpintaria* e reunido a Gumerindo, viu-se cercado por um contingente de cerca de 1.300 homens das tres armas commandados pelo coronel Arthur Oscar que tomou as posições do *Rio Negro*, *S. Luiz* e *Pirahy*. Com admiravel habilidade, evitou o chefe revolucionario um combale deesigual e operou um rapido movimento sobre *D. Pedrito*. A 19, foram atacadas as forças legalistas no passo do *Rocha* e, por fim, o combate da *Lagôa Branca*, a 10 leguas de *Alegrete*, abriu aos federalistas as portas daquela cidade (VILLABA, 1897, p. LVII, grifo do autor).

Seguindo a esse acontecimento, a coluna de Joca Tavares dirigiu-se à já sitiada cidade de Sant'ana do Livramento, acossada pelos rebeldes desde 20 de fevereiro, de modo a completar o cerco. Em socorro a Livramento, o general republicano João Telles deslocou-se de Bagé, passando Joca Tavares a atacar outros pontos da fronteira, ao passo que também outros grupos de federalistas passaram a acometer Alegrete, quando derrotaram o coronel Santos Filho, que se deslocara de Cacequy à frente de uma guarnição civil. A derrota foi-lhe imposta por Prestes Guimarães e Laurentino Pinto. Esse episódio do Alegrete ficou marcado pelas atrocidades cometidas pelos federalistas.

Na barra de Quaraí, os rebeldes recebem do comitê revolucionário sediado em Montevideu o armamento para equipar a revolução. A partir disso, assume o comando o coronel Salgado, dissidente das fileiras do governo republicano²⁴ (ANEXO H), aderindo, ainda, o dissidente republicano gaúcho Barros Cassal. Para fazer frente a essa invasão, o general José Gomes Pinheiro Machado comanda a divisão do norte na batalha de Inhanduhy. A divisão do norte estava sediada na região missioneira, sendo comandada pelo general Francisco Rodrigues Lima, associando-se a ela o batalhão do comandante Arthur Oscar. Em Uruguaiana estava sediada a coluna do general Hypólito, forças que, com a divisão do norte, faziam frente aos rebeldes. O coronel João Telles somar-se-ia às forças legais, obrigando Joca Tavares e o general Salgado a manterem-se internados no território uruguaio. Sobressaiu-se

²⁴ Em carta datada de 19 de março de 1893, enviada ao Mal. Floriano Peixoto Salgado, demite-se do Exército nacional (VILLALBA, 1897, p. LXI).

Gumercindo Saraiva pela sua astúcia e competência guerrilheira, adentrando no interior do Rio Grande do Sul até Caçapava, de onde passou a comandar a revolução, sendo sistematicamente perseguido pelos generais Rodrigues Lima e Pinheiro Machado (VILLALBA, 1897).

Paralelamente aos combates em terra, sucedeu, no porto da capital do Estado, a tomada por um grupo de revolucionários do navio vapor Itália na madrugada de 8 de julho de 1893. Esse navio carregava grande quantidade de armamento, munições e fardamento para abastecer as tropas do governo em Porto Alegre. O vapor fora levado à barra e lá entregue com a sua carga ao almirante da armada Eduardo Wandenkolk, como parte do plano empregado para a tomada da capital. Esse fato daria corpo ao movimento revolucionário que se desenvolvia em terra, especialmente pelas armas apreendidas. No entanto, esse intento não se concretizou porque o vapor República havia saído ao encaço do Júpiter, onde se encontrava Wandenkolk, sendo apreendido e aprisionado o comandante no dia 13. Essa empreitada representou a primeira repressão à revolta da armada concatenada pelos membros do Clube Naval no Rio de Janeiro. Corroboram esses fatos a denúncia da procuradoria da Seccional de Porto Alegre (ANEXO I).

A segunda invasão de que fala Villalba (1897) transcorreu de 10 de agosto de 1893 a 10 de agosto de 1894, quando o Gal. Salgado transpôs a coxilha do Haedo, juntando-se às forças de Gumercindo em Lavras, para em seguida travar a batalha do Cerro do Ouro. Desse momento em diante, acentuaram-se as divergências na condução da revolução entre Salgado e Gumercindo:

Depois da acção do *Cerro do Ouro* muito se accentuaram as desintelligencias entre Gumercindo e Salgado as quaes posteriormente mais se aggravaram com a resolução daquelle em abandonar o Rio Grande para operar de commum accôrdo com a gente da esquadra; as forças de cada um destes cadudinhos manifestavam igualmente divergencias até nas divisas. As de Salgado usavam-nas vermelhas e brancas eram as que traziam os soldados de Gumercindo. A falta de cohesão que bem cedo começou a preponderar na identificação dos principios politicas, logo surgiu em detrimento do triumpho das idéas. Foi assim que já divididos deixaram de acceitar combate com a columna do general Baceliar que impassivel assistiu ao desfilamento das tropas rebeldes; foi assim que a retaguarda de Salgado ao atravessar o rio Ibicuhy, no passo do *Mariano Pinto*, soffreu tremenda derrota. (VILLALBA, 1897, p. LXVI, grifo do autor)

As duas forças federalistas restaram separadas, mas sempre sob a perseguição dos republicanos governistas, especialmente pela divisão do norte de Rodrigues Lima e Pinheiro

Machado, compelindo os revolucionários a marchas forçadas e ao sustento de pequenas guerrilhas como forma de combate.

A partir de então, destacou-se a grande marcha empreendida por Gumercindo Saraiva, que o consagrou como grande elemento protagonista da Revolução iniciada em 1893. Sua coluna atravessou os três Estados do sul do país com o objetivo de integrar-se à Revolução da Armada, que eclodira no Rio de Janeiro e instalara em Desterro²⁵ o governo provisório. A marcha de Gumercindo assim se resume:

Passando por Cruz Alta, chegou a 12 de outubro em Carasinho, a 13 passou em Passo Fundo, a 16 em Mato Castelhano onde se travou um combate entre a gente de Chachá Pereira e a de Juca Tigre com vantagens para este, a 18 em Mato Portuguez, a 19 na Lagôa Vermelha, a 21 na Vaccaria, a 25 em Bomfimm e por fim a 7 de novembro, tendo atravessado o rio Pelotas no passo da Cadêa, pisava em território catarinense, onde os revoltosos tinham o seu governo provisório (VILLALBA, 1897, p. LXVII).

Ganhando as terras catarinenses, passou por Lages, Curitibanos, Blumenau, Itajaí e Joinville, onde chegou a 10 de novembro de 1893, sempre empreendendo batalhas nas localidades por que passou. Em Joinville, juntou-se aos revoltosos da armada, com quem partiu para o Paraná, quando, enfim, na localidade da Lapa, defrontou-se com as forças republicanas do general Carneiro e se viu cercado das forças legalistas do norte e do sul. Porém, com grande ímpeto, os federalistas tomaram a cidade da Lapa, alcançando seu objetivo de prosseguir em direção a Curitiba (LOPEZ, 2005). Em face das forças republicanas, Gumercindo em breve vir-se-ia obrigado a retornar ao solo rio-grandense, porque sua coluna guerrilheira, além de encontrar-se isolada de apoio, ante a defecção da armada, encontrava-se carente de toda sorte de material, remédios, suprimentos, fardamento, armamento, cavalos e munição, circunstâncias que impediam o seu prosseguimento a São Paulo.

O cerco da Lapa revelou-se decisivo para as pretensões revolucionárias de Gumercindo. Nela o republicano coronel Carneiro resistia bravamente às suas investidas e dos demais grupos federalistas:

²⁵ Atual Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina.

O sítio da Lapa continua. O Coronel Carneiro oferece uma resistência heroica. Em um dos combates morreu um official de marinha de nome Cotrim. [...]. Gomercindo resolveu atacar a Lapa mesmo em suas trincheiras; é provável que tenhamos muitos mortos e feridos, e por isso sigo hoje para lá em trem expresso (DOURADO, 2011, p. 160).



Ilustração 4: Combatentes republicanos do cerco da Lapa. 17 de Janeiro de 1894.²⁶
Fonte: LAPA.

Esse fato foi significativo para o futuro da revolução. Quando Gumercindo empreendeu sua marcha, atravessando os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina com destino ao Desterro, seu objetivo principal era juntar as forças de terra com as forças de mar, representadas pela armada que insurgira na Guanabara, e de lá prosseguir ao Paraná para tomar Curitiba, cidade de posse do governo republicano de Floriano Peixoto, posteriormente

²⁶ Oportuno destacar que esse fato histórico, atualmente, é publicado na internet no sítio da Prefeitura Municipal da Lapa, postando, inclusive, a imagem de combatentes da época, como forma de promover o turismo e a cultura daquele município, dada a relevância desse acontecimento. “[...] No dia 17 de janeiro de 1894 um batalhão de 639 homens formado por forças republicanas denominadas Pica-Paus, e chefiado pelo General Antônio Ernesto Gomes Carneiro, enfrentou bravamente as forças revolucionárias formadas por cerca de três mil combatentes vindos do Rio Grande do Sul, os Maragatos, membros do Exército Libertador, comandados por Gumercindo Saraiva. Cerca de 500 pessoas morreram no Cerco, entre as quais o General Carneiro. O conflito que culminou nas ruas da Lapa teve início no Rio Grande do Sul e se alastrou pelos três estados do Sul, chegando até o Rio de Janeiro, com objetivo de depor o Marechal Floriano Peixoto. A ação implicou na queda de Tijuca e Paranaguá e na tomada de Curitiba. A Lapa, último obstáculo para as forças contrárias à República, resistiu por 26 dias até assinar a Ata de Capitulação (rendição). A cidade entrou para a história do Brasil pelo ato heroico de resistência que deu possibilidade para o Governo Federal dismantlar o movimento revolucionário sulista” (LAPA).

alcançando o Estado de São Paulo. Acreditavam que, se tomassem aquela cidade, o seu escopo maior de tornar a revolução uma dimensão nacional se concretizaria. No entanto, encontraram uma sólida resistência na Lapa, organizada em Curitiba pelos governistas:

[...] a estratégia militar das forças combatentes mostrava que a coluna de Piragibe, reforçada de contingentes da Armada sob o comando dos tenentes Torelly e Perry e dos contingentes federalistas de Juca Tigre e Torquato Severo, seguia na vanguarda, entrando no Paraná. Gumerindo deixaria parte de sua tropa sitiando Tijucas e o restante fazia a retaguarda de Piragibe. Os governistas organizavam, em Curitiba, uma brigada que marcharia para Santa Catarina e tentaria cortar a retaguarda da coluna de Piragibe, enquanto outro contingente atacaria pela frente. A divisão do Norte, de Pinheiro Machado e Rodrigues Lima, atacaria a retaguarda das forças de Gumerindo. Atingindo esses objetivos, os federalistas seriam fracionados em dois segmentos, sob três frentes do combate (LOPEZ, 2005, p. 165).

Tomada de assalto pelas tropas federalistas, com grandes baixas de lado a lado, a cidade da Lapa ficou sob o controle dos federalistas. Em seguida, os revolucionários seguiram em direção a Curitiba, sob o comando do Médico Ângelo Dourado, o que somente foi possível ante a condescendência do comandante do 5º distrito militar Pego Junior, que proporcionou a fácil ocupação curitibana, porque poderia, prontamente, ter emborcado as tropas federalistas em Morretes, Paraná, pois dispunha de homens e armamentos suficientes para tal. Sucedeu, no entanto, o abandono por parte desse comandante das armas e do próprio comando do distrito em Curitiba, retirando-se para São Paulo e após para a capital federal (VILLALBA, 1897, p. CVII).

Gumerindo, cômico do êxito da sua jornada, preparava-se para reiniciar a marcha sobre São Paulo e a capital federal. Sabedor disso, o governo federal tratou de reprimir essa ofensiva:

De posse do Paraná e S. Catharina preparavam-se os federalistas para emprehenderem dessa fôrma a invasão do Estado de S. Paulo, quando tratou o governo de enviar por terra um corpo de exercito de 5.800 praças, composto de 2 divisões, 4 brigadas, e commando geral de artilharia, o qual deveria operar naquelles Estados, iniciadas as operações por *Itararé*, em demanda do interior do Paraná. Desta localidade o dr. Vicente Machado dirigiu um manifesto aos paranaense (Doc. n. 131) e o commandante da divisão ante de proseguir nas operações igualmente se dirigiu a seus concidadãos (VILLALBA, 1897, p. CXVIII).

Na análise contextual de Lopez (2005), os fatos que determinaram a expulsão dos federalistas do Paraná foram os 29 dias de cerco à Lapa e os dois meses em que os federalistas permaneceram em Curitiba para descansar e se refazer materialmente. Isso permitiu ao governo republicano mobilizar recursos e se organizar para expulsá-los dos Estados paranaense e catarinense. O autor afirma, também, que as causas do retorno dos revoltosos ao solo gaúcho sem alcançar São Paulo foram o erro na estratégia e a resistência “monumental” do Gal. Carneiro, além da imobilidade do comandante Salgado, ao permanecer estático em Laguna, retornando em seguida ao porto de Rio Grande, negando-se a invadir o Paraná com Gumercindo. Villalba (1897) credits os fracassos dos federalistas à investida das tropas governistas em defesa do pavilhão nacional que, nas suas palavras, “fora ultrajado”; à discórdia e aos desentendimentos dos chefes federalistas, que se agravaram após os insucessos na cidade de Rio Grande, referindo-se ao malogro da tomada daquela cidade, por parte de Custódio de Mello a mando de Gumercindo (LOPEZ, 2005); ao abandono dos navios e fortalezas que se achavam em poder do almirante Saldanha da Gama na baía do Rio de Janeiro e a precariedade a que ficou reduzido o Aquidaban depois do combate no porto do Desterro. Todas essas causas concorreram para a reposição das autoridades anteriores à revolta aos cargos administrativos do Estado, frustrando a investida federalista.

Não restando alternativa, as forças revoltosas, acossadas pelas tropas governistas vindas do centro do país estacionadas em Castro, Paraná, e pela retaguarda pela divisão do norte, que o esperava na travessia do Rio Uruguai, na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, iniciaram o penoso regresso ao solo gaúcho, a fim de se recompor para tentar dar novo ânimo à revolução. A essa época, Gumercindo já pensava na possibilidade de secessão do Rio Grande do Sul do resto do país.

Gumercindo dividiu suas forças em três colunas para atravessarem os Estados, reunindo-se em Nonoai, no Rio Grande do Sul, para o fim de combater a divisão do norte: a primeira sob o comando de Aparício Saraiva e Torquato Severo, a segunda sob o comando de Juca Tigre e Vasco Martins e a terceira sob o comando de Gumercindo Saraiva.

A terceira invasão compreendeu o período de 22 de abril a 24 de junho de 1895 e fora comandada por Aparício Saraiva, irmão de Gumercindo, que a essa época fora morto em Carovi/RS, Guerreiro Vitoria e o Almirante Luiz Felipe de Saldanha da Gama. Nessa ocasião, os conflitos restringiram-se à região da fronteira e houve constantes protestos da diplomacia brasileira ao governo uruguaio em busca do apoio de algumas autoridades daquele país aos chefes rebeldes revolucionários que teimavam em manter viva a revolução:

De volta de uma viagem á Europa onde provavelmente reuniu a maior somma de elementos para prosseguir a luta, o almirante Saldanha da Gama estabeleceu da maneira mais ostensiva o seu acampamento no territorio oriental onde se preparou para a invasão ora percorrendo a fronteira em afanosa actividade, ora organizando e animando os pequenos grupos que marchavam a se incorporarem a Apparicio e Guerreiro; mas como o governo uruguayo se pronunciasse no sentido de dissolver as suas forças, para em seguida internal-a diante das incessantes reclamações do ministério brasileiro, resolveu transpôr a fronteira (VILLALBA, 1897, p. LXXXV).

Na repressão imprimida pelo governo republicano ao movimento revolucionário, a fronteira encontrava-se bem guardada pelas forças legalistas, especialmente pelo general Hyppolito Ribeiro e pelas forças civis constituídas comandadas pelo tenente-coronel João Francisco Pereira de Souza, que faziam a vanguarda da fronteira com o Uruguai. Dos relatos dos últimos combates na região, destacam-se os documentos que constam no Anexo J. Seguiram, após a realização da vanguarda da fronteira, as forças do general Hyppolito a combater os rebeldes remanescentes de Apparicio Saraiva, o que não se efetivou ante as negociações do general Galvão, enviado do governo federal, para acordar os termos do armistício e da pacificação do Rio Grande (VILLALBA, 1897).

2.4.2 Os combates de Passo Fundo

Na região de Passo Fundo, o comandante revolucionário Silva Tavares recebeu o apoio do Coronel Prestes Guimarães, reunindo no município um contingente de 2.500 homens para apoio à causa federalista, dispondo apenas de algumas armas de caça, pistolas, revólveres e lanças improvisadas (ESCOBAR, 1920). Conforme Guimarães (1987), os federalistas reuniram mais de 3.600 homens, compreendendo Passo Fundo, Soledade e Palmeira, quando organizaram a resistência à derrubada do governo de Visconde de Pelotas. Considerando a distância de Passo Fundo do sul do estado e da capital, Guimarães tinha pouca informação a respeito do movimento, porque o telégrafo, meio de comunicação disponível à época, era posse dos agentes do governo.

Como era de se esperar, a região do planalto também se dividiu politicamente em pica-paus (republicanos) e maragatos (liberais). Nas palavras de Nascimento (2012) acerca da representação política no município, dois grandes advogados passo-fundenses detinham vaga na assembleia provincial, Antônio Prestes Guimarães, líder federalista, e Gervásio Lucas

Annes, líder republicano, os quais atuavam ativamente na defesa de suas convicções. Com a proclamação da República, foi nomeada uma junta provisória governativa para o município composta por Gabriel Bastos, José de Moraes e Jerônimo Lucas Annes, que detinham a incumbência de promover a eleição para a composição do Conselho Municipal Constituinte, encarregado de elaborar a lei orgânica municipal. Monteiro (2006), além das lideranças antes mencionadas, em um estudo mais aprofundado, amplia o rol de representantes políticos das duas facções em Passo Fundo: Republicanos – Cel. Pedro Lopes de Oliveira (coronel Lolico), Cap. Francisco Brizola, Cap. Eleutério dos Santos, Cap. Antônio Chachá Pereira e Ten.-Cel. Francisco Bier; Federalistas – Veríssimo Ignácio da Veiga, Cel. José Borges Vieira, Cel. Pedro Bueno, Cel. Elizario Prestes, Cel. Francisco dos Santos Teixeira Vaz, Cap. Theodoro Ignacio da Veiga, Cap. Silvio Alves de Rezende. Acrescenta, ainda, ao inventário das externas que influenciaram o cenário político/institucional de Passo Fundo o Cel. Manoel Joaquim Thomaz dos Santos e Silva Filho (Santos Filho), o Maj. Antonio Augusto Borges de Medeiros, o Cel. José Gabriel da Silva Lima (intendente de Cruz Alta), o Cel. Firmino de Paula Filho (depois general honorário), o Cel. Salvador Pinheiro Machado e os generais Francisco Rodrigues de Lima e José Gomes Pinheiro Machado (Senador da República), por parte dos republicanos; e o general Luiz Alves de Oliveira Salgado e os coronéis Aparício Saraiva e Ângelo Dourado, por parte dos federalistas.

No primeiro período republicano, foi nomeado como intendente municipal Frederico Guilherme Kurtz, seguido por Gabriel Bastos e Jerônimo Lucas Annes. Em 1892, no primeiro período governativo, Passo Fundo passa a fazer parte do cenário revolucionário com a ordem do governo republicano de Júlio de Castilhos para organizar a resistência ao levante e promover a perseguição aos simpatizantes federalistas. A partir de então, vários acontecimentos se sucedem, acirrando os ânimos no município, resultando em confrontos e disputas que dividiram tanto os que moravam no meio urbano quanto no meio rural. Acerca desse ponto, Nascimento relata:

Os ânimos se acirraram com o assassinato do Cel. Honorário do Exército, Francisco Marques Xavier (Cel. Xicuta), em plena rua do Comércio, atual Av. Brasil. Prestes Guimarães, chefe político federalista, foi processado como responsável dessa morte. Nada foi provado, no entanto. A cidade preparava-se para uma batalha sem tréguas. De um lado, os liderados do coronel Gervásio Lucas Annes, castilhistas, de outro, os liderados de Prestes Guimarães, gasparista maragato, reproduzindo a luta pelo comando do poder que se travaria em todo o Estado do Rio Grande. Combates eram travados em diversos pontos da cidade e zona rural. Perseguições, de ambas as partes, eram concretizadas. Passo Fundo era teatro de uma revolução inglória. Famílias que podiam migravam. A cidade era tomada ora por maragatos, ora por castilhistas. Gêneros de toda ordem eram depositados e a cidade se transformava numa verdadeira oficina de guerra, fabricando ponchos, malas, barracas, ferrarias trabalhavam dia e noite na feitura de lanças e carpintarias confeccionavam cabos (2012, p. 21).

Esse período ficou marcado pelo assassinato do Cel. Honorário do Exército Francisco Marques Xavier Xicuta²⁷, também relatado por Escobar (1920), marcando o início das dissidências políticas/sociais que alimentariam a revolução na região. As perseguições, os atos de covardia e barbárie perpetrados, imputados a ambos os lados, abriram chagas no tecido social e político passo-fundense, cujas cicatrizes remanescem nos dias de hoje e, inconscientemente, são reproduzidas como herança de um passado que constantemente assombra essa sociedade. Muito dessa memória o consciente coletivo quer esquecer, em razão dos atos de selvageria, perseguições e prisões injustificadas e arbitrárias sem qualquer fundamento, onde prevalecera um verdadeiro regime de terror fratricida. Com efeito, a cidade de Passo Fundo fora palco de várias disputas, sendo dominada ora por federalistas, ora por republicanos, reduzindo a então próspera terra de produção e desenvolvimento a um campo de batalhas arrasado e desolado, afugentando moradores e visitantes:

As forças populares do comando maragato dominavam a cidade. Firmino de Paula, chefe do comando castilhistas, dissolve as forças federalistas e domina a cidade. Conforme relatório dos federalistas, o regime implantado em Passo Fundo, obediente ao Dr. Pinheiro Machado, líder do governo, o regime era de terror. Instaura-se no município um processo de vingança, de prisões injustas e arbitrárias. Os federalistas denominam as forças de Firmino de Paula como de “malta de salteadores”. Por outro lado, as lideranças legalistas acusavam as forças maragatas, lideradas por Gumercindo Saraiva, de possuírem um temperamento sanguinário, assinalando suas ações com a marca da crueldade (NASCIMENTO, 2012, p. 22).

Guimarães (1987), nos seus apontamentos históricos da revolução civil do Rio

²⁷ Vide nota 18.

Grande, 1892-1895, refere que, na noite de 17 para 18 de junho, recebeu o coronel Francisco Marques Xavier Xicuta um telegrama coletivo dos chefes republicanos de Porto Alegre para organizar o movimento contra o governo provisório do Visconde de Pelotas na cidade de Passo Fundo, pois a revolução para a derrubada do “governicho” era fato consumado, marcando a ascensão dos republicanos. O conteúdo do telegrama vazou, e o chefe federalista local, Antonio Ferreira Prestes Guimarães, deu ordens para cumprir a determinação do Visconde de Pelotas, em telegrama anterior, que vislumbrava o golpe da facção castilhista, para organizar a resistência, auxiliado pelo então delegado de polícia Antônio José da Silva Loureiro, o “Barãozinho”. Organizados o levante e a resistência, sucedeu-se o seguinte fato:

Foram com efeito detidos vários cabecilhas nas primeiras horas da manhã de 18, mas o Coronel Xicuta entusiasmado com o telegrama dos chefes, que tinha no bolso, opôs temerária resistência, fazendo uso de uma arma de fogo, pistola, que trazia à cinta, e correndo depois a cavalo por uma das ruas paralelas à do Comércio, foi surgir, perseguido, em frente ao quartel de polícia, na ala sul da mencionada rua, onde, saindo de dentro uma praça policial armada, ajoelhou-se, e desfechou tiro certo na pessoa que ia correndo a diante. Essa pessoa era, infelizmente, Xicuta, um dos bravos da campanha do Paraguai, amigo dedicado desde então do Visconde de Pelotas, e que caiu morto, ferido por uma bala (GUIMARÃES, 1987, p. 15).

Esse fato consolidava a revolução em Passo Fundo. Os federalistas organizaram-se sob a liderança de Prestes Guimarães, dos tenentes-coronéis Amancio d’Oliveira Cardoso, Antonio de Vargas, Elisário Ferreiras Prestes e Salvador Alvez dos Santos Rabello. Em Soledade aderiu à causa federalista o tenente-coronel Antonio Rodrigues Baptista, veterano da Guerra do Paraguai, e na então Vila da Palmeira, o Tenente-Coronel Ubaldino Machado. Em Lagoa Vermelha, os chefes federalistas entenderam ser tarde para organizar a resistência e não aderiram ao movimento. Em razão disso, as tropas governistas sediadas em Cruz Alta organizavam-se para rumar a Passo Fundo, a fim de dissolver qualquer resistência. Embora organizada a primeira resistência federalista no município, em reunião, os principais líderes entenderam em não levá-la adiante, entregando os rumos do município ao governo republicano, restando-lhe, contudo, perseguições e vinganças, que os obrigaram, na sua maioria, a abandonar a cidade. Aqueles que não a abandonaram acabaram presos arbitrariamente ou assassinados (GUIMARÃES, 1987, p. 17).

Afora isso, Gumercindo retornava em marcha do Paraná, constantemente perseguido pela divisão do norte republicana. Na divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul,

juntou-se à coluna de Apparicio Saraiva, nas proximidades de Campos Novos, e o general Lima, sabendo da aproximação do inimigo, preparava a divisão do norte para combater os federalistas, montando guarda avançada em Campos de Palmas, onde ocorreriam os primeiros combates. Os federalistas atravessaram a divisa do Estado no Rio Pelotas rumando a Passo Fundo para se juntar às forças comandadas por Prestes Guimarães. Com Gumercindo na região, a “Grande Batalha” dar-se-ia no Pulador:

A 19 de junho, depois de haver deixado a matta, acampou em uma planície, e tres dias depois, fazendo junção com as forças de Prestes Guimarães, detinha o Exército revolucionário à pouca distância de Passo Fundo, entre Umbú e Mello. Apenas tres dias eram passados quando surgiu o general Rodrigues Lima à frente da divisão do norte, que compunha de tres armas, em perseguição de Gumercindo que, reconhecendo impossível a retirada, viu-se na contingência de acceitar a batalha com a sua gente então reduzida a 3.500 homens. Foi este o mais renhido combate que se empenhou durante a Revolução Federalista e tambem o que mais victimas fez em ambos os exercitos (VILLALBA, 1897, p. LXXVIII).

Para reprimir a grande concentração de federalistas no norte do Estado e a fim de retomar Passo Fundo, o coronel Santos Filho empreendeu inúmeros combates dos quais são destacados os do Umbu e do Valinhos, especialmente pela riqueza de detalhes do terreno e da localidade descritos por Carvalho, referindo o relato do Cel. Santos Filho:

A's duas horas da madrugada nos movemos. O inimigo recolhera-se todo às suas posições escolhidas. Eram logo adiante – no rincão dos Mellos, um bonito rincão de campos limpos, rodeado, porém de mattos pelo sul e de um arroio (o da Varzea) pelo norte, circulando-o até oeste. O terreno eleva-se gradualmente de oeste para leste. Pelo meio desse rincão passa a estrada geral. No extremo léste, bem no alto, de onde se avista a cidade do Passo Fundo, existem dois grandes Umbús que dão seu nome a esse lugar. Os Umbús ficam mesmo na eminencia, em o centro do boqueirão que então é formado pelo afastamento dos mattos que existem de lado a lado, na distância de 8 a 10 quadras (1895, p. 168).

Essa era a descrição do deslocamento da divisão de Santos Filho quando iniciou suas atividades de combate ao revoltosos federais que se encontravam na região no ano 1894 para retomar a cidade de Passo Fundo. Nela, refere que o inimigo abrigava-se nos matos no entorno da estrada geral que ligava Carazinho a Passo Fundo, constituídos por profundos valos, permitindo organizar emboscadas às tropas republicanas. Para elucidar o terreno e o

deslocamento da unidade militar, anexa-se a ilustração do terreno do combate do Valinhos (ANEXO K).

Santos Filho, por ocasião de sua chegada à cidade de Passo Fundo, após retomá-la dos revoltosos federalistas, descreve a lastimável situação em que a encontrou (ANEXO L), com as casas comerciais saqueadas e as residências com as janelas fechadas, as ruas fétidas, cadáveres estrangulados, restos de carniça em putrefação, registrando sua desolação e a amarga tristeza que somente crimes cruéis e infames podem produzir.

Com a brigada de Santos Filho na região, vários combates sucederam-se em Passo Fundo, dentre os quais: o combate do Boqueirão, o combate do Arroio Teixeira ou do Guamirim, os dois combates do Passo da Cruz, o combate dos Três Passos; além do combate do Valinhos e do Umbu. A estes se somam alguns outros, menores ou menos conhecidos, como os do Tope, do Passo dos Brito, do Povinho, do Campo do Meio, do Butiá, do Pontão, do Jabuticabal, todos seguidos de atos de covardia e barbárie (GUIMARÃES, 1987). A mais significativa, contudo, foi a Batalha do Pulador, que representou papel decisivo nos destinos da Revolução Federalista e do município de Passo Fundo, considerando ser uma das últimas que selariam o destino da revolução.

Como se percebe, dos fatos pregressos da história dos combates na região, Passo Fundo sempre adotou posições definidas na condução dos destinos da política estadual e federal, na medida em que assumiu suas convicções nesse tocante. Por essa razão, a cidade destacou-se na Revolução Federalista, sobretudo por suas lideranças que defenderam seus ideais. Lastimável, entretanto, que, ao firmarem as posições no entorno desses ideais, a exemplo dos líderes políticos Júlio Prates de Castilhos e Gaspar Silveira Martins, acabaram por dividir a população em maragatos e pica-paus, não sabendo conciliar o interesse supremo do bem público em prol do desenvolvimento da região e da unificação da população.

2.5 A BATALHA DO PULADOR

A batalha mais sangrenta da região ocorreu nos arrabaldes de Passo Fundo, na localidade de Pulador, distante 12 a 13 quilômetros da cidade. O fato deu-se quando a coluna revolucionária de Gumercindo Saraiva, regressando da sua longa marcha do Paraná, atravessou o município no dia 26 de junho de 1894, acompanhado de Prestes Guimarães, pela

atual Avenida Brasil, ao som de música, indo pernoitar na localidade de Pinheiro Torto (GUIMARÃES, 1987, p. 53). Ao mesmo tempo, sabendo que Gumercindo estava na região, a incansável divisão do norte, que há tempos saíra na sua perseguição, comandada pelo coronel Rodrigues Lima, não dava trégua aos federalistas, oferecendo combate na localidade do Umbu. Nessa e em outras localidades de Passo Fundo, antes da chegada de Gumercindo, várias batalhas já haviam ocorrido, sendo inclusive chamado o Cel. Santos Filho para reforçar e reorganizar as forças republicanas da divisão do norte, a fim de somar-se à 5ª brigada comandada por Firmino de Paula, porque havia notícias, e os próprios fatos revelavam isso, da existência de uma grande concentração de federalistas comandados por Elisário Prestes Guimarães – aproximadamente 1.200 homens – que haviam provocado a derrota das forças legais de Gervásio Luccas Annes e planejavam marchar para Cruz Alta (CARVALHO, 1897, p. 162). Ao se aproximar a coluna revolucionária de Gumercindo Saraiva, os primeiros combates deram-se no Umbu. Houve, em seguida, um recuo estratégico das tropas para perto da fazenda dos Mello, redundando com a batalha final da localidade do Pulador. Na luta, houve significativas baixas para legalistas e revolucionários, não sendo possível aferir qual agremiação saiu vencedora tal fora a ferocidade da refrega. Prestes assim conta o ocorrido:

No dia 26 de junho toda a força revolucionária passou ao som de música pelo centro da cidade de Passo Fundo, de Leste para Oeste, indo pernoitar no “Pinheiro Torto” [...]. No dia seguinte, 27, ao encetar a marcha para frente, encontrou no “Umbu” as avançadas do Exército de Lima, travando desde logo combate, e recuando essas avançadas até perto da Fazenda de Antônio de Mello no “Pulador” [...]. Aí feriu-se grande e renhidíssima batalha (1987, p. 52).

Nos seus apontamentos, chegaram a 88 revolucionários mortos, e passados alguns dias, quase 200 feridos, além de vários comandantes, também mortos e feridos. Essa seria a última e mais dura batalha que Gumercindo enfrentaria. Nela, sofreria grandes perdas e não teria mais condições de oferecer resistência às forças legais que se achavam equipadas com fuzis Comblains e canhões Krupp (SÊGA, 2011).

A divisão do norte, de Santos Filho, postou-se, inicialmente, em Carazinho, no caminho que ia a Cruz Alta, agrupando-se à 5ª brigada do coronel Firmino de Paula e à 4ª brigada de Salvador Pinheiro. Após a junção, marcharam de encontro à coluna revolucionária de Gumercindo e de Prestes Guimarães em Passo Fundo para, em 26 de junho de 1894, iniciar a epopeia no enfrentamento entre as forças combatentes:

26 de Junho – Inimigo tomou posição à tarde nos Vallinhos ficando 500 homens de cavallaria a sua direita. Nossas forças avistam-se. A divisão firme e pujante. Cumprirei meu dever, como todos os meus companheiros. Inimigo visto agora: dois mil homens. Viva a República. Gen. Lima. - Saudo-vos em nome da Divisão do Norte. Amanhã ao alvorecer pretendo desfraldar a bandeira da república e tocar o hymno nacional na toca destes caudilhos saqueadores do nosso querido Rio Grande. Morrer ou vencer. Viva a República. Gen. Lima. 27 - Caudilhos Gumercindo, Apparicio e Prestes, depois de 6 horas de nutrido fogo, derrotados completamente, fugiram vergonhosamente do campo de lucta levando como trophéus grande numero de feridos, deixando o campo de lucta juncado de cadaveres. [...]. Gen. Lima (CARVALHO, 1895, p. 220-221, grifo do autor).

Esses são trechos dos telegramas enviados ao governo do Estado pelo general Lima, em que relata como se sucedera a Batalha do Pulador, demonstrando o firme propósito de dissolver a resistência federalista de Passo Fundo e Soledade, que se unira com a coluna de Gumercindo Saraiva no intuito de marchar sobre a cidade de Cruz Alta, onde se concentravam as forças republicanas. Em outro telegrama, o coronel Firmino de Paula assim expõe o ocorrido:

Viva a Republica! Hoje após seis horas de combate derrotamos completamente mercenários suecos e polacos, commandados pelo castelhano e Prestes. Miseráveis espavoridos fugiram completamente dêrrotados, direcção Passo Fundo. Grande quantidade de mortos e feridos; muito armamento tomado. A Divisão bateu-se heroicamente. Minha brigada, occupando o flanco esquerdo, enfrentou a infantaria e cavallaria mercenária; à distância de vinte metros. O general dirá seu comportamento. Depois darei pormenores. Fui levemente ferido. Si tivesse cavallos para montar cem homens a mortandade seria enorme. Viva a República! Abraços. Coronel Firmino de Paula (CARVALHO, 1895, p. 221).

Nesse trecho, o coronel Firmino de Paula menciona o comando dos revolucionários por parte de Gumercindo Saraiva, chamado de “castelhano” pela sua dupla nacionalidade, e de Prestes Guimarães. Refere a fuga destes para Passo Fundo, descrevendo ter havido grande quantidade de mortos e feridos e que, caso se dispusesse de mais cavalos, a mortandade seria ainda maior. O tom empregado no telegrama transparece seu regozijo, de forma a conferir um caráter heroico e bravo à sua brigada na batalha. Como se trata de um telegrama oficial enviado aos escalões superiores, cujo conteúdo passou para a história como documento, percebe-se a intenção de denegrir a imagem do inimigo e enaltecer as façanhas do subscritor.

Em outro telegrama descrito por Carvalho (1895), o coronel Salvador, que também tomou parte da batalha, conta ter avançado às oito horas, junto com a divisão do norte, sobre

as linhas revolucionárias de Gumercindo, travando renhido combate, tendo o inimigo ateadado fogo no campo e avançado com bravura, o que acarretou perdas consideráveis. Eram tantos cadáveres que não se podia calcular ao certo, devido ao adiantado da hora em que findou o combate. O alferes Guapindaya também mencionou a bravura do inimigo e a forma como se desenvolveu a luta: “a couce d’armas e baionetas”. Neste, o tom da descrição é ameno e praticamente desprovido de qualquer nódoa de enaltecimento de espírito vitorioso ou glorificação de feitos. Já o coronel Lima, em outro telegrama, fazer referência à formação de uma comissão para contar a perdas, calculando um prejuízo no inimigo de 700 a 800 homens. Na missiva, afirma que a intenção de Gumercindo, relatada por cinco prisioneiros, era passar à fronteira pela região serrana do planalto de Passo Fundo, custasse o que custasse; no telegrama, garante que o caudilho se enganara, porque a divisão do norte saberia galhardamente interpor o seu passo, gabando-se, também, ao afirmar que Gumercindo parecia ter esquecido as lições que a divisão vinha lhe infligindo. Enaltecia a forma como a divisão se comportara em combate, beirando o delírio, não ligando a importância e audácia inimiga, os quais chegavam a 3.000 combatentes. Enumera, por último, a baixa de 200 mortos e feridos entre oficiais e soldados e que a história haveria de reservar um lugar para perpetuar esse feito (CARVALHO, 1895, p. 224). No relato do coronel Lima está clara a sua intenção de prosperar para a História o espírito heroico da sua divisão e de seus combatentes, fazendo crer, em razão disso, que a baixa dos inimigos fora superestimada, não merecendo crédito esses números informados.

Em contrapartida, Dourado (2011) descrevia no seu diário que, no dia 27, o acampamento revolucionário não se movia, antevendo a mais sangrenta e cruel batalha entre irmãos. A coluna de Prestes Guimarães uniu-se à de Gumercindo para em seguida atravessar um arroio para o fim de manter guarda. Este determinou que fosse ateadado fogo no campo para que o inimigo não visualizasse essa manobra. Por aí se percebe a astúcia que tornou famoso o guerrilheiro e comandante Gumercindo Saraiva. Da mesma forma, Dourado assim descreve a disposição das linhas revolucionárias:

Nossas forças não estavam completas. A brigada de Apparicio que era de 530 homens, só tinha ali 300. Torquato teria quando muito 200. Pahim 150. O batalhão do Coronel Jesus e polacos 150. Teríamos portanto no máximo 700 atiradores e as munições poucas. As forças de Prestes Guimarães quase todas de lanceiros poderia ter 800 homens prontos para combate. [...]. Depois disso surgiu na cochilha a força inimiga formando três quadrados, calculamos estes quadrados em mil homens cada um. [...]. As nossas forças ficaram dispostas no seguinte modo: Torquato Severo à direita, Apparicio e Augusto Amaral no centro, Pahim à esquerda. Prestes Guimarães flanqueava-os pela direita procurando logar e esperando para carregar (2011, p. 250).

Nesse cenário, sobressaía a demonstração de bravura dos oficiais governistas, destacada pelo relator dos fatos como “digna de brasileiros”, considerando a investida de fogo dos fuzis federalistas sobre os quadrados militares da divisão republicana que abria clarões em suas fileiras para logo em seguida serem preenchidos. O fogo do campo, que antes encobria as manobras da coluna de Gumercindo, agora agia em favor dos governistas, ocultando a maioria dos quadrados, não sendo possível promover uma ofensiva de carga de infantaria para que fossem rompidos, como pretendiam os federalistas. Numa última tentativa de rompimento dos quadrados do inimigo, Gumercindo ordenou a Prestes Guimarães a carga da infantaria. Isso é descrito por Dourado no trecho a seguir:

Ao ouvir o sinal de carga eu corri para a cochilha e ali vi o espetáculo mais lugubramente grandioso que só a presença e a vista podem dar ideia. Nossas forças marchavam calmas, methodicas contra os quadrados, como somnambulos que não vem o abysmo para onde se dirigem. Dos quadrados sahia um fogo continuo de fuzis e metralhadoras e os nossos caminhavam com a impavidez das ondas que vem do mar para se despedaçarem nos rochedos. [...]. O 3º quadrado inimigo se desdobrando veio sobre os nossos e a luta se travou à faca e coice de armas, pelos nossos que não tinham sabres, e a sabres pelos inimigos [...] (2011, p. 252).

Na ordem do dia nº 105 do comando da divisão do norte, o coronel Lima faz um extenso relato da batalha ocorrida no dia 26 de junho de 1894, que, dadas as suas minúcias, deixa-se de transcrever na íntegra para apenas mencionar alguns de seus aspectos. Para os olhos mais atentos, contudo, vale o esforço de examiná-la ante a verve apaixonada com que fora escrita. Nela está relatado como se comportaram as divisões governistas e as linhas revolucionárias, enfatizando-se o atear do fogo ao campo, a bravura atribuída aos revolucionários e as táticas empregadas para o combate, que durou cerca de seis horas. Retifica para o número de 300 inimigos mortos, sendo reconhecidos entre eles um chefe

federalista de Itararé, São Paulo, e o “célebre bandido Palmeira”; e do lado republicano, baixas em torno de 58 mortos e 177 feridos. Nesse mesmo sentido, o coronel Santos Filho transcreve o ocorrido no dia 17 de junho de 1894, conforme registrado por Carvalho (ANEXO L).

Após o combate, Gumercindo juntou-se a Prestes no “Veado Pardo”, aproximando-se pelo Arroio Teixeira, atravessando o Campo do Meio e entrando na serra pela estrada da Guabiroba. Por ali rumou a Soledade para alcançar a região da fronteira. Entretanto, o coronel Lima não lhe deu guarida, estando pronto a pôr-se a seu encalço. O coronel Salvador Pinheiro, em outro telegrama, assim apresenta a retirada de Gumercindo Saraiva:

Dia 29. – Segui até o Passo onde obtive as seguintes informações seguras: Hontem de madrugada Gumercindo e Prestes, com 200 homens, seguiram fugitivos à rumo de Soledade. Aquelle, indignado por ter perdido muitos officiaes como Cezario Saraiva, major Sanches, [...] o célebre coronel Juca Borges, chefe da Soledade, degollador do capitão Procópio e mais 24 companheiros nossos, e que era o terror da Soledade [...] o coronel Colombo Leoni, commandante do batalhão polaco; Apparicio Saraiva que foi baleado na virilha, era quem andava no serigote e escapou-se por estar perto do mato. Passaram hontem em completa debandada os miseráveis pelo Passo Fundo, a pé, desanimados, entrenhando-se no matto em todas as direcções. Calculo o prejuízo em mil maragatos. Continuo a affirmar que, em vista do que verifiquei, estropiados e magríssimos, não podem sair campo a fora. Não tem munição. Coragem exgottou-se. Continuamos a encontrar muitos mortos pela estrada; neste momento achamos oito. Tomaram uma lição de mestre. Gomercindo diz que nunca soffreu desastre tão bárbaro. Abraço-vos. – Coronel Salvador Pinheiro (CARVALHO, 1895, p. 234).

Gumercindo Saraiva, não logrando êxito para transpor as tropas governistas, articulou a retirada para Soledade na madrugada. Às três horas, a coluna pôs-se a marchar, passando pelo rio além do Veado Pardo, onde saía uma estrada que vinha do Campo do Meio. A tropa não havia comido ou dormido durante aquele dia. Era uma viagem triste, os feridos amontoados em carretas, sem coberturas, sem poderem se mover; ouviam-se gemidos e lamentos a todo o momento; o frio intenso os castigava; e a travessia dos arroios, lajeados e pedras fazia que os cavalos caíssem a todo o momento; alguns feridos morreram nessa jornada. Às onze horas, a coluna chegou à localidade de Tope, onde recebeu a comunicação de que o número de cadáveres deixados pelo inimigo beirava 800, não se sabendo ao certo por que se confundiam com os dos federalistas. Por parte dos federais, as baixas foram contadas no total de 214 mortos e cinco feridos que poderiam ainda viver, segundo Dourado (2011, p. 254). De Soledade, os revolucionários seguiram caminho pelo Jacuí em direção a Santa

Maria.

Dos relatos não há como se precisar qual dos lados contendores saiu vencedor, muito menos quantificar o número de baixa dos combatentes. Conforme Franco (1988), entretanto, o memorável combate na Fazenda dos Mello poderia selar a sorte da revolução e decidir os destinos do castilhismo e da própria unidade brasileira. O que Franco quis dizer é que Gumercindo, desde o regresso do Paraná, concebia a ideia de secessão do Rio Grande do Sul para formar um país independente, residindo nessa afirmação a motivação do seu regresso ao Estado. Nessa batalha, refere que a divisão do norte saíra vencedora, mas impossibilitada de prosseguir na perseguição de Gumercindo, que escapara para Soledade até o seu trágico final em Carovi. A propósito de sua longa marcha, junta-se o Anexo M, para demonstrar graficamente a sua epopeia. O fato é que a divisão do norte regressou a Cruz Alta para recompor suas fileiras e reiniciar a ofensiva contra os revolucionários (CAVALARI, 2007).

Pairava a questão do por que a divisão do norte não saíra de pronto em perseguição à coluna de Gumercindo, muito embora os revolucionários tivessem se retirado furtivamente na madrugada, como relatado no diário de Dourado (2011). Escobar (1920), nos seus apontamentos, refere que não houve vencedores pelo caráter violento como se dera a batalha. O resultado foi que as tropas governistas ficaram de donas do campo de batalha ante a retirada dos federalistas e que, devido ao estado deplorável em que se achavam, não tinham condições de empreender a perseguição aos federalistas.

Do campo de Batalha do Pulador a brigada republicana partiu rumo a Cruz Alta, carregando grande número de feridos, e o exército revolucionário, sem ser incomodado, marchou no dia 28 para Soledade. Nesse ponto, porém, há uma discrepância no relato, porque, nas citações de Dourado (2011), o exército libertador seguiu furtivamente, mesmo porque havia alguns piquetes governistas em sua perseguição. Notável, entretanto, se revelou o caráter belicoso do embate, que reduziu a estados deploráveis ambos os contendores, e, sem sombra de dúvidas, ao se fazer uma análise mais acurada, pode-se perceber que houve realmente muitas baixas entre os combatentes, o que impossibilitou uma nova ofensiva e uma efetiva perseguição aos revoltosos. A propósito, transcreve-se o seguinte trecho para clarear como ficara a situação:

O Exército revolucionário, sem ser incomodado, marchou, a 28, com direcção a Soledade, ficando de observação no Passo Fundo o valente coronel Veríssimo da Veiga, que se houve nessa comissão com valor e perícia. Santos Filho com sua brigada, mais com o intuito de cobrir a retirada do general Lima do que travar combate, se apresentou a vista de Passo Fundo a 28; tiroteia sem resultado nesse e nos dois dias subsequentes com Veríssimo e retira-se, afinal, a 1º de julho, caminho de Cruz Alta (ESCOBAR, 1920, p. 452).

A Revolução Federalista depois da Batalha do Pulador caminhava a passos largos para seu epílogo. Os últimos combates restringir-se-iam à zona fronteira do Uruguai, onde iniciara. Para Gumercindo, o destino lhe reservava um trágico fim na localidade de Carovi, quando, passando em revista às suas tropas, por ocasião de embate com a divisão do norte, fora atingido por um disparo efetuado por um soldado republicano que decretou o seu fim, circunstância que arrefeceu o ânimo revolucionário pela perda do seu maior expoente. A revolução subsistia no prestígio e na liderança de Gumercindo, no qual se encarnavam todas as esperanças de prosseguimento do levante. Ressalta-se que, pela sua liderança e coragem, era chamado o “Napoleão dos Pampas”, alcunha que lhe conferiu o jornalista José do Patrocínio (ESCOBAR, 1920, p. 461). Acerca da sua morte, Caldas (1895, p. 248) transcreve a ata de sepultamento do seu corpo, ocorrido às oito horas e meia do dia 11 de agosto de 1894, no Cemitério dos Capuchinos do Santo Antonio, entre os banhados Camaquan e Itacolomy junto à estância do Sr. Antonio Moraes, ex-propriedade dos Souza, em território rio-grandense.

Por fim, com a eleição de Prudente de Moraes para presidente da República, em 15 de novembro de 1894, a ideia de pacificação do Rio Grande do Sul já tomava a dimensão do debate público, nos jornais e nos meios políticos, sendo encampado, então, pelo presidente eleito. Restava apenas aparar as arestas das dissidências entre os líderes Júlio de Castilhos e Gaspar Silveira Martins e, especialmente, equacionar as causas que determinaram o desencadear da revolta armada.

Os pontos cruciais para pacificação da revolução levada a efeito, dessa forma, remetiam ao seu início, tratado neste capítulo, ou seja: a) a disputa pelo poder republicano representado pelo ideal de promover a república científica, por parte de Júlio de Castilhos, em contrapartida ao projeto liberal parlamentar propugnado por Gaspar Silveira Martins; b) a delicada questão econômica da regulamentação do contrabando na região da fronteira e a legitimação da posse fundiária das zonas rurais da serra e do planalto, assim como a restituição das propriedades dos rebeldes; c) a questão da representação política, com a

reforma do direito ao voto e o reflexo nas eleições municipais, entre outros pormenores.

Com o início das negociações, a situação de pacificação do Estado, a partir de então, começa a se consolidar, reafirmando a ascensão da liderança regional de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros, o que fortalece o predomínio do Partido Republicano Rio-Grandense. A ruptura política, finalmente, se consolida. A República passa a ser o regime institucional oficial do país, solidificando as forças políticas, de modo a estabelecer uma nova geografia político-institucional do país, do Estado e da região do planalto médio.

Pelo exposto, encerra-se este capítulo, passando-se a analisar no próximo as representações da Batalha do Pulador no contexto contemporâneo, levadas a efeito pelos seus atores. Nele, busca-se identificar os processos, a memória, a narração, os ressentimentos, esquecimentos e o imaginário, enfim, todo o processo que permeia o passado e o presente, envolvendo o coletivo e o social.

3 A ENCENAÇÃO DA BATALHA DO PULADOR

Neste capítulo, esboçado o conteúdo histórico precedente que desencadeou a batalha campal do Pulador, pretende-se analisar o denodo com que certos grupos, de Passo Fundo e região, estão representando, através das encenações, esse importante fato histórico ocorrido nas cercanias da cidade no dia 27 de junho de 1894, no solo gaúcho.

Do exposto nos capítulos anteriores, procurou-se cotejar as versões das agremiações que disputaram a hegemonia política do Estado, suas intenções, seus objetivos e qual facção obteve êxito na implantação do projeto político. O leitor mais atento perceberá o grau de parcialidade dos relatos daqueles que tomaram a palavra ao descrever, segundo as suas impressões, os fatos ocorridos, conotando uma visão estritamente “apaixonada”. Destaca-se, também, a distinção pela qual o povo rio-grandense se particulariza em relação aos demais Estados da federação, diferença marcada pelas peculiaridades regionais, pela formação geopolítico-social e pelo aspecto territorial do qual denota o nativo rio-grandense, especialmente em razão das inúmeras lutas travadas pelos limites meridionais, fato que influencia, diretamente, a concepção ideológica de culto à identidade regional. O embrião do exército como corporação deu-se no solo gaúcho, perscrutando-se, ainda, ter nascido nesse solo os intentos republicano e liberal, precedidos pela Revolução de 1835, defendidos com todas as forças pelos líderes políticos Júlio de Castilhos, Gaspar Silveira Martins e seus seguidores.

No tocante à disputa econômica, vislumbra-se a influência caudilha dos grandes estancieiros da região da campanha, dos imigrantes nas novas colônias da serra gaúcha e da incipiente população urbana das cidades, além do significativo declínio da atividade econômica representada pela falência da empresa agropastoril, em contraponto à hegemonia

do centro do país. Em face disso,urgia a modernização do Estado gaúcho, que carecia de ferrovias, estradas, portos e comunicações, enfim, de toda a sorte de infraestrutura.

Tais questões levaram os dois projetos políticos, republicano e liberal, a disputar a condução dos destinos do Rio Grande do Sul, que, por falta de consenso dos seus líderes, culminou com a guerra civil de 1893. A guerra, por consequência, como professa Clausewitz, revela-se na “simples continuação da política por outros meios” (1996, p. 27 e 870), não é um ato político, mas um instrumento, uma continuação das relações políticas que atinge os lugares mais secretos do coração humano; e no caso da revolução de 1893, onde o ego dissolveu os propósitos racionais, onde reinou o orgulho e a emoção se tornou suprema, onde o instinto foi rei.

Por um interstício de tempo, abrangendo algumas gerações, os acontecimentos do Pulador ficaram no limbo da memória, considerando apenas esparsas referências ao fato, sem que houvesse a efervescência que as atuais encenações têm alcançado. Como todo fato que causa ressentimentos e atua no campo do sensível, muitas vezes há a necessidade de que permaneça sob o véu do esquecimento para que não se reavive chagas mal purgadas, dissabores e divergências de toda sorte, especialmente pelos grupos históricos políticos tidos como forças sociais na luta pelo poder (LE GOFF, 2003). A memória da Batalha do Pulador é muito recente e permeia o campo do sensível, eivada de crenças, referenciais simbólicos, ritualidades, dádivas e dívidas coletivas e individuais, que, nas palavras de Todorov, “cada povo precisa saber viver, precisa saber recordar e saber esquecer” (apud TEDESCO, 2011, p. 107), para, através do senso comum, estabelecer um sentido de pertencimento e identidade. A maioria dos “arquivos vivos” já se foi. Remanesce apenas o legado de versões incompletas rememoradas/cultuadas pelos seus descendentes, as quais foram transmitidas pelas gerações ressentidas, tendo a verdade dos fatos se fragmentado em parcialidades que resultam em um baixo grau de fidedignidade dos relatos, mesmo porque reavivar velhos sentimentos mexeria com mágoas e injustiças recíprocas entre irmãos, imperando a necessidade de “saber recordar e saber esquecer”. Nesse ínterim, estranha-se a ausência de historiadores no interesse da causa que talvez tenha também contribuído para permanecer no esquecimento.

Com isso, buscou-se acompanhar as representações que os grupos, colaboradores e interessados afins vêm realizando dos fatos históricos cristalizados na Batalha do Pulador, o que é consolidado na ritualização do desfile na Avenida Brasil, em Passo Fundo, na véspera da representação da batalha, e na encenação da batalha, realizada no dia seguinte para o grande público regional com a cobertura midiática contemporânea.

3.1 A GÊNESE DAS REPRESENTAÇÕES DA BATALHA DO PULADOR

Em 1988, a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, por intermédio de seu então Secretário Municipal Dorlei Carlos Spessatto, promoveu a reconstituição da Batalha do Pulador, por eles também denominada “Batalha do Campo dos Mello”. A reconstituição foi realizada no distrito de Pulador, em Passo Fundo, no dia 15 de maio de 1988. Spessatto²⁸, manifestando-se verbalmente, assim se refere ao evento:

[...] A ideia da realização da reconstituição da Batalha foi da Secretaria Municipal de Educação, e o titular era eu na época. E daí então eu convidei [...], nos passou pela cabeça de convidar a Maçonaria, que teve muita influência nesse evento que aconteceu. E como nós tínhamos no Governo Municipal o Dr. Edson Scandolara, que era o Secretário de Obras, e ele era Maçon [...], nós conversamos com ele da ideia, ele levou até a Maçonaria a ideia de eles participarem conosco e eles de pronto aceitaram. [...] teve dois amigos da Maçonaria que [...] eles participaram conosco da encenação, que foi um evento que marcou para o Brasil inteiro este evento. Junto com o nosso pessoal da educação, nós convidamos a Brigada Militar, o Exército, que participaram também. Nós temos uma escola na localidade do Pulador, e os grupos de cavaleiros da região toda ajudaram também na montagem da Batalha [...], os canhões antigos nós conseguimos levar pra lá, aquele armamento antigo que a Brigada e o Exército tinham. [...]. Nós conseguimos reunir alunos encenando; nós conseguimos os pais dos alunos, quem tinham cavalo na época para ir com seu cavalo para participar como Maragato ou Chimango [...]; aquelas coxilhas ficaram coisa mais linda; na época foram construídos os marcos da Batalha do Pulador, inclusive ainda estão lá; foi inaugurado, o prefeito na época era o Fernando Machado Carrion; tivemos [...] todo aquele cenário que marcou época. [...] na época devia ter umas 2000 a 3000 pessoas para assistir, por aí [...]; participantes era em torno de 300 [...]; a Secretaria de Obras construiu os marcos; nós entramos com a verba pela Secretaria da Educação; e ficou o marco pra sempre lá. [...] quem pagou essas despesas foi pela Obras e pela Educação, que não era lá grande coisa. [...] foram feitas só uma encenação na minha gestão, que se, não me engano, foi no sesquicentenário da Revolução Farroupilha. [...] teve cobertura de jornais [...]; a TV se não me engano teve por lá. [...] fizemos a gravação, também, nossa [...] foram distribuídas cópias (relato oral).

²⁸ Entrevista pessoal concedida ao autor em 29 de novembro de 2012.

No transcurso do seu depoimento, Spessatto comenta como foi bela a encenação, especialmente pela salva de tiro dos canhões, pela efetiva participação dos figurantes no alto das coxilhas e pela intenção da reconstituição daquele evento, consubstanciada na aproximação dos alunos aos fatos históricos, “[...] para que eles passassem a tomar conhecimento do que fora a Batalha do Pulador, o porquê da Batalha” (relato oral). A encenação se realizou para que o fato ganhasse relevância perante a comunidade, para ficar gravado para o futuro, a fim de que as gerações posteriores soubessem que ocorrera a Batalha em Passo Fundo e que muitas pessoas foram mortas naquele evento. Dito de outro modo, se não fosse realizada a encenação, o fato histórico acabaria no esquecimento. Como Secretário da Educação, Spessatto entendia que era este seu dever: deixar gravado para a posteridade o que representava a Batalha do Pulador. Falando nos ressentimentos gerados na comunidade passo-fundense, acredita que o tempo se encarregou de apagar tudo: “o tempo é a melhor coisa para cicatrizar as feridas dessas brigas de famílias”. Reafirmou que o seu maior interesse, como Secretário Municipal da Educação, era levar esse capítulo da história ao conhecimento da comunidade; deixar gravado para que os alunos conhecessem e pudessem repassar para as gerações futuras o que acontecera ali: a Batalha do Pulador.

No tocante às atuais encenações, Spessatto vislumbra-as como “muito importantes”, em razão do “esquecimento dos fatos pelas pessoas”. Segundo ele, [...] “essas encenações fazem com que as crianças lembrem que no Estado do Rio Grande do Sul houve um levante onde houve a defesa dos pagos e pampas” (relato oral). Ele defende ser muito boa a ideia de continuarem a fazer as encenações, entendendo que o sentido de representá-las deveria ser centrado na valorização do fato histórico. No entanto, percebe que a intenção atual consiste em demonstrar que aquilo tudo ocorreu identificando o principal personagem, o protagonista: a figura do “gaúcho”. Contudo, na sua ótica, o elemento central dessa história fora o combatente “esfarrapado” que lutava por sua terra; o homem rural, da estância, das charqueadas que trabalhava a terra levando o gado; aquele homem da fazenda que queria o melhor para seu Estado. No seu ponto de vista, os combatentes da Batalha daquela época não correspondem ao estereótipo do gaúcho atualmente cultuado e representado.

O gaúcho da época era o homem rural, que trabalhava nas grandes propriedades, sem as vestimentas que atualmente se usa. Era o homem de fundo de fazenda, trabalhador do dia a dia, que foi utilizado como combatente porque sabia da rudeza do trabalho do campo, e esse elemento representava o verdadeiro gaúcho (relato oral).

A ideia atualmente trazida acerca da história serve para que se tenha “conhecimento daquele fato e de que o gaúcho da época não é esse tipo arrumado, aseado, alinhado e idealizado” (relato oral).

Acerca da instalação dos marcos históricos, por ocasião da reconstituição da Batalha do Pulador, em 1988, Dilse Piccin Corteze e Vera Lúcia Dalbosco redigiram artigo eletrônico postado no Portal da internet “Projeto Passo Fundo”, sob o título “Preservando a memória dos marcos históricos da Batalha do Pulador”. Nesse artigo, destaca-se a referência à Maçonaria local, à Prefeitura Municipal e à Universidade de Passo Fundo:

Hoje, os dois marcos históricos localizam-se a mais ou menos 100 metros do local onde foram originalmente colocados. A troca do local deu-se em 15 de maio de 1988, durante o governo de Fernando Machado Carrion, com a colaboração da Maçonaria e do Exército. [...]. Os monumentos originalmente esculpidos por Thomas Canfield, em pedra de arenito, após a mudança de lugar, foram abrigados cada um em uma capelinha. Junto aos monumentos encontram-se duas placas. Na primeira está escrito: "Obra realizada na administração Eng. Fernando Machado Carrion, com a colaboração das lojas maçônicas Luz do Planalto, Concórdia do Sul, Antonino Xavier e Estrela do Planalto. Pulador, 15 de maio de 1988". A segunda placa, colocada por ocasião dos 100 anos da batalha, contém os seguintes dizeres: "Governo Municipal, a Universidade de Passo Fundo e a comunidade registram o centenário dos dias tristes da Batalha do Pulador. 1894 - 1994, Governo Municipal: Osvaldo Gomes, Júlio Teixeira, Reitor de UPF, Pe. Elydo Alcides Guareschi. Passo Fundo, 27 de junho de 1994". Com relação aos símbolos existentes nos marcos históricos, após entrevistas e leituras bibliográficas, pudemos concluir que o esquadro e o compasso, com certeza, representam a maçonaria, apesar de haver algumas divergências historiográficas quanto à ligação destes com os maçons. Canfield, autor do marco, tinha origem maçônica comprovada. Eliane Colussi, em sua obra *A maçonaria gaúcha no século XIX*, salienta que, a partir de Morivald Calvet Fagundes, a maçonaria teve relacionamento íntimo com o movimento revolucionário de 1893. Para a autora, os marcos localizados no município de Pulador e inaugurados pela Loja Maçônica Concórdia do Sul seriam um exemplo da ligação deste grupo com os símbolos. Referindo-se aos marcos, Calvet, na obra *Os Maçons: vida e obra*, diz que a "maçonaria local vem preservando e reverenciando devidamente os dois marcos históricos que ali foram erguidos, em memória dos nossos bravos de 1893/95, não só por essa razão fundamental, mas também porque eles foram ali plantados evidentemente por maçons, já que ambos contêm o símbolo maçônico do esquadro e do compasso" (Fagundes, 1991, p. 213). (2006).

Esse excerto corrobora o depoimento de Dorlei Carlos Spessato acerca da reconstituição da Batalha do Pulador pela Secretaria Municipal da Educação do Município de Passo Fundo, assim como o apoio das entidades por ele mencionadas. Apresentam-se, na sequência, os registros fotográficos da época, feitos pela Secretaria da Educação e cedidos por Spessatto:



Ilustração 5: Fotografia do descerramento do marco histórico.
Fonte: arquivo pessoal de Dorlei C. Spessatto.

Na imagem anterior, está registrado o descerramento da placa comemorativa à reconstituição da Batalha do Pulador mencionada pelo Secretário Municipal da Educação da época, Dorlei Carlos Spessatto, e também por Dilse Piccin Corteze e Vera Lúcia Dalbosco (2006), no artigo publicado no portal eletrônico “Projeto Passo Fundo”.

A mídia contemporânea registrou o ocorrido nos periódicos jornalísticos da cidade, destacando-se o jornal *O Nacional*, que fez alusão à presença das altas autoridades maçônicas no ato de descerramento da primeira placa comemorativa pelo Prefeito Municipal Fernando Machado Carrion, bem como do Chefe da Casa Civil do Estado Gilberto Mussi, do Secretário Municipal de Educação Dorlei Spessatto, da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, mencionando, ainda, o discurso proferido pelo dr. Lindolfo Kurtz e a leitura de um poema por parte do dr. Elmo Busato. Seguiram-se, após, a inauguração do segundo monumento e o descerramento da placa alusiva, com os discursos dos grão-mestres maçônicos do Uruguai, da Argentina, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Encerradas as falas, houve a declamação de um poema por parte de Antonio Gasparetto, enfatizando o jovem gaúcho revolucionário e sua despedida e volta aos seus pais:

Pulador perante altas autoridades maçônicas

Como parte integrantes das solenidades de sagração do novo templo da Loja Maçônica Luz do Planalto, 65, tivemos domingo de ontem as solenidades de inauguração dos dois monumentos que marcaram a memorável e histórica revolução do Pulador, onde mais de mil gaúchos tombaram. Foram em dois locais distintos os atos solenes. Primeiramente foi inaugurada a placa do primeiro monumento, feita pelo prefeito Fernando Machado Carrion, o chefe da Casa Civil do Estado, Gilberto Mussi, o Grão Mestre do RGS, Luiz Carlos Costa, além do veneral Orlando Bühler. Houve salva de 21 tiros, o toque do silêncio precedido pelo Hino Nacional Brasileiro executado pela banda da Brigada Militar. Na oportunidade, além do histórico com o discurso do dr. Lindolfo Kurtz, tivemos uma bela poesia que falava da revolução, proferida pelo dr. Elmo Busato.

Após teve lugar a inauguração do segundo monumento, feito pelos grãos-mestres do Uru-



Aspecto da inauguração

guai, Argentina, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, tendo sido descerrada a placa ainda pelo prefeito municipal e o veneral Orlando Bühler. Na oportunidade proferiu brilhante discurso o grão mestre do RGS Luiz Carlos Costa,

tendo Antonio Gasparetto proferido emocionante poesia que falava do jovem gaúcho revolucionário e sua despedida e volta aos seus pais. Finalizando

falou o prefeito Fernando Machado Carrion, declarando todas as ilustres personalidades como hóspedes oficiais do município. Enalteceu a iniciativa das lojas maçônicas, Concórdia do Sul, Luz do Planalto 65, Antonino Xavier e Oliveira e Estrela do Planalto. Ao meio-dia foram todas as autoridades recepcionadas num churrasco no CTG Getúlio Vargas, quando os visitantes receberam o decreto

que os dava como hóspedes oficiais do município. No sábado à noite, a pomposa solenidade de inauguração e sagração do templo da Loja Luz do Planalto-65, no loteamento "Cesar Santos", um ato de alto nível com troca de bandeiras e placas entre Brasil, Uruguai e Argentina. Um feito marcante para a vida maçônica de Passo Fundo, a que tivemos nos dias 14 e 15 do corrente.

Ilustração 6: Destaque do jornal.
Fonte: O NACIONAL, 16 maio 1988.

Nessa mesma matéria jornalística, há, ainda, um breve relato histórico do evento originário. Tal relato é baseado nos apontamentos de Wenceslau Escobar acerca da batalha ocorrida em 27 de junho de 1894 no distrito de Pulador, que, segundo o noticioso, ainda estaria "viva" na memória dos habitantes de Passo Fundo.



Ilustração 7: Destaque do jornal.
 Fonte: O NACIONAL, 16 maio 1988.

Com a presença das altas autoridades maçônicas à inauguração dos monumentos alusivos à Batalha do Pulador, tem-se o liame entre a ordem maçônica e os eventos desencadeados por ocasião da queda do Império e da ascensão da forma republicana de governo. Resta nítida a influência dos “Pedreiros Livres”, mencionados no capítulo I, na consolidação da República, em substituição ao Regime Monárquico, corroborando o artigo de Dilse Piccin Corteze e Vera Lúcia Dalbosco (2006) postado no Portal da internet “Projeto Passo Fundo”, intitulado “Preservando a memória dos marcos históricos da Batalha do Pulador”.

Destacam-se, por oportuno, as imagens registradas dos componentes da encenação de 15 de maio de 1988, a saber, membros do Exército, da Brigada Militar, alunos e parte da comunidade do Distrito do Pulador.



Ilustração 8: Atores caracterizados de republicanos.
Fonte: arquivo pessoal de Dorlei C. Spessatto.

Nessa imagem, é retratado o corpo de combatentes republicanos, que, segundo o então Secretário Municipal da Educação, era composto de membros da Brigada Militar e do Exército Brasileiro. O fardamento e o armamento empregados na encenação da época também faziam parte do acervo dos dois corpos militares. Ao fundo, observam-se uma barraca de campanha e o pavilhão nacional, típicos do patrimônio dos meios militares.



Ilustração 9: Atores da comunidade do Distrito de Pulador: alunos, pais e cavaleiros.
Fonte: arquivo pessoal de Dorlei C. Spessatto.

Na ilustração anterior, verifica-se a caracterização estilizada da tropa maragata, representada pelos alunos da Escola Municipal do Distrito do Pulador, pelos pais e membros da comunidade local, também de acordo com Spessatto.

Encerrada a encenação, com a reconstituição do fato histórico, foi realizado um “churrasco festivo”.



Ilustração 10: Churrasco festivo na comunidade (1988).

Fonte: arquivo pessoal de Dorlei C. Spessatto.

No mesmo ato festivo, houve a entrega de certificados aos atores que participaram da reconstituição da Batalha do Pulador ou Batalha do Campo dos Mello, conferidos pela Secretaria Municipal de Educação, a título de “menção honrosa”:



Ilustração 11: Certificado de menção honrosa conferido aos participantes.

Fonte: arquivo pessoal de Jerri Adriano Serena.

Constata-se, pela imagem, que a Secretaria Municipal de Educação concede “menção honrosa” ao Soldado Jerri Adriano Serena, pela sua participação na “Reconstituição” da Batalha realizada em 15 de maio de 1988. O certificado é firmado por Dorlei Carlos Spessatto, Secretário Municipal da Educação e Coordenador Geral do Evento.

Considerando esses registros, denota-se o caráter político-público-institucional destinado ao evento. Evidencia-se o interesse, por parte do poder público, em reconstituir o fato histórico da Batalha do Pulador, que, nas palavras do Secretário Municipal da Educação, possuía o fim de preservar para as futuras gerações “o conhecimento” e a importância daquele evento, de modo que os alunos, as crianças e a comunidade em geral percebessem a história e a preservassem.

Nessa empreitada, alia-se, também, a participação efetiva das instituições militares e das entidades civis, Maçonaria e Universidade de Passo Fundo, além dos veículos de comunicação que lhe deram cobertura.

3.1.1 A Batalha do Pulador como espetáculo

A Batalha do Pulador, atualmente, é encenada no município de Passo Fundo por um grupo de tradicionalistas associados, liderados pelo Grupo Cultural e Tradicionalista Cavaleiros do Mercosul²⁹, dedicados a promover a cultura gaúcha com o intento de “resgatar a epopeia daquele evento” para, dentre outros objetivos, fomentar o turismo regional. Tal desiderato conta com o apoio do poder público municipal, dos veículos de comunicação (radiodifusão, jornais impressos, internet e estações televisivas), da Brigada Militar, do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), bem como de diversas empresas da região e pessoas engajadas em cultivar a identidade “gaúcha”.

Na dissertação de mestrado intitulada *A representação cultural gauchesca do município de Passo Fundo*, Ribas (2007) faz referência ao Grupo Tradicionalista Cavaleiros do Mercosul e a sua atuação efetiva na representação da Batalha do Pulador, mencionado o apoio e a legitimação política conferida pelo poder público, além da cobertura dos meios de comunicação.

²⁹ Fundado em 15 de novembro de 1995.

Lançando luz ao evento bélico e às representações efetuadas, por ocasião da encenação ocorrida em 2007, foi realizado, nos dias 18 e 19 de julho daquele ano, o Seminário 113 anos da Batalha do Pulador. Em tal oportunidade, vários assuntos pautados foram discutidos, incluindo desde a denominação a ser empregada até a participação dos passo-fundenses nas revoluções. Na dissertação acima referida, consta que a idealização da batalha teria partido de Ney D'Ávila³⁰ em 2004, quando a propôs à Secretaria de Turismo, Desporto e Cultura (SETUR) do município de Passo Fundo.

Entrementes, realizou-se, nos dias 4 e 5 de outubro de 2012, a VI Edição da Encenação da Batalha do Pulador, cuja estréia foi levada a efeito em 7 de agosto de 2005. De um enfoque estritamente local, a representação acabou por projetar-se pelo Estado do Rio Grande do Sul, resultando, também, na publicação, em 2006, de uma obra literária que registra o evento, intitulada *A Batalha do Pulador: história e encenação*, de autoria de Jabs Paim Bandeira, comandante do Grupo Tradicionalista Cavaleiros do Mercosul, na época. Com isso adveio, igualmente, uma minissérie produzida e exibida pelo veículo de comunicação televisivo Rede Brasil-Sul de Comunicações (RBS TV)³¹. Encontram-se, ainda, em processo de gestação pelos idealizadores da representação uma peça teatral com atores locais a ser apresentado futuramente no teatro do Serviço Social do Comércio (SESC), além da edição de um DVD para maior divulgação do episódio, compreendendo os capítulos: “A escaramuça”, “A sangrenta Batalha”, “Voluntários da Cruz Vermelha”, “Os saqueadores”, “Os heróis que aqui tombaram” e “O encerramento”. A narrativa do vídeo, para o assistente, reveste-se do caráter de espetáculo³², por se tratar de uma representação pública que impressiona, destinada ao entretenimento daquele que aprecia a representação, sem que possa de alguma forma interagir, configurando a importância da significação da intercambialidade consubstanciada no alto grau de simbolização, imaginação, intenções e signos, de modo lento e enfático (TEDESCO, 2011).

³⁰ Ney Eduardo Possapp D'Ávila é mestre em História.

³¹ Empresa de comunicação multimídia do Brasil.

³² Espetáculo na forma da teatralização, da representação propriamente dita, em que o narrador delinea e descreve os papéis dos personagens, dando a conhecer o enredo; num viés sociológico o “espetáculo na sociedade corresponde a uma fabricação concreta da alienação” (DEBORD, 1997, p. 16).

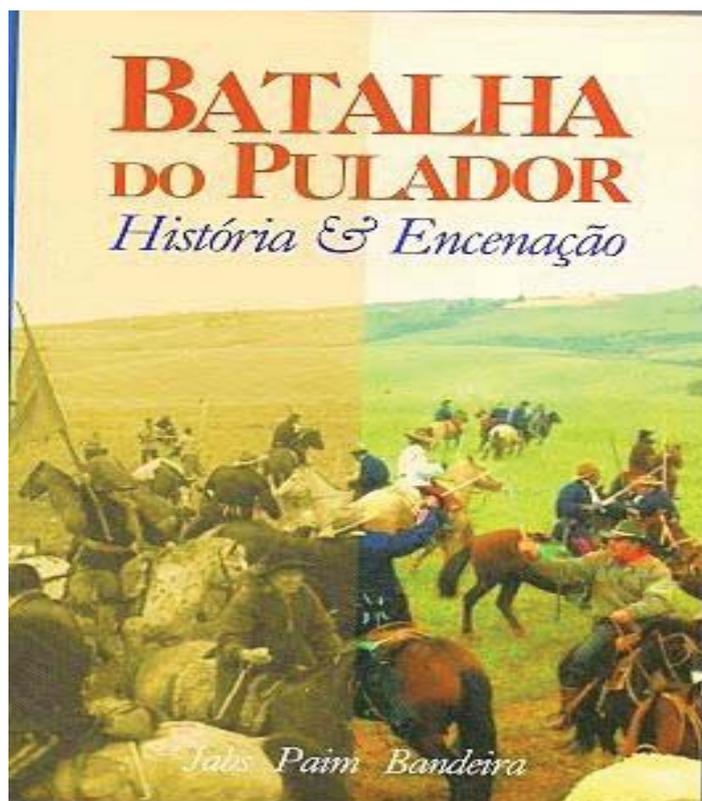


Ilustração 12: Capa da obra literária sobre a encenação, de autoria de Jabs Paim Bandeira.
Fonte: BANDEIRA, 2006.

O objetivo da representação restringe-se – conforme a declaração de intenção dos idealizadores – à reconstituição da epopeia da batalha, ao fomento do turismo, à reafirmação da identidade gaúcha e à realização de um “espetáculo” para levar ao conhecimento do grande público o ocorrido. Em análise superficial, leva-se a crer não haver qualquer intenção de reacender ou defender as bandeiras das reais causas que deflagraram o movimento de 1893, qual seja: a disputa pela hegemonia política do Estado com a implantação de um projeto de governo segundo concepções ideológicas fundadas no rompimento da forma monárquica para a republicana, consoante revisado no capítulo I. Tampouco, preliminarmente, alimentam-se discussões sociais que remetam aos fatos daquela época e que dividiram a cidade nas duas facções beligerantes – federalistas e maragatos.

Porém, ao se conferir um sentido de “espetáculo” à encenação da Batalha do Pulador, em detrimento à reconstituição histórica fundada em conceitos e métodos científicos, inevitavelmente, corre-se o risco de esbarrar no que Debord (1997), na sua análise social, conceitua:

O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes. Suas diversidades e contrastes são as aparências dessa aparência organizada socialmente, que deve ser reconhecida em sua verdade geral. [...] o espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de toda a vida humana – isto é social – como simples aparência. Mas a crítica que atinge a verdade do espetáculo o descobre como a *negação* visível da vida; como negação da vida que tornou visível (DEBORD, 1997, p. 16).

Esse caráter redundante na aparência ausente de crítica metodológica. O espetáculo exige uma aceitação passiva, em razão do seu próprio monopólio determinado pela aparência e, conseqüentemente, a “dominação” do homem. Nas palavras de Debord, é a “representação diplomática da sociedade hierárquica diante de si mesma, na qual toda outra fala é banida”; é a alienação do espectador ao contemplar o objeto reconhecendo-se, passivamente, nas imagens e não compreendendo a sua própria existência; a “fabricação concreta da alienação” (1997, p. 16).

Por conseguinte, a intenção pode se revestir na tentativa de reconstituir uma memória que, deliberadamente, se encontrava “esquecida” pelos ressentimentos e acontecimentos provocados na disputa fratricida. Na opinião de Paulo Monteiro³³, “essa memória foi esquecida porque muitos dos atuais habitantes não querem reacender uma velha chama que perturba a consciência dos descendentes e pode alimentar velhas questões que seria melhor ficar restrito à memória do passado” (relato oral). Entretanto, desvelar o passado e mostrar a face cruenta dos acontecimentos, agora sob a ótica de uma “epopeia” e do “espetáculo”, serve de instrumento para estabelecer uma identificação que legitima os atos heroicos do passado de um povo forjado nas “guerras e batalhas”. Sedimenta valores, unifica crenças no entorno de uma tradição rio-grandense unitária e de pertencimento, “gaúcha”. Essa unidade, no consciente coletivo e no imaginário popular, faz que seus integrantes se tornem díspares, singulares da identidade brasileira, renegando, muitas vezes, essa nacionalidade em prol da identidade regional, especialmente pelo que significou o movimento farroupilha de 1835, cuja memória é bem presente e, eventualmente, se confunde com a própria história de 1893.

³³ Professor e historiador, membro da Academia Passo-Fundense de Letras, autor de várias obras e artigos sobre a Revolução Federalista e a Batalha do Pulador.

COMISSÃO EXECUTIVA:
 Airto G. T. Timm - Coord. Executivo - 54 9922-1415
 Davis de Souza - 54 9114-0325
 Jabs Paim Bandeira - 54 9972-3662
 Gilda Galeazzi - 54 9916-6480
 Carlos Menegol - 54 9974-5164
 Telmar Menegol - 54 9173-1333
 Luiz Antonio Teixeira - 54 9992-4101

PARTICIPE!
 Faça sua inscrição
 na Barbearia do Delmido
 (Av. Brasil, em frente ao IJ)

OBJETIVOS DA ENCENAÇÃO

"Os Cavaleiros do Mercosul e demais parceiros, ao rememorar a Batalha do Pulador, trazem com esta Encenação o passado para o presente, desejam resgatar a memória dos bravos que tombaram no campo de luta por amor à liberdade e fidelidade a nossa Pátria, fazendo justiça aos nossos heróis."

Jabs P. Bandeira
 Idealizador

A Encenação da Batalha do Pulador representa a intensa vibração de manifestação cultural e histórica onde a comunidade passofundense expressa com este evento a preocupação da preservação de suas raízes e de seu Estado. Oportunidade ímpar para expressar sentimentos e rememorar feitos incorporados em seu inconsciente coletivo.

Airto Timm
 Coord. Executivo

Ilustração 13: Objetivos da encenação da Batalha.

Fonte: fôlder de divulgação do evento.

Os movimentos que se agrupam para concretizar a representação o fazem dentro de um espírito de identidade regional, buscando justificativas para sedimentá-la no nível do simbólico, cultuando mitos e heróis, como forma de estabelecer algum laço com feitos do passado, de onde a memória retém apenas os elementos que significam unidade, sucesso, glória do individual ao social (FÉLIX, 1995, p. 12). E esse culto é transportado para o presente quando os atores corporificam seus papéis, heroicizando os personagens históricos e evocando para si os feitos de bravura e destemor frente às vicissitudes de enfrentar o perigo e, até, da própria morte, como justificativa de sua existência. Nesse espírito foi que surgiu a ideia de promover o culto à memória, por meio das encenações da Batalha do Pulador.

3.1.2 A primeira encenação

Na obra intitulada *Batalha do Pulador: história e encenação*, Bandeira (2006) refere que, no início de 2005, após a leitura da literatura existente a respeito, em especial a obra *Voluntários do martírio*, de Ângelo Dourado – já visitada na revisão teórica –, foi concebida a ideia de promover a primeira encenação, não imaginando, porém, como se dariam o começo

e, muito menos, o seu termo, tornando-se necessário, para tanto, angariar o apoio do grupo cultural e tradicionalista Cavaleiros do Mercosul. Com a ideia formada, o autor redigiu um projeto para ser apresentado ao grupo tradicionalista ao qual pertencia, assim como aos demais representantes da sociedade passo-fundense, a quem o evento poderia interessar. Na primeira reunião, formou-se em torno do ideal “um grupo pequeno, muito heterogêneo, mas muito qualificado”, conforme descrito:

Depois de aprovado junto aos Cavaleiros do Mercosul, convidamos um grande número de amigos, a Brigada Militar, teatrólogos, UPF, vereadores, governo municipal, MTG, Coordenadoria Regional de Educação, Coronel Hubert do Exército Nacional, a imprensa, o companheiro Dr. Irineu Ghelen e tantos outros convidados. A primeira reunião se deu no auditório da Biblioteca da UPF (BANDEIRA, 2006, p. 240).

Nessa reunião, foi apresentado o projeto da encenação, que incluía a representação da chegada da coluna de combatentes de Gumercindo Saraiva à cidade, acompanhado de Prestes Guimarães, desfilando pela Avenida Brasil, para, no dia seguinte, ser encenada a histórica batalha campal. Segundo o relato, o auditório acolheu efusivamente o projeto, argumentando, contudo, que empreitada de tal envergadura somente poderia ser realizada em 2007, quando o município estaria completando 150 anos de emancipação político-administrativa, tempo adequado para levantar recursos a fim de elaborar figurinos, confeccionar réplica das armas e preparar os ensaios. O tempo corria contra os idealizadores.

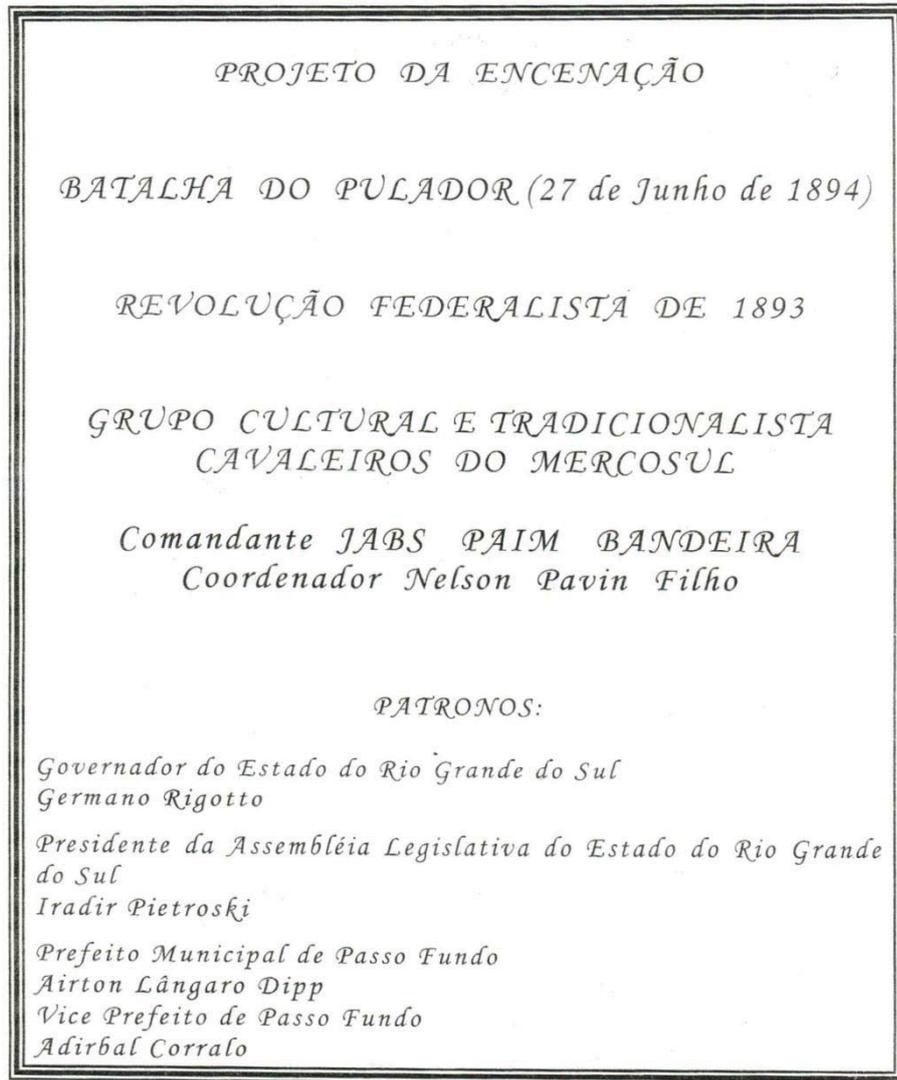


Ilustração 14: Capa do projeto da encenação da Batalha do Pulador elaborado pelo Grupo Tradicionalista Cavaleiros do Mercosul.
Fonte: BANDEIRA, 2006.

Nessa primeira reunião, assentou-se a convicção de alguns poucos presentes da necessidade da realização da primeira encenação ainda no ano 2005, embora houvesse opiniões em contrário, considerando o curto espaço de tempo disponível até a data determinada. Extraiu-se uma comissão para angariar o apoio e recursos necessários, sendo realizado um chamamento à sociedade para se engajar ao projeto no programa televisivo “Momento Gaúcho”, veiculado nos domingos à noite pelo comunicador Daniel Busch na RBS TV. O projeto obteve, também, o importante apoio do coronel do Exército Brasileiro Sérgio Renato Brasil Huberti, que garantiu a logística do batalhão militar de Cruz Alta. Os recursos financeiros iniciais foram encampados pelo Grupo Cultural e Tradicionalista Cavaleiros do

Mercosul, os quais possibilitaram confeccionar as vestimentas e a réplica do material bélico. Importante revelou-se a contribuição da Brigada Militar, que auxiliou no empréstimo de armamentos e efetivos para compor o corpo de atores voluntários, juntando-se na rede de apoio, ainda, o governo municipal de Passo Fundo, o veículo televisivo RBS TV e os proprietários da área onde se daria a encenação no distrito de Pulador, Enio Piccinini e Mário Piccinini.



GRUPO CULTURAL E TRADICIONALISTA
CAVALEIROS DO MERCOSUL
COMANDANTE JAYS PAIM BANDEIRA
Coordenador Nelson Pavin Filho
Fundado em 15 de novembro de 1995
APRESENTAÇÃO

As tropas federalistas estarão posicionadas no acampamento.
As tropas governistas estarão posicionadas atrás da coxilha.

1º ATO: DESFILE DAS TROPAS E CRUZ VERMELHA

- Desfilam as tropas em frente às arquibancadas, indo a frente o comandante de cada uma e mais os soldados com suas bandeiras, após se posicionam para a execução do HINO NACIONAL
- **NARRADOR:**

Ordem do Desfile

• **FEDERALISTAS (MARAGATOS) (70 homens)**

- 1º CORPO EXÉRCITO LIBERTADOR: Gal Gomerindo Saraiva
- 1ª BRIGADA: Cel Aparício Saraiva (15 homens)
- 2ª BRIGADA: Cel Torquato Severo (15 homens)
- 3ª BRIGADA: Cel Timotheo Paim (20 homens)
- LANCEIROS: Gal Prestes Guimarães (20 homens)

Ordem do Desfile

• **GOVERNISTAS (PICA-PAUS) (85 homens)**

- 1ª BRIGADA: Maj. Tupi Caldas (20 homens)
- 2ª BRIGADA: Cel. Santos Filho (15 homens)
- 5ª BRIGADA: Cel. Firmino de Paula (15 homens)
- 7º CORPO CIVIL: Maj. Osório Silveira (15 homens)
- LANCEIROS: Cel. José Adolfo Pitan (20 homens)

-**NARRADOR:**

Paissandu, 916 / conj. 410 – 0xx54-3114655/0xx54-3113211/PASSO FUNDO/RS/BRASIL CEP 99 010 902

Ilustração 15: Projeto da encenação da Batalha do Pulador elaborado pelo Grupo Tradicionalista Cavaleiros do Mercosul.
Fonte: BANDEIRA, 2006.

Na manhã de 7 de agosto de 2005, foram realizados os ensaios e, à tarde, enfim, foi levada a efeito a primeira encenação da Batalha do Pulador, com a presença de um público estimado em cinco mil pessoas. Houve grande empenho dos participantes e uma satisfação geral de todos pelo feito, momento em que se lavrou um documento para registrar o acontecimento, a seguir transcrito:

I ENCENAÇÃO BATALHA DO PULADOR. O Grupo Cultural e Tradicionalista Cavaleiros do Mercosul, em parceria com a Brigada Militar, Universidade de Passo Fundo, 7ª Região Tradicionalista, Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores de Passo Fundo, num ato de resgate de cunho cultural e histórico, trazendo para o presente a memória do passado, no sentido de fazer justiça aos heróis, tanto Maragatos como Pica-paus, que tomaram por amor aos seus ideais, na Revolução Federalista de 1893, empunhando lanças, o sabre, espada e arma de fogo, na defesa da liberdade, protestando contra o despotismo, a arrogância, bem como, na preservação do estado democrático, reivindicando o princípio da igualdade para todos, mancharam nosso solo, com o sangue derramado pelos justos, consolidando com seus sacrifícios, nossas conquistas que hoje desfrutamos numa atmosfera de otimismo e na busca permanente da paz. Para isso, encenaram nesta data e neste lugar a Batalha do Pulador, cujo acontecimento ocorreu em 27 de junho de 1894, sendo a mais sangrenta de todas as Batalhas da Revolução Federalista. Passo Fundo, Distrito do Pulador, 07 de agosto de 2005. (a) Airton Dipp, Prefeito Municipal; Valdir Mendes, Presidente da Câmara de Vereadores; Jabs Paim Bandeira, Cmte. Cavaleiros do Mercosul; Adirbal Corralo, Vice-Prefeito Municipal; Cel. Waldir João Cerutti, Comandante do Planalto; Carlos de Almeida, Coord. da 7ª Região Tradicionalista (BANDEIRA, 2006, p. 261).

Esse documento, lavrado e assinado pelas autoridades participantes, permite identificar o objetivo da representação: “[...] um ato de resgate de cunho cultural e histórico, trazendo para o presente a memória do passado, no sentido de fazer justiça aos heróis, tanto Maragatos como Pica-paus, que tomaram por amor a seus ideais [...]”. Na mesma missiva, há a referência ao uso de armas para a defesa da liberdade; o protesto contra o despotismo, a arrogância e a preservação do estado democrático, reivindicando o princípio da igualdade para todos, evidenciando o derramamento de sangue daqueles que lutaram, como ato simbólico, em busca da paz e da preservação das conquistas de que todos hoje desfrutam.



Ilustração 16: Matéria jornalística.
 Fonte: O NACIONAL, 8 ago. 2005, p. 8.

Com base na descrição de como ocorreram os preparativos, a mobilização em torno do ideal de promover a I Encenação da Batalha do Pulador e a realização do próprio ato, percebe-se a adesão de vários segmentos da sociedade passo-fundense, desde a sociedade civil até os poderes públicos constituídos. Essa mobilização social, em que as pessoas se organizam em torno de um objetivo comum, edifica-se no entorno de um ideal imaginário, simbólico dos feitos do passado, que, pela sua inquietude, denuncia a busca de dar um sentido à vida individual ou coletiva. Nesse caso, o uso da memória serve de suporte para que os sujeitos coletivos se encontrem para a definição dos laços de identidade, que se tornam indissociáveis individual e coletivamente (CANDAU, 2011). Esse fato é observado na declaração dos idealizadores quanto ao objetivo da encenação: através do ato simbólico de derramamento de sangue, resgatar a memória dos feitos passados e o amor aos ideais, promulgando a paz. Nessa perspectiva, todo aquele que assiste à encenação ou dela participa efetivamente reveste-se de um papel imaginário no contexto do evento, representado por ideais e valores que transporta para a realidade social, no intuito de reconhecer uma identidade como indivíduo e como grupo.

Perpassa, também, nos objetivos explicitados, a utilização da memória como seara política e ideológica, especialmente quando se declara que, pelo ato simbólico do

derramamento de sangue encenado na representação dos mortos e feridos em luta, sublimam-se os ideais e os valores dos antepassados, almejando promulgar a paz e a preservação das conquistas que hoje são desfrutadas. É a expressão da memória no jogo político, buscando no passado significados para uso no presente, de modo que a “ambição da fidelidade ao passado” é ameaçada quando as “ideologias se intercalam entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória coletiva” (TEDESCO, 2011, p. 38).

Considerando esse aspecto, quando se tem a utilização de memória pelos entes públicos como canal político para determinar a necessidade do passado em estabelecer as relações de convivência recíproca, a prática comemorativa e a ritualidade expressada atuam como elemento para construir a identidade e sua apropriação. Parafraseando Sarlo (2007), a memória é o elemento mediador para o campo político, que, no presente caso, encontra-se no bojo da batalha e na significação, quer seja do tempo, quer seja dos fatos e dos sujeitos centrais.

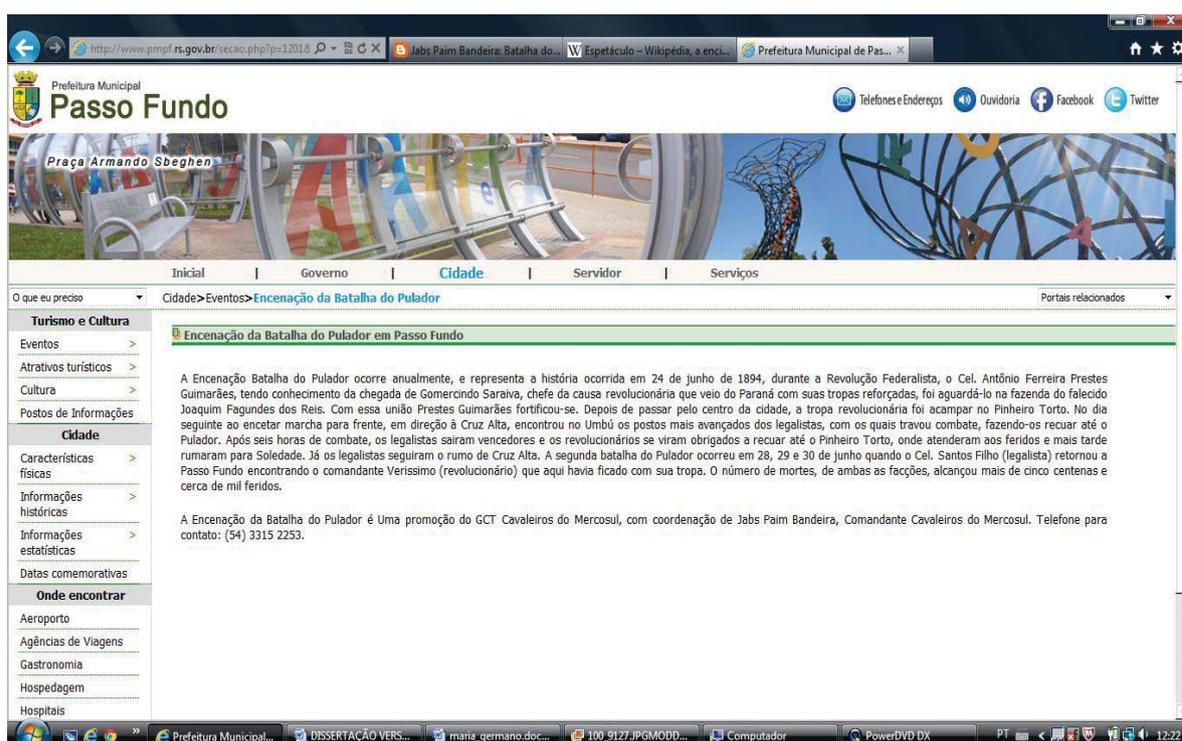


Ilustração 17: Sítio da Prefeitura Municipal de Passo Fundo na internet divulgando a encenação da Batalha do Pulador.

Fonte: PASSO FUNDO.

Nesse ínterim, adentra-se na percepção do “utilitarismo” da memória coletiva a serviço do poder público e da “eleição” de representantes para disseminar o sentido

ideológico e político do seu uso. Estabelece-se a dimensão política da memória, que ordena a (re)produção das lembranças oficiais, capitaneadas pelos “grupos eleitos” por meio da produção de objetos do passado, arquivos, lugares, fatos direcionados pela mediação acadêmica e a disseminação pela visibilidade da mídia. Mas quem são os eleitos? E para que serve o ordenamento da lembrança da memória? Não é apenas a esfera pública a mediadora e reprodutora da memória coletiva, mas também o são as famílias, os partidos, os sindicatos e outras entidades que compõem o conjunto social. A sua finalidade estabelece-se com a produção de uma “instituição imaginária de identidades coletivas” que dão suporte à instrumentalização política para produzir e impor uma memória oficial à sociedade, revelando-se interessante para o poder público ter os seus “empreendedores de memória” (TEDESCO, 2011).

Oportuno, assim, para o campo político e ideológico, mediado pelo interesse público, quando “os eleitos” elaboram os conceitos das representações simbólicas, permitindo a apropriação da memória histórica. Hobsbawm e Ranger, conceitualmente, referem essa mecânica como a “invenção das tradições”:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam a inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. [...] sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com o passado histórico apropriado (1997, p. 9).

Observam-se, nessa citação, os elementos centrais das práticas da “invenção das tradições”: a aceitação das regras tácitas ou abertas; a imposição de valores e normas de comportamento através da repetição pela prática ritual e simbólica; e o estabelecimento de continuidade com o passado histórico. No bojo dessas questões, revela-se pertinente a reflexão de como esse conceito de tradição inventada se adéqua no contexto da representação da Batalha do Pulador. Denota-se indiscutível a perfeita adequação ao conceito em face das seguintes observações: a concepção da ideia da encenação efetiva-se pelo esforço do Grupo Tradicionalista Cavaleiros do Mercosul, associado a colaboradores, simpatizantes, patrocinadores e, em especial, ao poder público municipal de Passo Fundo, conforme se observa pela divulgação do sítio midiático publicado na internet, acima demonstrado. Em razão disso, constata-se que o grupo tradicionalista se reveste da característica de “eleito”, e o

poder público, pelo patrocínio e apoio, apropria-se, por meio de políticas públicas, da representação de uma maneira repetitiva – a encenação remonta ao ano 2005, perfazendo um total de seis edições –, ao promover uma tradição repetida pela prática dos atos rituais e simbólicos. Assim, a representação mantém a continuidade com o passado histórico, estabelecendo normas de comportamento pela sistemática repetição, atuando no consciente coletivo.

Hobsbawm menciona existir três categorias superpostas de “invenção das tradições” desde a Revolução Industrial: as que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou comunidades reais ou artificiais; as que estabelecem e legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade; e as que socializam, inculcam ideais, sistemas de valores e padrões de comportamento. No seu entendimento, a primeira prevalece e as demais se sobrepõem no sentido de identificação com uma “comunidade” e/ou instituições que representam, expressando-se ou simbolizando como nação. Nesses fundamentos, perfeita a adequação da função da representação da Batalha do Pulador em termos de coesão e admissão de um grupo ou de comunidade, “reais ou artificiais”, como legitimadora de instituição – no caso, a identidade gaúcha –, *status* ou relações de autoridade e hierarquia social, principalmente como determinante de valores e padrões de comportamentos esperados e identificados com a comunidade imaginada. Por fim, a utilização da história como instrumento de “tradição inventada” serve de “cimento para a coesão grupal”, sedimentando e legitimando ações e comportamentos dentro daquilo que se estabelece como norma consensualmente aceita e esperada dos seus integrantes.

No intuito de conferir um sentido político da memória, através do uso de políticas públicas, o poder público municipal – após ser instado a participar efetivamente como agente legítimo da promulgação da representação da Batalha do Pulador, do qual, consciente ou inconscientemente, assume o papel de instância a ser legitimada em razão da tradição histórica – edita as medidas de incentivo, colocando-se na condição de “legitimado”:

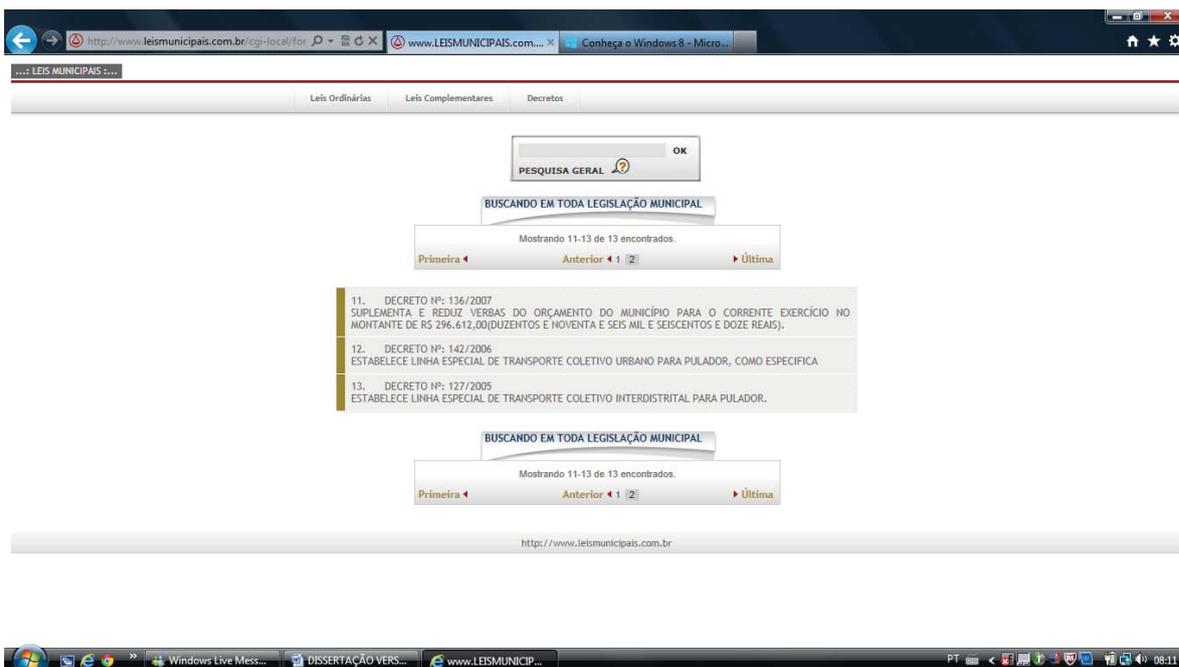


Ilustração 18: Edição de normas legislativas da Prefeitura Municipal de Passo Fundo.
Fonte: PASSO FUNDO.

Desde a primeira encenação, datada de 2005, sistematicamente, o ente municipal público de Passo Fundo edita norma legislativa de cunho logístico e de suporte financeiro para a realização do evento. Como exemplo, tem-se a Lei nº 4.714/2010, na qual o poder executivo municipal foi autorizado a alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias para abrir crédito adicional especial no valor de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), como política de apoio à realização da encenação da Batalha do Pulador, dentro do objetivo genérico de

[...] valorizar os artistas locais e grupos que atuam na produção cultural através de programas de incentivo às artes e à cultura, do desenvolvimento de programas de capacitação e de viabilização de estrutura física para a produção de artesanato e sua divulgação, para ampliar e aprofundar as iniciativas de incentivo à leitura, integrando eventos culturais apoiados pelo Município ao conjunto de iniciativas de educação e cultura (PASSO FUNDO).



Ilustração 19: Reprodução parcial do pôster de divulgação da encenação da Batalha.
 Fonte: pôster de divulgação do evento.

No pôster de divulgação da IV Encenação da Batalha do Pulador, acima destacado, consta, também, o financiamento do governo federal, através do Ministério da Cultura, especialmente pela Lei de Incentivo à Cultura, chamada de “Lei Rouanet”. Isso demonstra a utilização das políticas de memórias, através de incentivos fiscais, das diversas instâncias do poder, como instrumentos legitimadores da memória política.

3.2 A ENCENAÇÃO DA BATALHA DO PULADOR E OS CAVALEIROS DO MERCOSUL

Desde 2005, realizaram-se cinco edições da encenação da Batalha do Pulador pelo grupo idealizador Cavaleiros do Mercosul, seus apoiadores e associados, devidamente registradas pela mídia contemporânea, donde se percebe o crescente interesse por parte do público local em participar desse acontecimento. Numa breve pesquisa nos meios de informação, verificam-se vários registros e imagens que retratam ou referem o evento. Isso se dá pelo grupo que o representa, por pesquisadores independentes, aficionados por história e profissionais dedicados ao estudo acadêmico. Facilmente, encontram-se os símbolos e o acervo, literário ou físico, que constituem o conjunto da memória.

No que concerne ao registro midiático dos meios de comunicação, destaca-se a cobertura efetuada pelo veículo de comunicação jornal *O Nacional* de Passo Fundo.



Ilustração 20: Destaque do jornal – 2007/2008.

Fonte: O NACIONAL, 04 ago. 2008, p. 4.

Nas ilustrações acima, *O Nacional* divulga a realização das edições de 2007 e 2008, noticiando a participação dos Cavaleiros do Mercosul, do MTG, da Brigada Militar, de grupos tradicionalistas e do poder público municipal, além de outros voluntários. Percebe-se o caráter espetacular das edições, com todo o aparato cenográfico de uma peça teatral em campo aberto. Noticia-se, também, a grande participação popular que compareceu para assistir e prestigiar o evento, estando à disposição do público toda a infraestrutura que um evento desse porte proporciona. O mesmo ocorreu nos sucessivos anos 2009 e 2010:



Ilustração 21: Destaque do jornal – 2009/2010.

Fonte: O NACIONAL, 25 out. 2010, p. 16.

A participação popular também é mencionada pelo jornal *O Nacional*, conforme se verifica nas ilustrações a seguir, onde o evento é apresentado como um “programa de família”:



Ilustração 22: Destaque do jornal – “programa de família”.

Fonte: O NACIONAL, 25 out. 2010, p. 17.

Em razão disso, as sucessivas edições da representação da Batalha do Pulador vêm chamando cada vez mais a atenção do público espectador, de patrocinadores e da mídia em geral. Além disso, com o passar dos anos, o evento tem se aprimorado, sendo implementadas melhorias na infraestrutura para atender às expectativas tanto dos idealizadores como do público assistente.

Próximo ao local da encenação, estão edificadas as placas representativas e os marcos alusivos ao combate da Batalha do Pulador, sinalizando o território onde, provavelmente, ocorrerá o embate.



Ilustração 23: Marco do centenário da Batalha do Pulador.
Fonte: arquivo pessoal do autor.

Em páginas eletrônicas independentes e institucionais, assim como em jornais e revistas, encontram-se registros alusivos à história, sobretudo em *blogs* e páginas pessoais da internet.

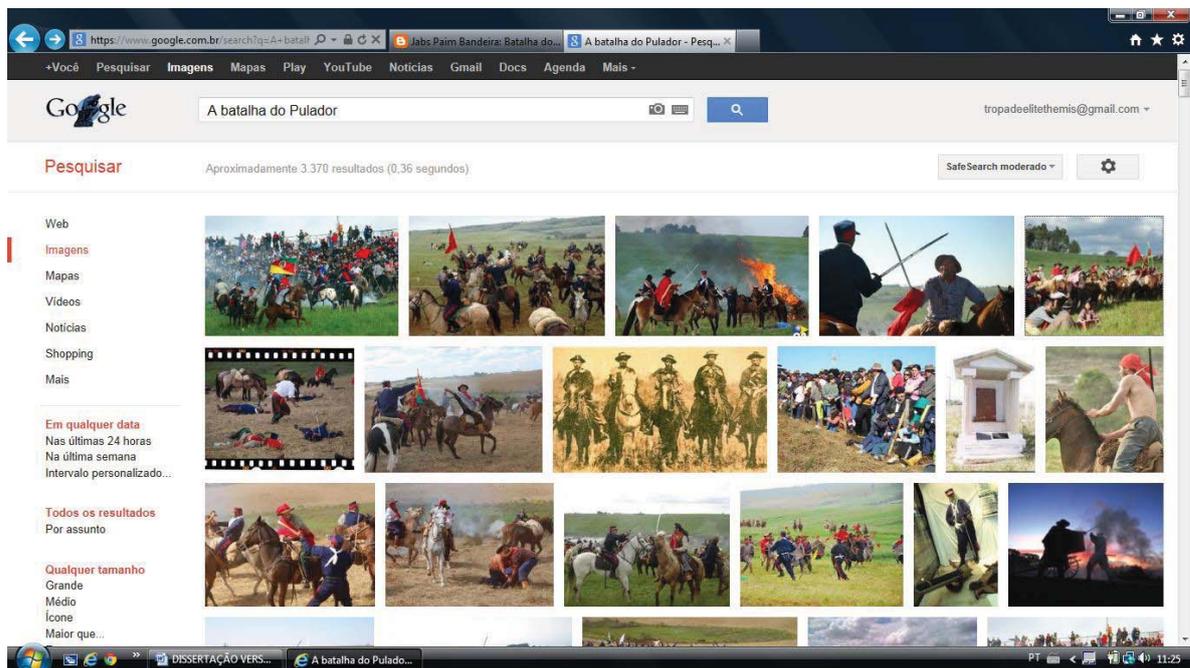


Ilustração 24: Página da internet referindo a Batalha do Pulador.
Fonte: GOOGLE.

Outra página da internet que promove o evento, em especial as várias encenações que se realizaram no decorrer dos anos, é a do idealizador das representações:



Ilustração 25: Blog de Jabs Paim Bandeira, noticiando a realização das sucessivas encenações da Batalha do Pulador.
Fonte: BANDEIRA.

Pelas imagens e pelos *posts*, nota-se o crescente interesse do público em geral pelo “espetáculo”, denotando-se o aprimoramento sucessivo das edições das encenações da batalha por parte dos idealizadores, sobretudo pela adesão voluntária a cada ano de mais grupos empenhados em divulgar aquela memória. Na página anteriormente ilustrada, encontram-se as datas em que ocorreram as encenações e as ações correspondentes em promover o evento, difundindo no meio estudantil, através de promoção de eventos culturais, o conhecimento do evento histórico.

De um enfoque circunscrito aos âmbitos municipal, regional e estadual, o espetáculo assume uma dimensão em nível nacional, em face da projeção midiática intermediada pelos diversos canais de comunicação. Isso se efetiva à medida que o tempo avança e as discussões se fazem presentes no cotidiano da contemporaneidade, reafirmando o interesse pelo evento sob o aspecto teatral das imagens. Isso ocorre, conforme Debord, quando o espetáculo, “tomado sob o aspecto restrito dos *meios de comunicação de massa*”, passa a impressão de “invadir a sociedade como simples instrumentalização” (1994, p. 20, grifo do autor). O espetáculo consubstancia-se pela mediação instantânea proporcionada pelos meios de comunicação para com o espectador. Subjaz, nesse contexto, a historicidade em detrimento

das imagens ditadas pela “aparência”, quando o espectador adere ao espetáculo como produto de consumo sem questionar seu objeto; deixa-se levar pela aparência das circunstâncias.

Diante dessa evolução conceitual da representação da Batalha do Pulador, determinada pelo período espaço/tempo desde a primeira representação, foi realizada, nos dias 04 e 05 de agosto de 2012, a VI edição, à qual se deu ampla publicidade nos meios de comunicação do município e da região, destacando-se a coluna jornalística de um dos idealizadores, veiculada no jornal *O Nacional* de 31 de julho de 2012.



Ilustração 26: Coluna jornalística do idealizador da encenação.
Fonte: O NACIONAL, 31 jul. 2012, p. 3.

O édito jornalístico descreve que, a partir das 14 horas do dia 04 de agosto, dar-se-ia o desfile das tropas dos revolucionários maragatos e dos governistas pica-paus pela Avenida Brasil de Passo Fundo até o Bairro Boqueirão, oportunidade em que a população poderia aplaudir o elenco dos atores voluntários que encenariam a batalha campal no dia seguinte no

distrito de Pulador. Nesse desfile, os atores estariam caracterizados com as vestimentas de federalistas e governistas, com cavalos, aparato bélico reproduzido da época (fuzis, metralhadoras, canhões); estariam, ainda, com as vestimentas da Cruz Vermelha e de saqueadores (população miserável da época que vivia de saques dos restos de materiais dos combatentes); enfim, haveria toda a caracterização da época. O desfile dos atores redundaria num “espetáculo de encher os olhos”, representado pelos Cavaleiros do Mercosul, Cavaleiros do Planalto Médio, Piquete 35 de Lagoa Vermelha, Brigada Militar, 7ª Região Tradicionalista e MTG.

Ainda de acordo com o colunista, na semana anterior ao desfile, como ato preparativo simbólico, realizou-se um culto religioso para bênção dos participantes e na intenção das 1.200 almas dos combatentes que tombaram na batalha do dia 27 de junho de 1894. Naquela solenidade, procedeu-se à leitura de uma mensagem do grupo Cavaleiros do Mercosul, transcrita na coluna mencionada:

Além do limite de nossos sonhos está a grandeza de nossa esperança. Hoje aqui estão os personagens da Encenação da Batalha do Pulador, Maragatos, Governistas e os Cavaleiros do Mercosul unidos para pedir a bênção de Deus às almas daqueles que tombaram por amor ao Brasil e ao Rio Grande, para termos uma pátria livre e nos legar este solo de liberdade, onde o homem, a mulher, negro e o índio tenham os mesmos direitos e iguais obrigações! E reafirmar que a vitória foi naquele tempo, hoje lutamos pela paz, e que as nossas armas são as palavras de Fé e a esperança de um Brasil longe de saques e dos oportunistas que se transvertem em políticos para saquear a Pátria e o Povo! Não esqueçam de que as pessoas não devem amar só a história, devem amar também como a história que é contada. Ser Gaúcho é ter a capacidade de assimilar todos os credos, todas as religiões e todas as raças, decorre do fato que ser gaúcho é ser alguém, mas acreditar em algo. Ser gaúcho é acreditar nas ideias e valores promovidos pela revolução. A igualdade e liberdade. A ideia de democracia é a liberdade que nos mantém unidos na fé. Não chorem porque acabou, sorria porque aconteceu! Deus proteja todos nós! Agradecemos a Deus e ao Padre Mateus Danielli que nos abençoou e rezou por nós e aqueles que tombaram em 27 de junho de 1894 na Batalha do Pulador. Convidamos a todos a assistirem no dia 04 o desfile das tropas na Avenida Brasil e no domingo no Distrito do Pulador a Encenação da Batalha. Muito obrigado (O NACIONAL, 31 jul. 2012, p. 3).

Ressaltam-se, nessa mensagem, a profissão de fé dos participantes na liberdade, na igualdade, na paz e a esperança de um Brasil melhor, longe dos saques dos oportunistas que despojam a pátria e o povo. O discurso enaltece o amor à história, e não só a ela, mas também à forma como é contada. Glorifica, igualmente, a figura do gaúcho e as suas virtudes; reforça a crença no ideal da democracia e da liberdade; agradece a Deus e ao sacerdote que abençoou a todos os participantes daquele culto religioso e às vítimas que tombaram na histórica

batalha, abrindo, por fim, o convite a todos a assistirem o evento com início marcado para 04 de agosto.

Encerrando a coluna jornalística, o signatário informa que, após o desfile pela Avenida Brasil, as tropas se dirigiram ao distrito de Pulador para acampar, e à noite seria realizada uma tertúlia com a apresentação de artistas regionais, sob a direção do comandante do grupo Cavaleiros do Mercosul. No dia seguinte, domingo, 05 de agosto, haveria o ensaio com todos os participantes da encenação, mediante tomada de cenas especiais para fazer parte de um DVD, com o selo da RBS TV, bem como cobertura da imprensa local com transmissões diretas desde sábado, dia 4. O início da VI Encenação da Batalha do Pulador estava, portanto, marcado para as 14 horas de 05 de agosto, com um elenco estimado de 600 figurantes.



Ilustração 27: Preparativos para o desfile na véspera da VI Encenação.

Fonte: arquivo pessoal do autor.

Na edição de *O Nacional* do dia 6 de agosto de 2012, na página 4, está destacada a representação da Batalha do Pulador com a publicação de uma fotografia retratando os combatentes. Na reportagem, consta a afirmação prestada pelo comandante do Grupo Cultural

e Tradicionalista Cavaleiros do Mercosul. Em suas palavras: “Estes mesmos campos, que há mais de cem anos viram brotar sangue dos combatentes, hoje são cobertos de cordialidade, amizade e alegria”. O evento histórico é descrito como um “resgate histórico” com o objetivo de “celebrar a paz”, no qual seriam soltos pombos em sua representação simbólica.

Um depoimento colhido entre o público, veiculado no mesmo periódico jornalístico, destacou a importância da celebração da história gaúcha. Acompanhado da família, um dos espectadores declarou possuírem raízes nessa terra, razão pela qual fizeram questão de assistir à encenação da batalha para conhecer a história tal como aconteceu. A família entrevistada estava representada em três gerações, denotando o caráter identitário dessa sucessão e o apelo às tradições em torno da figura do gaúcho.

CIDADE O NACIONAL | SEGUNDA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2012
 Mande-nos suas sugestões e comentários em: opnacional@onaciora.ai.br

História viva

Encenação da Batalha do Pulador reviveu combate mais sangrento da Revolução Federalista diante dos olhares atentos de cerca de 15 mil pessoas

Encenação contou com 600 figurantes, que representaram soldados, integrantes da Cruz Vermelha e saqueadores

Vendas é na Master

Master
 IMÓVEIS
www.masterimoveis.imb.br

magnet
 tecnologia

- Infraestrutura de TI
- Projeto e implantação
- Outsourcing corporativo

www.magnetnetwork.com

Redação ON

“Estes mesmos campos, que há mais de cem anos viram brotar sangue dos combatentes, hoje são cobertos de cordialidade, amizade e alegria”, afirmou Davis Souza, comandante do Grupo Cultural e Tradicionalista Cavaleiros do Mercosul, ao dar início a sexta encenação da Batalha do Pulador, conhecida como o combate mais sangrento da Revolução Federalista (1893-1895). Representação foi realizada na tarde de domingo, no Distrito de Pulador, diante dos olhares atentos de cerca de 15 mil pessoas.

O evento revive o confronto entre federalistas (maragatos) e republicanos (pica-paus), ocorrido em Pulador no dia 27 de junho de 1894, em que mais de 1,2 mil soldados morreram.

Embora violento, o episódio é revivido, segundo Jabs Paim Bandeira, responsável pelo resgate histórico e roteiro da encenação, pela sua importância para a história do Rio Grande do Sul, com objetivo de celebrar a paz. Para simbolizar a intenção pacificadora, evento foi iniciado com o voo de vários pombos, soltos pela organização, diante de aplausos animados do público.

A encenação, que durou cerca de duas horas, contou com 600 figurantes, que representaram soldados, integrantes da Cruz Vermelha e saqueadores. Entre os objetos, foram usados em cena lanças, espadas, fuzis, metralhadoras e canhões. O evento é produzido pelos Cavaleiros do Mercosul, Cavaleiros do Planalto Médio, Pica-paus de Trinta e Cinco de Lagoa Vermelha, Brigada Militar, Sétima Região Tradicionalista e Mercosul, com apoio da Prefeitura de Passo Fundo. Encenação realizada com investimento de aproximadamente R\$ 150 mil.

Ilustração 28: Destaque do jornal – história viva.
 Fonte: O NACIONAL, 6 ago. 2012, p. 4.

O periódico jornalístico *Diário da Manhã*, na edição de 2 de agosto de 2012, conferiu destaque, igualmente, no caderno especial, aos preparativos da encenação da Batalha do Pulador: “A 6ª edição de um dos eventos mais tradicionais de Passo Fundo, a Batalha do Pulador, será encenada no dia 05 de agosto. Integrando as festividades de aniversário dos 155 anos da capital do Planalto Médio, o espetáculo já está com a estrutura sendo montada no distrito de Pulador”.

O portal da Rádio Planalto de Passo Fundo na internet, na mesma data, também enfatizou os preparativos da encenação:

Acontece neste fim de semana a sexta edição da Encenação da Batalha do Pulador, em Passo Fundo. Neste sábado (04), haverá o desfile das tropas, com os seus figurantes, pela Avenida Brasil, com a saída da Prefeitura a partir das 14 horas. No início da noite, o grupo partirá para o distrito de Pulador, onde haverá o jantar e momentos de confraternização. No domingo (05), a manhã começa com grande movimentação, a partir do ensaio. O espetáculo para o público terá início às 14 horas. No local foi preparada uma completa estrutura para receber os visitantes. De acordo com a coordenação do Grupo Cultural e Tradicionalista Cavaleiros do Mercosul, haverá uma praça de alimentação, além de banheiros químicos e estacionamento (RÁDIO PLANALTO).

Além desses veículos de comunicação, outros deram ênfase ao evento nos seus sítios de comunicação na internet, a exemplo do Grupo RBS, da Rádio Uirapuru de Passo Fundo e de sítios independentes.

Nas categorias de transmissão da memória, por seu turno, os veículos de comunicação detêm importante papel na difusão e na socialização, porque a tradição oral por si só não é suficiente para inculcar no indivíduo e no consciente coletivo de uma comunidade os pressupostos decorrentes da memória histórica. Candau (2011) refere que, em todas as sociedades, não se pode prescindir de escritos, notadamente o impresso, porque, sem dúvida, é através dele que se situa o grande potencial de estocagem de informações de caráter fixo, de modo a fornecer referenciais coletivos bem mais eficazes do que a transmissão oral. Nos grandes textos, encontram-se os princípios cognitivos do mundo social, os quais, corporificados na forma impressa, ficam disponíveis não apenas aos ilustrados, mas também para toda a população que está disposta a escutá-los por ocasião das grandes narrações, pregações, sermões e exortações de qualquer natureza. Como referencial visual, o texto serve de vetor para orientação das memórias individuais numa mesma direção:

Auxiliar de uma memória forte, a escrita pode, ao mesmo tempo, reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura, e reforçar a metamemória. Assim, o escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado, oferece ao grupo a possibilidade de reapropriar-se desse passado através dos traços transcritos. Entretanto, com frequência, a escrita, como modalidade de expansão da memória, deixa a busca identitária incompleta (SARLO, 2011, p. 109).

Dessa forma, os meios midiáticos contemporâneos fazem-se presente na encenação, cumprindo a sua função memorialística, pois, aliados à tradição oral de transmissão da memória, compõem a narrativa da representação da Batalha do Pulador. Além de terem caráter memorialístico, como se percebe pelas ilustrações colacionadas, tratam-se, também, de ferramentas utilizadas para reforçar o sentimento de pertencimento do grupo. É a reapropriação do passado, o qual a tradição oral não consegue perpetuar, mas com a incompletude dos laços de identidade que somente os outros meios de expansão são capazes de suplantar – linhagem-memória doméstica, capital imaterial (CANDAUI, 2011, p. 117).

Realização:
CAVALHEIROS DO MERCOSUL
 REALIZAÇÃO EM PARTE

Financiamento:
 FINEP
 FINEP/PRONEX
 FINEP/PROIM

Apoio:
 Prefeitura Municipal de Passo Fundo
 Passo Fundo

COMISSÃO EXECUTIVA:
 Airo G. T. Timm - Coord. Executivo - 54 9922-1415
 Davis de Souza - 54 9114-0325
 Jabs Palm Bandeira - 54 9972-3662
 Gilde Galazzi - 54 9915-6480
 Carlos Menegol - 54 9974-5164
 Telmar Menegol - 54 9173-1333
 Luiz Antonio Teixeira - 54 9992-4101

PARTICIPE!
 Faça sua inscrição na Batalha do Pulador. Por aqui, tem história!

OBJETIVOS DA ENCENAÇÃO
 "Os Cavaleiros do Mercosul e demais parceiros, ao relembrar a Batalha do Pulador, trazem, com esta Encenação o passado para o presente, desejam resgatar a memória dos bravos que tombaram no campo de luta por amor à liberdade e fidelidade a nossa Pátria, fazendo justiça aos nossos heróis."
Paulo P. Bandeira
 Idealizador

A Encenação da Batalha do Pulador representa a intensa vibração de manifestação cultural e histórica onde a comunidade passofundense expressa com este evento a preocupação da preservação de suas raízes e de seu Estado. Oportunidade ímpar para expressar sentimentos e relembrar feitos incorporados em seu inconsciente coletivo.

Adriano Talamo
 Coord. Executivo

VI ENCENAÇÃO BATALHA DO PULADOR

04 e 05 de Agosto de 2012
Distrito de Pulador
Passo Fundo - RS

CAVALHEIROS DO MERCOSUL
PASSO FUNDO - RS - BRASIL

Ilustração 29: Pôster eletrônico da VI Encenação da Batalha do Pulador.
 Fonte: BLOG da Batalha do Pulador.

Por ocasião da realização da encenação, colheram-se alguns depoimentos orais, no calor dos preparativos, com o objetivo de investigar a motivação, a intenção, os significados simbólicos e as narrativas dos participantes em representar a Batalha do Pulador.

Inicia-se com o depoimento da Coordenadora da 7ª Região Tradicionalista Gilda Gagliazi³⁴, a qual acredita que um dos principais objetivos da representação consiste na “valorização da cultura gaúcha no município e no Estado, a fim de modo [sic] a atrair turistas” (relato oral). O turista, no seu entendimento, vem com a intenção de conhecer os fatos históricos e as belezas naturais da região, traduzindo-se num turismo não convencional, em relação ao que se pratica no litoral, por exemplo. Segundo ela, há a reconstrução de um fato histórico importante que não deixa saudades, especialmente por não ter havido vencidos e vencedores, remanescendo o legado do combate na tradição e no respeito da palavra empenhada. Assim, a encenação corporifica a reprodução de tudo aquilo que foi escrito na História, resgatando o que as gerações passadas diziam a respeito do Rio Grande do Sul, que sempre fora um Estado independente, marcado pela luta, pela coragem dos homens e das mulheres que o construíram. Refere, ainda, que o Estado poderia ser um país independente, só não o é pelo caráter conciliador do povo gaúcho. Por fim, alude que a batalha lhe traz a lembrança do “homem forte”, do “homem corajoso” que faz “honrar a si e às tradições do Rio Grande” (relato oral).

Noutro depoimento, Fábio França³⁵, 15 anos de idade, junto de seu pai, afirma participar desde a primeira encenação. Ao ser entrevistado, destaca o seu sentimento de orgulho ao tomar parte do evento, qualificando a batalha como um grande fato histórico ocorrido na região. Na encenação, corporifica o “papel” de maragato, caracterizando-se como combatente, trajando bota, bombacha, chapéu, o lenço “vermelho”, com espada em punho e o cavalo de montaria, que representam a “tradição”, os elementos que formam o “tipo gaúcho”.

Outra personagem entrevistada, Mercedes Tereza Tonet³⁶, caracterizada de chefe da Cruz Vermelha, revela a grande emoção pela oportunidade de representar a batalha. Essa é a sexta edição de que participa, afirmando sentir orgulho por poder valorizar o passado, referindo o fato violento da degola de pessoas inocentes.

Em outros depoimentos colhidos, resta evidente o mesmo sentimento, sempre enfatizando os participantes que a representação é feita no intuito de preservar e enaltecer as

³⁴ Depoimento oral prestado ao autor em 04 de agosto de 2012, por ocasião dos preparativos ao desfile na Avenida Brasil, em Passo Fundo, na véspera da encenação do dia 05 de agosto de 2012.

³⁵ Depoimento oral prestado ao autor na mesma ocasião.

³⁶ Depoimento oral prestado ao autor na mesma ocasião.

raízes da cultura gaúcha. Referem que se identificam muito com a bandeira “maragata”, por conceber os mais fidedignos ideais gaúchos, acreditando ser essa a identidade que mais reflete o modo de vida rio-grandense.



Ilustração 30: Encenação da participação da Cruz Vermelha na batalha.
Fonte: arquivo pessoal do autor.

Dentre as entrevistas, ressalta-se a narrativa de Aido Vieira Rodrigues³⁷, caracterizado com as vestimentas do exército republicano. O depoimento revela-se emblemático, porque salienta a grande responsabilidade que se tem em relação às fronteiras Brasil, Uruguai e Argentina, além do compromisso que o gaúcho assume para com a pátria, somado à necessidade de luta quando alguém impõe a sua vontade, sem espaço para o diálogo e o consenso; acredita ter sido isso o que ocorreu na revolução que ora representa. É a expressão máxima do ufanismo³⁸ herdada dos ideais farroupilhas que Pesavento refere:

[...] a avaliação identitária postula que ninguém é mais brasileiro que os rio-grandenses. Não só defenderam a pátria de todos os ataques estrangeiros [...] se quisesse, o Rio Grande poderia ficar independente [...] em última análise, ser gaúcho é ser um pouco mais, ou é ser mais brasileiro do que os demais (1988, p. 230).

³⁷ Integrante do Grupo Tradicionalista Cavaleiros do Mercosul. Aos 54 anos de idade, é ex-fuzileiro naval, cabeleireiro, morador de Passo Fundo. Depoimento oral prestado ao autor em 05 de agosto de 2012.

³⁸ Atitude ou comportamento de quem se orgulha ou se regozija excessivamente de algo. = JACTÂNCIA, PRESUNÇÃO. Fonte: PRIBERAM.

No decurso de sua entrevista, Rodrigues avalia que a liderança de Júlio de Castilhos não dialogou o suficiente com “a tribuna do Rio Grande”, Gaspar Silveira Martins, motivo pelo qual este promoveu a revolução contra o governo de Floriano Peixoto. Menciona, também, o ideal parlamentarista defendido por Gaspar Silveira Martins, que, em face da revolução, foi derrotado, prevalecendo em seu detrimento o sistema republicano. Na opinião do entrevistado, esse seria o ideal que defenderia, caso fosse necessário.

Quanto à liderança de Júlio de Castilhos, cita a promulgação da constituição republicana baseada nos ideais comtistas e que o País e o Estado passaram a ser dirigidos por uma classe intelectual que detinha o conhecimento, excluindo as classes inferiores, a plebe, na qual se incluiria, alegando que a estas não seria dada a vez, muito menos o direito ao voto. Ressalta o orgulho de ser de Passo Fundo, da sua história, dos farrapos e da Batalha do Pulador, lamentando que o fato tenha sido, por muito tempo, ocultado, mas comemora, pois, através da encenação, pode novamente reconstruir o que fora aquele acontecimento. Refere, igualmente, que o esquecimento se dera por ter sido uma “guerra suja e vergonhosa entre irmãos” que lutavam por seus ideais de libertação.

No transcorrer da sua narrativa, o que se torna mais emblemático é que o entrevistado assume o papel de revolucionário, embora trajado de governista, usando sistematicamente o pronome pessoal “nós” e as expressões “a gente” e “nosso”. Assim, o seu depoimento assume e corporifica um “papel” apaixonado, ufanista e parcial dentro das circunstâncias e da aura da representação, principalmente pela condição de se sentir gaúcho.

A entrevista de Luis Morais³⁹ revela que os membros da entidade que representa – Centro de Tradições Gaúchas Tropel de Caudilhos – participam da encenação como figurantes e apoiadores desde a sua primeira edição. O objetivo da entidade, ao participar, consiste em colaborar no resgate da “nossa história”, sentimento de cada um como gaúcho. Segundo ele, o significado da história está no fato de muitas pessoas não saberem o que havia acontecido naquelas terras, numa batalha em que muita gente perdeu a vida. A participação do CTG e dos figurantes traduz-se numa emoção especial, por poderem levar ao público o significado do feito dos antepassados pelo “nosso chão”. Ele entende que a revolução se deu por uma disputa entre ideologias diferentes e que nos tempos atuais isso não ocorreria, porque lutavam por um único objetivo, mas com pensamentos divergentes. Por fim, questionado sobre qual agremiação representaria melhor o ideal gaúcho, afirma que os dois lados, “pica-

³⁹ Patrão do CTG Tropel de Caudilhos de Passo Fundo. Depoimento oral prestado ao autor em 05 de agosto de 2012.

paus” e “maragatos”, representam esse ideal, mas que, devido à indumentária, os “maragatos” traduzem de forma mais adequada o estereótipo dos gaúchos e que, na sua visão, o Passo Fundo da época era maragato.

A participação efetiva dos CTGs e do MTG nas encenações da Batalha, remetidos também aos depoimentos dos seus representantes até aqui mencionados, reflete o movimento ufanista que se construiu no seio da sociedade sul-rio-grandense no período compreendido entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Esse movimento se dá do meio físico ao tipo social, com seus fluxos e refluxos, e a partir disso o movimento assume nova dinâmica:

De lá para cá, o movimento ufanista teve fluxos e refluxos, com movimentos de aceleração, como o do fim dos anos 40 e início dos anos 50, com o surgimento dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), para recobrar força extraordinária a partir dos anos 80, com a proliferação desses mesmos CTGs, com seus festivais de músicas, com grande apoio da mídia e o reconhecimento de sua força pelos distintos partidos políticos (PESAVENTO, 1988, p. 230).

Trata-se da institucionalização ufanista e mitológica do gentílico gaúcho na sua mais idealizada expressão empreendida pelo MTG, a fim de dar significado real, moldar o comportamento e pautar ações.

Com relação, ainda, à intenção e à concepção atribuídas às encenações, colheu-se o depoimento de Navilio Antonio Brandeleiro⁴⁰, fundador dos Cavaleiros da Integração do município de Carazinho. Na entrevista, Brandeleiro declara que a ideia surgira durante uma reunião em que ouviram a narração da história da Batalha do Pulador por parte de historiadores convidados. No seu entendimento, o objetivo principal da encenação corresponde ao resgate histórico e à reconstituição dos fatos tal como aconteceram, “cabendo a cada um olhar e julgar de acordo com a sua consciência, a fim de que nunca mais ocorra isso entre as regiões, partidos políticos e clubes de futebol”: “que se resolvam as diferenças nos tribunais, e não na espada e no chumbo, e também para que as gerações futuras não repitam o erro dos antepassados” (relato oral). Em sua fala, é enfático ao afirmar que as desavenças devem ser resolvidas nos tribunais, e não no expediente de lutas, ressaltando, no entanto, que atualmente, em alguns lugares, alguns problemas ainda se resolvem mediante essa

⁴⁰ Cirurgião dentista, empresário e fundador do Grupo Cavaleiros da Integração de Carazinho/RS. Depoimento oral prestado ao autor em 05 de agosto de 2012.

prática. Como base para seus argumentos, destaca os eventos futebolísticos, como o Grenal⁴¹ e outras partidas de futebol no centro do país.

No discurso de abertura da encenação, proferido no dia 05 de agosto de 2012, o Sr. Airton Timm, coordenador executivo da VI Encenação da Batalha do Pulador, dirige seu agradecimento aos poderes constituídos e aos meios de comunicação, aos apoiadores e ao público pela participação. Menciona o “orgulho da rememoração e a envergadura na representação de feitos da nossa história que nos fazem diferentes; somos gaúchos por orgulho, gaúchos por excelência e temos orgulho de nosso povo, orgulho de nossa história e orgulho de nossa classe” (sic). Ressalta que a realização do evento somente é possível graças à participação dos entes públicos constituídos, assim como da coordenadoria da 7ª Região Tradicionalista Gaúcha, além de outros grupos que o auxiliam e apoiam.



Ilustração 31: Participação de Airton Timm.

Fonte: arquivo pessoal do autor.

Com esses depoimentos, declarações e narrativas, assentam-se as convicções, os ideais e os objetivos da representação da Batalha do Pulador, sobressaindo, principalmente, a simbologia na representação da reconstrução do fato histórico. Neles, salientam-se o resgate da “epopeia” da Batalha do Pulador como forma de fomento do turismo da região; a lembrança dos feitos do passado e o enaltecimento à bravura dos combatentes. Sobressaem a valorização da cultura gaúcha como vetor para promover a concórdia e a paz, e, acima de tudo, a exaltação do orgulho de ser gaúcho, orgulho da história e da classe que compõe o habitante sul-rio-grandense. Evidencia-se, portanto, o culto do mito⁴² do gaúcho sedimentado no nível do simbólico como força identitária. Diante dessas intenções, a representação da

⁴¹ Partida de futebol envolvendo os dois maiores times de futebol do Estado do Rio Grande do Sul, Grêmio e Internacional.

⁴² “O mito não é exatamente uma crença e menos ainda um ato de fé; é a experiência cotidiana, o imaginário vivido, o modo de relações dos homens consigo mesmos, com o mundo e com o outro” (ANSART, 1978, p. 23).

Batalha do Pulador, inevitavelmente, subsume-se no conceito de “comunidade imaginária” (ANDERSEN apud BURKE, 2002, p. 85).

Percebem-se, pelas narrativas e pelos depoimentos proferidos, a nítida marca do presente dirigindo o passado, a falta de distanciamento e a parcialidade nas versões apaixonadas eivadas de crenças e mitos; o imaginário mítico e ufanista sobressaindo-se em detrimento dos feitos históricos. Sarlo menciona que se torna inevitável a marca do presente ao narrar o passado, “justamente porque, no discurso, o presente tem uma hegemonia reconhecida como inevitável e os tempos verbais do passado não ficam livres de uma experiência fenomenológica do tempo presente da anúnciação” (2007, p. 49). Assim, o discurso situa-se no presente, é o momento em que se narra, estabelecido pela necessidade da persuasão do narrador, o qual persegue uma verdade externa no instante em que ela é enunciada. Pode-se considerar, pois, como a apreensão da memória segundo a retórica do discurso proferido, fazendo a apreensão do fato histórico conforme a ótica do presente.

No contexto das narrativas, esbarra-se nos estudos acerca dos rituais e símbolos no que concerne à importância dos momentos de efervescências criativas para a renovação social. Esse enfoque se situa no âmbito do conceito de comunidades, em virtude de que o estabelecimento de rituais e símbolos estimula a configuração de uma “identidade” coletiva, a exemplo do que Hobsbawn e Ranger (1997), bem como Nora (1987-1987) mencionam (apud BURKE, 2002, p. 85), sobretudo pelo fato de a identidade de um grupo ser definida em relação ou comparação à de outros.

No presente caso, maragatos e pica-paus poderiam ser comparados, alusivamente, a gaúchos e brasileiros; ou seja, a identidade maragata estaria mais próxima à do gaúcho – em face de suas vestimentas rudes associadas ao homem da lide campeira, habitante da região fronteira – e a dos pica-paus – pelo uniforme e a instituição militar –, mais próxima à do governo constituído, representando a identidade brasileira. É a efervescência do espírito ufanista gaúcho na composição do padrão identitário regional em relação ao resto do Brasil, demonstrado nos depoimentos colhidos no calor dos preparativos da representação, configurando uma comunidade imaginária estabelecida pelas intencionalidades subjacentes dos rituais levados a efeito. Trata-se da ancoragem na memória mítica da identidade determinada na genealogia, com base em acontecimentos históricos gloriosos, mitos e tradições em que as reconstruções têm uma função social cujo conteúdo é uma representação negociada entre o passado e um horizonte de espera, que se revela portadora de “uma estrutura possível de futuro”, constituindo-se em memória viva (CANDAU, 2011).

Revela-se oportuno esclarecer o termo “classe” utilizado pelo diretor executivo no discurso de abertura da VI Encenação da Batalha do Pulador. Classe, no sentido da estratificação social das sociedades, remete ao conceito da desigualdade na distribuição das riquezas e de outras vantagens, como *status* e poder. Ao que parece, no entanto, o vocábulo é empregado com conotação de identidade, pois, utilizado na forma como está, pode constituir a afirmação de poder, *status* e supremacia sobre as demais camadas sociais. Logo, no contexto em que está inserido, evidencia o caráter identitário da qualificação gaúcha. Mais adequado ficaria se fosse proferido nos seguintes termos: o “orgulho de ser gaúcho, gaúcho por excelência, orgulho de nosso povo, de nossa história e de nossa identidade”, reafirmando a formação de uma comunidade imaginária nos moldes que professora Benedict Andersen, sendo isso o que se leva a crer em razão do discurso e das circunstâncias.

3.2.1 O imaginário social do mito do gaúcho: a simbologia na representação da Batalha do Pulador

A afirmação da identidade gaúcha, segundo o que professam os idealizadores e participantes da encenação da Batalha do Pulador, tem muito a ver com a seguinte análise de Félix: “Hoje, estamos todos imersos num processo de globalização acelerada e de busca das identidades perdidas” (1998, p. 15). Isso também encontra guarida no que Foucault – flertando com a sociologia – chama de “crise do sujeito” ou “morte do homem como sujeito”, conforme refere *n’A Arqueologia do saber*, mais especificamente no quadro da desconstrução da modernidade, discutindo o sujeito da história. É a busca ideológica da memória através da consciência histórica, como instrumento de construção, nos termos que Le Goff (2003) menciona, como a história ideológica, que descreve e ordena os fatos de acordo com certas tradições estabelecidas, configurando-se na memória coletiva que tende a confundir a história e o mito.

Na busca da identidade perdida no emaranhado do sistema social globalizante dentro do quadro da desconstrução da modernidade, o grupo social que esquece seu passado, que apaga sua memória é mais facilmente presa de artimanhas e interesses de grupos; penaliza seu presente e desorienta-se diante do futuro. Nas palavras de Berger e Luckmann: “A vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (1985, p. 35). Talvez nessa

assertiva reside a intenção dos participantes e idealizadores da representação da Batalha do Pulador: a procura, através da identidade, dentro da realidade da vida cotidiana, de dar um sentido e uma coerência para o viver social. É como estar constantemente à procura de um sentido à vida cotidiana, a fim de dar uma ordem à confusão, uma harmonia e concordância ao que é fragmentado, discordante e díspar, como busca da identidade perdida que deve ser contada, narrada, um discurso de apresentação de si que terá a forma de uma “totalidade significativa” (CANDAU, 2011). Neste caso o relato mítico fornece a rede de significados que explica e dá ordem ao mundo; é a linguagem universal do mito onde se compreende até a desordem (ANSART, 1978). Através da narrativa, o sujeito se reconstrói pelo princípio da “totalização existencial”. Contar a história consiste, pois, não apenas num ato de repetição, mas num ato real de criação:

O narrador parece colocar em ordem e tornar coerentes os acontecimentos de sua vida que julga significativos no momento mesmo da narrativa: restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, “sublimações”, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, “vida sonhada”, ancoragens, interpretações e reinterpretações constituem a trama desse ato de memória que é sempre uma excelente ilustração das estratégias identitárias que operam em torno da narrativa (CANDAU, 2011, p. 71).

Em razão disso, a busca da identidade perdida gaúcha no espectro do simbolismo do mito, especialmente na condição de heróis, sob a forma da narrativa, nos discursos dos participantes da encenação, revela o caráter emblemático buscado nas encenações pelos grupos tradicionalistas, configurando o que Maciel anuncia:

Gaúcho, além de ser o homem do campo ligado ao pastoreio, é um gentílico que indica todos os nascidos no Estado (os gaúchos). Porém, gaúcho também pode ser pensado como uma “figura emblemática”. Construída a partir do que se convencionou chamar, numa metáfora da natureza, “raízes”, esta figura expressaria uma determinada imagem dos habitantes da região, transmitindo ideias sobre como seriam (ou deveriam ser) os gaúchos. Esta figura muito além do estereótipo e clichê, é um emblema, um símbolo, presentificando e personalizando um conjunto social, e como tal pertence ao imaginário, mobiliza representações e sintetiza valores e julgamento (apud FÉLIX, 1998, p. 83).

Essa citação soma-se às narrativas dos participantes da Batalha do Pulador, pois

reforça os significados mencionados por Candau: restituições, ajustes, invenções, modificações, simplificações, “sublimações”, esquematizações, esquecimentos, censuras, resistências, não ditos, recusas, “vida sonhada”, ancoragens, interpretações e reinterpretções, na medida em que o simbolismo do gaúcho, para afirmação da identidade coletiva ou individual, revela-se, para eles, um emblema, um símbolo, que, ao ser enaltecido e corporificado na representação, personaliza o conjunto social em que vivem. É a sintetização dos valores, das aspirações, dos imaginários e dos julgamentos, conforme se observa nas declarações prestadas, ou seja: o sentimento de orgulho, a afirmação da identidade gaúcha, o enaltecimento de feitos, o caráter heroico dos personagens, a lembrança do passado, enfim, toda a gama de valores que a memória coletiva construtiva da realidade social, diferentemente da memória histórica mencionada por Le Goff (2003), corporifica na encenação. Trata-se, também, dos quadros sociais da mobilidade da memória coletiva nas suas formas de manifestações, quando o grupo, por influência de seus mediadores, representa o fato tal qual a seleção imperativa de interpretação dos lugares da memória determina, sobretudo pela força simbólica que agrega pertencimento, afetividade, interesses e motivação, retroalimentando a própria memória coletiva com as tradições, costumes e experiências (TEDESCO, 2011).

Por seu turno, a memória, nos ensinamentos de Félix (1988), já era valorizada como instrumento de compreensão do mundo antes mesmo da institucionalização da razão, sendo esta empregada com fundamento mito-poético, exemplificando a função do *Aedo*⁴³ de celebrar os imortais e a façanha dos homens corajosos.

O *Aedo* era muito presente nas civilizações arcaicas da Grécia antiga, antecessora das sociedades baseadas na razão, onde a memória servia como instrumento de compreensão do mundo. Nessa sociedade, o poeta determinava o valor de um guerreiro, concedendo ou negando a memória. A memória, por consequência, torna-se fundamental na medida em que se sabe que as façanhas que são silenciadas morrem e, logo, o homem sem façanhas ou reputação morre, posto que, vítima do silêncio, resta abandonado ao esquecimento (DETIENNE apud, 1988, p. 3).

Nessa perspectiva, as representações da Batalha do Pulador também se revestem do caráter narrativo mito-poeta que, através do *Aedo* – nesse caso, simbolizado pelos oradores da encenação –, celebra “os imortais e a façanha dos homens corajosos”. Os que lutaram na batalha, valorando o caráter épico do combate para, ressignificando o presente, fortalecer os laços de identidade coletiva. “A identidade, por sua vez, seria a busca de semelhança a si

⁴³ Poeta-cantor.

próprio, formulada como condição de vida psíquica” (FÉLIX, 1988, p. 3).

Restaria perscrutar em qual desses conceitos residiria a intenção de representar a Batalha do Pulador nos tempos atuais.

Quais dos relatos se evidenciam: de historiadores, ou dos *Aedos*? Prevalecendo o dos *Aedos*, a eles seria conferido o papel de sentido social, de identidade grupal, uma preocupação racional, de modo que “não se perca a memória dos feitos e [...] que os fatos não sejam esquecidos” (ARENDRT apud FÉLIX, 1988, p. 3); se dos *historiadores* o sentido científico, desmitificador, libertador. Isso também pode ser relacionado ao que Halbwachs fala acerca do uso da história e da memória, tendo esta como elo dos laços afetivos e sociais de identidade; história como conhecimento para salvar as lembranças através da escrita.

No tocante à formação do “mito do gaúcho”, cabe salientar o que ele representa para aquela sociedade da qual emerge e a que pertence de maneira a refletir no que fala, no seu sentido e significado, nos ressentimentos e ufanismos, elementos da construção da identidade regional, bases da comunidade simbólica que proporciona a coesão social e a sensação de pertencimento (BRESCIANI; NAXARA, 2004). Invariavelmente, a reflexão do mito deságua na questão do imaginário social e na sua função na construção da realidade objetiva. Em vista disso, é pertinente trazer à baila a definição de Baczko:

É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das “posições sociais”; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. (apud FÉLIX, 1998, p. 77).

Nesse corolário, o imaginário social dos grupos tradicionalistas, valendo-se da representação da Batalha do Pulador, elabora os papéis sociais no contexto da identificação do que convencionou chamar de “cultura gaúcha”; ao contrário do que ocorre no público em geral, que vê e participa do evento com o caráter de “espetáculo”, sentido predominante, inclusive, na intenção declarada dos próprios organizadores: “um espetáculo de encher os olhos”⁴⁴. Para os tradicionalistas é o momento em que se exaltam os valores, as crenças, a conduta ou modelos de conduta que identificam a (e se espera da) coletividade, fortalecendo

⁴⁴ O NACIONAL, 31 jul. 2012, p. 3

os laços de identidade dentro do imaginário social.

Acerca do mito do gaúcho, impera a dúvida sobre a questão emblemática e as falsidades que conteria e transmitiria, principalmente sobre a definição do que é verdadeiro e real, levando à discussão pela legitimação de uma dada representação do gaúcho. Se o mito for usado como mitificação, uma imagem-ideia do gentílico gaúcho seria tida como parte do discurso das elites, que, por meio da sua glorificação, manteriam o domínio social. A desmitificação, entretanto, confrontaria essa imagem com a realidade – função precípua da história –, que, inevitavelmente, denunciaria seu caráter ilusório a serviço da manipulação da ideologia, fazendo parte, para isso, de um processo de libertação.

Importa destacar, nessa perspectiva, os processos mentais de interpretação, qualificação e significados de pessoas, coisas e práticas sociais analisados por Pesavento no campo do sensível, sobretudo o resgate do mito das origens:

É assim que se torna possível resgatar os traços que constroem o mito das origens, a designação dos pais fundadores, o panteão dos heróis, os feitos memoráveis, as datas a lembrar, os sítios emblemáticos de culto. Todos eles se constituem como lugares da memória ou espaços de ancoragem no tempo, que, dispersos, serão depois codificados (apud BRESCIANI; NAXARA, 2004, p. 226).

Parece adequada a representação da Batalha do Pulador no contexto citado. Isso se verifica por meio do enaltecimento da figura do gaúcho, identificando e cultuando seus heróis, pela bravura e pelos grandes feitos, no imaginário simbólico, quando ocorrem a personificação e a presentificação daqueles que a lutaram. E esse ato heroico atinge a todos, dissemina-se, contribuindo para consolidar a construção do mito na coletividade, que se identifica com essa figura ufanista, fortalecendo os laços de identidade coletiva. Eis o espaço da memória, espaço de ancoragem no tempo pronto a ser codificado e, também, da delineação ufanista do perfil do “gaúcho”, adjetivado pela altivez, pela bravura e pelo espírito guerreiro.



Ilustração 32: Encenação da Batalha.
Fonte: arquivo pessoal do autor

No entorno da questão do imaginário social, as representações assumem papel relevante como sistema de legitimação da ordem estabelecida utilizado pela sociedade, porque, ao mesmo tempo em que legitimam, criam conflitos. O imaginário traduz-se num instrumento de controle social, especialmente pela efetivação do exercício da autoridade e do poder. Em razão disso, apropriado trazer a lume o que vêm a ser representações coletivas e correlacionar à forma como são utilizadas na Batalha do Pulador.

De acordo com Jodelet (apud MACIEL; FÉLIX, 1998), representações são uma forma de conhecimento do senso comum, socialmente elaboradas e partilhadas, com perspectiva prática de organização e com o estabelecimento de uma visão de realidade comum a um conjunto social.

Segundo Chartier, as representações do mundo social são componentes da realidade social, definição que, salvo entendimento divergente, converge melhor com o estudo proposto:

[...] a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; [...] as práticas que visam [a] fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe (FÉLIX, 1998, p. 79).

Chartier destaca as práticas como forma de reconhecer a identidade social, exibindo uma maneira própria de ser no mundo, cujo significado simbólico se traduz numa posição, num estatuto que, institucionalizados, denotam a existência do grupo e do próprio indivíduo como classe. As representações, nesse sentido, tendem a reconhecer o indivíduo como classe e grupo social, institucionalizando, de certa forma, essa identidade, tornando-a própria, característica do grupo social. Nela, estabelecem-se, simbolicamente, os diversos graus das posições sociais e, conseqüentemente, as instâncias de autoridade e poder, bem como os conflitos que lhe são inerentes.

Por conseguinte, o simbolismo consubstanciado nas representações corporifica-se na ritualização de processos, cujo significado cerimonial, partindo de uma perspectiva sociológica durkheimiana – dita funcionalista – atua como força integradora para personificar, refletir, sustentar e reforçar valores profundamente arraigados e generalizados entre o público. Oportuno acrescentar a seguinte posição:

Sob um outro ponto de vista, o mesmo ritual é encarado não como expressão de um consenso atingido pelo povo, mas como personificação da “mobilização de tendências” – um exemplo de consolidação da preponderância ideológica da elite dominante através da exploração do cerimonial como propaganda. Em ambos os casos, para os sociólogos, deduz-se qual seja o “significado” do cerimonial na sociedade industrial a partir de uma análise descontextualizada do ritual em si, avaliado dentro da estrutura relativamente histórica de uma teoria marxista ou funcionalista (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p. 114).

Em face disso, os rituais podem apresentar vários significados, dependendo da contextualização do tempo e da época. E em relação a essas premissas, o ritual pode ter o caráter de reafirmação simbólica – dentre as inúmeras destinações – de grandeza, desejo coletivo de reviver glórias do passado e outras, conforme a natureza e o fim desejado. Porém, para se descobrir o seu real significado no período moderno, torna-se necessário entendê-lo no ambiente social, político, econômico e cultural específico em que o fato está inserido. Trata-se, enfim, de um processo de interpretação. Pode-se, inclusive, entender pelo desenvolvimento de conjunto de novos rituais bastante eficazes para legitimar novas ocasiões, citando-se, como exemplo, pavilhões para festivais, templos de oferendas, procissões, painéis, salva de tiros, jantares, discursos e adaptações de outros elementos mais antigos.



Ilustração 33: Preparativos para a encenação da Batalha.
Fonte: arquivo pessoal do autor.

Em uma análise sociológica acerca do ufanismo que circunda o mito do gaúcho, Pesavento descreve, com grande propriedade, as características delineadas na chamada “superioridade dos habitantes dos pampas”, com a tendência inata para a democracia, combinada com a altivez e a “inigualável abnegação para dedicar-se às causas da pátria” (2004, p. 229). O ufanismo difundido nos meios ilustrados alcança o conjunto da população através do ensino regular do civismo, o qual se apoia no pressuposto da unidade entre a terra e o homem, o homem personagem-paisagem:

O Rio Grande do Sul identifica-se com a sua dimensão rural, e o gaúcho, personagem símbolo da região, é por excelência um homem do campo. Em uma evocação telúrica, fundem-se a imensidão do campo e o caráter “indômito” do personagem típico. Monarca das coxilhas ou centauro dos pampas, ele é algo que mistura o componente selvagem, da exacerbação permanente, com a altivez inata de quem habita imensidões sem fim. [...] como sendo uma extensão da natureza, o tipo social é, por natural decorrência, bom e puro, porque se situa próximo das virtudes mais simples, profundas e naturais emanadas da terra. [...]. Tal visão é respaldada pelo viés determinista e evolucionista das primeiras décadas do século, que “assegura” ao perfil tendências inatas, intuições originárias e pendores para causas justas (BRESCIANI; NAXARA, 2004, p. 229).

Por essas razões e considerando a representação, a ritualização, o caráter formal-heróico, a narrativa da história, a heroicização de personagens e o sentido de epopeia empregado na encenação, é pertinente sopesar as hipóteses da intenção subjacente de reconstituir a Batalha do Pulador sob a ótica do *Aedo*, do historiador? Ou tal reconstituição

está a serviço do culto ao mito, à desmitificação? Ou corresponde ao uso político da memória? Ou também serve como mera mercadoria da sociedade de consumo, sendo assim determinada pelo espetáculo mediado pelos meios de comunicação, sob a forma da aparência de suas circunstâncias?

Se, por acaso, as intencionalidades estão calcadas nos predicados poéticos da narrativa e do fortalecimento do mito como instrumento ideológico, não resta dúvida quanto à intenção de reforçar os laços de identidade coletiva, especialmente pelas sucessivas representações advindas desde 2005, que transparecem a intencionalidade do uso da memória como elo afetivo e social de identidade dos grupos que firmam o compromisso de representá-la. Em contrapartida, se, com base nos relatos históricos e, por consequência, a desmitificação tiver a intenção de recuperar a memória dos fatos passados para os vivos, na busca da compreensão do homem no tempo através do conhecimento, estar-se-á diante da palavra do historiador como ciência, razão e, acima de tudo, “libertação”.

Essa última intenção, ressalvadas discordâncias, transparece na representação ocorrida em 1988, quando capitaneada pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Passo Fundo, aliada à Maçonaria, à Brigada Militar, ao Exército e à comunidade de Pulador, quando participaram os estudantes daquele distrito.

Entretanto, as encenações revelam-se sob o prisma do uso da memória política, em face das evidentes políticas da memória para apoio e patrocínio à sua realização nas edições de 2005 a 2012. Ao que tudo indica, entretanto, no campo do simbólico, do sensível e da memória coletiva, as representações têm como cunho o fortalecimento de uma identidade, servindo de instrumento institucional de reconhecimento do indivíduo como classe e grupo social, de modo a reafirmar a identidade gaúcha dentro de uma comunidade imaginada, na forma como menciona Anderson (2008). Essa destinação se dá, especificamente, aos grupos envolvidos com a cultura gaúcha e aos espectadores identificados com o movimento tradicionalista.

Não há como deixar de referir, porém, a parcela de espectadores que vislumbram as encenações como um “espetáculo”, pois essa também é uma das destinações do evento. O espetáculo, na sociedade de consumo, toma corpo como produto a ser comercializado. É a comercialização da memória histórica, ou seja, como Debord refere, “o espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social” (1994, p. 30). O caráter do espetáculo materializa-se quando se comercializam os espaços e a infraestrutura e quando o grande público percebe o evento como uma grande festividade, da qual se participa para

diversão e entretenimento. Há, portanto, um certo desvio da finalidade do fato histórico, nesse caso, determinado pela compreensão equivocada, dissociada do cunho histórico-educativo. Esse é um desvio compreensível, em razão da cobertura midiática e da conotação privada que se depreende da divulgação.

O poder público atua como coadjuvante do espetáculo, sem que haja uma identificação cívica nos moldes das datas comemorativas como o Dia da Independência, da Proclamação da República e do 20 de Setembro, ressaltando-se, inclusive, que tais datas são consideradas feriados cívicos. Decorre daí uma terceira interpretação, que, diferentemente da interpretação científica, identitária e política, abrange o espetáculo na forma de produto a ser consumido. Esse fato se torna perceptível quando o público assistente age como se estivesse diante de uma grande comemoração festiva, ao contrário daquele que ouve, atenta e comprometidamente, a narrativa e os atos da grande peça teatral.

3.3 ESQUECIMENTO E RESSENTIMENTO

Nas palavras de Nascimento: “Alguns historiadores afirmam que essa revolução não é digna de registro, porque não houve generosidade, nem regras de guerra. Foi uma desgraça que desabou sobre a sociedade gaúcha. Dizem que os instintos maus dos homens andavam às soltas” (2012, p. 5). Em outra análise, retoma-se a afirmação de Monteiro, que justifica o esquecimento dessa memória pelo fato de muitos dos habitantes de hoje não quererem “[...] reacender uma velha chama que perturba a consciência dos descendentes e pode alimentar velhas questões que seria melhor ficar restrito à memória do passado” (relato oral).

O depoimento de um dos participantes da encenação assim descreve esse esquecimento: “[...] lamento que o fato fora ocultado, mas através da encenação posso reconstruir o que foi aquele acontecimento [...]”. Ele confirma que o esquecimento se dera por ter sido uma “guerra suja e vergonhosa entre irmãos que lutavam por seus ideais de libertação”. O esquecimento é inimigo da memória, que se impõe sempre sobre as lembranças, é o abrigo das lembranças ruins e tranquilizador para as lembranças que necessitam de alívio (CANDAUI, 2011).

Conforme Tedesco (2011), o passado não pode ser inteiramente recordado, pois a memória não retém as lembranças ao alvitre do resgate automático, mencionando que

Tudorov (1995) refere a dimensão ética da memória, seja na sua manifestação de lembrança, seja na de esquecimento, havendo na esfera do poder o uso político do presente tanto quanto do futuro. O que machuca ninguém gosta de lembrar, mas a memória serve, também, para racionalizar a lembrança, um dever de recordar para superar, reelaborar, dramatizar, acordar com o passado, servir de guia para o presente (ANSART, 1978).

A representação da Batalha do Pulador, nesse sentido, mostra-se profícua no campo do sensível. Reconstituir os fatos representados da batalha tem muito a ver com a racionalização de condutas éticas, no intuito de superar traumas por meio da recordação, reelaborando novos conceitos, dramatizando o passado e heroicizando personagens, como modo de glorificação de condutas impróprias, para dar um significado mais digno e coerente, principalmente quando se procura reafirmar uma identidade calcada no mito.

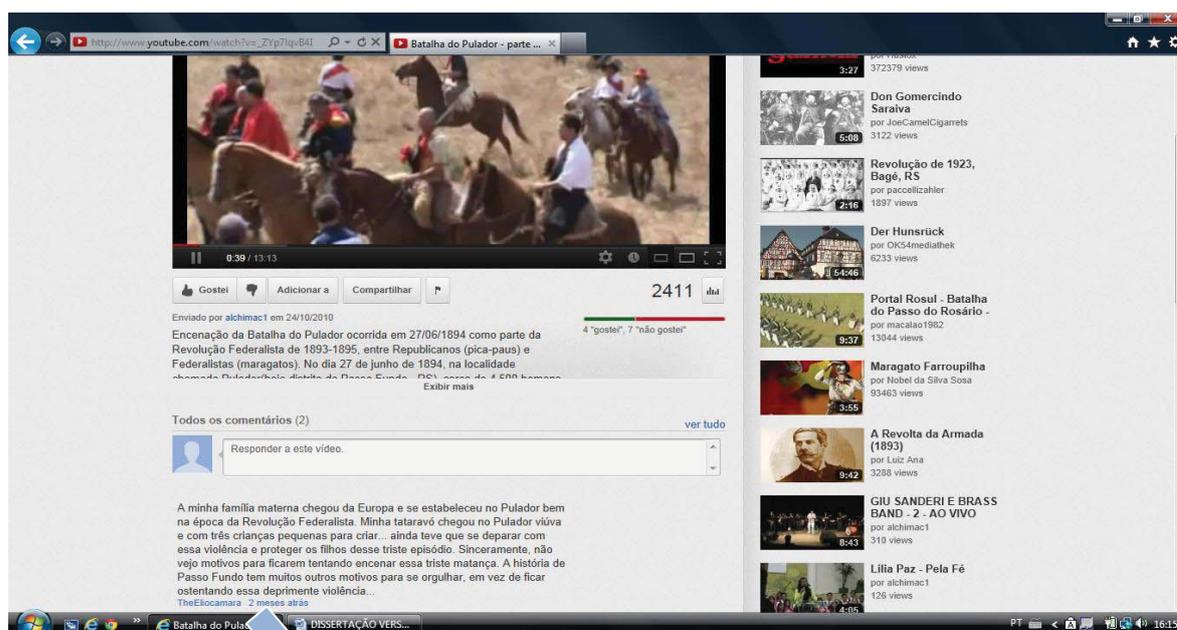


Ilustração 34: Vídeo da encenação da Batalha do Pulador disponível na internet.
Fonte: YOUTUBE.

A imagem acima demonstra o quanto aquele evento histórico está presente no campo do sensível e dos ressentimentos. No comentário postado, a pessoa faz crítica à encenação,

pelo fato de representar os atos de “matança” de um triste episódio. Declara que sua família vivenciou aqueles fatos, que ficaram cristalizados na memória como atos de “deprimente violência”, não vendo motivos que possam trazer orgulho para a história de Passo Fundo.

De outra parte, é de se destacar a menção que Dilse Piccin Corteze e Vera Lúcia Dalbosco fazem, em artigo eletrônico de sua autoria, aos marcos históricos anteriormente colocados no local:

Conforme o historiador Ney DÁvila, estes marcos foram inaugurados oficialmente em 1900 e em dias diferentes. Um, no dia 23.02 e o outro no dia 24.02.1900. Esta diferença de data de inauguração, segundo o historiador, é compreensível, pois “os mútuos ódios e ressentimentos ainda eram muito fortes naquele momento”. Abaixo da base de cada monumento teria havido, conforme DÁvila, um depósito selado por uma pedra contendo documentos e jornais da época, além de vários textos tratando do significado do evento (DÁvila, 1998). Resta saber onde este material está, com quem se encontra e se ainda existe (2006).

Nessa citação, evidencia-se que o culto à memória da Batalha do Pulador remonta ainda aos anos 1900, fortemente marcados pelos ressentimentos que representaram a Revolução Federalista, dividindo a região passo-fundense, sobretudo pela disputa em demarcar o campo de luta em dias diferentes, 23 e 24 de fevereiro de 1900. Com a remoção dos antigos marcos e a construção de novos, agora mediados pelo poder público e pelas entidades civis, reconstruindo a história de modo educativo, o limbo do tempo e a anistia pacificadora selam, de modo simbólico, por fim, as mágoas e os ressentimentos que ainda estavam, de certo modo, encobertos pela memória ressentida.

A data de 15 de maio de 1988, quando o poder público municipal inaugura os novos marcos nos campos do Pulador, ocasião em que se dá a primeira edição da Encenação da Batalha do Pulador atua como momento de ruptura, de ressignificação da memória ressentida, abrindo caminho para que a história seja utilizada como forma de integração, de pacificação e de consolidação da anistia, para que a comunidade possa seguir em frente.

Isso, contudo, não se deu de maneira resoluto até 1988. É notório que, após a revolução de 1895, sobreveio a revolta de 1923, a qual reascendeu os ressentimentos e os ânimos belicosos, culminando com a pacificação, enfim, somente após a ascensão de Getúlio Vargas. Getúlio Dornelles Vargas, considerado o herdeiro do republicanismo, seria o elemento de unificação entre as várias lideranças políticas para selar de vez a pacificação do Estado Gaúcho. Contudo, a instabilidade, as desconfianças e a fragilidade no campo político e

dos ressentimentos pautavam as relações sociais. A memória latente das divergências políticas, econômicas e sociais alimentava o imaginário popular, levando a que se mantivessem vivas nas zonas de sombra e de conflito.

Alçado ao poder central do Brasil, Getúlio Vargas adotou uma postura de política nacional, e não regional. Cercou-se de outros aliados, dissociados dos anseios estritamente regionais. Essa postura instiga os ressentimentos inculcados no imaginário social da época, fazendo que se aliem ao ufanismo, estabelecendo um liame na composição do padrão identitário regional, guiando a percepção do passado, explicando o presente e orientando as expectativas em relação ao futuro (PESAVENTO, 1988, p. 231). Essa dimensão toma corpo, também, nas comemorações referentes à Batalha do Pulador.

Como exemplo, tem-se o artigo publicado no jornal *O Nacional* de 26 de junho de 1948 – citado por Paulo Monteiro na revista *Água da Fonte*, n. 2 –, em que Gumercindo dos Reis faz menção ao cinquentenário da “Batalha do Pulador”, dizendo que “a simples evocação dos heróis de 93 fazia tremer a ditadura getuliana”, de modo a demonstrar o quão frágil revelava-se o culto à memória dos episódios da Revolução Federalista de 1895:

A BATALHA DO PULADOR

A simples evocação dos heróis de 93 fazia estremecer a ditadura getuliana

Como o povo do Rio Grande do Sul e do Brasil teve conhecimento a 27 de junho de 1944 com o lançamento do cinquentário do combate de Pulador.

Para tomarem parte, ou pelo menos, se fizerem presente nesta homenagem, à memória da aqueles bravos que se bateram pela pátria e pelos seus ideais, convidamos o sr. Getúlio Vargas e altas autoridades do país.

Para que a solenidade tivesse o brilho merecido, dirigimos um atencioso convite a Ernesto Dornelles, pedindo a cooperação do Governo do Estado.

Porém, tivemos grande surpresa quando recebemos um lacônico ofício da Secretaria do Palácio, dizendo que o sr. Interventor havia tomado conhecimento do nosso convite e não havia tomado conhecimento do ofício.

Agora pedis julgard o procedimento dos pres

dencialistas... Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles tinham obrigação de prestar homenagem a memória daqueles bravos, por quem, nesse memorável combate, tomaram parte colunais do próprio Exército Nacional.

Nessa batalha, a maior que se travou no Brasil, chocaram-se 8 mil homens, mais ou menos 4 mil de cada lado, ficando mil e cem mortos no campo da luta.

Quando a comissão promotora da homenagem esperava uma atitude honesta e digna do governo, dando um belo exemplo de civismo em nossa pátria, sabem qual foi o procedimento de Getúlio Dornelles?

EXIJA "BITTER MANS"

Mandou a polícia seguir os nossos passos... Eramos vigiados pelos esbirros da malandragem da ditadura getuliana! A nossa correspondência telegráfica era controlada pelas autoridades.

A estrada de ferro não queria fornecer o trem expresso para conduzir o povo desta cidade às cercanias de Pulador. Para conseguirmos esse meio de transporte, fomos obrigados a dirigir uma infinidade de telegramas ao diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Dois investigadores da polícia de Porto Alegre estiveram no local da homenagem, observando o que se passava.

Em vista da grave situação, da rigorosa vigilância policial, fez uso da palavra, nessa solenidade, um só orador, o ilustre passofundense Sr. Francisco Antonio Xavier e Oliveira.

Getúlio Vargas e Ernesto Dornelles tinham o indeclinável dever de prestar um tributo de respeito e admiração à memória daqueles bravos da Força Pública do Estado e do Exército Nacional, que tomaram parte numa luta ingrata, em defesa do governo de Julio Prates de Castilhos e do regime presidencialista.

Desse falido presidencialismo, que combatemos naquela época, estamos combatendo hoje e combatemos amanhã! Dessa forma de governo, que, lamentavelmente, prevaleceu no Brasil, a cutila do sangue daqueles heróis!

E então, como recompensa, depois de cinquenta anos, o governo brasileiro, chefiado por Getúlio Vargas, negou apoio à modesta homenagem

Os funcionários do B do Sul, prestaram um seu colega Milton Ru

gem que «pica-paus» e «maragatos» prestavam, indistintamente, à memória daqueles bravos! Onde está a recompensa ao devotamento cívico daqueles mártires da república? Onde está a consciência cívica dos adeptos do presidencialismo, desse regime falido, que tem feito a desgraça da nossa pátria?

Será que os ossos e a memória dos «maragatos» que jazem na valm comum, à beira da estrada de Pulador, oferecem perigo à ditadura getuliana?

Será que a idéola parlamentarista, que germinou naqueles cerebros, hoje corroidos pela terra, com as mandíbulas escancaradas, ainda faz tremer os despotas, os tiranos, os abusadores do povo brasileiro?

Será que os ditatoriais ainda enxergavam o exército de Gomercindo Saravia, destilando pelos pampas e pelos serões de Santa Catarina e Paraná, tendo à frente a Bandeira Federalista de Gaspar da Silveira Martins?

Será que os ex-zeladores da ditadura de ontem ainda estavam vendo a barca Marajó, rebelada nas águas do Guaíba, canhoneando o Palácio do Governo e alarmando a Capital Gaucha?

Será que os exploradores do povo brasileiro estavam vendo Saldanha da Gama, Custódio de Mello e tantos outros, no Bata do Guanabara, com a Marinha de Guerra rebelada, canhoneando as fortalezas e desafiando o governo de Floriano Peixoto?

Será que os seguidores do presidencialismo, ainda ouvem, apavorados, a fuzilaria, o troar dos canhões, o chocar das lanças e o tropel de

Faça boa digestão, usando, antes das refeições, um cálice de Bitter AGUIA

cavalaria daquela exército revolucionário? Será que a «popeta de 93» ainda causava pesadelo aos opressores do povo e da pátria?

Ernesto Dornelles negou apoio à homenagem que «pica-paus» e «maragatos» prestavam à memória daqueles bravos! Não admira o seu procedimento, porque os intervenientes do Estado Novo não passavam de meros joguetes de Getúlio Vargas.

Éra isso que pretendíamos dizer aos nossos correligionários, com reticência à esta homenagem, que foi desagradável aos dirigentes da ditadura, porém, que teve o acatamento do povo e da Imprensa do Rio Grande do Sul.

Gomercindo dos Reis Passo Fundo, 26 de Junho de 1948.

O N
Secretari

Os produtos frigoríficos
Alimentos sab Representante:

Na prospera cidade de Ijuí, neste Estado, está instalado um grande estabelecimento industrial. Trata-se do importante Frigorífico Serrano, de propriedade e direção

«A mais bela Para rainha do LU na srta.

IMPORTANTE: Este corta nas se a nho

Olios - Ouvidos - Dr. Alipi
Dos serviços de olhos, ou Santa Casa e da Faculdade; Prêmio «Francisco Cursos oficiais de espe

Curso pratico de piloto comercial
por Bert A. Shildt, com 232 paginas, tradução do Brasileiro do Dr. Lyllias Rodrigues, edição de 1948 recebeu a

Livraria Americana
AVENIDA BRASIL, 542/552 PASSO FUNDO

Atelier Paris MODAS

Acha-se à disposição do mundo elegante feminino passofundense, no que concerne às costuras da moda.
Rua Bento Gonçalves, 731 - 1º andar - Em cima do Baço Ind. e Com. do Sul.

LINIMENTO SANTA HELENA

é o remédio caseiro indispensável que não deve faltar em nenhum lar, tanto nas cidades, fazendas, sítios e colônias, devido ao seu emprego variado e a sua ação rápida e eficaz como

ANTI-REUMATICO e ANALGESICO

de imediata resorção e ação profunda.
Contra o reumatismo e a gota, nas dores nas costas, pontadas e dores de peito, aplica-se em fricções.
Nas dores de ouvido aplica-se uma bolinha de algodão embebida do Linimento Santa Helena sobre o ouvido, fazendo também fricções.
Últras e inflamações da garganta tratam-se com gargarejos de Linimento Santa Helena, na proporção de um frasco de Linimento para litro de água fervida.

LINIMENTO SANTA HELENA

Atelier PARIS

Uma atração da moda feminina

Passo Fundo é hoje uma cidade elegante, onde as novidades da moda constituem a atração natural do mundo feminino. As nossas damas e senhoritas, pelo apuro dos seus traços, se recomendam pelo bom gosto e distinção com que vão aperfeiçoando dia a dia a cativante arte de bem vestir.

O ATALIER PARIS, recém instalado à rua Bento Gonçalves, nº 731, - 1º andar (em cima do

Ilustração 35: Artigo sobre a Batalha. Fonte: O NACIONAL, 26 jun. 1948, p. 8.

No artigo de 26 de junho de 1948, Gomercindo dos Reis denunciava o estado de perseguição perpetrado pelo governo de Getúlio Vargas e de Ernesto Dornelles, ao simples fato de reverenciar a memória dos que lutaram a Batalha de 1894. A homenagem fora direcionada, indistintamente, aos «bravos» maragatos e pica-paus que lutaram a maior batalha ocorrida no Brasil, considerada também ingrata, após o decurso do tempo de 50 anos (sesquicentenário da revolução). Ainda, segundo ele, por obrigação institucional indeclinável,

as instituições políticas do estado brasileiro deveriam fazer-se presentes à homenagem aos componentes do exército que tomaram em defesa do regime presidencialista de Júlio Prates de Castilhos.

Do regime presidencialista, o articulista menciona o caráter falimentar que fora atacado naquela época e que continuava sendo combatido na ocasião da homenagem, tendo, lamentavelmente, prevalecido. Contudo, num tom lacônico, os poderes constituídos se limitaram a acusar o recebimento da carta convite enviada pelos organizadores, sem, no entanto, designar qualquer representante para tomar parte da cerimônia oficial.

Em tom questionador, Gomercindo dos Reis replica a ausência das autoridades pela falta de espírito cívico dos representantes do regime presidencialista, aludindo o receio de que, talvez, os ossos dos “maragatos” jazentes na vala comum da estrada do Pulador oferecessem algum perigo ao regime. Refere, igualmente, que os ideais parlamentaristas representados pelos que lutaram a batalha continuavam presentes de forma combativa e ameaçadora, indagando se ainda havia receio de que a grande marcha de Gumercindo Saraiva nos três Estados do Sul do Brasil desfraldando a bandeira parlamentarista de Gaspar Silveira Martins subsistia, assim como a rebelião da canhoneira Marajó nas águas do Guaíba, em Porto Alegre, desafiando o governo gaúcho – mencionados do capítulo II – e a Revolta da Armada do Almirante Saldanha da Gama e de Custodio de Mello na Baía da Guanabara no Rio de Janeiro. Por fim, ele acusa o interventor da ditadura getuliana Ernesto Dornelles de ter negado apoio à homenagem e, acima de tudo, de ter enviado “espiões observadores” ao local da cerimônia, aventando a hipótese de que a epopeia daqueles bravos ainda causava temores à ordem política vigente. Em razão desses fatos, a homenagem ao sesquicentenário da Batalha do Pulador se resumiu ao discurso de um homem só: Antonino Xavier de Oliveira.

O artigo publicado no jornal *O Nacional* de 1948 denuncia, portanto, o “fervor” de uma época em que os ressentimentos eram a tônica da atividade política. O próprio interstício de tempo de 54 anos do evento bélico não foi suficiente para aplacar os ânimos, sobretudo pela indiferença ao convite para comporem as homenagens à memória dos componentes da batalha, por parte do interventor Ernesto Dornelles e da Presidência da República de Getúlio Vargas, confirmada pelo tom de desagravo na resposta publicada no jornal por Gomercindo dos Reis.

De 1948 até 15 de maio de 1988, quando se tem notícia de novo evento em homenagem à memória da Batalha do Pulador, 40 anos se passaram. Nessa oportunidade, inauguraram-se os marcos das posições federalistas e republicanas, com a remoção das

antigas marcações estabelecidas em 1900, por iniciativas de representantes das agremiações que lutaram a batalha. A homenagem, agora, dá-se sob uma nova aura política, consolidada pela estabilidade democrática, pelo fortalecimento da forma republicana e pelo regime presidencialista de governo, mediada pelo poder público e pelas demais entidades representativas da comunidade passo-fundense.

Enfim, a ruptura política engendrada em 15 de novembro de 1889 consubstanciou-se na região, e as instituições de Estado estabilizaram-se. A partir de 1988, as homenagens começaram a se tornar mais simbólicas, representativas e memorialísticas, com a participação de importantes segmentos da sociedade, como o poder público, setores militares, sociedade civil, Maçonaria e veículos de comunicação. Por fim, a partir de 2005, passados 17 anos da última homenagem de que se tem conhecimento e 111 anos do evento, o culto à memória da “Batalha do Pulador” passa a ter um novo sentido, denotando o caráter de “espetáculo” determinado por encenações, ritualização e teatralização da reconstituição da grande batalha.

Com isso, a reconstituição do passado como espetáculo firma compromisso com o presente; a força mobilizadora da história, voltando à origem, direciona o grupo social para frente, rompendo a barreira dos ressentimentos, resignificando o passado no presente, de maneira que não se vislumbra o passado que outrora ameaçava o presente. A memória serve de suporte para que os sujeitos coletivos se encontrem para a definição dos laços de identidade, impelindo-os a seguir adiante, inovando e reconstruindo. Nessa perspectiva, o esquecimento, muitas vezes, serve de fator essencial para a criação de uma nação, para que todos os indivíduos tenham alguma coisa em comum e que, também, tenham esquecido tantas outras coisas (CANDAUI, 2011).

Ansart (1978), nessa vertente, refere a volta ao passado como uma força que age sobre os indivíduos, ganhando vitalidade e resignificação, o que é fundamental, porque implica ter razões para lembrar, tirando proveito da experiência passada, remexendo o silêncio, as feridas, as ditas “zonas de sombra.” Por tais questões, através da representação, o grupo social fortalece seus vínculos de identidade, procurando estabelecer, pela via da memória, um elo que permita purgar as chagas, enaltecer a paz e a concórdia como legado dos feitos reconstruídos pelos protagonistas da Batalha do Pulador. É o revisitar o passado para resignificar e dar novo sentido ao presente.

No tocante à omissão deliberada da memória, como forma de brandura dos ressentimentos, Félix cita a “anistia” como “banimento”, “pá de cal”, para rechaçá-la pelo esquecimento e promover a reconciliação da comunidade política:

Nicole Lourax, em artigo extremamente interessante, publicado em Paris em 1988 e em Buenos Aires em 1989, intitulado “Da anistia do contrário”, aborda a questão da memória expurgada que se consubstancia no esquecimento. Parte da associação etimológica entre *anistia* e *amnésia*, examinando o uso do esquecimento enquanto proibição de recordar, exemplificando através de decretos políticos na *pólis* ateniense (FÉLIX, 1988, p. 40).

Félix transcreve um trecho em que Lourax trata da anistia: “Depois da derrota militar, a proibição de recordar as desgraças sela, em 403, a reconciliação democrática. Chamamos isto de anistia modelo, paradigma de todas aquelas que conhecerá a história ocidental [...]” (1988, p. 50). Assim, ao pactuar-se o esquecimento, fica proibido recordar, sobretudo as desgraças, para que haja a reconciliação, de modo a permitir o convívio social do indivíduo e da coletividade.

Na reconciliação da comunidade política, fica pactuado o esquecimento das maldades, não só as dos outros, mas também a própria cólera, para o fim de restabelecer o laço de vida na cidade. A anistia, então, é utilizada como estratégia de esquecimento, servindo a instância política como sensor da memória na decisão do que deve e do que não deve ser lembrado, como meio de institucionalização do esquecimento, diferentemente do perdão, que consiste em apagar das memórias os elementos do passado considerados perigosos (CANDAUI, 2011).

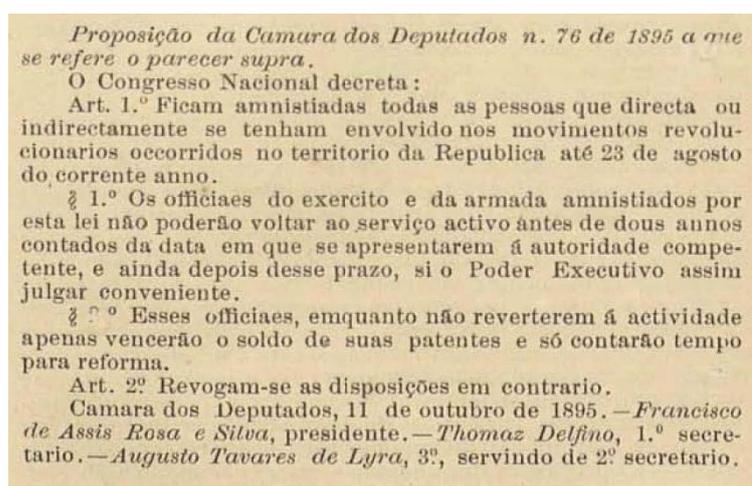


Ilustração 36: Proposição da anistia.

Fonte: VILLALBA, 1895, p. 274.

Essa reflexão do uso da anistia como esquecimento e da política como instrumento determinante de como fazer uso da memória remete ao ponto crucial de a Batalha do Pulador

ter tanto tempo permanecido no limbo da memória. Com a deliberação política da pacificação da Revolução de 1893, o decreto legislativo da anistia⁴⁵ ampla e incondicional aos rebeldes selou as cláusulas da pacificação e do esquecimento. Os ressentimentos, a partir de então, ficariam relegados à marginalidade da memória, nas zonas de sombra, de silêncios, dos não ditos, nas metáforas e nas alusões, remanescendo somente a angústia e o medo dos indivíduos e dos grupos sociais de serem punidos ou expostos a mal-entendidos (POLLACK apud FÉLIX, 1988) – enfatiza-se: anistia é diferente de perdão.

O esquecimento como instrumento de pacificação e anistia, quanto mais duradouro, é benéfico e necessário, pois, quando a memória é constantemente atualizada, o perigo para a identidade é latente, sendo necessário o esquecimento para os laços sociais e a afirmação da identidade de um grupo. Foi isso que percebeu Halbwachs:

[...] a sociedade tende a descartar de sua memória tudo o que pode separar os indivíduos, separar os grupos uns dos outros, e a cada época tende a remanejar suas lembranças de maneira a dispor-lhes de acordo com as condições variáveis de seu equilíbrio (apud CANDAU, 2011, p. 129).

A memória do esquecimento, nesse sentido, abrangeu várias gerações da região de Passo Fundo, tendo sido, inclusive, inúmeros registros apagados, conforme depoimento prestado por Monteiro. Ele afirma, com base em seu conhecimento, “terem sido queimados importantes documentos históricos daquele evento que se, no calor dos ressentimentos, tivessem publicidade reacenderiam velhas dissidências e rivalidades entre os membros da comunidade passo-fundense” (relato oral). Trata-se do esquecimento duradouro, útil e necessário para uma sociedade, que julga adequado para a emergência de novos laços de identidade, submisso ao tempo real (CANDAU, 2011).

Em relato feito ao autor, o pesquisador independente César Lopes⁴⁶ expõe um abordagem muito interessante sobre a genealogia das famílias que compõem a sociedade passo-fundense, assim como os motivos que ensejaram os ressentimentos mútuos. No seu arquivo pessoal, estão catalogados os cruzamentos de famílias por laços de matrimônio, as quais a revolução tratou de separar pela ideologia, pela barbárie e pelas perseguições

⁴⁵ A anistia aos revoltosos de 1893 deu-se por Decreto Legislativo nº 310, de 21 de outubro de 1895 (MEDEIROS, 1995, p. 113).

⁴⁶ Empresário em Passo Fundo, atua no ramo de ferramentas, é engenheiro mecânico e pesquisador independente, tendo como *hobby* a pesquisa em história.

praticadas, sobretudo pela disputa de poder. A seguir, destaca-se um trecho da entrevista onde faz menção aos ressentimentos decorrentes da revolução:

[...] por incrível que possa parecer, as pessoas ainda hoje possuem resquícios daquela época, por um ser pica-pau e o outro maragato. [...] são sentimentos que afloram quando menos se espera [...] foi roubado um busto de Prestes Guimarães que eu consegui reavê-lo e ofereci à comunidade que está na reserva maragato. Uma senhora ligou para mim e me disse como é que eu estava com esse busto; esse busto é da comunidade; e eu disse que esse busto poderia estar derretido há muito tempo, tinha tomado paulada, tinham arreventado todo ele; meu amigo da reserva maragato reconstituiu ele onde está até hoje. [...] os ressentimentos existem entre as famílias até hoje. [...] dos dois lados. O “Barão”, que existe a casa dele até hoje, era maragato e o sobrinho dele era o delegado do outro lado, com 19 anos. Não precisa dizer que houve verdadeiras atrocidades; logo depois tinha o Prestes Guimarães, uns praticamente a 100 metros uns dos outros (relato oral).

Passo Fundo, por ser uma pequena vila, dependente geopoliticamente de Cruz Alta, na época da revolução, aproximava as pessoas, tanto pelo espaço demográfico, como pelos laços de parentesco, afins ou consanguíneos, e isso levava a que a disputa ideológica e de poder se acirrasse.

No mesmo depoimento, o entrevistado menciona a destruição de registros, a ocultação de cemitérios e sepulcros onde estariam depositados os restos mortais de maragatos ou dissidentes daqueles que se mantiveram no poder. São escassos os registros públicos dessa época, e os que se tem estão, provavelmente, em poder de alguns descendentes remanescentes das famílias envolvidas e que desconhecem o valor histórico que os corporificam. Nos momentos de conflito, esquecem-se os valores humanos de solidariedade, sobressaindo o instinto belicoso e cruel que só uma revolução pode disseminar. As cicatrizes, por seu turno, perpetuam-se pelo tempo, até que os ressentimentos se diluam com o passar das gerações que ficam à distância do conflito.

Convém ilustrar o uso deliberado da memória coletiva como expressão não espontânea, como uma formalização mediada pela ideologia, pelas linguagens, pelo senso comum e pelas instituições. Traz-se o exemplo do caso analisado por Alessandro Portelli da pequena cidade italiana Civitella Val di Chiana, ocupada pelos alemães na Segunda Guerra Mundial, quando houve o massacre de 115 homens civis em represália pela morte de soldados provocada pela resistência do lugar. O que ocorreu foi uma mudança de compreensão paradigmática daqueles fatos. De início, a população local acusava os alemães pelo massacre dos 115 civis, e, ao longo do tempo, esse entendimento se alterou; passou-se a atribuir à

resistência a culpa pelo ocorrido, muito embora a autoria tenha sido dos alemães quando fizeram uso das armas. Essa mudança de paradigma criou um conflito entre a memória local e a memória oficial, que celebra a resistência e tem nela heróis oficiais. Esse episódio, nas palavras de Maciel (apud FÉLIX, 1998), é extremamente significativo por envolver, mito, imaginário, representações e memória.

Diante do exposto, identifica-se a razão de a Batalha do Pulador ter, por algum tempo, permanecido imersa nas brumas da memória, sem que houvesse sido dada qualquer ênfase ao acontecimento que marcou tanto a região de Passo Fundo no cenário da grande Revolução de 1893. A anistia serviu de instrumento conciliador da comunidade, purgando as chagas que estavam expostas no tecido social, restabelecendo a tolerância, permitindo o convívio diário, e, sob certas regras tácitas, a coexistência pacífica. Porém, no consciente coletivo, a dualidade de forças remanesceu diversos campos da sociedade, mas mediada pela anistia e pela tolerância recíproca, num constante exercício de relembrar e esquecer; mais esquecer do que relembrar.

O uso dessa memória, na atualidade, nas suas diversas finalidades, evidencia a superação dos ressentimentos, expondo o evento como elemento festivo, agregador coletivo que une a comunidade e os indivíduos em prol de uma dimensão conciliadora da paz, enaltecida de heróis, dos feitos dos combatentes antepassados e sob o sentido de um grande espetáculo. Assim, o evento é transformado numa epopeia, num espetáculo, na busca da afirmação da “identidade gaúcha”, para alguns – conforme os termos do documento publicado pela comissão organizadora, na intenção de realizarem-se as representações –, e como uma grande festa para outros. É o passado, que, através da memória, deixou de assombrar para servir de instrumento de ressignificação do presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial desta dissertação centrou-se em lançar luzes sobre as encenações da Batalha do Pulador. Trata-se do evento histórico que se deu no contexto da Revolução Federalista de 1893, que, pelo seu caráter fratricida, permeou o tecido social da população sul-rio-grandense, seccionando a identidade gaúcha sob o manto político de republicanos e federalistas – ou pica-paus e maragatos – na implantação de um projeto político republicano repudiado pelos parlamentaristas liberais.

Nas duas seções iniciais, procurou-se estabelecer um liame histórico por meio de uma abrangente revisão literária. Tal revisão inicia-se com a decadência da Monarquia até a Proclamação da República, para, em seguida, passar-se à análise das circunstâncias desencadeadoras da Revolução Federalista no solo rio-grandense, buscando identificar lideranças, projetos políticos, aspectos sociais e econômicos e, por fim, os fatos circunstanciais que culminaram na Batalha do Pulador.

A revisão literária, por si só, até poderia subsumir-se aos aspectos meramente sul-rio-grandenses, condensando-se as seções I e II numa apenas. Entretanto, no decorrer da investigação, observou-se haver um sentido linear interligando os fatos, embora distantes geograficamente, na medida em que a queda da Monarquia, por todos os seus aspectos, em primeira análise, não teria como influenciar diretamente a Batalha do Pulador para ser tratado como evento isolado. Ledo engano; não há como querer dissociar uma questão da outra em razão da linha temporal.

A prova disso é que, na seção III, observa-se a influência das entidades que, de uma maneira ou de outra, atuaram na queda do Regime Monárquico, fazendo-se presentes, também, no evento desta investigação, como se evidencia, o Exército, as agremiações políticas constituídas pelo poder público, pela Brigada Militar e pela Maçonaria. Dessa forma,

entendeu-se necessária essa ampla revisão, muito embora haja vasto material sobre esse período, sob pena de incorrer-se em crasso equívoco.

Por seu turno, o objeto desta observação – como já mencionado – estabeleceu-se sobre as encenações da histórica Batalha do Pulador ocorrida em 27 de outubro de 1894, cujas edições remontam aos anos de 1988 (1ª representação – tratada como gênese) e à sua retomada a partir de 2005 até a VI edição, de 2012, quando se fez a observação/contemplanção “in loco”. A investigação não se restringe, especificamente, a uma hipótese pré-definida que busca respostas às variáveis na coleta dos dados do universo empírico das encenações, muito menos à testagem ou comprovação de hipóteses, dentro do método de pesquisa descritiva, exploratório-comprobatória utilizada. A dissertação cinge-se no entorno da problemática das causas e destinações das representações da Batalha do Pulador, ou seja, visa a ilustrar o objeto investigado por observação, análise e registro criterioso, seguindo, rigorosamente, método científico que permita uma ampla visão do fato enquanto fenômeno histórico.

Considerando, pois, as premissas metodológicas conceituais, passa-se, por conseguinte, à análise dos dados coletados e observados nas encenações. Inicialmente, situa-se o contexto revolucionário em causas regionais próprias, cujo valor ou desvalor histórico, por muitos anos, ficou no limbo da memória; o caráter civil e os ideais representados pela revolução dimensionaram uma disputa de honra, valores e mitos sedimentados numa cultura e identidade regional, movimentando sentimentos coletivos, veiculando identidades e ideologias associadas a memórias sociais. A reconstituição da memória da Batalha do Pulador faz-se sobre “farrapos da memória, sempre seletiva”, circunscrevendo-se nos aspectos regionais (DUBY apud FÉLIX, 1998, p. 27).

Nessa esteira, tem-se a primeira observação: Passo Fundo passa a fazer parte do cenário revolucionário com o assassinato do Coronel Honorário Francisco Xavier Xicuta (fl. 50, 79), atribuído ao líder maragato Prestes Guimarães. A partir daí, a região transforma-se numa verdadeira praça de guerra, sendo a cidade tomada ora por maragatos, ora por castilhistas, ocorrendo vários combates entre as facções beligerantes (fl. 77). Entretanto, a grande Batalha do Pulador deu-se por uma questão de acidente geográfico, pois, quando Gumercindo Saraiva regressava da sua longa marcha pelos campos centrais do Paraná e de Santa Catarina, sua intenção era ingressar no Estado do gaúcho pela região do Goio-en, atual Chapecó/SC e Nonoai/RS. No entanto, a Divisão do Norte, comandada pelo Cel. Rodrigues Lima, sabedor dessa intenção, o esperava para ali aniquilar as suas forças e dar fim ao seu intento revolucionário. Porém, astuto e ardiloso, como guerrilheiro que era, Gumercindo

Saraiva tratou de ludibriar a Divisão do Norte, ingressando no Rio Grande pela Região de Campos Novos/SC, Barracão/RS, Lagoa Vermelha/RS e Passo Fundo/RS, onde angariaria os esforços dos federalistas de Prestes Guimarães, para, logo após, contornar Cruz Alta/RS, que era a sede municipal do governo republicano e onde se encontravam as forças castilhistas, seguindo em destinação ao Uruguai, onde encontraria guarida. Contudo, a Divisão do Norte monitorava a região do Planalto Médio, estando atenta a essa manobra de Gumercindo. Por isso, por uma questão de geografia e de passagem, a Batalha do Pulador culminou por acontecer e ser tão decisiva no destino da revolução.

Segunda observação: para pacificar a região, assim como todo o Estado, foi necessário negociar a anistia, que se deu de forma geral, como instrumento para selar a paz e a concórdia, sufocando os ressentimentos de maneira a permitir o convívio diário. Nas primeiras gerações pós-revolução, a anistia serviu de “pá de cal” para conter a efervescência do espírito belicoso, porque os embates tiveram o caráter civil, envolvendo famílias, parentes e vizinhos. Logo, para se manter o convívio pacífico, tornava-se necessário que a memória das disputas permanecesse arrefecida no esquecimento, como forma de não reacender a chama dos ressentimentos. Era o exercício de saber recordar e saber esquecer.

Terceira observação: a partir do ano 1900, a memória alusiva à batalha começa a ser cultivada com a colocação dos primeiros marcos nos campos do Pulador, entretanto marcado ainda pela tênue neblina do ressentimento, pelos mútuos ódios, que eram fortes naquele momento. Os marcos foram inaugurados pelas agremiações em dias diferentes, compreensivelmente (fl. 143), sem que houvesse, em momento posterior, qualquer alusão nova ao acontecimento. Os marcos permaneceram, simbolicamente, como lápides demarcando o campo de batalha.

Quarta observação: na comemoração alusiva ao cinquentenário da Batalha do Pulador, no jornal *O Nacional* de 26 de junho de 1948, Gumercindo dos Reis faz menção ao cinquentenário da “Batalha do Pulador”, ressaltando que “a simples evocação dos heróis de 93 fazia tremer a ditadura getuliana”, evidência de que o culto à memória da batalha ainda estava fortemente marcada pelas reminiscências ideológicas e pelos ressentimentos sufocados. Getúlio Vargas consubstanciava-se no herdeiro do republicanismo no Estado e no elemento eleito para consolidar a ruptura engendrada com a queda do Regime Monárquico, fortalecendo as instituições republicanas, de modo a unificar o Estado e a região. Todavia, passados cinquenta anos, restavam marcantes os resquícios da memória dos feitos da

revolução. Evocar o passado da Batalha do Pulador significava reacender velhas questões que estavam latentes no campo do sensível.

Quinta observação: a comemoração do sesquicentenário da Batalha do Pulador no dia 15 de maio de 1988. Decorridos cem anos do evento, o poder público municipal de Passo Fundo, em conjunto com o Exército brasileiro, a Brigada Militar, Lojas Maçônicas, comunidade de Pulador e a mídia contemporânea, engendra o culto à memória, realizando a primeira (gênese) encenação da Batalha do Pulador (fl. 93). Segundo a narrativa de Dorlei Spessato, secretário municipal de educação à época, a encenação é levada a efeito para comemorar os cem anos da batalha e a inauguração dos monumentos alusivos ao evento. De acordo com Spessato, a intenção da Secretaria Municipal de Educação era mostrar para os estudantes o que fora aquela batalha. Perpassa, nitidamente, nessa intenção, o viés público institucional da representação, posto que erigida pela Secretaria Municipal da Educação. Conforme noticiado nos órgãos da imprensa, o evento configurou-se num ato cívico de culto à memória da batalha, aliado à remoção dos antigos marcos e à inauguração dos novos monumentos das posições das duas facções beligerantes. Esse ato, no campo do sensível, simboliza a ruptura das dissidências, com o arrefecimento dos ressentimentos e a solidificação das instituições públicas. Trata-se do uso político da memória, mediado pelo poder público institucionalizado, sedimentando o valor histórico daqueles que lutaram e tombaram na batalha.

Sexta observação: as sucessivas encenações iniciadas em 2005 até a VI edição, esta realizada em 2012. A partir de 2005, novas encenações da Batalha do Pulador começaram a ser realizadas pelo grupo Cavaleiros do Mercosul, pelo MTG e pelos CTGs, com apoio da Brigada Militar, do Exército brasileiro, do poder público municipal de Passo Fundo e outros interessados, acompanhados pelos veículos de comunicação. Desde o início das encenações, os organizadores propagam o ideal de fomentar o turismo regional, rememorar os feitos históricos daqueles que lutaram na batalha e de realizar um “espetáculo de encher os olhos”. Efetivamente, fazem um chamamento à população a participar, além de congregar todos os meios midiáticos para uma ampla cobertura; elaboram gravações (DVDs) teatrais, publicam obra literária, artigos em jornais e revistas e posts eletrônicos na internet, além de uma minissérie editada com o selo televisivo da RBS TV. Nos campos da família Piccinini, em Pulador, realizam a encenação teatral com infraestrutura digna de um “grande espetáculo” a céu aberto.

Nessas encenações, várias destinações do fato histórico são observadas: a) como espetáculo, em razão do caráter midiático, cenográfico, aparente das imagens, descolado de entendimento didático, mas festivo para o grande público, tido como um momento de lazer e descontração; nesta finalidade o espectador não se interessa, efetivamente, pelo caráter histórico, apenas se importa com a mediação das imagens e da aparência; não se identifica com o objeto visualizado; não questiona, apenas assiste passivamente e consome o espetáculo como mercadoria (DEBORD, 1994); b) como afirmação de uma identidade: essa destinação se consolida pela participação das entidades tradicionalistas, fortemente ligadas à cultura gaúcha (Cavaleiros do Mercosul, MTG, CTGs e demais agremiações); esse viés se mostra presente pelo discurso efusivo dos seus representantes, no sentido ufanista da afirmação de uma identidade calcada no mito, nos feitos históricos, na bravura, na luta e na efervescência de uma consciência mítica dos habitantes dos campos gaúchos, que defendem a liberdade e as “causas justas”; trata-se da apropriação do gentílico gaúcho como distinção identitária em termos de comunidade, pertencimento e grupo social, afirmação de uma classe; c) como políticas da memória: a presença do poder público instituindo políticas de incentivo e apoio (financeiro, logística) caracteriza o uso de políticas da memória; ao instituí-las, elege um mediador para efetivar determinado evento, como se fosse representante de si próprio; é a sublimação do evento ao caráter cívico, quando o poder constituído se faz presente e legitima política e institucionalmente o acontecimento.

Essas observações se enquadram na busca do sentido da vida individual e coletiva, quando se depara com os problemas e as perplexidades estabelecidas pelo presente. A busca do sentido da história, que reside num olhar para trás, na tentativa da apreensão do tempo, com as vivências do presente, para poder tomar conhecimento de que o passado se recria pela memória como forma de retenção e apreensão; a representação está com a inquietude do presente e o resgate da memória no passado, para vislumbrar um futuro como conhecimento e legitimação das relações simbólicas sociais.

No tocante à participação social do indivíduo, no desempenho de papéis sociais tipificados na objetividade de conhecimentos comuns, dentro de uma coletividade de atores, torna-se necessário um correlativo na institucionalização da conduta. É quando as instituições incorporam-se à experiência desse indivíduo por meio desses papéis. Desempenhando um papel, o indivíduo participa de um mundo social, e, ao interiorizá-lo, este mundo se torna subjetivamente real (BERGER, 1997).

Não se tem o propósito de discutir se a representação da Batalha do Pulador serve de

instituição como instrumento para moldar os papéis dos indivíduos dentro da sociedade – mesmo porque o desempenho de papéis na realidade social assume caráter institucional de significação tipificada num todo coerente que tenha sentido –, mas de demonstrar, e sobretudo esclarecer, também, como se processa a mecânica de participação do indivíduo nesse movimento e como ele se vê frente às representações que desempenha dentro de uma reconstrução de época passada no contexto contemporâneo⁴⁷. Para alguns, a representação da batalha possui mais o caráter de solidariedade social, pela particularidade da importância dos vínculos sociais determinados pelo mito do gaúcho, que produz a coesão social no entorno do sentido de pertencimento; já para outros, que não se congregam com os ideais identitários, esse é apenas um espetáculo a ser consumido; assim como, para o poder público, ele serve de políticas públicas para uso político da memória.

Importante distinguir, nessa análise, também, as conceitualizações da realidade historicamente acessíveis, do abstrato “o quê?” ao sociologicamente concreto “quem diz?” (BERGER, 1997), assim como a questão dos papéis sociais, definidos com base nos padrões ou normas de comportamento esperados daqueles que ocupam determinada posição na estrutura social (DARENDORF, 1964; RUNCIMAN apud BURKE, 2002, p. 71). Goffman (apud BURKE, 2002, p. 74) relaciona o conceito de “papel” com os de “representação”, dentre outros, mas, em especial – para esta investigação –, “espaço pessoal”, para analisar a autorrepresentação ou “administração da impressão”. É a autorrepresentação estampada na encenação, a assunção de um papel social definido pelas normas de comportamento na busca da identidade coletiva ufanista, estabelecendo a identificação com uma comunidade hipoteticamente imaginada no aspecto regional, em que a memória pessoal se liga à memória grupal, igualmente chamada de coletiva, assentada na tradição mitológica.

A legitimação da construção social da realidade, dentro do intento da representação da Batalha do Pulador, passa pela institucionalização subjetiva significativa de vida. A biografia individual em suas fases sucessivas, institucionalmente predefinidas, deve ser dotada de sentido que torne a totalidade subjetivamente plausível. Por seu turno, a legitimação torna-se problemática quando as objetivações da ordem institucional necessitam ser transmitidas a novas gerações, porque o caráter evidente das instituições não pode ser mantido pela memória e pelos hábitos individuais. Em razão disso, necessárias se fazem a explicação e a justificação

⁴⁷ Nessa perspectiva, destacam-se os modelos de sociedade “consensual”, associada a Émile Durkheim, e “conflituosa”, associada a Karl Marx, sendo o modelo “consensual” caracterizado pela importância dos vínculos sociais, da solidariedade social, da coesão social; e o modelo conflituoso, marcado pela ênfase à ubiquidade da “contradição e do conflito social” (BURKE, 2002, p. 47).

como forma de legitimação (BERGER; LUCKMANN, 1997), revelando-se esse o caráter legitimador da encenação. A memória e os hábitos individuais, por si só, não legitimam mais a realidade social como forma institucionalizadora subjetiva significativa de vida. Revelam-se imperiosas uma explicação e uma justificação que tornem cognoscíveis os seus objetivos e significados, revelando-se instrumento de conhecimento com caráter normativo, isto é, de valores e de conhecimento para aqueles que interagem na representação. E isso se demonstra através dos símbolos e do culto ao mito.

Quanto à utilização da história na construção do social, pertinente retomar Burke (2002), quando refere o seu uso deliberado por parte dos governos europeus, que passaram a considerá-la meio de promover a unidade nacional, de educar para a cidadania e, também, de fazer propaganda nacionalista, especialmente nas épocas em que os estados mais tradicionais da Europa ainda estavam divididos por tradições regionais.

Por todas essas questões levadas à investigação, pode-se concluir que a representação atua no imaginário social coletivo como elemento agregador da identidade regional; é utilizada como política de memória; opera como “espetáculo” mediado pela imagem nas relações sociais; além de servir de sedimento, no campo do sensível, aos ressentimentos que estavam sob o manto da anistia, simbolizados pela construção dos monumentos e pela remoção dos antigos marcos de 1900.

A história, dessa forma, nas representações da Batalha do Pulador, cumpre o seu papel, não como desmitificadora, mas como instrumento das várias destinações elencadas nas observações. A desmitificação cabe ao historiador, que, preocupado com o mundo e com a cultura, resgata os verdadeiros fins da história, através de uma análise criteriosa, observadora, contemplativa e questionadora do objeto examinado, circunstância que, aliás, ficou alheia por muito tempo aos olhos do historiador.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee de. *Actas e Actos do Governo Provisorio*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

ANSART, Pierre, *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Porto Alegre: CORAG, 1986.

AXT, Gunter; MARTINS, Helio Leoncio; COSTA, Milena Cardoso. *Diário e Correspondências do Almirante Saldanha da Gama*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

BANDEIRA, Jabs Paim. *Blog*. Disponível em: <<http://jabspaimbandeira.blogspot.com.br/p/batalha-do-pulador.html>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

BECKER, Klaus; BOTTARI, Maximiliano (Coord.). *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas: Regional, 1956. v. 2.

BENTO, Cláudio M. Contribuição paulista ao combate à Revolução na Armada e à Guerra Civil (1893-1895). *Revista A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 769, p. 119-140, jul./set. 1995.

BLOG da Batalha do Pulador. Disponível em: <http://1.bp.blogspot.com/-76G66GXZeW0/UB24vy_m6kI/AAAAAAAAAT2w/qjo8kj4byIA/s1600/Batalha+do+pulador+-+04+agosto.jpg>. Acesso em: 9 nov. 2012.

BIOGRAFIAS: *Demóstenes*. Disponível em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/Demosten.html>. Acesso em: 07 jun. 2013.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 02 jul. 2012.

BRESCIANI, Maria Stella; NAXARA, Márcia Regina. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BUENO, Francisco da Silveira. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Edição revisada. e atualizada. São Paulo: FTD; LISA, 1996.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

CALDAS, Honorato. *A deshonra da república*. Rio de Janeiro: Imprensa Montenegro, 1895.

CAMPOS, Pedro Moacyr; HOLANDA, Sergio Buarque de; FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960. t. 3.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. v. 8.

CARONE, Edgard. *A República Velha (instituições e classes sociais)*. São Paulo: DIFEL, 1970.

CARVALHO, Pedro. *A campanha do coronel Santos Filho*. Porto Alegre: Oficinas Typográficas do Correio do Povo, 1897.

CHASTEEN, John Charles. *Fronteira rebelde, a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 2003.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

CORTEZE, Dilse Piccin; DALBOSCO, Vera Lúcia. Preservando a memória dos marcos históricos da Batalha do Pulador. *Projeto Passo Fundo*, 30 abr. 2006. Disponível em: <http://www.projetoportunofundo.com.br/principal.php?modulo=texto&con_codigo=18338&tipo=texto>. Acesso em: 07 mar. 2013.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do espetáculo*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIÁRIO DA MANHÃ, Passo Fundo, 2 ago. 2012.

DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977.

ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história rio-grandense de 1893*. 2. ed. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1920.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 6. ed. Porto Alegre: Globo, 1984.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora da USP, 2004.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

_____; RAMBO, Arthur Blásio (Coord.) *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1995.

_____; ELIMIR, Cláudio P. (Org.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

FERREIRA FILHO, Arthur. *Revoluções e caudilhos*. 3. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 1986.

FLORES, Moacyr; FLORES, Hilda A. H. *Rio Grande do Sul: aspectos da revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

FRANCO, Sérgio da Costa. *O sentido histórico da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1962. (Fundamentos da Cultura Rio-Grandense, 5ª série).

_____. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; MEC/SESu/PROEDI, 1988.

_____. *A guerra civil de 1893*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOOGLE. *Imagens Batalha do Pulador*. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=A+batalha+do+Pulador&hl=pt-BR&prmd=imvns&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=1_GgULL1DIL28wTM-oCQBQ&ved=0CD0QsAQ&biw=1366&bih=685>. Acesso em: 12 nov. 2012.

GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes. *A Revolução Federalista em Cima da Serra*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HOBBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____.; RANGER, Terence, *A invenção das tradições*. 2. ed. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. 10. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003-2010. t. 3.

JACQUES, Paulino. *Gaspar Silveira Martins: o condestável da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde Livraria-Editora, 1943.

LAPA (Município). *Cultura*. Disponível em: <<http://www.lapa.pr.gov.br/cidade/cultura>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1985. p. 99-111. v. 1. t. III.

LOPEZ, Adriana; MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora do Senac, 2008. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 02 jul. 2012.

LOPEZ, Ricardo Aldabó. *Coração de caudilho: história real de Gumercindo Saraiva na revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

MARTINS, Liana Bach; SILVA, Luís Antônio Costa da; NEVES, Gervásio Rodrigues (Org.). *Pensamento político de Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/76646452/Pens-Amen-To-Politico-Julio-Castilhos>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

MONTEIRO, Paulo. *Combates da Revolução Federalista em Passo Fundo*. Passo Fundo. Berthier, 2006.

MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 3. ed. São Paulo: Editora do Senac, 2001.

MOURA, Euclides B. de. *O vandalismo no Rio Grande do Sul: antecedentes da revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.

MURICY, José C. S. *A revolução de 93 nos Estados de Santa Catarina e Paraná: memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1946.

NASCIMENTO, Welci. *Maragatos e pica-paus, por que brigaram tanto?* Passo Fundo: Berthier, 1993.

O NACIONAL, Passo Fundo, 31 jul. 2012, p. 3.

_____, 6 ago. 2012, p. 4.

PASSO FUNDO (Município). *Cidade: eventos*. Disponível em: <<http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?p=1201&a=3&pm=158>>. Acesso em: 9 nov. 2012.

_____. *Leis municipais*. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/forpgs/topsearch.pl?city=PassoFundo&state=RS&tp=&page_this=2&block=10&search_all=1&ementaouintegra=naintegra&wordkey=Batalha do Pulador&prefeitura=1>. Acesso em: 12 nov. 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

_____. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRIBERAM. *Ufanismo*. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=ufanismo>>. Acesso em: 07 mar. 2013.

RÁDIO PLANALTO. *Encenação da Batalha do Pulador*. Disponível em: <<http://rdplanalto.com/fim-de-semana-com-a-sexta-encenacao-da-batalha-do-pulador/>>. Acesso em: 30 set. 2012.

RETROSPECTO político do Jornal do Commercio. America do Sul. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro: Typografia do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1893.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). *Constituição de 1891*. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=a2c63QZxmzg%3d&tabid=3107&language=pt-BR>>. Acesso em: 3 ago. 2012.

ROCHA POMBO, José Francisco da. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: W.M. Jackson, 1947. v. 5.

RUAS, Tabajara; BONES, Elmar. *A cabeça de Gumercindo Saraiva*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freira de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SÊGA, Rafael Augustus. Revolução Federalista, 110 Anos. *História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 29-30, p. 177-215, jul./dez. 2003/jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/55561748/SEGA-FEDERALISTA-110-anos>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

_____. Prova de fogo republicana. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, ed. 64, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/prova-de-fogo-republicana>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

SEMINÁRIO Fontes para a revolução de 1893. *Anais...* Bagé: URCAMP Editora, 1983.

SENA, Davis R. de. *O grande desafio brasileiro: guerra civil 1892/5*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1995.

SILVEIRA MARTINS: discursos parlamentares. Brasília: Câmara dos Deputados, 1979. (Perfis Parlamentares, 14).

SOARES, Mozart Pereira: O Positivismo no Brasil: 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: AGE: Editor da Universidade, 1998

VAINFAS, Ronaldo; DEL PRIORE, Mary (Org.). *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VILLALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Laemmerte & Cia., 1897.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República*. 9. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

YOUTUBE. *Batalha do Pulador*. Vídeo postado em 24 out. 2010. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=_ZYP7lqvB4I>. Acesso em: 13 nov. 2012.

ANEXOS

A PROVINCIA DE SÃO PAULO

15 DE NOVEMBRO DE 1889

GLORIOSO CENTENARIO DA GRANDE REVOLUÇÃO PROCLAMAÇÃO

DA

REPÚBLICA BRAZILEIRA

Recebemos hontem o seguinte telegramma:

Foi proclamada a Republica no Brazil. Conta que o governo provisório será organizado com o general Deodoro e Quintino Bocayra.

Afirmam outros que o governo será constituído pelo general Deodoro, Quintino Bocayra e Benjamin Constant.

Foi movida uma revolta popular para a deposição do governo. O ministro foi obrigado a assignar a sua demissão.

O barão de Laferrière foi ferido e achou-se em perigo de vida.

Logo que recebemos este telegramma, fomos distribuir o seguinte boletim:

Cidadãos,

Noticias da Corte annunciam a proclamação da Republica e a fôrça de governo que exprime o sentimento nacional!

Unamo-nos! para garantir a ordem, para se a nova república assegurar a livre manifestação popular!

Para o primeiro dever da república neste momento é ser firme, previdente, justo, tolerante, para ser energica na organização!

A Republica significa a paz, o progresso, a civilização.

Unamo-nos sem distincção de partidos para firmarmos esse novo regimen que não ha de trazer a gloria, a grandezza e a felicidade!

Viva a Republica!

Esta acção não campo esultante: produziu delirio indescrivivel; com uma oppozição, sem uma sombra de trizaria; o contentamento do geral; as exaltações á recente Republica traduziam-se por gritos expansões de patriotismo e de fraternidade! O povo cantava a sua rama, em grandes exclamações de jubilo.

Puncto duplo remissão e seguinte telegramma:

A organização definitiva do governo provisório é a seguinte: Deodoro e Benjamin Constant.

Os soldados das guarnições arrastaram as cores dos bozetas, conservando apenas o numero dos regimentos a que pertencem.

Todos as guarnições adherem ao movimento.

O barão de Laferrière foi ferido mais por imprudencia sua do que pelo inimigo.

A familia imperial achou-se em fôrça.

Notas profundas contentamento popular e preparam-se listas para a proclamação da Republica. O tenente Vianna do Paiz tomou conta da telegraphia.

Os officios do exercito foram em passo o pollicimento para evitar conflitos.

Nunca uma republica foi proclamada com tanto brilhantismo e em tanto paiz.

Em geral os interesses envidados de longo seculo pelos interesses dynasticos offerecem grande resistencia á sua eliminacão; e, por vezes, a victoria do povo é marcada pelo sacrificio sanguintissimo e terrivel. Para explicitarmos este brilhante resultado, só temos uma palavra que synthetize o movimento todo: e, ao mesmo tempo, exprime o nosso eterno agradecimento:

Haurea ao Imperio Brasileiro, que acaba de completar a sua acção heroica: iniciada em 1888, mostrando o caminho do exilio á um tyrannico!

Durante todo o dia o povo permaneceu em constante actividade agitando-se pelas ruas, inquieto, ansioso a espera do reconhecimento da Republica em São Paulo.

Pela 5 hora, de tarde, depois de uma conferencia da commissão, executiva do partido republicano, foi o dr. Luiz Pereira Boreto, parlamentario com o presidente da provincia, além de saber-se qual a attitudão que pretendia manter diante da gloriosa revolução republicana.

O sr. General Custos de Magalhães, para sempre a seu posto, impoz a ordem a condicão de que chegarem as ordens do governo republicano, constituído no Rio.

De uma das janelas do Restaurant do Globo, o dr. Rangel Pestana communiou ao povo esta resolução da presidencia.

O governo provisório para S. Paulo, indicado pelo Comissario Permanente do Partido Republicano, era composto dos drs. Rangel Pestana, Presidente da Moraes e Coronel Mursa.

Diante da resolução presidencial, o povo ganhou uma calma digna e ao mesmo tempo patriótica.

A assembleia publica constituiu-se, quando receberam o seguinte telegramma:

O povo reuniu no edificio da camera municipal, ouvindo a leitura da proclamação da Republica, na qual não intervieram nenhum dos chefes do movimento.

Conta que o governo; rotineiro assignou um decreto confidando a familia imperial á guarda do exercito do paiz.

O momento revolucionario repercutiu em quasi toda a provincia.

Os senhores receberam o seguinte telegramma:

O povo reuniu no paiz da camera municipal acclamou um governo provisório, generalidade da população e as autoridades policias, adherem á Revolução.

Desde ás 4 horas estão em conferencia os membros do governo, composto dos cidadãos A. Levede, A. C. Viana Neto, dr. Martin Francisco Filho, Ernesto Gomes Henrique Porchat, Manoel Franco Viana, Walter Wright, dr. Leão Ribeiro, José Anselmo Costa, e Guilherme Bente.

As 6 horas grande massa de povo reunida no Club Republicano, proclama o governo provisório, composto dos cidadãos Rangel Pestana, Prudente de Moraes e coronel Mursa.

O dr. Prudente de Moraes e Rangel Pestana declaram aceitar posto em que se collocava a confidãça popular, cobrindo ao mesmo tempo o povo para assistir logo ás 11 horas a proclamação official da Republica, na camera municipal.

As ruas de São Paulo achavam-se diversas officinas do litographos ta de cavallaria, desfaldando um delias a bandeira republicana.

O dr. Bernardino de Campos declarou que a Comissão do Partido tomara a si o pollicimento da cidade, que com effeito foi logo posto em pratica.

Muita grande jubilo em toda a população.

Viva a Republica!

De Campina foi recebido o seguinte despacho telegraphico: Saudamos a Provisão de São Paulo pelo advento da Republica Brasileira!

Outro telegramma de Santos: O povo Santista reuniu congratulando-se pelo advento da Republica.

Rezas completas ordem.

Viva o Exercito!

A cidade está em plena paz, reinando grande jubilo por parte do povo todo.

O povo, o Exercito e a Armada vão instalar o governo provisório, que constituirá a nação pela convocação de uma constituinte.

Ha grandes exclamações á Republica.

A ordem mais corrente sobre o movimento é a seguinte: O general Deodoro, uniforme hontem, tendo expuzimos sua péssima e nova ordem que a segunda brigada tentava fazer pronunciamiento de revolta. Pela madrugada dirigiu-se a S. Christovam, e visitando ao Camp de São Anna viu aproximar-se o barão de Laferrière.

Ordens ao official que fosse entender-se com o ministro, usando de toda a cortesia.

O official limitou-se a dar voz de prisão ao barão de Laferrière. Esta, sem hesitação, dispuzo o revolver contra o official. O general Deodoro gritou ao official que não o matassem, porém, não pôde evitar os tiros que feriram o barão.

Ahorra as portas do quartel todas as forças reunidas confraternizaram-se levantando vivas ao general Deodoro.

Foram dadas diversas salvas do 21 tiros, annunciando a victoria do movimento.

Os ministros detidos numa sala, ali ficaram até uma hora da tarde e depois que assignaram a demissão foram mandados embora.

Neste momento acaba de ser preso o conselheiro Affonso Celso.

Foram-se ainda enviados muitos outros telegrammas, quer do interior quer do Rio e que não publicamos porque falta-nos o tempo para a expansão do jubilo.

Rio, 15 ás 12:50 da madrugada.

No Paiz ha muita gente, conselheiro do estado etc.

O ingenerador mandou-se ter, Deatas e Corneio confraternizaram com o general Deodoro.

Corre o boato de que o ministro da praça do sr. Affonso Celso foi elle não ter cumprido com a palavra dada ao general Deodoro de ir tratar dos passaportes para Europa, indo ao Paiz confederar com o imperador, indicando o sr. Silveira Martins para organizar ministerio!

Conta acharam-se presos tambem o sr. Candido da Oliveira aqui e o sr. Silveira Martins em Santa Catharina.

O povo para estado a Maranhão.

O pollicimento da cidade está sendo feito por grupos do exercito e do corpo de policia.

Governo provisório acclamado na Camera Municipal: Deodoro, Benjamin Constant, Washington, Jardim e Quintino Bocayra.

Conta que foram mandados a chefes provisório do Rio Urubati de ul resolução de Prudente e membros do governo provisório Julio de Castilho e Basilio Barreto.

Foram dissolvidos o Senado, a Camera e o Conselho de Estado.

Santos, 15 ás 1:50!

O governo provisório constituído em Santos, obteve a adherência de todas as autoridades, commo que acha-se a cidade em paz funcionando theatro je mais divertimentos publicos no mais de respeito geral.

Viva a Republica!

PROCLAMAÇÃO

CIDADÃOS!

Reveie a Nação! Pelo seu organ o mais autorizado — O POVO! — foi proclamada a Republica no paiz!

Já annunciada pelas manifestações da Opinião Publica, profundamente radicada na consciencia nacional, apparece agora como um facto consummado!

Sob a BANDEIRA DA REPUBLICA desapa-

pareceram os velhos Partidos e unem-se todos os BRAZILEIROS para a felicidade da Patria.

Chegou o periodo da organização, e é preciso que todos os homens de boa vontade se congreguem para salvar a patria do perigo que lhe corre. A generalidade do POVO BRAZILEIRO, o seu amor á ordem, o seu espirito de paz garantem desde já a mais completa tranquillidade no novo regimen de paz, de justiça e de concordia!

O POVO, no exercicio da sua soberania, acclamou o GOVERNO PROVISÓRIO que se es-

forçará para manter firme esse regimen. Sem o paiz, sem velhos contentamentos, distribui a justiça, levará a todos os pontos da provincia o sentimento que domina a NAÇÃO neste novo periodo que se lhe abra, cheio de esperanças que que se há de tornar uma realidade, affirmando a grandezza, o progresso e a civilização da PATRIA.

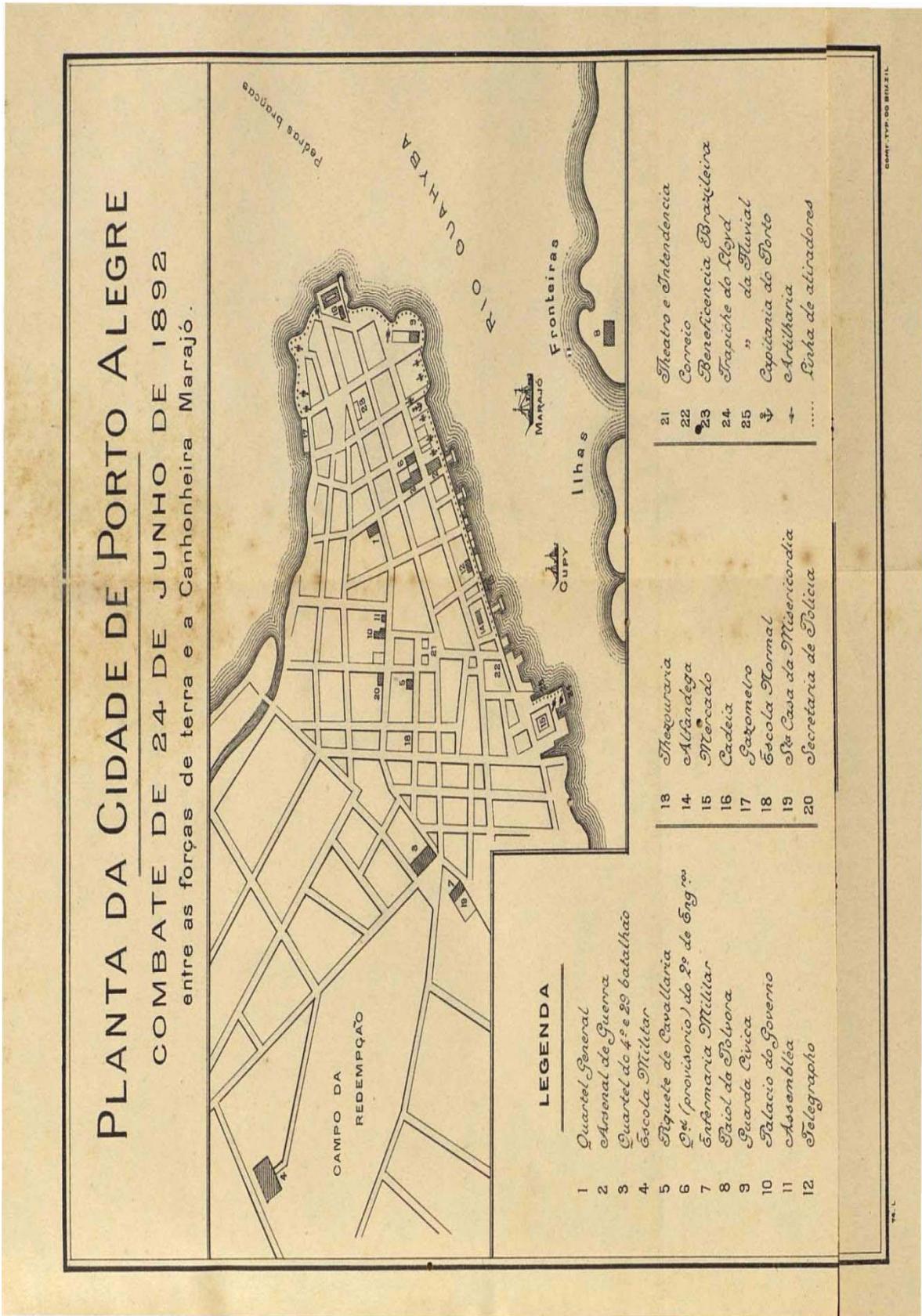
Unamo-nos, CIDADÃOS! e prestemos culto á Liberdade, á Justiça, á Igualdade e á Fraternidade, que devem pender os membros de uma grande Nação.

Viva a nação Brasileira!

Viva a Republica!
Viva o Exercito!
Viva a Armada!
Viva a Provincia de São Paulo!

RANGEL PESTANA,
PRUDENTE DE MORAES,
O Coronel Mursa não assigna por estar ausente.

ANEXO B



Fonte: *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul* (VILLALBA, 1897).

ANEXO C

CAMARA DOS DEPUTADOS

SESSÃO DE 1º DE JULHO.

O Sr. Demetrio Ribeiro — Sr. presidente, já devia ter occupado a tribuna da Camara dos Srs. Deputados, si não fora a enfermidade que me tem affastado deste recinto, para offerecer ao governo, aos meus collegas de representação nacional e á Republica mesmo, o pequeno concurso de meu ardor civico, de minha convicção politica e do meu desejo profundamente patriotico de ver completamente pacificada a terra rio-grandense.

Não trago um assumpto novo á meditação da Camara, nem sou portador de informações mais fidedignas que as dadas pelo governo ao publico, sobre a occurrencia lamentavel que perturba a vida dos meus patricios; mas venho, perante o meu paiz, dar aos meus companheiros de infortunio e dedicação pela causa da Republica o testemunho solemne, audacioso mesmo, de que com elles estão o meu coração e o meu espirito, para o que declaro, desta tribuna, que com elles sou solidario no empenho activo que, sem duvida, fazem sem medir sacrificios, para salvar, no meio da anarchia geral, a autonomia daquelle estado, pelo menos.

Foi, Sr. presidente, para aquella parte do territorio nacional, foi para aquelle povo heroico, base de todas as esperanças de que a liberdade e a Constituição seriam reivindicadas, que se volveram os cidadãos do paiz inteiro quando, sob o peso de milhares de bayonetas em que se quiz apoiar o nefando golpe de 3 de novembro, que já passou à historia sob o nome caracteristico de golpe de bolsa, a integridade da patria e a Republica periclitaram.

Foi tambem aquella região o ponto inicial dos primeiros brados da revolta contra o acto vilipendioso e prepotente. (*Apoiados.*)

Pois bem, não sei por que circumstancias ainda não explicadas; não sei por que fatalidade o Rio Grande do Sul, que não dá guarida á politica de campanario e só tem o elevado intuito de manter a Republica Federativa, é hoje victima de gravissimo attentado contra a sua autonomia e presa dos mesmos sustentadores do audacioso golpe criminoso, gloriosamente rebatido pela população de minha terra. (*Susurro.*)

Senhores, quando classifico de grande crime o attentado abominavel de 3 de novembro, faço-o mais para corresponder á opinião geral do paiz, que para afirmar um conceito exclusivamente pessoal.

Esse facto foi um incidente criminoso, mas elle foi um corolario, uma consequencia obrigada de outros crimes abundantes no meio dos innumerous erros que enchem a historia da Republica nesse periodo que começou logo após os primeiros mezes de sua proclamação e terminou a 3 de novembro do anno passado. Foi o incidente mais estrondoso no meio dos desvios commettidos, mas o crime principal, a causa primordial dos males que hoje assoberbam a Republica, encontra-se, talvez, nos seus primeiros erros, nas suas condemnavéis tolerancias em face da má direcção governamental. (*Apoiados.*)

Mas não é tempo de fazer recriminações, nem as quero jogar sobre quem quer que seja no momento em que considero indispensavel o concurso de todos os brasileiros, para assegurar a estabilidade das instituições republicanas,

que é permitido presumir inseguras, não pelos phantasticos impetos sebastianistas de monarchistas que se agrupem para combater a liberdade, mas pelas applicações erradas de seus principios e desrespeito aos salutaes preceitos pré-gados em longa doutrinação. (*Apoiados.*)

E' disto exemplo o que se está passando no Rio Grande do Sul, hontem de pé, como um só homem, para vencer em nome da Constituição da Republica, hoje entregue á fereza dos mesmos que resistiram ao memoravel movimento restaurador das liberdades publicas e dignidade nacional.

O SR. CASSIANO DO NACIMENTO—Peço a palavra.

O SR. DEMETRIO RIBEIRO— Disse que não podia dar á Camara subsidios de informações mais fidedignas, e devo acrescentar que só me são permittidos os publicados, os publicados pelo governo, porque o telegrapho está trancado para meus amigos desde o dia 17, dia do inicio da revolução gloriosa, na phrase que já vi correr impressa em uma folha desta cidade...

Entretanto, esse mesmo facto de se acharem as communicações interrompidas pela fiscalisação vexatoria que se faz dos telegrammas apresentados á estação de Porto-Alegre, é para mim o indicio de que a minha terra é neste momento o theatro de uma conflagração. Por outro lado, informações officiaes circulam por ahi convergindo todas para a affirmação de que no Rio Grande do Sul se realisa uma commoção interna, tal como está definida em nossa Constituição Federal.

Barros Cassal, patriota inexcedivel, cheio de sacrificios pela patria, já uma vez victima dos que intentaram governar o Rio Grande menospresando as tradições republicanas, bandeira politica mais legitimamente republicana e ao mesmo tempo mais esperançosa naquella terra; Barros Cassal, alma generosa e energia rara, que tão assignalados serviços prestou á causa politica, que nos é commum, lutando ao lado de companheiros emeritos durante a revolução de novembro alli triumphante e symbolizada no poder pelo general Barreto Leite; Barros Cassal é hoje apresentado ao paiz como um homem cheio de odios e exclusivamente dominado pela sanha das vindictas, como um individuo sem coração educado e que se apraz em fazer apontar as baterias de um navio nacional contra a familia brazileira alli representada pela população da capital!

E' um sanhudo e feroz inimigo da patria!

O SR. JOÃO PINHEIRO — Quem assim o disse foi o Sr. Vice-Presidente da Republica.

O SR. DEMETRIO RIBEIRO — Mas não discuto a pessoa do Sr. Vice-Presidente da Republica, nem estou já tratando de indagar quem é o maior culpado do que ocorre em meu estado. Creio ter motivos para acreditar que da parte de S. Ex. haverá a franqueza necessaria para dizer si tem ou não responsabilidade nos negocios do Rio Grande do Sul. Estou, sim, accentuando, e este é o meu verdadeiro intuito, podendo ser que minhas palavras, contra o meu desejo, vão além deste objectivo, estou accentuando, repito, que no Rio Grande se opera uma commoção interna. E o momento não é, por certo, o mais opportuno para saber quem criminosamente ateia essa revolução, mas sim, para saber quem em face da Constituição tem mais capacidade para tirar a Republica dos perigos que a ameaçam.

E' conceito meu que, nessa emergencia, a capacidade para resolver sobre o incidente revolucionario cabe ao Congresso Nacional, que está funcionando e tem sciencia da revolta pelas declarações expressas do governo, conforme consta do que existe publicado. Em taes condições, não é licito que o governo directamente intervenha para reprimir a sedição, desrespeitando assim attribuições constitucionaes conferidas pela lei fundamental da Republica ao Congresso Nacional. A este cumpre, pois, dizer e resolver sobre o caso.

E' certo que o governo federal vae dando o nome de rebeldes justamente áquelles que resistem á restauração do que lá se chama legalidade. Mas,

Pode o nobre deputado accusal-os de tudo quanto quizer, mas que um raio de luz penetre o espirito do nobre representante da minha terra e então S. Ex. não mais os accusará de imprevisão.

Mais duas palavras, Sr. presidente, ao illustre Sr. Cassiano do Nascimento, a quem tomo a liberdade de aconselhar :

Vá V. Ex. para casa; consulte melhor as condições da politica geral e determine, quiçá com mais felicidade, uma outra norma de conducta, não só em relação á politica geral, como em relação á politica do estado do Rio Grande do Sul.

Isto feito, resolvido esse problema que considero pessoal, V. Ex. se sentirá, sem duvida, mais predisposto a encarar de frente e com superioridade de vistas a questão elevada que nos occupa.

V. Ex. é victima dos embates intimos do egoismo que tumultuariamente o solicita em direcções desencontradas.

Liberte-se desse embaraço que o perturba e affaste de junto dos olhos o argueiro do personalismo que não o deixa ver á distancia.

Alargue o campo da visão pela remoção do importuno obstaculo, olhe para o futuro e pondere as condições do presente, e então comprehenderá que a occasião não é para discutir partidarismo, que a cada um de nós provocaria a narração de uma serie interminavel de incidentes, mas, sim, de empenharmos, desinteressados e sem odios, o maximo esforço na conquista da paz e da ordem, da segurança e salvação da Republica. (*Muito bem, muito bem; o orador é felicitado.*)

SESSÃO DE 7 DE JULHO.

O Sr. Demetrio Ribeiro lembra que, ha poucos dias apresentou á consideração da Camara uma indicação em que solicita que mediante audiencia das commissões de constituição, legislação e justiça, a Camara agisse de accordo com as disposições constitucionaes, no sentido de concorrer tanto quanto em si coubesse para a tranquillidade do estado do Rio Grande do Sul, mantendo a sua autonomia e assegurando a realidade da Republica, naquella parte do territorio nacional.

Já nesse dia era lido e commentado um telegramma em que o Vice-Presidente da Republica, com linguagem de fazer pasmar aos mais generosos e de fazer duvidar da integridade do espirito de S. Ex. quando o redigiu, ordenava que fossem perseguidos os cidadãos que se haviam envolvido nos acontecimentos politicos daquelle estado.

Não sabe si realmente é do Sr. marechal Floriano Peixoto a responsabilidade do telegramma a que se refere. Esse facto, porém, leva-o ás duas conclusões seguintes : — ou o telegramma é de S. Ex., e o Sr. marechal não tem competencia para a funcção que exerce, não sabe o que é dever politico, não sabe o que é poder publico; si não é de S. Ex., si S. Ex. não tem essa responsabilidade, é certo que soffreu no momento um perturbação cerebral. E ainda neste caso, é para admirar que, circulando ha tantos dias, o telegramma ainda não fosse desmentido por nenhuma affirmacão official.

Não sabe si foram cumpridas as ordens mandadas nesse e em outros telegrammas da mesma procedencia. O telegrapho tem estado trancado para o orador e para os seus amigos. O que sabe é que o lastimavel desvio de serenidade praticado pelo Sr. Vice-Presidente da Republica vae tendo defensores na Camara; admira-se de que ainda succeda assim.

ANEXO D

« Não commandastes em chefe exercito alliado, não fostes chefe de Estado como Mitre, mas não sois menos brasileiro que Mitre argentino ; haveis de proceder como elle.

« Chefe partido aconselho, co-religionario peço, rio-grandense supplico—guerra civil não. Não é necessaria para conquistar poder e conter Governo Federal : difficuldades todo genero, erros naturaes governos, liberdade de imprensa, opinião publica fazem o que violencia não consegue.

« Só força maior tem impedido achar-me ahi poder verbalmente manifestar necessidade evitar todo transe guerra civil.

P. Alegre 21 de Junho 92. »

Doc. n. 28—*Acta da dissolução das tropas de Bagé*

Aos quatro dias do mez de julho de 1892, as 10 horas da manhã, nesta cidade de Bagé na casa de residencia do general João Nunes da Silva Tavares, presentes os abaixo assignados, membros do *comité* e officiaes das forças civis aqui reunidas, declarou o presidente do mesmo *comité* dr. Candido Dias de Borba que tinha sido convocada esta reunião para o fim de deliberar-se nas circumstancias actuaes devia continuar ou não a resistencia contra o pretenso governo do dr. Victorino Ribeiro Carneiro Monteiro sustentando aquelle de que se acha investido o general João Nunes da Silva Tavares, e depois de discutir o assumpto sob diversos pontos de vista foi unanimemente resolvido que se renunciasse a toda idéa de resistencia pelas duas razões seguintes ;

1^o A intervenção clara e manifesta do governo do centro nos negocios peculiares do Estado rio-grandense contra a expressa disposição da Constituição federal, esposando a causa do governo do referido dr. Victorino Monteiro ; a intervenção que claramente resulta dos factos que se passam a enunciar : o regresso ao Estado de diversos commandantes de corpos, que, por manifestamente hostis á revolução de novembro, haviam sido chamados ao Rio de Janeiro ; a manifestação visivel expressa da vontade do vice-presidente da Republica, em diversos telegrammas dirigidos ao commandante do 6^o districto militar, general Bernardo Vasques, e ao dr. Victorino Monteiro, que correm impressos nos jornaes da capital e nos de outras cidades do Estado ; o pronunciamiento sem reserva em favor dos revolucionarios das guarnições do Rio Grande, S. Gabriel e Jaguarão ; o fornecimento de armas dos arsenaes e depositos federaes a populares affectos a causa da revolução, nomeadamente a entrega a elles de bocas de fogo ao mando do alferes Napoleão de algumas praças do 1^o regimento estacionadas em S. Gabriel ; a quebra de neutralidade assegurada pelo referido general Ber-

nardo Vasques ao capitão de fragata Legey, commandante da frotilha estacionada na capital do Estado seguida de clara manifestação de parcialidade daquelle general em prol da causa revolucionaria, factos estes que motivaram o bombardeamento da mesma capital; a ordem do dia n. 1 do general de divisão Izidoro Fernandes, em que se declara commandante em chefe das forças revolucionarias do Livramento, publicada em boletim naquella cidade, facto este que bem indica solidariedade do governo central com o procedimento desse general; finalmente o facto assaz conhecido da selecção odiosa que fez o general Bernardo Vasques, dos corpos affeiçãoados á politica do dr. Julio de Castilhos, mandando-os seguir de Cassequi para Porto-Alegre, ao passo que aos outros em quem suspeitava sentimentos não identicos, deixou-os no campo de manobras, tirando-lhes as munições e privando-lhes dos meios de locomoção.

2.^a Porque estando o movimento de reacção circumscripito aos municipios de D. Pedrito, Livramento e Bagé, para onde convergiram forças de S. Gabriel e Heval e não se podendo contar com elementos reaccionarios de outras localidades pelo facto de haverem sido inopinadamente occupadas pelos revolucionarios que impediram toda a reunião de forças a elles adversas, parecia não se poder esperar o seu valioso concurso, para o triumpho á causa, vinha a ser nestas circumstancias improficuo todo o sacrificio, e só em detrimento dos interesses do Estado, situação esta que como patriotas não deveriamos crear.

Assim deliberando, os abaixo-assignados julgam haver cumprido seus deveres civicos, devendo nesta emergencia accarretar cada um a responsabilidade do seo procedimento.

Em seguida o general João Nunes da Siva Tavares que se achava presente tomando a palavra disse que julgando ponderosas as rasões expendidas e justificados os motivos deduzidos pelos membros da reunião, conformava-se com a deliberação, e de accordo com ella ia proceder mandando dissolver as forças reunidas.

E nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, lavrando-se esta acta que vai assignada por todos depois de approvada

E eu Candido Tavares Bastos, servindo de secretario a escrevi e assigno.—dr. Candido Dias Borba, presidente.— dr. Tertuliano Ambrosio da Silva Machado.—dr. Candido Tavares Bastos.— dr. Nicanor Penha. — dr. Saturnino Epaminondas Arruda.—General João Nunes da Silva Tavares.—Coronel José Maria Guerreiro Victoria.—Coronel Amaro da Silveira.—Tenente-coronel Candido Xavier de Azambuja.—Tenente-coronel José Facundo da Silva Tavares.—Tenente-coronel Domingos Ferreira Gonçalves.—Coronel José Bonifacio da Silva Tavares.—Coronel João M. Epaminondas de Arruda.—Coronel Joaquim Nunes Garcia.—Tenente-coronel Leonardo José Collares.—Major Alexandre José Collares.—José Seraphim de Castilho.—Lourenço da Silva Oliveira.—Coronel Manoel Xavier.

ANEXO E

Instituição militar quer dizer instituição essencial e imprescindivelmente conservadora. Precisamos convencer pelo nosso procedimento aos inimigos do Governo, que este se deita abaixo na bocca das urnas, não na bocca das armas.

Olhemos para futuro. Historia, quando houver liberdade escrevel-a, dará suas maiores e causticantes censuras nossa classe, principal causadora males este Estado. Acusai recebimento deste telegramma.

Doc. n. 36 — *Telegramma do general Telles ao mar. Floriano Peixoto, informando-o sobre a situação politica do Rio Grande do Sul*

« Urgentissimo. Reservado. S. N. Estação de Bagé. Expedido em 2 de novembro de 1892.—Marechal Floriano.—Hontem estive com o general Tavares que não concordou na conciliação, visto estar seriamente comprometido com seus amigos. A revolução no meu entender é inevitavel desde que não se tome já as providencias necessarias. Pelo modo por que chegaram as cousas aqui, acho que V. Ex. deve declarar já o Rio Grande em estado de sitio, nomeando immediatamente um governador militar, mas que este seja alheio ás paixões politicas do Rio Grande. V. Ex. não faz idéia dos horrores que se têm praticado; os assassinatos são em numero muito elevado, pois por toda a parte se degola homens, mulheres, crianças, como se fossem cordeiros; o saque está por demais desenvolvido, assim é que não ha neqhuma garantia quer individual, quer material. V. Ex. não conhece nem a terça parte dos horrores que se têm commettido, sendo infelizmente praticados por pessoas que deviam ser os mantenedores da ordem publica. Em Porto Alegre, por occasião de effectuar-se a prisão de Facundo Tavares, foram feridos com dous balaios o meu sobrinho major Pantaleão Telles e tambem um official que compunha a força e mortos dous filbos de Facundo; de modo que isto na minha opinião vem aggravar mais a situação por demais melindrosa. Os animos exaltadissimos e por isso supponho que a invasão se fará com brevidade. Os coroneis Pedroso e Motta, chefes republicanos Piratiny e Cangussú e tambem o tenente coronel Candido Garcia d'aqui, de Bagé, segundo estou informado, são os maiores assassinos e quadros do Rio Grande e é a quem mais se deve este estado de cousas.

Assim me parece que V. Ex. deve quanto antes tomar providencias energicas afim de evitar uma catastrophe que necessariamente reflectirá em todo o paiz.

Supponho que o unico meio a seguir é como já disse a V. Ex. considerar já o Rio Grande em estado de sitio nomeando sem perda de tempo um governador militar mesmo por ser essa medida a desejada pelo povo rio-grandense.

ANEXO F

Saúdo-vos affectuosamente. Sigo amanhã para a cidade do Rio Grande a levar a familia.— Zqkjscn—ddy— Ldyzodq—cd—bdijlnt—nroj—vdb—ddrj.—General *João Telles.*»

Doc. n. 37—*Cartas do ten.-cor. Facundo Tavares sobre a projectada conspiração*

« Porto-Alegre, 16 de Outubro de 1892—Ilm. Snr. Felipe Nery Portinho — Correligionario e amigo—Já está no dominio publico, e por isso não lhe será desconhecido que projectamos reagir contra este governo que tantos males tem acarretado ao nosso desgraçado Estado.

Não é possivel que mostremo-nos já desbriados a ponto de deixarmos correr tudo a revelia e não lhe oppôrmos a menor resistencia. Assim é que de accôrdo com meu irmão, general Silva Tavares, estamos nos preparando para a luta.

Está elle no Estado Oriental, donde recebe recursos, escassos sem duvida, para a força que tem; mas, com os elementos que tiver invadirá a fronteira e virá de marcha batida para o Rio-Grande, enquanto que eu, Visconde de Pelotas e o General Barreto Leite e outros amigos, já de accôrdo com os coroneis Vicente Gomes e Antonio Ignacio e mais o tenente-coronel Baptista, de S. Francisco, movemos o Norte.

E a todos daremos aviso por telegrapha em cifra.

Meu irmão dará de lá instrucções aos amigos que já estão de tudo prevenidos, desde a Encruzilhada até S. Borja, visto que nós daqui não teremos certeza de poder fazer estas communicações á tempo, porque o nosso Governo desconfiado de nós cortará todas as communicações. Elle (meu irmão) de lá pôde fazer tudo por proprios.

Nós daqui só faremos as communicações aos amigos já citados de cá e a V. S. por chave telegraphica e por proprios. Esperamos aviso 15 dias antes da invasão e apenas chegue lhe transmittiremos.

Espero que V. S. transmitta convite aos nossos correligionarios Timotheo de Souza Feijó e capitão Garcez para que nos auxiliem e vão dispondo seus elementos.

Armas, cada um se servirá das que tiver.

Quando ha boa vontade até a cacete se briga.

Consta-me que o Pinheiro Machado tem dous depositos de armas na Cruz Alta. Descoberto o lugar do deposito, um assalto a elles e serão nossos. Convém não deixar respirar o inimigo. As primeiras forças, reunidas, já devem estorvar a reunião do inimigo e perseguir os chefes, obrigando-os a fugir, se não puderem pega-los. São os elementos da guerra; V. S. sabe disso muito bem, e estou certo que porá em pratica logo.

O portador é o capitão Barcellos, que promete entregar esta em mãos de V. S. Se tiver occasião de escrever-me com segurança, espero merecer-lhe esse favor, avisando-nos dos recursos com que conta, para nosso governo. Ponho á sua disposição meu limitado prestimo e muito fazer, assignando-me. De V. S. correligionario e amigo obrigado, José Facundo da Silva Tavares.»

« P. S.—A chave telegraphica: Nery Porto—Cruz Alta—Urg. seu negocio será até dia (tanto será o dia da invasão)—(assignado) Corrêa.

Convirá começar a reunir quatro ou cinco dias antes e cortar logo o fio telegraphico em diferentes pontos.»

« Porto Alegre, 26 de Outubro de 1892.

Illm. collega e amigo.—Tenho demorado a escrever-lhe satisfazendo o pedido que faz no seu cartão, por falta de segura proporção.

Agora aproveito a ida do capitão Barcellos que vai para a Cruz Alta e promete-me entregar-lhe esta com segurança. Cassal nada conferenciou comnosco, nem procurou a nenhum. Só estive com o dr. Wenceslão Escobar.

Afinal safou-se no sabbado á noite, levando a familia, deixando o Governo emaranhado em angusturas e os amigos comprometidos.

Dous delles estão na cadeia já e o Junqueira incommunicavel. Nós todos ameaçados

Nada receio. Com este aviso, meu collega, comece logo a preparar-se, porque não demorará que lhe chegue aviso do dia da invasão.

Consta aqui que ha desaccôrdo ahí entre o delegado de policia e os ladrões do Motta por causa dos roubos que aquelle tem arrecadado e mandado entregar; dizem até que estão a ponto de pegar-se.

Será verdade?

As noticias que nos chegam de toda a parte são muito satisfactorias. Todos dispostos para o primeiro aviso.

Que noticias me dará do meu parente Antonio Bonifacio? Está bem disposto?

Podendo escrever-me com segurança, não se esqueça porque muito preciso estar em dia com os elementos com que poderemos contar.

Comprimenta-o o camarada e amigo José Facundo da Silva Tavares.

Nota—A assignatura do telegramma será—Oliveira.

Abri esta para preveni-lo que fomos á noite avisados que seremos presos eu, dr. Bettencourt, dr. Wenceslão Escobar e Appolinario Porto Alegre.

Este e Bettencourt hoje ausentão-se. Eu, porém, não o posso fazer, porque, como sabe, tenho de dar direcção aos amigos logo que tenha aviso do general para prover-nos.

ANEXO G

Mas desde que saiba ali que fui preso, não demore o movimento; ponhão-se logo em campo, reunindo e entrando em operações, pois não duvide que irá logo ordem para prender todos os chefes na Campanha, o que será um desastre para a causa que defendemos.

Sei que o Joca tem recebido muito armamento e munição. Esta noticia tive hontem.

Recommendo a Gaspar Barreto para mandar logo proprio ao Joca avisando de ter-se adiantado o movimento para elle lá acelerar a invasão e vir em nosso auxilio. »

Doc. n. 38—*Boletim-relatorio do governo do Rio Grande sobre os acontecimentos de novembro de 1892*

« Cabe ao governo do Rio Grande o dever sagrado de relatar ao povo e ao partido republicano os gravissimos successos, as infernaes machinações que nas trevas tramavam e começaram a levar a effeito os inimigos da republica. »

De facto o governo acaba de apprehender, por via das autoridades de Santa Maria e em mão do capitão Felisberto Barcellos, por aleunha *Gato Pingado*, uma numerosa e gravissima correspondencia de chefes daqui, a amigos seus da campanha e na qual o mais feroz e sinistro plano da revolução está esboçado, sendo suas principaes partes a do exterminio dos chefes republicanos e invasão do estado e da patria pela fronteira, até com elementos estrangeiros !

A correspondencia apprehendida descobriu completamente os intuitos malvados dos inimigos do governo e da republica, que pretendiam conflagrar o Rio Grande e lançal-o aos horrores de uma guerra civil.

Os *federaes*, que não quizeram acudir ao appello patriotico formulado pelo nosso governo, todo de paz e brandura, de justiça e protecção aos interesses e direito do povo—os *federaes*, sempre perversos, prepararam aos poucos um pavoroso movimento revolucionario, para convulcionar profundamente o estado, arrancar o socego das familias rio-grandenses e de todas as classes, matar emfim pelo assassinato infame os principaes directores do nosso glorioso partido !!!

Os inimigos da ordem e progresso e de nossa querida patria viveram durante os mezes do governo constitucional a machinar nos seus conhecidos centros, nas suas ferozes e repetidas reuniões celebradas no estrangeiro, a desgraça da familia e da sociedade, preparando elementos para conspiração sanguinolenta, que levasse o luto, o terror, o sobresalto a todos os lares e localidades do estado.

Esteja confiado o povo.

A ordem será observada : a lei não descerá do seu pedestal.

Eis alguns dados, colhidos em notícias que nos vêm chegando a respeito da revolução abortada. O general Joca Tavares e outros caudilhos federalistas, José Castilho, Guerreiro Victorio, etc. concentraram as suas forças (1,000 homens) em Rivera, ameaçando invadir o estado por Sant'Anna e desse ponto marchar rapidamente sobre Pelotas e Rio Grande, tomando todo o sul do estado e trancando a barra.

O convite, o estímulo dado aos mercenários que compõem esse exercito é o do saque livre!!

Os caudilhos federaes promettem que embora a victoria da revolução falhe a indemnisação dos prejuizos que soffrerem os seus correligionarios não falhará, porque o saque dará para resarcir tudo!!!

Doc. n. 39—*Narrativa dos successos do Rio Grande do Sul feita pelo Jornal do Commercio de 17 de novembro de 1892*

A situação do Estado do Rio Grande do Sul impressiona tristemente a opinião desta Capital e acreditamos que de toda a Republica. Os acontecimentos que alli têm occorrido e os que parecem iminentes já não interessão sómente ao Estado, mas a toda a União. Esta não pôde ser indifferente á politica que traga as desordens e os homicidios havidos em Porto-Alegre e á guerra civil em um dos seus Estados integrantes.

Tão falhos são os telegrammas que o nosso correspondente, que aliás é de provada actividade, nos tem passado e tão deficientes são as noticias da imprensa rio-grandense, que difficilmente se poderá tirar de uns e de outras conceito verdadeiro da afflictissima situação estadoal a que alludimos. Conseguimos, entretanto, conversar com um cidadão eminente por longos e gloriosos serviços á Patria, e que tendo chegado ha poucos dias de Porto-Alegre, nos pôde dar alguns dos esclarecimentos que procuramos.

Occorre em Porto-Alegre o que acontece sempre em periodos de despotismo e de força. A imprensa está coacta ou antes manietada ás ordens do Governo. Ouvimos do nosso illustre informante que os jornaes que ainda alli se publicão mandão provas dos artigos á repartição da policia para poderem inseril-os no numero a sahir. Nenhum cidadão, qualquer que seja a sua posição social e a gloria reflectida de um passado de heroismo, julga-se seguro na rua se incorreu no desaffecto dos personagens que cercão o Governo do Estado.

O marechal Visconde de Pelotas tem uma notoriedade tal

Deram os nossos inimigos principio á execução da sua maldita revolução, que constava de tres partes capitaes :

1ª Manter o alarme na população com boatos, perturbações parciaes de ordem, motins e guerrilhas neste ou naquelle ponto.

2ª Invadir o Rio Grande do Sul pela fronteira do Uruguay e cahir sobre os nossos amigos na campanha e em todas as localidades, a um momento e a um signal dado.

3ª Assassinar, antes e durante a conflagração, os chefes republicanos de mais prestigio e valor !!

De accôrdo com os dados segurissimos, irrespondiveis, absolutamente certos, que com toda segurança colheu, o governo está habilitado a assegurar que a revolução alludida abortou, para felicidade do Rio Grande do Sul e paz e gloria da republica, que tanto amamos.

O plano dos amaldiçoados motineiros era, além do que já expuzemos, o seguinte :

O general Joca Tavares fazia a invasão da fronteira, e vinha de marcha batida, tomando todo o sul até Pelotas e Rio Grande, onde se apoderaria da barra, trancando-a.

Ao mesmo tempo outros chefes federaes se encarregavam de invadir o norte e marchar rapidamente sobre a capital do estado, fazendo as duas invasões a sua junecção, e apoderando-se os cabecilhas colligados de todo o territorio rio-grandense.

As causas da revolução planejada reduzem-se a essa simples razão—os inimigos do partido republicano não querem o estado nas mãos honradas de um partido que zela estremecidamente os direitos, o suor, os interesses do povo e visa ardentemente a consolidação da republica brasileira.

Os reaccionarios não querem o imperio da lei, o regimen da justiça e do direito; respiram o sangue e devastação; só estão a gosto no meio das agitações, que arruinam miseravelmente as finanças, o credito, os capitaes, o de coro, a honra de uma terra valente e digna de um futuro grandioso.

Por isso tramaram a revolução que a energia do governo, a rapidez e o acerto das medidas tomadas, o valor e denodo dos auxiliares da administração, promptos a sustentar a ordem em todos os terrenos conseguiram suffocar na fonte, garantindo a sociedade rio-grandense contra os seus perpetuos expeculadores.

Abaixo reproduzimos as noticias que nos chegaram sobre o movimento na campanha e em outros pontos.

Esteja plenamente confiado o povo de nossa terra no governo que felizmente rege-lhe os destinos.

Sim, porque o governo está cercado de todos os elementos de vida e victoria; é sustentado decisivamente pelas gloriosas forças federaes, sempre patrioticas e destemidas; pelas abnegadas forças estadoaes, zelosos mantenedores da ordem publica; pelas forças civis do partido, prompto e em armas, em toda a parte, e pelo apoio magnanimo da opinião publica, que sempre estima e abençoa os governos conservadores como o nosso.

ANEXO H

Inimigos fizeram publicar bofetim aqui, noticiando minha derrota pelas forças Gumerindo em Upamaroty. O que deo-se foi isto; nesse logar Gumerindo, tendo mandado descobrir nossas forças, estendeo linha atiradores, perdendo 9 homens 3 mortos e 6 feridos, retirando-se precipitadamente Upamaroty acima. Convem dizer-vos que até hoje não perdi ninguém minha força, excepto uma praça que morreo desastre. Saudos-vos.— General *Telles*.

Doc. n. 51—*Carta do cor. Salgado ao mar. Floriano demittindo-se do exercito nacional.*

« Marechal.—Como brasileiro, e sobretudo como rio-grandense, não posso por mais tempo ficar neutro diante da miseranda e excepcional situação de minha terra natal.

De um lado—um governo sem orientação politica, sem patriotismo, abafando liberdades, violando direitos e dirigindo os destinos do grande e glorioso Estado do Rio Grande do Sul como um dos mais audazes tyrannetes dos tempos modernos, alli infelizmente nascido e criado. Sedento de sangue e faminto de vinganças, esse rio-grandense desnaturado está servindo-se das forças da União e do prestigio de seo governo para tripudiar sobre ruínas; plantar a discordia entre seos contemporaneos e irmãos; saquear e incendiar as propriedades dos que não se curvam ao imperio da sua caprichosa vontade; talar os campos que entretem a industria e o commercio; perseguir a ferro e fogo, fazendo viuvas e orphãos; finalmente trucidar até aquelles que ha pouco mais de um anno se levantaram em torno da bandeira nacional, combatendo pela Constituição da Republica, golpeada pelo vosso antecessor, elevando-vos ao fastigio do poder.

De outro lado—a alma afflicta e desesperada da Patria encarnada nos peitos valorosos dos que afinal se arrojarão á temeridade de uma nobre e santa reacção, e, depois de oito mezes de cruciante exilio e das provações mais dolorosas, regressam ao lar com as armas na mão para derrubar a tyraunia com todo o seo cortejo de males, restabelecer o direito conculcado firmar a paz, base de todo o progresso, garantir a liberdade que é a alma da democracia, e desaffrontar a honra da patria envilecida.

Nestas condições supremas, que os acontecimentos vão cada vez mais aggravando e que reclamam desenlace immediato, não vacillo, não posso vacillar no caminho a seguir.

Coronel do exercito e até hoje ao serviço da nação perante a justiça e magnitude da causa pela qual batem-se meos contemporaneos, abandono esse posto honroso sem medir as consequencias, e corro pressuroso a luctar nas fileiras do glorioso exercito libertador do Rio Grande do Sul, sob o commando do denodado general João Nunes da Silva Tavares.

Tranquillo com a minha consciencia de patriota, a Deos entrego minha sorte, confiando na victoria da sacro-santa causa que passo a servir.

Quando abatida a tyrannia, ficai certo, marechal, jámais negarei meos serviços, quer de simples soldado, quer de cidadão á patria brasileira, servindo-a sempre, como soube servir, com abnegação e civismo.

Se porém, dias mais luctuosos ainda nos esperam por castigo inescrutavel da Providencia, e, contra a ordem natural da civilisação dos povos, acontecer que a ominosa tyrannia triumphe na lucta actualmente travada, prefiro morrer pela patria ou esmolar no estrangeiro o pão do exilio, aguardando melhores tempos que infallivelmente hão de chegar, a servir de algoz de meus irmãos debil instrumento ao brutal despotismo contra que me revolto, resolute e impavido.

Rio, 19 de março de 1893.—*Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado,* »

Doc. n. 52—*Manifesto do dr. Barros Cassal*

RIO-GRANDENSES

Vindo occupar um posto nas fileiras do exercito libertador do Rio Grande do Sul, é meu primeiro empenho dirigir-vos solemnemente as palavras que me tendes insistentemente reclamado, para determinação de vosso procedimento e explicação de minha attitude, na gravissima situação a que foi arremessado o povo rio-grandense.

† Tendo mantido longa e deliberadamente o silencio que me era imposto pelo dever de aguardar até aos últimos momentos a solução pacifica da crise do nosso Estado e como haja perdido totalmente a esperanza do restabelecimento da ordem constitucional em nossa terra por outro meio que não seja o da acção militar de seos filhos, resolvi associar-me aos que tentam, com as armas na mão, a reconquista de nossos lares, a restauração das liberdades asseguradas em lei e a pratica sincera do regimen republicano.

N'este empenho supremo, invoco o concurso patriotico dos meus valorosos correligionarios.

E, dirigindo este appello ao patriotismo de meus correligionarios rio-grandenses, faço á nação brasileira, da qual nos orgulhamos de ser parte integrante, juiz e ultimo arbitro dos irreversaveis motivos que nos lançam neste pleito sanguinolento, em que disputamos a vida, a honra a liberdade civil e politica!

Assignalarei rapidamente os factos.

Menos de tres mezes depois da revolução que apeara do governo do Rio Grande o sr. Julio de Castilhos, impenitente colaborador do golpe de Estado de 3 de novembro, o general Bar-

ANEXO I

Doc. n. 57—*Denúncia da Procuradoria Seccional
de Porto Alegre
sobre a tentativa do alm. Wandenkolk*

« Exm. Sr. Dr. juiz federal—São por demais conhecidos os successos occorridos, em julho do anno passado, no Rio Grande, e que, embora sem lograrem o alcance que visavam seus promotores—devido á acção energica e efficaç do poder publico, não deixaram de alarmar a população da localidade.

Na madrugada de 8 daquelle mez, um grupo de inimigos da situação apoderaram-se clandestinamente do vapor mercante nacional *Italia*, que se achava ancorado no porto, tomando conta sofregamente de grande quantidade de armamento, munições e fardamento, que se destinavam ao governo em Porto Alegre.

Depois seguiram até á barra, encontrando-se ahí pela manhã com o *Jupiter*, a cujo bordo vinha o almirante Eduardo Wandenkolk e a cujas ordens se collocou aquelle vapor.

Este procedimento obedecia ao plano combinado do ataque á cidade e da submissão desta pela imposição da força, como um novo concurso ao movimento revolucionario que devastava o Estado.

Os rebeldes empregaram todos os meios, nada respeitando para a consecução do fim sinistro, que pensavam realisar, bombardeando a cidade por mar, enquanto que esta, de terra, receberia o fogo da malta de Gumercindo Saraiva.

A investida falhou, não sem que aliás tivessem sido commettidas violencias, arbitrariedades, extorsões sem conta.

Aprisionaram varias embarcações existentes nas aguas da barra e forneceram-se de xarque, carvão, varios generos, de que estavam carregados navios mercantes; assaltaram, á mão armada, a villa fronteira de S. José do Norte, onde rudemente saquearam a intendencia municipal, a mesa de rendas estadoal, casas commerciaes, levando ainda os revoltosos o armamento que encontraram, da guarda municipal e recrutando gente para engrossar-lhes as fileiras, talvez não mui densas; levantaram trilhos e cortaram o fio telegraphico da estrada de ferro Southern e Costa do Sul; finalmente bonbardearam a cidade, cuja guarnição resistiu com dignidade. Até que na madrugada de 13, fugiram—para o norte o *Jupiter* e para o sul o *Italia*, sendo, pela canhoneira *Cananéa*, apprehendida a chata *Helena*, onde foram apanhados grande numero de rebeldes.

Tratando-se de um facto criminoso, com o qual incorreram seus auctores na penalidade do art. 115 § 2.º do codigo penal brasileiro,—para o fim de serem elles devidamente punidos, o procurador da Republica, usando da attribuição que lhe confere o art. 52 letra a do decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, vem denunciar perante V. Ex. : »

Segue-se depois os nomes de todos os denunciados, cuja lista é demasiadamente longa.

Conclue o Sr. procurador seccional nos seguintes termos :

«Arrolo maior numero de testemunhas do que exige o art. 52 letra *d* do decreto n. 848 citado, por applicar-se ao caso o disposto no art. 268 do regulamento n. 120 de 31 de janeiro de 1842.

Residindo as testemunhas no termo do Rio Grande, requeiro a V. Ex., em face do art. 55 da lei organica da justiça federal, se digne de mandar expedir a competente precatória, afim de ali deporem ellas com intimação do dr. promotor publico da commarca e citação dos réos, de accôrdo com o prescripto no art. 54 da citada lei.

Estando alguns dos réos recolhidos presos á cadeia civil desta cidade, requeiro as providencias legais no sentido de assistirem ao summario da culpa.

Devo consignar que só agora offereço esta denuncia e só ultimamente tenho procedido a respeito dos successos delictuosos de que me occupo—por força das circumstancias de excepção a que me refiro a fl.

Testemunhas : Trajano Augusto Lopes, José Maria de Freitas, João da Silva Azevedo, João Pinheiro da Cunha, tenente-coronel João Luiz Vianna, José Maria Garcia, Antenor F. Frontino, Adolpho F. Frontino e Ernesto Sagebin.

Informantes : Eugenio Peixoto Junior, Antonio Damasio Laranja, Augusto Boleim, Manoel Luiz Ferreira, Victorino Pereira de Souza, Israel José de Freitas, José Vjeira Ramos, José Luiz Augusto da Silva Junior, Manoel Lopes Morales, Norberto Hippolyto Passos, Rogerio F. de Souza Junior, Miguel Nunes Riteiro, Demosthenes Fonseca, Hostilio Lopes, João Agapito Corrêa e Joaquim Ramos da Encarnação— P. deferimento— Porto Alegre, 18 de outubro de 1894. »

=====
 Doc. n. 58—*Resposta do coronel Carlos Telles
 aos officiaes que faziam
 parte das forças sitiadas de Bagé*

« Commando da guarnição e fronteira de Bagé. — O coronel Carlos Telles, respondendo ao appello que de Pirahy foi dirigido aos officiaes desta guarnição em data de hontem e assignado por onze individuos, declara, por si e por seus camaradas, que não toma conhecimento do mesmo appello, porque não quer nem deve corresponder-se com desertores do exercito. «Bagé, 23 de novembro de 1393.—*Carlos Maria da Silva Telles, coronel*».

em mattas e brenhas d'esse largo arroio e em territorio brasileiro. Calcula-se em 200 o numero de mortos do inimigo: entre elles Saldanha, tenente-coronel Horacio Machado, Luiz Timotheo Pereira da Rosa, Lovader, majores Laert Carvalho e Nicoláo Tolentino, muitos officiaes e praças, sendo a maior parte da brigada naval. Ignora-se o numero de feridos, que occultaram-se nas brenhas e mattos não percorridos ou passaram para o Estado Oriental. As forças legaes têm para lamentar a morte de cinco soldados, o ferimento de cinco officiaes, 14 inferiores e sete praças. O inimigo perdeu quasi todo o armamento, munições, mais de 1.000 cavallos, algumas rezes, uma ponta de ovelhas magras, correspondencia, papeis, etc.—Saudações.— *Julio de Castilhos.*»

Doc. n. 79— *Parte official do combate do Campo Osorio e Ordem do dia publicadas pelo general Hippolyto Ribeiro*

A)—Commando interino do 2.^o regimento de cavallaria Bento Martins. —Acampamento no Rincão de Artigas, 25 de junho de 1895. —Parte do combate—Cumpre-me levar ao conhecimento do intrepido e valeroso tenente-coronel commandante da 2.^a brigada para os fins convenientes, que, tomando posição na direita onde foi por v. s. determinado, desprendi os 1.^o e 4.^o esquadrões de atiradores os quaes incontinentemente estenderam linha no alto da coxilha a 200 metros da dupla linha inimiga que já nos fazia mortifero fogo, devido não só ao crescido numero, como também á posição vantajosa que occupava, servindo-lhes de trincheira uma cerca de pedra em toda a extensão da linha, a qual sahia do ponto base de operações do inimigo, onde se achavam seus fortes reductos e vinha morrer sobre a restinga do Quarahym: não podendo a nossa linha avançar um só passo para a frente, devido ao grande despenhadeiro que existe em sua frente.

Ao tóque de avançar as cavallarias fiz incontinentemente avançar os 2.^o e 3.^o esquadrões que não podendo penetrar na posição em que se achavam as citadas linhas pelos motivos acima justificados, tive que com elles pender para a esquerda, procurando a entrada afim de poder, operar na direita, o que se effectuou dando logar a retirada precipitada do inimigo, mandando-se nessa occasião o 2.^o esquadrão operar na esquerda que, segundo parte do tenente commandante Antonio Larré, operou junto com o esquadrão do capitão Amaro do corpo de exploradores. Pondero mais que com a approximação do 3.^o esquadrão pela recta-guarda do inimigo, foram suas posições abandonadas em precipitada fuga em direcção a restinga Quarahym, em cujo trajecto ficaram muitos cadaveres do inimigo, sahindo gravemente ferido

o major Horacio Machado, commandante da dita linha, o qual mais tarde foi morto, devido a sua resistencia por occasião de intimado a render-se, disparando nessa occasião tres tiros de revolver.

Segundo parte do capitão Arthur Augusto Itaquy que commandava a linha de atiradores, foram gravemente feridos os segundos sargentos, Verissimo Ribeiro e Maximiano Alves de Azambuja, cabo Anastacio Gomes da Rosa e soldado Laurentino Alves, contuso o cabo, Victorino Hippolyto da Silva : cavallos mortos 3, feridos 11, sendo um do tenente Argemiro Altino de Freitas e outro do alferes porta-estandarte Constantino Etcheverry.

Segundo parte do capitão Braulio Marques, do 3.º esquadrão foi gravemente ferido em uma mão o cabo Esequiel dos Santos e contuso o segundo sargento Athanazio Francisco Ferreira.

Foram apprehendidos 28 cavallos.

Cumpre-me mais o dever de levar ao vosso conhecimento, que fiquei summamente penhorado por ter a honra de commandar nesta memoravel jornada um regimento cujo é inestimavel, tanto nos srs. officiaes inferiores como praças, tendo todos conjuntamente contribuido para o triumpho das armas republicanas.

Não posso porém deixar de fazer particular menção ao commandante do 1.º esquadrão Arthur Augusto Itaquy que commandava a linha de atiradores por haver este official revestido-se de uma serenidade e valor admiravel : assim como tambem os srs. capitão Manoel Antonio de Carvalho, tenente Argemiro Altino de Freitas e alferes secretario Constantino Etcheverry, alferes Julio Antonio Xavier e José Marques Vianna que faziam parte da linha de atiradores e o cidadão capitão Braulio Marques Vianna, tenente Antonio Larré, alferes Marianno Marques, Antonio Dornelles e Basilio Antonio da Silva pela bravura com que carregaram o inimigo.

Ao cidadão major José da Camara Couto, tenente Estevão Hilario Beheregaray pelo sangue frio e bravura com que se houveram, quer no cumprimento de minhas ordens como diante do inimigo, demonstrando assim serem todos educados no caminho da gloria pelo nosso velho chefe, o bravo, inclito general Hippolyto Antonio Ribeiro.»

B) —sOrdem do dia n. 120 ; para conhecimento da divisão publico o seguinte :

Camaradas ! E' com o maior enthusiasmo e exultando de satisfação que dirijo-me a vós ainda uma vez para annunciar-vos a gloriosa e estupenda victoria que alcançamos sobre o rebelde inimigo na manhã de 24 do mez findo no Rincão de Artigas, onde ruíram para sempre as ultimas esperanças do monarchismo.

Partindo para aquelle ponto uma força nossa commandada pelo valente e brioso coronel Antonio Candido de Azambuja, força composta das brigadas 2.^a e 4.^a e corpo de exploradores, alli chegaram, sendo logo recebidos por vivissimo fogo, o qual foi galhardamente correspondido pelos nossos leaes e bravos soldados. O inimigo forte de mais de 700 homens, bem armados e municiados e occupando superiores e excellentes posições de defeza e levado por um enthusiasmo, valor e heroismo, dignos de melhor causa, não logrou deter sequer, um momento, as nossas brilhantes e impetuosas cargas de cavallaria e o intenso fogo de infantaria, que abria claros numerosos em suas fileiras.

E' assim meus camaradas, tanto mais gloriosa a nossa victoria, quanto que tivemos de bater-nos, pela vez primeira nesta malfadada revolução com um inimigo que soube defender até o heroismo, a causa que combatemos.

Ascende a mais de duzentos o numero de rebeldes que perderam a vida no campo da acção e entre elles contam-se os chefes Saldanha da Gama e muitos officiaes.

Lhes tomaram quasi todo o armamento e munição que se inutilisou por falta de meios de transporte, mais de quinhentos cavallos, correspondencias, papeis, etc.

Camaradas! Deveis de render um preito de homenagem que a nossa lealdade e o nosso character não podem recusar ao valor intrepido daquelles que cometteram o crime de empunhar armas contra a Patria, mas que souberam regastar, perecendo nobremente no campo da honra, volvamos o olhar para os nossos leaes defensores da Republica, agora mais forte e pujante e sempre vencedora.

É celebremos e louvemos os nomes do coronel Antonio Candido de Azambuja, a quem coube a insigne gloria de commandar a expedição, ao tenente-coronel João Francisco Pereira de Souza, o sempre victorioso chefe que a frente de seus bravos exploradores, que commandou, traz encarnada em si a victoria que ainda desta vez lhe é em grande parte devida.

Louvemos tambem aos demais chefes officiaes e praças que com galhardia e denodo souberam manter com firmeza posições que lhes foram confiadas especializando entre estas pela altivez e sobrançeria com que investiu contra o inimigo, o destemido e bravo sargento do 4.^o regimento de cavallaria, Faustino de Vargas Jiloca o que custou-lhe atroz e cruel ferimento de balas em ambos os braços quebrando o direito.

Temos a lamentar a perda de quatro praças que pereceram no cumprimento de seus deveres civicos defendendo a Patria e a lei.

Fazendo minhas palavras as dos srs. commandantes de brigadas e corpos louvo e agradeço a todos os srs. officiaes e praças a boa coadjuvação e empenho que mostram para que o successo pelo qual aspiramos fosse com brilhante realidade.— (Assignado), general *Hippolyto A. Ribeiro.*»

Doc. n. 80—*Ordem do dia publicada pelo general em chefe do exercito federalista sobre o combate do Campo Osorio*

« Quartel-general do commando em chefe das forças revolucionarias, em 30 de Junho de 1895.—Ordem do dia.

Armas em funeral !

O almirante Luiz Felipe Saldanha da Gama que, apesar de suas conhecidas idéas, mostrou-se sempre disposto a servir o governo civil de sua patria ou a retirar-se á vida privada se seu nome fosse um obstaculo á pacificação do nosso glorioso Estado, acaba de desaparecer das fileiras dos lutadores pela liberdade.

No dia 24 do corrente pela manhã forças inimigas, em numero de 1,500 homens, atacaram os 250 bravos marinheiros commandados pelo inclýto Almirante que, depois de heroica resistencia, foi anniquillado com todos os seus companheiros pela brutalidade numerica.

A perda foi sensível tanto para a revolução como para o paiz inteiro. Saldanha da Gama é um nome historico e que muito honra a nossa patria nos diversos certamens profissionaes em que a representou, fazendo sobresahir a marinha brasileira. A mutilação de seu cadaver é a deshonra das forças legaes lançadas contra os libertadores da nossa terra natal, asselvajada por uma horda de fanaticos pela dictadura positivista.

A nossa causa continúa a ser a causa da liberdade e da humanidade e quanto mais barbaro e selvatico fôr o procedimento dos nossos adversarios, mais justificada será perante a historia o nosso procedimento, a nossa resistencia heroica, a nossa tenacidade na luta.

Chamam-nos os — assassinos do Rio Negro, — onde aprisionamos o marechal Isidoro, o coronel Pantoja, toda a officialidade do 28 batalhão de infantaria, que hoje gosam de plena liberdade: e elles, os puros, os immaculados queimam cadaveres e nunca fizeram um só prisioneiro !

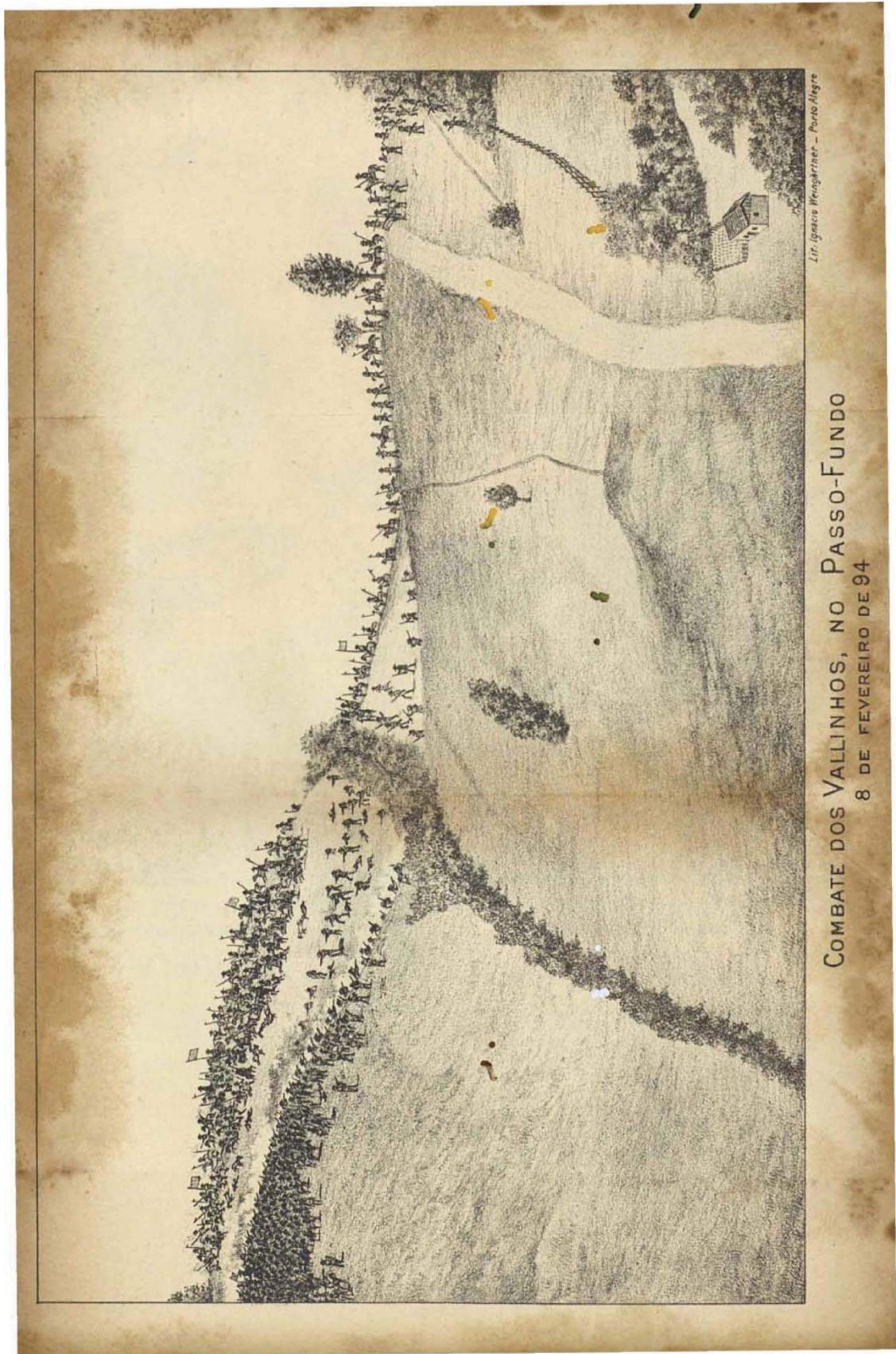
As forças legaes têm se conservado fóra das leis da humanidade e emquanto durar o dominio do assassinato e das mutilações no Rio Grande do Sul, com armas ou sem ellas, conserva-se de péo nosso protesto contra o aviltamento da patria.

Armas em funeraes !

Que todos os nossos companheiros se cubram de luto por 8 dias em honra a memoria de S. da Gama, são as ordens que deveis transmittir aos vossos commandados.

Não vos recommendo coragem e resignação porque essas são as vossas companheiras dos dias de gloria e das horas de amarguras. (Assignado), *João Nunes da Silva Tavares*, general em chefe.

ANEXO K



Fonte: *Campanha do Coronel Santos Filho* (CARVALHO, 1895).

ANEXO L

ORDEM DO DIA N. 105

So dados da Divisão do Norte ?

Uma vez ainda ! mais uma vez a aguiã da victoria abriu as azas, atiloqua pairando sobre o campo de honra das vossas luctas homéricas em defeza da Patria idolatrada !

Emfim, as fadigas penosas e doridos cançãos que, dia a dia, experimentastes atravez os caminhos desta immorredoura jornada, que a historia ha de sagrar a resplandecente ecliptica do amor da liberdade e abnegação civica, foram aureolados do mais soberbo exito — unica recompensa por que palpitarã sempre os vossos coraçãos abertos como horisontes e para onde se voltavam as vossas vistas altas e radiantes como constellações.

Que vos importava que os inimigos da Republica, perturbadores da vossa paz, devastadores das vossas campinas, destruidores das vossas propriedades em geral, saqueadores das nossas fortunas particulares e nacionaes, assassinos de nossos irmãos indefezos, degolladores de vossos paes inermes, estranguladores de vossos filhos innocentes, travadores de nosso progresso material e moral, em summa, confessos inimigos da ordem politica do nosso systema social e desoladores do socego e felicidade da familia patricia, — os nossos inimigos communs — aliciassem, depois do oriental mercenario, o boçal colono polaco para atiral-o, féra e interesseiramente, contra os vossos peitos — muralhas de granito virgem que abrigam a cidadella da força do direito, em cujas ameias flammula o symbolo da nacionalidade brasileira, thesouro de tradições caras e inapagaveis ?!

Que importava, sim ? si eu sei que a expansão da convicção de causa, que põe em cada um de vós a força de uma legião, manifestada em vossa bravura inexcedivel, de si bastaria para vencer o inimigo assombrado, quando o não vencesseis pelas armas ?

E esta idéa tanto se enraizava no meu peito, tanto eu a acariciava, alimentando-a, hora a hora, com provas de dedicação e desprendimento que daveis, que no dia 26, 12 horas antes da memoranda batalha, dizia eu ao sr. general ministro da guerra e ao dr. presidente do Estado: — « Saúdo-vos em nome da Divisão do Norte. Amanhã ao romper da aurora desfraldarei a bandeira da Republica, ao som do hymno nacional, na tóca dos caudilhos. Vencer ou morrer! Viva a Republica! »

Morrer, talvez, que é contingencia humana; mas morrer pela Patria é consolo e glorificação!

Porém vencer. — nós tínhamos que vencer, porque a acção legal que operamos já era tempo de realizar e proclamar bem alto a derrota da revolução em toda linha, agora se agitando nas vascas derradeiras, aos caprichos perversos de Gomercindo Saraiva, a mais odienta e mais negra personagem dessa nefanda e abominavel campanha de saqueios e assassinios.

De facto, ao alvorecer do dia 27, quando o sol como uma colossal granada em explosão, em triumpho assomava no horizonte, já a nossa vanguarda ao mando do coronel Salvador Pinheiro, levantava, a vivo fogo, a vanguarda do inimigo, do seu acampamento nas immediações do Umbú, na estrada que demanda a villa de Passo Fundo.

A's 7 horas da manhã, dirigia eu a divisão para esse ponto, quando em meio caminho, recebi do mesmo coronel Salvador aviso de que o grosso da força inimiga commandada por Gomercindo e Apparicio Saraiva, Prestes e outros, acampada desde a vespera no Pinheiro Torto, vinha ao nosso encontro.

Dispuz então a divisão para batalha, ficando na direita a 2ª brigada, do commando do coronel Santos Filho, e onde colloquei uma secção de artilharia, sob a direcção do capitão de Timotheo Faria, na esquerda a 5ª brigada, do commando do coronel Firmino de Paula,

com uma metralhadora; e no centro, a 1ª brigada do commando do major Tupy Caldas, augmentada com um corpo civil da 7ª, commandado pelo major Osorio Silveira, e na qual foi collocada outra secção de artilharia, ao mando do alferes Luiz de Brito; e formando os lanceiros a pé, por absoluta falta de cavallos, sob o commando do coronel José Adolpho Pithan, em escallão, á direita da 2ª brigada.

Ahi se teria ferido a batalha, si o inimigo, servindo-se do vento que nos batia pela frente, não tivesse lançado fogo ao campo, com o fim de perturbar a acção dos nossos atiradores.

Assim, julgando-se encoberto pelo espesso fumo do incendio que lavrava com intensidade, a sua extensa e cerrada linha, protegida pelas reservas de infantaria e grossas cavallarias nos flancos, precipitava-se sobre a nossa vanguarda.

Então resolvi operar uma retirada falsa, na mesma ordem, determinando unicamente a mudança da frente da divisão á retaguarda, tendo-a desta fórma prompta para receber qualquer eventualidade, e iniciei a contra-marcha, fazendo incontinenti prevenir ao coronel Salvador desta medida, a fim de que tambem, por sua vez, se retirasse.

Começada que foi essa operação, mandei pôr contra-fogo ao campo, não sómente para preparar terreno, como mais para embaraçar o inimigo.

Esta importante manobra effectuou-se sob os melhores auspicios, em boa ordem, bem entendida e executada por todos.

Chegado emfim ao local escolhido para a lucta, colloquei a divisão em linha de batalha, mudando-lhe simplesmente a frente, que voltou a ser a primitiva, e fiz estender atiradores pelo alto da coxilha em que havia tomado posição, cobrindo inteiramente a situação das nossas reservas de infantaria, dispostas em tres

fazendo admiraveis descargas de fuzilaria, que abriam claros em a sua linha, seguidas dessas heroicas cargas da bayoneta, que acabaram por dizimal-a toda, exterminal-a completamente, sem que pudesse receber protecção das suas cavallarias, por terem sido estas, tambem a esse tempo, confundidas e afinal rechassadas pela viva fuzilaria dos nossos quadrados — iguaes na individuação da bravura aos de Wellington — e que, de subito, surgiram no alto da coxilha, assombrando o inimigo que se fez em atropellada fuga.

A nossa victoria, a victoria da Republica, se tinha alfim revellado com toda a imponencia da mais omnipotente magestade.

Dest'arte sagraveis a maior e mais estupenda batalha campal que as armas republicanas hão conquistado nestas campanhas patrioticas e gloriosas em que, á par da vindicação dos nossos fóros e brios, vamos affirmando, sob o eminente ponto de vista politico-social, a consolidação das instituições patrias.

Como trophéos da memoravel batalha, tomámos ao inimigo extraordinario numero de armamento Comblain algumas Mauser, espadas e lanças, grande quantidade de munições, e muitos cavallo ensilhados com esmero.

Entre cerca de 300 mortos que o inimigo deixou no campo da acção, foi logo reconhecido um chefe *federalista* de Itararé, S. Paulo, um tal major Sanches, do Passo-Fundo, e o celebre bandido Palmeira, tristemente celebre pelas suas tôrvas façanhas nas colonias do Alto-Taquary, todos caudilhetes dessa nefanda revolução.

Tivemos 58 mortos e 177 feridos, em sua maior parte levemente, e entre uns e outros bravos officiaes, dedicados servidores da Republica, leaes propugnadores da felicidade da Patria.

A esses—que caíram no frio chão da morte glo-

rificados pela aureola da esplendorosa victoria—o tributo sincero da nossa saudosa lembrança, o preito da nossa memoria eterna, a homenagem da nossa admiração pelos seus nomes que, hoje, para nós todos, constituem sublimes exemplos de abnegação e heroismo, fecundas lições de immorredouro amor da Patria.

Em tempo rememorarei os lances de despreendimento e dedicação e actos de distincta bravura, praticados por officiaes e praças nesta batalha inolvidavel, que em si constella alevantados feitos de valor do soldado rio-grandense, para as tradições guerreiras da nacionalidade brasileira.

Soldados da Divisão do Norte!

A revolução bastarda, que espiritos aventureiros e demagogos de empreitada prepararam na forja de ambições e interesses inconfessaveis, em as fronteiras do estrangeiro, para ferir o coração da Patria e a alma do nosso ideal, de desastre em desastre, de derrota em derrota, resvalando pela ribanceira de seu declinio fatal, recebeu no dia 27 do corrente, em immortal batalha campal, o tiro de honra, que se dá sobre o peito de um condemnado.

Em breve, pois, será finda a nossa gloriosa missão. Em breve entregaremos á Patria essa bandeira que encerra a historia symbolica de todo o seu passado e a grandeza synthetica de suas aspirações no futuro, immaculada e sobranceira, como a recebemos, para plantal-a espadanando aos quatro ventos, sobre o campo de lucta que em cada acção, em cada combate, em cada batalha temos conquistado aos inimigos da Republica.

E, nesse dia, por entre os carinhos de nossos lares e as sagrações da justiça austera da Historia, gosando a paz, e tranquillidade que teremos assegurado ás sociedades, na expansão do amor e da fraternidade humana, ha de vos saudar a magnificente alvorada da vindicação absoluta da Patria de Liberdade.

Viva a Republica !
 Viva o marechal Floriano Peixoto !
 (Assignado) *Francisco Rodrigues Lima*, general de
 brigada honorario.»

„Dia 29.—Segui até o Passo, onde obtive as seguintes informações seguras :

Hontem de madrugada, Gomercindo e Prestes, com 200 homens, seguiram fugitivos á rumo da Soledade; aquelle, indignado por ter perdido muitos officiaes como Cezerio Saraiva; major Sanches, que morreu no primeiro encontro comigo; o celebre coronel Juca Borges, chefe da Soledade, degollador do capitão Procopio e mais 24 companheiros nossos, e que era o terror da Soledade, coube-me a fortuna de obsequial-o com uma bala; o coronel Colombo Leopi, commandante do batalhão polaco; Apparicio Saraiva, que foi baleado na virilha, era quem andava no serigote e escapou-se por estar perto do matto.

Passaram hontem em completa debandada os miseraveis pelo Passo Fundo, a pé, desanimados, entranhando-se no matto em todas as direcções.

Calcúlo o prejuizo em mil maragatos.

Continuo a affirmar que, em vista do que verifiquei, estropiados e magrissimos, não pôdem sair campo fóra. Não têm munição. Coragem exgottou-se. Continuamos a encontrar muitos mortos pela estrada; neste momento achamos oito.

Tomaram uma lição de mestre.

Gomercindo diz que nunca soffreu desastre tão barbaro. Abraço-vos.—Coronel *Salvador Pinheiro*.»

« Commando da 2ª Brigada da Divisão do Norte, acampamento na fazenda dos Mellos, em 28 de junho de 1894.

Sr. general de brigada Francisco Rodrigues de Lima, m. d. commandante da Divisão do Norte.

PARTE

Levo ao conhecimento de v. ex. as operações de guerra e seus effeitos, praticadas pela 2ª brigada de meu commando na batalha campal travada no dia 27 do corrente, em campos da fazenda dos Mellos, com os inimigos da paz, da lei e da Republica, pela Divisão do Norte de que sois estimado chefe.

Ao pôr-se em marcha a Divisão, na manhã desse dia, com o fim de atacar o inimigo, organizei a 2ª brigada em columna de grandes divisões, constituídas pelos batalhões de minha infantaria, onde fiz incluir os clavineiros de meu regimento de cavallaria, visto acharem-se a pé por falta de cavallos, tendo as grandes divisões tres fileiras para que, quando na formatura em quadrado, houvesse maior segurança, pela intensidade dos fogos, procurando attenuar assim a grande falta de bayonetas, que não tinha em numero sufficiente nem para duas faces do quadrado. Nessa ordem avancei, fazendo o flanco direito da divisão, até iniciarse a lucta, reconhecendo-se logo que seria de mais alta conveniencia para o exito da mesma operar uma retirada falsa, porquanto, lançando fogo ao campo que ardia animado pelo vento que lhe era favoravel, procurava, o inimigo occultar a sua numerosa infantaria e embaraçar o ataque da nossa linha de atiradores e a acção reservada aos apoios áquella linha em que estava concentrada a resistencia que em tempo se opporia ás suas provaveis cargas de cavallaria.

Começava a contra-marcha, occupando a 2ª brigada o flanco esquerdo da divisão, sem que o inimigo pudesse contndo [precisar a causa que a determinava por isso que não só para perturbal-o como ainda para

desbravar o terreno, com o assentimento de v. ex. eu e demais commandantes de brigadas, mandamos pôr contra fogo ao campo, de modo que quando chegamos ao lugar escolhido para a collocação definitiva da Divisão em ordem de combate, já tínhamos toda a frente completamente descoberta e arrastado o inimigo para local em que as suas habituaes cargas de cavallaria não poderiam ser tentadas com grande segurança em qualquer momento que se lhe afigurasse dado.

Disposta, pois, ahi a Divisão em linha de batalha, em situação a mais harmonica com os preceitos da tactica moderna, na razão das vantagens favorecidas pelo terreno, voltou a 2ª brigada a occupar a sua primitiva posição, isto é: a apoiar o flanco direito da linha de fogo, que se extendia pelo alto da coxilha em que nos achavamos.

Nestas condições assumia proporções magestosas o combate em que o inimigo se apresentava superior em numero e armamento, tendo eu, em face da sua nutrida fuzilaria, de mover duas vezes o quadrado formado por toda a reserva de infantaria, como medida de abrigo, afim de colher os resultados da posição em que o collocára, sem que de nenhum modo fosse prejudicada a feição organica da nossa situação, nem embaraçada a acção das forças que luctavam, ou desprotegida a frente e direita.

Entretanto, a linha do inimigo avançava, experimentando posições e despejando das suas carabinas Comblain e Mauser, com emprego de projectis explosivos em fogo atropellado e incessante, sobre a nossa força, que, impassivel, correspondia com moderada precisão, confundindo-o e obrigando-o a estacar no fim de longo e efficaç fogo dirigido pelo capitão Ermelindo Cavalheiro.

Tendo, porém, observado que o inimigo reforçava a sua linha de combate e mais do que até então alimentava a sua já vivissima fuzilaria, mandei tambem refor-

çar mais a minha linha com atiradores do 8º corpo, sob o commando do tenente Candido Baptista Dornelles, para que podesse com segurança offerecer salutar resistencia ao fogo do inimigo.

Assim corria travada a lucta, quando, ora sobre o centro, ora sobre a direita, começou, já alternadamente, já simultaneamente, a surgir, com assomos de investida a cavallaria inimiga, mas apenas era presentida ardente fogo dos nossos atiradores, que se preparavam para receber as suas cargas, bastou muitas vezes para obrigal-a a retroccder, e outras não sómente essa admiravel fuzilaria e tambem precisos disparos de artilharia, que trabalhava na 2ª brigadô, por solicitação minha, dirigida pelo capitão Timotheo de Faria, fizeram retirar confusa e apressadamente.

Entre essas tentativas devo mencionar especialmente uma das feitas sobre a nossa direita, que chegou a declarar-se, não podendo o inimigo effectual-a talvez em face da formidavel resistencia que, mau grado todas as cautellas, reconheceu no quadrado da 2ª brigada, ou pela prompta e bem dirigida fuzilaria dos atiradores, secundada por certoiro disparo de artilharia que levou o pânico e sequente desordem ao seu seio, forçando-a a recuar em confusão.

Mantinha-se o combate neste pé por longo interregno, sem outras peripecias ligadas á 2ª brigada, quando as linhas inimigas, cobrindo-nos com alentado e assombroso fogo, avançaram contra as nossas, protegidas nos flancos pela sua cavallaria; a seu turno, as nossas preparavam-se com vehemente ardor e tino, aguardando-as até que no momento em que aquellas pisavam a canhada que separava as nossos posições, fiz avançar em ordem unida os meu atiradores que eram então dirigidos pelo tenente Marcellino Gomes (por ter sido antes retirado ferido o capitão Cavalheiro), em repetidas descargas seguidas de impetuosas cargas de bayonetas, dizi-

mando inteiramente a direita da linha inimiga, ao tempo que avançando com meu quadrado a vivo fogo rechassava uma das suas cavallarias, impedindo-a de praticar qualquer protecção a mesma linha, que, como nesse ponto em toda a sua extensão, ia sendo destrocada e estrangulada pela bem guiada bravura dos nossos valorosos soldados.

Avançando sempre, coube á 2^a brigada vibrar sobre o inimigo o tiro de misericórdia, pois que, apenas ainda descia a fralda da coxilha e pisava campo conquistado, nova e mais terrível carga de cavallaria tentou elle, como sempre sem resultado, porque fil-a envolver logo em viva fuzilaria, inutilizando-a e obrigando aquelle a fugir com grandes perdas, desta sorte expellindo-o de todo o terreno que occupava.

Na ligeira perseguição que incontinentemente se operou nada de notavel occorreu, não podendo mesmo ella produzir effeitos completos pelo facto de haver o inimigo se retirado em accelerada fuga.

Assim affirmava a 2^a brigada do designio das nossas armas, fechando com o afogueado disco de uma ultima descarga de fazilaria sobre a derradeira carga de cavallaria do inimigo, o cyclo resplandecente da magestosa batalha campal alcançada pela Divisão do Norte.

Passando a apreciar a conducta dos meus officiaes, inferiores e praças, devo declarar-vos que se portaram todos com o maximo valor e admiravel desprendimento, facto que me não causou extranheza porque sempre encontrei nelles sinceros e entusiastas republicanos votados á Patria, para renome e brilho de cujos destinos se esforçam ardorosamente.

Entretanto, por effeito do conjuncto das circumstancias occasionaes, se distinguiram o capitão Ermelindo Cavalheiro, que até ser retirado da linha mortalmente ferido, conduziu-se com decisão, ardor e bravu-

do 10º, e alferes- João Xavier, do 7º, aquelle na linha de combate e os ultimos depois que o quadrado se poz em movimento.

Tive 4 praças mortas e 16 feridas cujos nomes vão na relação que encontrareis juntamente.

Como trophéus da victoria foram tomadas ao inimigo 53 carabinas Comblain, 4 Mauser de estojo e uma de tiro simples, 3 espadas, lanças e de tres a quatro mil cartuchos.

Remetto-vos com esta, por cópia, as partes dos commandantes dos corpos da 2ª brigada.

Por fim congratulo-me effusivamente com v. ex. pelo alevantado feito d'armas do dia 27 do corrente, que é mais um capitulo de excelsa gloria immorredoura para a historia das nossas luctas pela liberdade.

Saúde e fraternidade.

Joaquim Thomaz Santos e Silva Filho, coronel commandante.

* Commando do 6º batalhão de infantaria da 2ª brigada da Divisão do Norte, acampamento na fazenda dos Mellos, 28 de junho de 1894.

Ao sr. coronel Santos Filho, illustre commandante da 2ª brigada.

Em obediencia ás ordens estabelecidas, venho submeter ao vosso conhecimento, no character de commandante interino do 6º corpo de infantaria da brigada de vosso sabio commando, as operações de guerra da memoravel batalha de hontem, commettidas no circulo da acção que coube ao mesmo batalhão.

Disposta por vós a brigada em columna de marcha de grandes divisões, formou cada ala do 6º as 2ª e 3ª grandes divisões, que fizeram, a principio, a direita e a esquerda do quadrado, e, mais tarde, por effeito das evoluções realisadas no campo de combate,

